

*Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social*



*Perspectivas da Esquerda Brasileira
Após o Fim da União Soviética*

Adriano Carmelo Vitorino Zão

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

Niterói – 1º Semestre – 2011

Adriano Carmelo Vitorino Zão

*Perspectivas da Esquerda Brasileira
Após o Fim da União Soviética*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, para obtenção do Grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

Niterói
2011

Adriano Carmelo Vitorino Zão

Perspectivas da Esquerda Brasileira
Após o Fim da União Soviética

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, para obtenção do Grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Virgínia Fontes
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Valério Arcary
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSP

Niterói
2011

Resumo:

Neste trabalho, apresentamos aspectos de mudanças programáticas, teóricas e práticas dos partidos da esquerda brasileira à luz dos processos de conversão dos países do Leste Europeu e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ao capitalismo. Apresentamos uma abordagem comparativa entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

Palavras Chave: Revolução Socialista, Restauração do Capitalismo, Partidos de Esquerda.

Abstract:

In this work, we will present aspect of the programatic, theoric practical shifts in the brazilian left winged parties in the light of the conversion proces in the Easten European countries end SSRU to capitalism. We present a comparative approach between the Brazilian Communist Party (PCB), the Communist Party of Brazil (PCdoB), Labor Party (PT) and the Socialist Labor Party - Unificated (PSTU).

Agradecimentos

A realização desta dissertação contou com a ajuda de diversas pessoas e instituições. Cabe, contudo, destacar individual e coletivamente as pessoas e grupos que contribuíram para a produção deste trabalho. Ao meu orientador Marcelo Badaró Mattos devo a gratidão pela generosidade e a amizade de quem acolheu a proposta do projeto de pesquisa, a paciência da correção da redação original, a indicação bibliográfica e as críticas e sugestões de quem alia o rigor científico com o respeito à diversidade de ideias.

Agradeço à Virgínia Fontes e Gelsom Rozentino que gentilmente integraram a banca para qualificação deste trabalho. A leitura atenta, a crítica construtiva, a indicação de contradições e a sugestão de bibliografia para superar lacunas foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão desta dissertação.

Devo registrar o apoio da CAPES, através da bolsa que recebi durante o primeiro ano para realização desta pesquisa. Agradeço também a Eliana Rodrigues pela solicitude, gentileza e presteza no atendimento e acesso aos arquivos do PCB no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/UFRJ). Aos amigos e estudantes do Instituto Nacional de Educação de Surdos, dos quais registro a generosidade e compreensão de Regina Cardoso e Angélica.

Patrícia Mafra, grande parceira na troca de ideias, realizou um grande esforço de revisão para a apresentação deste trabalho.

Aos amigos Fabiano Godinho, Stela Guedes, Hugo Duarte, Marco Pestana, Verônica Louro, Giselly Pelegrino, Maristela Ávila, Hilton Rodrigues, Evandro Machado e aos meus irmãos Henrique, Eliana e Mauro e a minha mãe Iolanda, sou grato pelo incentivo, a confiança e a troca de reflexões. Denise Poncio, como sempre, foi um ponto de apoio e estímulo permanente e, a ela, também expresso enorme gratidão.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2011

Adriano Carmelo Vitorino Zão

*“O tempo é a minha matéria, o tempo presente,
Os homens presentes,
A vida presente.”*

(Carlos Drummond de Andrade, Mãos dadas)

ÍNDICE

Introdução	08
Capítulo I	
<i>Revolução Teórica e Teoria da Revolução.....</i>	<i>17</i>
Capítulo II	
O Enigma do Socialismo Real ou o Real como Enigma.....	61
Capítulo III	
PCB: Uma Prática em Busca de Teoria e uma Teoria para Justificar uma Prática.....	94
Capítulo IV	
O Fim da URSS e as Inflexões Teóricas do PCdoB.....	131
Capítulo V	
Sobre Trabalhadores e Partidos e Partido dos Trabalhadores.....	150
Apêndice: Encontros e Congresso do PT.....	232
Capítulo VI	
O Legado De Trotsky Num Exemplo Da Esquerda Brasileira	233
Conclusão em Perspectiva Comparada.....	281
Bibliografia e Fontes	285

INTRODUÇÃO

A presente exposição é o resultado de um projeto que pretendeu investigar o impacto da queda dos regimes do Leste Europeu, equivocadamente denominados de “socialismo real”, sobre as concepções da revolução soviética e sobre as perspectivas de transformação social dos partidos de esquerda no Brasil. Neste sentido, abordamos nesta dissertação, além da análise historiográfica, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido dos Trabalhadores (PT), a Convergência Socialista, a partir de 1989 até o início da década de 1990, e as elaborações mais recentes sobre o tema com origem no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

A restauração capitalista no Leste Europeu, ou o que se convencionou chamar de “fim do socialismo real”, tem dimensões históricas de tal magnitude que exigem um amplo trabalho de pesquisa para compreensão de todos os aspectos de seu vasto significado. As consequências e a reflexão sobre esse processo transcendem e envolvem várias esferas do conhecimento. Contudo, acreditamos que compreender o impacto dessas mudanças na esquerda brasileira contribui para compor um quadro que relacione o geral e o particular, as partes e o todo.

Inicialmente, os ideólogos do capitalismo, apoiando-se numa análise superficial e impressionista do fim da União Soviética, apressaram-se em declarar e festejar a derrota de qualquer perspectiva de transformação do capitalismo, em proclamar a desarticulação e incapacidade da classe trabalhadora de afirmar um projeto alternativo à barbárie capitalista. Estabelecida a “nova ordem”, às promessas de um mundo de paz e prosperidade seguiu-se uma sucessão de crises, um cortejo de guerras onde o drama do Oriente Médio com a ocupação e resistência do Iraque, as atrocidades do Estado de Israel contra o povo palestino e as recentes revoluções nos países árabes constituem, na atualidade, as expressões mais flagrantes de que a superficialidade, assim como a inexatidão das análises e promessas foram proporcionais à arrogância dos que proclamaram e desejaram o fim da História.

Dessa forma, pretendemos analisar até que ponto as transformações econômicas e a queda do Muro de Berlim solaparam as bases materiais e abalaram os conceitos

teóricos que nortearam a compreensão da Revolução Russa – que embalaram os projetos de transformação social no Brasil – alterando as perspectivas e ações práticas dos partidos políticos de esquerda. Objetiva-se também verificar, utilizando uma análise comparativa, a existência de relação entre as diferentes caracterizações da ex-URSS, avaliando o impacto sobre as respectivas interpretações da revolução soviética nas organizações pesquisadas.

Para realizarmos a pesquisa tomamos, inicialmente, as referências teóricas sob a perspectiva de abstrações necessárias, que remetem a instrumentos de compreensão, para apreensão da realidade em sua totalidade. Neste sentido, é importante destacar a relatividade inerente aos conceitos e em relação ao projeto que pretendemos desenvolver.¹

Nesta introdução não pretendemos esgotar as diversas dimensões e conceitos que utilizamos neste trabalho. Contudo, apresentamos, brevemente, os marcos que fundamentaram nossa pesquisa e redação. Tomamos o conceito de modo de produção como um instrumento importante e norteador para o desenvolvimento do trabalho na medida em que possibilita a apreensão e caracterização dos regimes do Leste Europeu. Entende-se o conceito de modo de produção como a articulação histórica entre o desenvolvimento de forças produtivas e de relações sociais de produção; entendendo “relações sociais de produção” de maneira ampliada, incluindo os instrumentos políticos de que uma sociedade historicamente determinada se utiliza para sua produção e reprodução em todas as esferas. Neste sentido, por exemplo, as relações sociais de produção sob o capitalismo não podem prescindir de instituições como o Estado. Por sua vez, o Estado é produto de um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas e de relações de produção baseadas na desigualdade. Assim, o Estado configura-se como um dos elementos que possibilita a produção e reprodução de determinada sociedade baseada na desigualdade. Por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas possibilita a divisão social do trabalho e a própria divisão social do trabalho (entendida como relações sociais de produção), por sua vez, incrementa o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, determinadas relações sociais de

¹ Conforme Marx: “Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples, chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. (...) O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso.” Marx, Karl. “Para a Crítica da Economia Política”, em *Os pensadores*. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo, Nova Cultural, 1996, p. 39.

produção operam como força produtiva. Decorre que, entendemos o conceito de modo de produção como uma relação dinâmica de reciprocidade entre forças produtivas e relações de produção que, historicamente articuladas, determinam uma forma específica de produção e reprodução da sociedade.²

Afigura-se, na sequência, a importância do conceito de Estado. Para sua conceituação, tomamos por referência os apontamentos apresentados por Friedrich Engels que estabelecem a importância da territorialidade como elemento que caracteriza a formação do Estado; a constituição de uma força pública que detém o monopólio da violência e que substitui o “povo em armas”; a prerrogativa de cobrar impostos e a formação de um corpo de funcionários que, “*como órgãos da sociedade, põem-se então acima dela*”. E, principalmente, o caráter histórico do surgimento do Estado e a sua gênese:

“O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é ‘a realidade da ideia moral’, nem a ‘imagem e a realidade da razão’ como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que esta sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.”³

² Há grande controvérsia sobre a interpretação da definição de modo de produção, uma vez que, como esclarece Susan Himmelweit: “Não tendo sido a expressão [modo de produção] usada num sentido único e coerente por Marx, essa categoria foi, desde então, desenvolvida como o elemento central de uma explicação sistemática da história enquanto uma sucessão de diferentes modos de produção. [No entanto,] (...) Todos os participantes deste debate certamente aceitariam como uma definição eficiente de ‘modo de produção’ a utilizadíssima citação de Marx (na qual incidentalmente, ele próprio não emprega a expressão): A forma econômica específica pela qual o trabalho excedente não pago se extorque dos produtores diretos determina a relação dominadores-dominados, tal como esta nasce diretamente da própria produção e, por sua vez age sobre ela como elemento determinante. Aí se fundamenta toda a formação da comunidade econômica, que surge das próprias relações de produção, e, por conseguinte, a estrutura política que lhe é própria. É sempre na relação direta entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos – uma relação que corresponde sempre, naturalmente, a um dado nível de desenvolvimento dos métodos de trabalho e, portanto, da sua produtividade social – que encontramos o recôndito segredo, a base oculta de toda a estrutura social (*O Capital*, III, cap. XLVII, 2)”. Himmelweit, Susan. “Modo de Produção”, em Bottomore, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

³ Engels, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro, 5. ed., Civilização Brasileira, 1979, p. 191.

Percebe-se a relevância da utilização do conceito de classe social para o desenvolvimento deste projeto a partir de três dimensões, quais sejam: identificar a existência de conflitos e contradições sociais fundamentadas neste conceito, avaliar a natureza da revolução e da sociedade soviética e analisar, face às transformações econômicas das últimas décadas, à queda do Muro de Berlim e ao fim da URSS, a pertinência de um sujeito social para um projeto político de transformação. Desta forma, toma-se por referência o conceito de classe social como definido por Marx na *Miséria da Filosofia*:

“Las condiciones económicas transformaron primero a la masa de la población del país en trabajadores. La dominación del capital há creado a esta masa una situación comum, intereses comunes. Así, pues, esta masa es ya una clase com respecto al capital, pero aún no es una clase para sí. Los intereses que defiende se convierten en intereses de clase. Pero la lucha de clase contra clase es una lucha política.”⁴

Tomamos esta passagem como referência por explicitar o aspecto da constituição de classes a partir do processo produtivo e por estabelecer a distinção entre classe em si e classe para si a partir do caráter de luta empreendido. Não obstante, apoiamo-nos também em formulações que expõem de maneira mais categórica o conceito de classe de acordo com a distribuição da riqueza social determinada pela posse dos meios de produção.⁵

Em relação às discussões sobre a natureza da URSS, tomamos por referência as elaborações de Leon Trotsky e sua definição de “Estado operário degenerado”, na medida em que suas formulações evidenciam a ruptura com o regime anterior através da Revolução Russa, expressam o conteúdo de classe da nova organização social e apontam as contradições internas ao processo, seus limites e potencialidades:

“A URSS saiu da Revolução de Outubro como um Estado operário. A estatização dos meios de produção, condição necessária ao desenvolvimento socialista, abriu a possibilidade de um crescimento rápido das forças produtivas. Mas o aparelho de Estado soviético sofreu, neste meio tempo, uma degenerescência completa: de arma da classe operária converteu-se em instrumento de violência burocrática contra a classe operária e, cada vez mais,

⁴ Marx, Karl. *Miséria de la filosofía: Respuesta a la filosofía de la miséria de P.-J. Proudhon*. 10. ed., México, Siglo Veintiuno Editores, 1987, p. 120.

⁵ Sobre o desenvolvimento e implicância da distinção da conceituação de classe social pelo marxismo veja-se Mattos, Marcelo Badaró. “Classes Sociais e Luta de Classes”, em Mattos, Marcelo Badaró (org.) *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro. Laboratório Dimensões da História, 1998. Fazemos destaque, contudo, à importância, para o desenvolvimento da pesquisa, da definição de classes sociais a partir da localização no processo produtivo.

em instrumentos de sabotagem da economia do país. A burocratização de um Estado operário atrasado e isolado e a transformação da burocracia em casta privilegiada todo-poderosa é a refutação mais convincente não somente teórica, mas também prática, da teoria do socialismo em um só país.

Assim, o regime da URSS traz em si contradições ameaçadoras. Mas permanece um regime de Estado operário degenerado. Este é o diagnóstico social.

O prognóstico político tem um caráter alternativo: ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial no Estado operário, derrubará as novas formas de propriedade e lançará o país de volta ao capitalismo ou a classe operária destruirá a burocracia e abrirá uma saída em direção ao socialismo.”⁶

Os demais conceitos e referências teóricas que utilizamos estão explicitados e fundamentados ao longo do texto.

Para realizarmos nossa pesquisa trabalhamos com a hipótese de que a restauração do capitalismo no Leste Europeu constitui um dos elementos que provocaram importantes mudanças nos partidos políticos da esquerda brasileira. O que se convencionou denominar por “fim do socialismo real”, expresso no simbolismo que representou a queda do Muro de Berlim em 1989, afetou de maneira distinta as organizações partidárias. A diversidade na apreensão do processo está relacionada às concepções que tais instituições sustentavam sobre o caráter da URSS. A partir da queda do Muro de Berlim, houve diferenças na percepção das características gerais da revolução soviética como paradigma de ruptura social e sobre o significado da queda dos regimes do Leste Europeu, alterando e afetando de maneiras diversas as perspectivas de transformação social alentadas pelas organizações políticas em tela. Há uma relação dialética estabelecida entre a queda do muro de Berlim e as transformações estruturais do capitalismo nas últimas décadas, potencializando alterações sobre a compreensão da história da Revolução Russa e sobre as perspectivas de transformação social.

Estruturamos o trabalho em seis capítulos. No primeiro abordamos as elaborações de Marx e Engels sobre os processos de transformação social fundamentadas no materialismo histórico. Na sequência, analisamos as transformações

⁶ Trotsky, Leon. *Programa de transição: A agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional*. São Paulo, Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004, p. 48.

e a subversão que as formulações dos autores sofreram no decorrer da Revolução Russa e as consequências para os movimentos que nela se inspiraram.

No segundo capítulo retomamos, por meio de uma contraposição bibliográfica, a caracterização do Estado soviético contido no trabalho recente de Luis Fernandes, *O enigma do socialismo real*,⁷ publicado em 2000, que versa sobre as principais teorias a respeito da natureza daquele Estado, contraposto à obra de Leon Trotsky, *A revolução traída*,⁸ que reflete sobre a dinâmica e as contradições da União Soviética na década de 1930.

No terceiro capítulo analisamos aspectos da trajetória do PCB que, com gênese inspirada na Revolução de Outubro, passa a gravitar na órbita da União Soviética, acompanhando, repercutindo e refletindo o seu desenvolvimento contraditório até o seu ato derradeiro.

O quarto capítulo é dedicado ao PCdoB, expressão de uma das muitas rupturas do PCB, que preserva o legado e as concepções teóricas surgidas do processo de stalinização desse partido e que apesar de afastar-se da referência soviética, a ela retorna nos estertores da existência da URSS.

No quinto capítulo, apreendemos a emergência do PT no cenário político brasileiro como expressão da luta de classes. Analisamos a independência da classe trabalhadora como necessidade desenvolvida na luta contra os patrões e seu regime, mantida durante a transição conservadora do período da “Nova República” e subvertida no final da década de 1980, quando apontamos a importância dos processos do Leste Europeu e do fim da URSS para equalizar e suprimir, na disputa interna, a contradição cada vez mais acentuada entre a prática que vinha se firmando no partido e a sua teoria.

À luz das avaliações dos primeiros capítulos e das conclusões teóricas do segundo, procuramos apreender, no sexto capítulo, como a Convergência Socialista e, mais recentemente, o PSTU, interpretaram os acontecimentos do Leste Europeu. Assim, apresentamos as posições da Convergência Socialista no final da década de 1980 e do início dos anos 1990. Para expor as posições mais recentes do PSTU, valemo-nos de uma análise apresentada por Martín Hernández, dirigente da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional e editor da revista *Marxismo Vivo*, por ocasião da

⁷ Fernandes, Luis. *O enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. Rio de Janeiro, Mauad, 2000.

⁸ Trotsky, Leon. *A revolução traída: o que é e para onde vai a União Soviética*. Traduzido do original russo e comparada com as versões em português e em inglês por Henrique Canary, Rodrigo Ricupero e Paula Maffei. Tradução da introdução por: Maria Cecília Toledo. São Paulo, Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2005.

publicação da edição brasileira da obra de Trotsky, *A revolução traída*, em 2005.⁹ Ao final, apresentamos uma conclusão em perspectiva comparada entre os quatro partidos.

Antecipamos que os capítulos relacionados às organizações políticas não guardam a mesma proporção. O capítulo referente ao PT é relativamente maior que os demais. O motivo reside na força e impulso da política de independência de classe, lastreado no amplo processo de mobilização dos trabalhadores na década de 1980. Acompanhar os passos que levaram a ruptura da originalidade que havia permitido sua projeção como alternativa na sociedade brasileira nos anos 1980, em contraposição às posições do PCB e do PCdoB, justifica sua relevância. Ademais, naquele capítulo, procuramos apresentar uma aproximação maior da situação política, econômica e social do Brasil na década de 1980 e do período em que os processos do Leste Europeu tiveram desfecho decisivo. Não se trata de privilegiar a análise de uma organização pelo papel e importância que ela cumpre na atualidade, ainda que este elemento seja considerado, mas pelo que ela representou no período anterior.

Apresentamos uma história de partidos políticos, isto é, de instituições. Neste sentido, nos detivemos no resultado, nas posições assumidas pelas organizações após um largo processo de lutas, disputas, cisões e rupturas internas. Lembramos que existiram – e ainda existem – uma enorme quantidade de posições divergentes no interior de cada partido sobre os mais variados temas e procuramos nos aproximar delas por meio de teses, dissertações e literatura específica. Contudo, nos limites impostos pelo tempo para realização de uma dissertação de mestrado, optamos por apresentar uma análise do resultado possível, construído e constituído a partir de lutas e divisões internas, fundamentadas e amparadas na própria contradição social, isto é, na luta de classes. Que algumas posições tenham prevalecido sobre outras, que grupos tenham subjogado outros na luta interna, é expressão da própria luta de classes operando de maneira intensa nestas organizações. Observamos que a partir desta luta endógena, que é também influenciada pela luta de classes mais ampla, os partidos atuam e intervêm com a posição vitoriosa na própria luta de classes, implicando uma relação dialética em que desaparecem as distinções entre sujeito e objeto. Por fim, não esqueçamos que por trás destas siglas, dos encontros, congressos, resoluções etc., existiram homens e mulheres empenhados na perspectiva de tornarem-se agentes da história para transformar a realidade legada pelas gerações anteriores. Se suas perspectivas foram

⁹ Hernández, Martín. “Introdução”, em *A revolução traída*. Op. cit.

equivocadas, se cometeram erros, se havia entre eles pessoas egoístas e mesquinhas, também existiram valorosos combatentes. Pessoas que, com erros e acertos, se bateram e foram abatidas e entregaram suas vidas à causa da libertação humana. Sonharam em acabar com a miséria de um mundo de riquezas e a sua ousadia e generosidade constituem a maior riqueza de um mundo de misérias.

Cabe destacar que procuramos contrapor às produções e interpretações mais recentes da historiografia aos trabalhos, análises e perspectivas apresentadas por Marx e Engels, principalmente na *Ideologia alemã* e também na produção de Lenin e Trotsky, dois dos maiores dirigentes da Revolução Russa, privilegiando uma análise baseada em autores contemporâneos e atores do processo revolucionário. Esses textos, tomados como fontes primárias, parecem significativos para compreensão do processo da Revolução Russa, de sua organização e posterior desenvolvimento. Por outro lado, como é característico nas elaborações destes autores, muitas vezes produzidas para responder questões políticas imediatas, eles remetem para referências históricas e conceituais e constituem, em si, novas elaborações teóricas à luz do processo histórico em curso. Desta forma, pretendemos utilizá-las neste duplo aspecto.

A realização da pesquisa envolveu um conjunto de fontes primárias e secundárias. Em relação às fontes primárias, tomamos como eixo ordenador da pesquisa as teses e resoluções congressuais dos partidos, na medida em que registram uma determinada apreensão da realidade que, geralmente, ultrapassa análises e reflexões conjunturais, refletindo, de maneira condensada, períodos maiores de tempo e que remetem para mudanças teóricas e programáticas, institucionalizando interpretações da realidade e oficializando ações práticas. Neste sentido, tendem a registrar em profundidade o impacto do “fim da URSS” sobre as respectivas organizações partidárias.

A partir desta referência, em determinados momentos realizamos uma análise comparativa com alguns periódicos das organizações, partindo da compreensão de que geralmente, por seu próprio caráter conjuntural, expressam posições mais imediatas sobre os acontecimentos que muitas vezes ainda estão em seu pleno desenvolvimento. Isto possibilita acompanhar a apreensão da realidade pelas organizações, contrastar posições, identificar contradições e verificar rupturas. Há, ainda, as revistas teóricas das organizações partidárias que refletem de maneira mais profunda o impacto imediato de determinadas mudanças e os articulam em sistemas explicativos mais amplos, apresentando respostas parciais que permitem identificar o caráter pioneiro e a gênese

de elaborações e perspectivas adotadas. Os documentos referentes ao PCB que utilizamos para o período de 1922 até 1982 foram extraídas da coletânea *O P.C.B.*, organizados por Edgard Carone em três volumes,¹⁰ as fontes para o final da década de 1980 foram gentilmente disponibilizadas pelo Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ). Os documentos e resoluções congressuais do PCdoB foram extraídos do Centro de Documentação e Memória Maurício Grabois, disponibilizados através do sítio <http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/>. Em relação ao PT, utilizamos largamente a edição das *Resoluções de encontros e congressos* (1979-1998), publicadas pela Fundação Perseu Abramo.¹¹ Quanto à Convergência Socialista e ao PSTU, pesquisamos o periódico que leva o nome da primeira organização, a publicação de sua revista *Correio Internacional* e as resoluções da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional, divulgadas através destes veículos e também na revista *Marxismo Vivo*, editada no Brasil pelo PSTU.

Procuramos compreender nosso objeto de estudo a partir de referências teóricas gerais que, submetidas ao exame histórico, foram retomadas ou descartadas. Procuramos proceder nossa análise a partir das particularidades da história – como campo constituído do conhecimento – em oposição à história da particularidade, ou ao processo de fragmentação da produção historiográfica dos últimos anos. Por fim, operamos com interpretação e análises comparativas das fontes primárias e secundárias.

Há mais de um século Marx estabelecia de maneira revolucionária as relações entre o pensamento e a prática. Podemos encontrar uma síntese desta expressão numa das teses sobre Feuerbach: "*Os filósofos*", e frequentemente os historiadores, acrescentamos, "*têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo*". O presente trabalho coloca-se na perspectiva de ajudar a compreender para transformar.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2011.

Adriano Carmelo Vitorino Zão

¹⁰ Carone, Edgard. *O P.C.B.* São Paulo: Difel, 1982. 3 volumes.

¹¹ *Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores*. Organização: Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/Projeto Memória. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

Capítulo I

REVOLUÇÃO TEÓRICA E TEORIA DA REVOLUÇÃO

*“Eh, lá! Posso chamar-te camarada?
Por que hás de chamejar por nada?
Vem, por favor, luzir-nos no percurso!”*

Goethe

Os pressupostos para a libertação do homem, fundamentados no materialismo histórico, são expostos pela primeira vez de maneira mais sistemática por Marx e Engels em sua obra *A ideologia alemã*, iniciada na primavera de 1845. Marx, no prefácio de *Para a crítica da economia política*, afirma tratar-se de uma oposição ao que havia de ideológico na filosofia alemã e constituía um “acerto de contas” com suas antigas concepções filosóficas.¹² Em sua polêmica com os neo-hegelianos e o materialismo mecânico de Feuerbach, os autores voltam-se, desde as primeiras frases, contra a crítica filosófica que pretendia “libertar o homem” através da “autoconsciência”. Asseguram que não é possível libertar o homem da escravidão e da servidão sem o desenvolvimento e a superação das condições materiais de produção que permitam prover os meios necessários à existência humana em quantidade e qualidade adequadas e, com isso, remover as condições de escravização e de servidão. À presunção que pretendia libertar o homem do misticismo, do preconceito religioso e teológico e da dominação política através da crítica filosófica, os fundadores do materialismo histórico respondem que a liberdade é “um ato histórico e não de pensamento”, possível apenas através da superação dos meios materiais de produção e reprodução da sociedade, condições sociais e materiais que lhes dão origem.¹³

A lógica do desenvolvimento histórico é apresentada como uma sucessão de modos de produção operada pela luta de classes e esta como expressão da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Um

¹² Marx, Karl. “Introdução”, em *Para a crítica da economia política*. Op. cit., p. 53.

¹³ Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Tradução Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 29.

determinado modo de produção é resultado do desenvolvimento de forças produtivas, nos quais se fundam determinadas relações de produção. Essas relações tendem a se perpetuar e conservar, a despeito do desenvolvimento ulterior das forças produtivas que as originaram. Tal desenvolvimento permite criar as condições materiais e humanas para superar aquelas relações que, chegadas a níveis “insuportáveis”, quando transformam as “forças de produção” em “forças de destruição”, solucionam-se através de revoluções.¹⁴ Esse fundamento do materialismo histórico, método de análise, de crítica e intervenção prática, será retomado inúmeras vezes pelos autores d’*A ideologia alemã*.¹⁵

No *Manifesto do Partido Comunista*, escrito em 1848, Marx e Engels retomariam sua compreensão histórica dos processos de transformação dos distintos modos de produção ao analisar a ascensão da burguesia, classe desenvolvida no interior do feudalismo, como a superação da contradição do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de propriedade feudais que obstaculizavam o pleno desenvolvimento e potencialidade das mesmas.¹⁶ Igualmente, a sociedade burguesa já não seria capaz de controlar as mesmas forças, desenvolvidas pela indústria e pelo comércio, redundando em crises de superprodução. As forças produtivas, tornadas poderosas demais para as relações de propriedade burguesas, constrangidas pela propriedade privada, a despeito da produção social, gestava o proletariado, a classe social que, desprovida de toda propriedade, ao suprimir a propriedade privada suprimiria todas as classes.¹⁷

Em sua polêmica com Dühring, ao relacionar o advento da burguesia e do proletariado com o desenvolvimento da grande indústria, Engels afirma que, através das subsequentes crises e períodos de saturação, a classe burguesa mostrava-se incapaz de controlar as forças produtivas e que, tal como uma locomotiva sem controle, conduzia a sociedade para o abismo. Aos proletários, vítimas da exploração, a consciência da necessidade de superação do sistema através do socialismo apareceria em limites mais ou menos claros, impostos pelas condições materiais de sua existência e não nas ideias

¹⁴ Idem, p. 40-43.

¹⁵ Além de ser exposto no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, será retomado de maneira clara e magistral por Marx na introdução de *Para a crítica da economia política*, escrito em janeiro de 1859. Op. cit., p. 52.

¹⁶ Marx, Karl; Engels, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre, L&PM, 2001, p. 32.

¹⁷ Idem, p. 33-34.

de um “erudito especulador”. Isso, advertia, caso a sociedade moderna não quisesse “perecer”.¹⁸

A luta contra o idealismo e a ideologia surgia como aspecto histórico social concreto. Assim, expuseram no *Manifesto do Partido Comunista* a contradição dos “socialistas utópicos”. De uma corrente progressista, nascida do alvorecer do sistema capitalista e que identificara muitas de suas contradições, nas gerações seguintes passará a cumprir um papel conservador e reacionário, uma vez que buscava apartar os ideais socialistas da luta de classes que então se desenvolvia. O valor das ideias tornava-se obsoleto com o próprio desenvolvimento histórico. Colocando-se os ideais socialistas acima das classes, passaram a combater a própria luta de classes e a não reconhecer o proletariado como sujeito das transformações sociais.¹⁹

Não obstante a compreensão da dinâmica dos processos revolucionários fundamentados naquela contradição entre o desenvolvimento de forças produtivas e os grilhões que tentam lhe impor as relações sociais de produção, os autores estavam muito distantes de qualquer espécie de “determinismo” estreito. Assim, a frase de abertura do Manifesto, “*A história de toda a sociedade até nossos dias é a história da luta de classes*”,²⁰ já evidencia que a superação da contradição acima exposta estava em aberto. A história é a “história da luta” e, como em toda luta, não existe resultado prévio. O desenvolvimento das forças produtivas faz surgir os meios e os sujeitos sociais para a superação dialética da contradição, mas, ao fim, a história não significa, necessariamente, a vitória da classe progressista. No próprio *Manifesto* os autores indicam que a luta de classes sempre conduziu a transformação radical da sociedade ou ao aniquilamento das classes em confronto.²¹ Seguindo esta perspectiva, Engels também adverte que a superação de todas as classes, a partir do socialismo, é o resultado positivo, representando a superação da sociedade burguesa: “*se é que a sociedade não quer perecer*”.²²

O tema do desenvolvimento das forças produtivas em contradição com as relações sociais de produção se afigura como uma espécie de lei geral para transformação e desenvolvimento revolucionário da sociedade. Contudo, ela é operada via luta de classes e, como toda luta, não há resultado pré-determinado – ainda que,

¹⁸ Engels, Friedrich. *Anti-Dühring*. São Paulo, Paz e Terra, 1990, p. 135.

¹⁹ Marx, Karl; Engels, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Op. cit., p. 76-80.

²⁰ Idem, p. 23.

²¹ Idem, p. 23-24.

²² Engels, Friedrich. *Anti-Dühring*. Op. cit.

evidentemente, por razões políticas e justamente pela consciência do processo histórico em curso, os autores afirmem sua confiança na vitória da classe trabalhadora. Engels, por ocasião de uma nova edição de *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, em 1885, retomaria o tema. A Marx caberia a grande “lei da marcha da história”, pela qual todas as lutas nos diversos domínios, desde a filosofia à religião, são expressões “mais ou menos” claras das lutas entre classes sociais e que, “*a existência e, portanto, também o conflito entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente*”.²³

Evidencia-se, portanto, para a revolução, o pressuposto do desenvolvimento das forças produtivas até um determinado nível em que ultrapasse as relações sociais de um determinado modo de produção. Atinge-se o ponto em que se desenvolve, de forma inerente, uma classe que seja compelida – pelas condições materiais de dominação e exploração a que está submetida – a empreender uma luta pela sua própria existência e, neste choque, supere o modo de produção vigente e a classe que o representa e dele se beneficia.

Em sociedades divididas em classes, o traço marcante, determinante é, precisamente, a contradição, isto é, a não correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção e tudo que elas comportam – instituições políticas, jurídicas, religiosas, ideológicas, culturais etc. Todas essas instituições, fundadas na “instituição” de todas as instituições, o Estado, na medida em que é o Estado a serviço dos interesses e dos privilégios de uma determinada classe, que produz e reproduz ideias dessa dominação e a serviço dela, em contradição com a “base” ou “infraestrutura”.

Decorre que os que pretendem fazer do marxismo – em seu nome ou contra ele – uma relação direta, linear, mecânica, entre economia e instituições políticas e culturais, entram em contradição com a perspectiva marxiana. Isto fica bem evidente quando Marx, ainda em 1843, na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, afirma que “*em política, os alemães pensaram o que as outras nações fizeram. A Alemanha foi a sua consciência teórica*”.²⁴ Precisamente o atraso relativo da Alemanha e seu Estado, ajustado ao *Ancien Régime*, em relação aos demais países da Europa e dos EUA,

²³ Engels, Friedrich. Prefácio de Engels para a terceira edição alemã de “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”, em Marx, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Carlos Bruni *et. al.* 2. ed., São Paulo, Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.

²⁴ Marx, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo, Boitempo, 2005, p. 151. Destaques do original.

determinaria, por assim dizer, a “hipertrofia” da filosofia alemã. O tema será retomado n’*A ideologia alemã*, e podemos complementá-lo com uma outra assertiva dos autores na mesma obra. Eles afirmam que nesse processo de contradições entre forças produtivas e relações de produção surgem ideias, “teorias” que, contudo, pelo peso das tradições – isto é, da superestrutura – das relações sociais vigentes em determinada região, muitas vezes podem florescer em território forâneo. Por isso, podem ser apropriadas por gerações futuras com a aparência de “teorias avançadas” de um tempo pretérito ou podem ter curso livre por meio de mecanismos como a conquista e a ocupação de terras e povos. É o caso da América, que, justamente por não ter o “peso” arcaico ou a estrutura daquelas relações sociais originais, pode ter tais teorias implantadas e desenvolvidas livremente.

O desenvolvimento de contradições em determinadas sociedades possibilita a emergência de “consciências” mais avançadas do que pode permitir a experiência empírica, uma vez que o peso das tradições e do poder vitorioso não permite seu pleno desenvolvimento. Esses constrangimentos ao desenvolvimento, herdados do passado, estabelecidos pela tradição, guardados e preservados pelas instituições, evidentemente a serviço dos interesses e da preservação dos privilégios de uma determinada classe podem, contudo, se desenvolver de forma plena em outros lugares e circunstâncias.²⁵

Portanto, nas sociedades divididas em classe sociais – excetuando um primeiro momento em que as novas relações de produção cumprem um papel progressivo, de liberar as potencialidades das forças produtivas, e atuam, elas mesmas (as relações sociais), como força produtiva – a dinâmica é de um constante afastamento e acentuação das contradições.

No capitalismo, com a divisão social do trabalho e o próprio trabalho tornado mercadoria, as relações sociais aparecem conforme a famosa passagem de Marx, via fetichismo da mercadoria. Implica então uma permanente e profunda contradição entre as relações de produção e as forças produtivas, isto é, a apreensão e a consciência destas relações sociais e dos próprios meios de produção saem do controle social e subjugam, com sua autonomia relativa, a própria sociedade.²⁶ Nós podemos, a partir da pesquisa, vislumbrar que aquela forma negativa de consciência é resultado do modo de produção e das relações de produção, mas não há uma correspondência direta – no sentido de

²⁵ Ver Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia alemã*. Op. cit., p. 67-70.

²⁶ Ver Marx, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barboca e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988. Coleção Os Economistas, vol. I, t. I., p. 70 e ss.

identidade – ou linear entre base e superestrutura. Em sociedades divididas em classes sociais esse antagonismo, essa contradição entre o fazer e a consciência do que se faz estão sempre em contradição, mantidas em determinados limites que, de tempos em tempos, sofrem modificações, pequenas reformas que buscam, mais ou menos, aparar as contradições mais gritantes, mas que não as superam e, muitas vezes, agravam aquelas contradições fundamentais, que só podem ser resolvidas pelas revoluções. As próprias relações sociais, fundadas sob determinado nível das forças produtivas, mitigam a consciência das mesmas. Assim, a consciência aparece como uma negação da própria relação a que estão submetidos os homens e as classes. Ao se referir à divisão entre trabalho material e espiritual que permite à consciência emancipar-se da consciência ligada à práxis e dedicar-se à construção da teoria, da teologia, da religião, da moral etc., os autores d'*A ideologia alemã* afirmam:

“Além do mais, é completamente indiferente o que a consciência sozinha empreenda, pois de toda essa imundície obtemos apenas um resultado: que esses três momentos, a saber, a força de produção, o estado social e a consciência, podem e devem entrar em contradição entre si, porque com a divisão do trabalho está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material – de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses momentos não entrem em contradição reside somente em que a divisão do trabalho seja novamente supressumida [aufgehoben].”²⁷

A Rússia, o “desenvolvimento das forças produtivas” e a revolução

A partir desta compreensão do processo histórico, a Rússia – que, de acordo com o seu primeiro censo realizado em 1897, contava com 129 milhões de habitantes, dos quais 87% viviam no campo e 81,5% eram agricultores²⁸ – deveria percorrer um longo caminho, superar as formas pré-capitalistas, desenvolver suas forças produtivas e, com elas, o proletariado, condição indispensável para a revolução comunista.

Lenin, num artigo escrito em finais do mesmo ano do censo, apresentava a necessidade do desenvolvimento capitalista ao diferenciar na Rússia, por um lado, a

²⁷ Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia alemã*. Op. cit. p. 36.

²⁸ Broué, Pierre. *El partido bolchevique*. Tradução: Ramóm Garcia Fernadés. [s.l.] Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, [s.d.], p. 35.

atitude dos “iluministas” e dos “discípulos”,²⁹ isto é, dos seguidores de Marx e Engels, por outro, dos populistas. Dizia então que os iluministas aspiravam ao futuro, ao desenvolvimento da civilização europeia, ou seja, burguesa, sem notar suas contradições. Os marxistas, deviam, nesse sentido, recolher a “herança” iluminista e complementá-la com as contradições do capitalismo, partindo dos interesses dos produtores e não dos proprietários. Enquanto “iluministas” e “discípulos” representavam interesses das classes que o capitalismo desenvolveria, os populistas, ao contrário, representariam os interesses dos pequenos produtores e teriam, por isso, uma relação contraditória com o desenvolvimento do capitalismo. Assim, enquanto “iluministas” e “discípulos” atuavam para eliminar os obstáculos ao pleno desenvolvimento capitalista, os populistas a ele se opunham.³⁰

Os populistas acreditavam que a comunidade camponesa pudesse servir de base para o desenvolvimento do socialismo, que poderiam passar da economia camponesa e da forma comunal da agricultura russa, o *mir*, diretamente para o comunismo sem desenvolver previamente o capitalismo.³¹ Ainda em 1880, Plekhanov, em luta contra os Narodniks,³² sustentava que a Rússia deveria passar pelo “purgatório” capitalista e que a tarefa do proletariado seria buscar a aliança com a burguesia liberal para conquistar a liberdade política que permitiria o desenvolvimento do capitalismo e, depois de décadas de luta, alcançaria, finalmente, o socialismo.³³

A compreensão do caráter da revolução russa será abordada novamente por Lenin em julho de 1905, quando este prescreve a luta dos operários pela realização do “programa mínimo” da social-democracia e observa que o caráter da revolução, tanto pelo grau de desenvolvimento da Rússia (condição objetiva), quanto pelo grau de organização do proletariado (condição subjetiva), ligado à primeira, determinaria o caráter burguês da revolução.³⁴ Neste sentido, embora a Rússia já se conformasse em

²⁹ Discípulos, conforme nota 2 da edição, era a denominação legal dos seguidores de Marx e Engels na última década do século XIX. Lenin, V. I. “A que Herança Renunciamos”, em *Cultura e revolução cultural*. Tradução de Lincoln Borges Jr. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 2.

³⁰ Lenin, V. I. “A que herança renunciamos”, em *Cultura e revolução cultural*. Op. cit., p. 1-3.

³¹ Idem, p. 1. Ver também: Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *A reunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real*. 3. ed. São Paulo, Editora Unesp, 2009.

³² Partido dos populistas russos.

³³ Ver Trotsky, Leon. “Três Concepções da Revolução”, em *A revolução permanente na Rússia*. Tradução de A. Campos e J. Cabral Fernandes. 15. ed. Coleção Clássicos Antídoto n. 2. Lisboa, Antídoto, 1977, p. 79.

³⁴ Lenin, V. I. “Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática”, em *Obras escolhidas*, 1977, Edições Avante!, Lisboa; Edições Progresso, Moscou. Tradução Edições Avante! Com base nas *Obras completas* de V. I. Lenin, 5. ed. em russo, t. 11. p. 1-131. Transcrição em HTML por Fernando A.

um Estado nacional, apesar de sua monarquia imperial, Lenin adotava a mesma perspectiva de Marx e Engels para a situação da Alemanha apresentada no *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848: o desenvolvimento do capitalismo era progressivo e necessário para desenvolver as forças produtivas e as contradições que permitiriam o fortalecimento do proletariado como classe que suprimiria todas as classes ao abolir a propriedade privada.

Não obstante, no mesmo texto, o autor se refere à tentativa dos liberais de buscar um acordo com a nobreza tendo por objetivo concentrar a maior parte do poder nas mãos da burguesia em detrimento do “proletariado e dos camponeses”. Neste aspecto, as divergências com os mencheviques ganhavam destaque. Os bolcheviques, com Lenin à frente, achavam que a burguesia seria incapaz de conduzir sua própria revolução, enquanto os dirigentes da fração menchevique pretendiam conduzir o proletariado a colaborar com a burguesia.

Marx, cabe dizer, quando ainda não havia rompido totalmente com os fundamentos filosóficos, o que se realizaria com *A ideologia alemã*, ao analisar a situação política da Alemanha observara movimento análogo da burguesia, e o impasse é apresentado de maneira bastante efetiva:

“Cada esfera da sociedade civil sofre uma derrota antes de alcançar a vitória; levanta a sua própria barreira antes de ter destruído a barreira que se lhe opõe; exige a estreiteza das suas vistas antes de ostentar a sua generosidade e assim todas as possibilidades de desempenhar um papel importante desaparecem antes de terem propriamente existido, e cada classe, no preciso momento em que inicia a luta contra a classe superior, fica envolvida numa luta contra a classe inferior.”³⁵

Assim, diferente da França, cuja revolução burguesa emancipara parcialmente a sociedade, na Alemanha a emancipação total constituiria a “*conditio sine qua non* para qualquer emancipação parcial”. Não poderia se “emancipar da Idade Média” sem emancipar-se, ao mesmo tempo, “das vitórias *parciais* sobre a Idade Média”. Ao proletariado caberia, precisamente, pôr fim à sua condição de classe e, com ela, de todas as classes, como redenção de toda a humanidade.³⁶ Temos aqui, embora não receba o conceito, uma exposição perfeita do que Trotsky posteriormente nomeará de lei do

S. Araújo, dezembro, 2006. Fonte: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/taticas/cap01.htm#i1> consulta em 25/1/2011.

³⁵ Marx, Karl. “Introdução”, em *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Op. cit., p. 155.

³⁶ Idem. p. 156.

desenvolvimento desigual e combinado e, fundamentado nela, da teoria da revolução permanente. Diferentemente da perspectiva de Marx, contudo, a luta de classes na Alemanha apresentaria outra densidade. Pressionadas pela luta das classes “inferiores”, a burguesia e a nobreza alemã constituiriam um “acordo” que daria impulso ao capitalismo alemão, o que, evidentemente, não obscurece em nada a perspicácia lógica do desenvolvimento que Marx presenciava conjunturalmente e suas possibilidades em perspectiva histórica.

A correlação de forças entre as classes na Rússia se apresentava de maneira bastante semelhante à que se desenvolvera na Alemanha em relação aos estratos dominantes. Conforme Trotsky, Lenin corretamente identificara a luta pela terra, a revolução agrária, como demanda essencialmente burguesa. Não obstante, a burguesia russa era contrária à expropriação de terras e buscava um acordo com a nobreza, semelhante ao “modelo prussiano”.³⁷ Assim, enquanto a burguesia buscava um acordo com a nobreza latifundiária, os mencheviques pretendiam estabelecer uma colaboração entre o proletariado e a burguesia; destarte, Lenin e os bolcheviques defendiam uma aliança entre o proletariado e o campesinato, como condição para o triunfo da própria revolução democrático-burguesa. Lenin observara que a grande burguesia e a nobreza se unificariam em torno de medidas conservadoras contra as necessidades dos operários e camponeses. Contudo, mantinha sua concepção de revolução vinculada ao “purgatório” do desenvolvimento pleno do capitalismo, ainda que sustentando a luta contra os seus “legítimos” representantes.

É a partir da experiência na Revolução de 1905 e do movimento das distintas classes no seu desenrolar, que Trotsky, com grande influência de Parvus, desenvolve a sua “Teoria da Revolução Permanente”, em que apreende com acuidade o processo de desigualdade do desenvolvimento capitalista. Como observou em texto de 1939, os acontecimentos de 1905 não foram apenas o “ensaio geral para 1917”, mas também o “laboratório” no qual todas as tendências do marxismo russo tomaram forma.³⁸

Nas peculiaridades do desenvolvimento da Rússia se conformou uma burguesia anêmica, vinculada ao capital estrangeiro e à nobreza fundiária que, por seu turno, se defrontava ainda com um proletariado moderno, mais numeroso e concentrado do que havia se defrontado a burguesia inglesa no século XVII ou a francesa no século XVIII, à

³⁷ Trotsky, Leon. “Três Concepções da Revolução”, em *A revolução permanente na Rússia*. Op. cit. p. 81-82.

³⁸ Idem, p. 77.

época de suas revoluções.³⁹ Essas burguesias temiam mais o que representava as potencialidades da classe futura (proletária), que já ameaçavam o seu “presente”, do que os representantes da classe pretérita (a nobreza).

Em *Para a crítica da economia política*, Marx já observara que “em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais e cuja situação aponta sua posição e influência sobre as outras. É uma luz universal”, afirma em linguagem poético-científica, “de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo ao seu modo de ser”.⁴⁰ Ora, formas superiores de produção são imprescindíveis sem determinadas classes “superiores” e que, como “um éter”, também devem modificar tudo em sua particularidade, inclusive, a luta entre as classes. Nos anos de 1905 e 1906, Trotsky apreendeu que, na Rússia, em conformidade com o materialismo histórico, se tratava era de remover os obstáculos feudais ao desenvolvimento capitalista, isto é, o caráter da revolução, por seus condicionantes internos, era burguesa; contudo, as forças sociais e os métodos para estabelecer a revolução recaíam sob o proletariado e os camponeses. Tais classes, assumindo o poder, não ficariam restritas à realização do programa mínimo, conforme a posição até então sustentada por Lenin. Pela força das circunstâncias, se veriam compelidos a introduzir a economia estatizada e a passar do programa mínimo da social-democracia ao programa máximo. Não obstante, Trotsky observava que a classe operária russa, sem a ajuda do proletariado europeu, não poderia transformar o seu “poder temporário numa ditadura socialista de grande duração”. A perspectiva era que o início da revolução na Rússia processasse a derrocada mundial do capitalismo, para a qual acreditava haver condições objetivas.

Mas, ainda que as condições “objetivas” estivessem dispostas no cenário internacional, em texto de 1906 o revolucionário russo já observava que a social-democracia na Europa havia se convertido num obstáculo para o conflito aberto entre as classes. Neste sentido, a revolução russa permitiria “dotar o proletariado do Ocidente de idealismo revolucionário e desencadear nele o desejo de falar ‘russo ao seu inimigo...’”.⁴¹ A luta de classes ganhava contornos próprios no território russo e, como Trotsky havia percebido, estabelecer uma dependência automática entre a possibilidade

³⁹ Idem, p. 26-27.

⁴⁰ Marx, Karl. *Para a crítica da economia política*. Op. cit., p. 44.

⁴¹ Trotsky, Leon. “Três Concepções da Revolução”, em *A revolução permanente na Rússia*. Op. cit. p. 96-99.

da ditadura do proletariado e as forças técnicas e os recursos de um país seria “*um erro resultante de um materialista ‘economicista’ simplificado ao extremo*”.⁴²

A ação das classes e dos seus principais representantes no processo revolucionário de 1905 permitiu vislumbrar a dinâmica da própria luta de classes na Rússia e as respectivas posições das organizações partidárias. Lenin, corretamente, identificou a tentativa de acordo dos liberais com a nobreza e percebeu que as tarefas da revolução se deslocaram para o campesinato e o proletariado. Neste sentido, formulou a proposta de uma “ditadura revolucionária democrática”, dirigida pelos camponeses e operários. Restrita, contudo, ao projeto de estabelecer uma democracia burguesa. Na busca por seguir os passos do desenvolvimento capitalista da Europa ocidental, Plekhanov e os mencheviques advogavam a aliança da classe trabalhadora com o liberalismo burguês sob a direção do último.

Não obstante, os anos que se seguiram foram de reação e de refluxo. As limitações da burguesia liberal permitiram ao regime monárquico uma relativa estabilidade que se estendeu no tempo. Seguindo a derrota da Revolução de 1905, o retrocesso do movimento pode ser apreendido pelo recuo nos números de ingressos do partido bolchevique. Enquanto no ano de 1907, em Moscou, este contava com milhares de membros, em 1910 já não tinha qualquer vestígio de organização. Em todo o país, seus efetivos passam de quase 100.000 a 10.000.⁴³

As duas principais correntes da social-democracia estavam divididas quanto à tática a ser adotada. Os mencheviques, neste tema, capitulavam aos interesses da burguesia liberal russa ao submeter o movimento operário à sua direção no processo revolucionário. Com a deflagração da Primeira Guerra, a situação de adaptação aos regimes burgueses emergiu à luz do dia, e a divisão tomou consequências dramáticas, num momento de exasperação e clímax das contradições do desenvolvimento capitalista, quando, abdicando de qualquer vestígio de internacionalismo proletário, os social-democratas votaram pelos créditos de guerra ao lado das respectivas burguesias nacionais.

Antes dos estampidos da guerra, no primeiro semestre de 1914, o movimento grevista na Rússia toma grande proporção, se aproximando perigosamente dos níveis da Revolução de 1905.⁴⁴ Porém, a mobilização militar para a guerra e as medidas de

⁴² Idem. p. 97.

⁴³ Broué, Pierre. *El partido bolchevique*. Op. cit., vol. I, p. 59.

⁴⁴ Trotsky, Leon. *História da Revolução Russa*. Op. cit., tomo I, p. 50-51.

exceção adotadas pelo governo, a proibição de greves e o discurso industrial de defesa dos interesses nacionais provocaram um recuo tão grande que Trotsky afirmou: “*Naqueles dias, ninguém nas fábricas se atreviam a se dizer ‘bolchevique’, por medo não apenas da prisão, mas de ser surrado pelos operários atrasados.*”⁴⁵ No momento anterior à guerra, contudo, o Departamento de Polícia apresentava o seguinte relatório da onda de movimentos grevistas: “*Os mais enérgicos e audaciosos elementos, prontos para a luta incansável, para a resistência e organização contínua, são aqueles elementos, organizações e pessoas que se concentram em volta de Lenin*”.⁴⁶

Contudo, a vertigem é tal que, diante da guerra, mesmo a pequena representação bolchevique na Duma votou, junto com os mencheviques, uma resolução em que se comprometiam em “*defender os bens culturais do povo, contra qualquer ataque, seja qual for sua origem*”.⁴⁷ A resolução, evidentemente, entrava em flagrante contradição com a posição que Lenin defendia, desde o seu exílio, do “derrotismo revolucionário”, onde denunciava a capitulação da II Internacional e dos partidos social-democratas – com particular relevo ao partido mais influente, o alemão – que se somavam aos esforços de guerra da classe dominante.

Lenin apresenta seu veredicto de forma singular, sintética e ácida – não desprovida de conteúdo – ao indicar, quando se refere à II Internacional, o ano de seu nascimento e morte “(1889-1914)”.⁴⁸ Acusa o sórdido argumento da social-democracia alemã que pretendia justificar a guerra, do ponto de vista internacional, como uma luta contra o regime monárquico russo. Argumenta que a luta dos trabalhadores russos, que vinha se efetivando contra a monarquia czarista, fora obstaculizada pela deflagração da guerra que, “sofisticadamente” nos argumentos da social-democracia alemã e austríaca, pretendia “libertar”, através da guerra imperialista, a classe operária russa de sua “monarquia”.⁴⁹

Como veremos, não seria a primeira vez que a atitude da fração bolchevique do POSDR se chocaria com as posições defendidas por Lenin no que se refere ao curso da guerra e ao próprio ritmo da revolução. Não obstante, o partido logo retomou o rumo da

⁴⁵ Idem, p. 52.

⁴⁶ Idem, p. 51-52.

⁴⁷ *Apud* Trotsky, Leon. Idem, p. 52.

⁴⁸ Lenin. V. I. “A Guerra e a Social-Democracia da Rússia”, em *Obras escolhidas*. Op. cit. Fonte: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/09/28.htm> (Consultado em 25/1/2011.)

⁴⁹ Idem, *ibidem*.

denúncia da guerra e os deputados bolcheviques da Duma foram detidos e tiveram que comparecer ante os tribunais.⁵⁰

A Rússia “atrasada” foi, pelo sistema de interdependência das nações, “arrastada e atraída” para participar da mais moderna guerra, resultado do desenvolvimento das forças produtivas dos países mais desenvolvidos, promovidos pela acumulação de capital das indústrias e bancos que, elevados à condição de interesses “pátrios”, conduziram a deflagração da Primeira Guerra Mundial. Os interesses da “moderna” burguesia russa, associada ao capital anglo-francês, de desenvolver a guerra, neste caso, coincidem com os interesses “tradicionais” de expansão do arcaico e modernizado império russo, representado pelos interesses da nobreza.

Desta forma, o país mais atrasado da Europa era associado ao conflito de exacerbação da contradição do desenvolvimento das forças produtivas em seu estágio mais desenvolvido – imperialista – e tinha que enfrentar, com seu “atraso”, as mais modernas máquinas e métodos de destruição. Antes mesmo que pudesse “desenvolver suas forças produtivas”, era convocado a participar do mais colossal empenho destrutivo que a apropriação privada, a centralização e a concentração de capitais havia promovido na história. A Rússia, subordinada ao mercado mundial e ao desenvolvimento das forças produtivas das nações mais modernas, convertidas em fonte de destruição, arcava com o ônus do atraso, típico da nação, e com o ônus do “avanço” da produção capitalista moderna, convertida em disputa entre nações. O capital, ao integrar no mercado mundial e subordinar à sua lógica de produção, países, culturas e nações, numa diversidade de relações sociais e de métodos, técnicas e até de modos de produção, potencializou de maneira “insuportável”, isto é, até o ponto de produzir uma revolução, não os países mais avançados, mas precisamente os retardatários. Não por acaso, Lenin figura a Revolução Russa como a ruptura do elo mais frágil da cadeia imperialista.

Aliás, Marx e Engels, que estudavam o desenvolvimento capitalista e suas contradições, desde 1846 já alertavam para a possibilidade de os conflitos gerados pela concorrência dos países mais desenvolvidos industrialmente estenderem as contradições do seu avanço aos menos desenvolvidos. Afirmavam que a grande indústria não alcança em todos os locais o mesmo nível de desenvolvimento, contudo isso não seria um

⁵⁰ Trotsky, Leon. *História da Revolução Russa*. Op cit., p. 54. Na exposição sobre a posição que deveriam assumir os revolucionários diante da guerra, Lenin identifica a mudança de rumo que já era operada no partido bolchevique que se recusou a votar os créditos de guerra e se retirou da Duma como ato de protesto. Ver: Lenin, V. I. “A Guerra e a Social-Democracia da Rússia”. Op. cit.

obstáculo para a luta dos trabalhadores, uma vez que o movimento do proletariado da grande indústria arrastaria consigo todos os outros setores, ainda mais marginalizados, justamente porque, excluídos da grande indústria, se encontrariam em situação ainda mais vulnerável. Estabelecem a mesma relação no plano do comércio mundial, onde os países desenvolvidos industrialmente atuam sobre os países “*lus ou moins* [mais ou menos] *não industrializados, na medida em que esses são impulsionados pelo comércio mundial à luta universal da concorrência*”.⁵¹ Aqui também a concepção do materialismo histórico e o processo de transformação surgem de maneira bastante objetiva em suas análises:

“De acordo com nossa concepção, portanto, todas as colisões na história têm sua origem na contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio. Aliás, não é necessário que essa contradição, para gerar colisões num país, tenha de chegar ao extremo nesse mesmo país. A concorrência com países industrialmente mais desenvolvidos, provocada pela expansão do intercâmbio internacional, é o bastante para engendrar uma contradição similar também nos países com indústria menos desenvolvida (por exemplo, o proletariado latente na Alemanha, revelado devido à concorrência da indústria inglesa).”⁵²

Marx retomará o tema da interdependência, da concorrência e da luta de classes e os seus efeitos de “desigualdade”, que também se manifesta na produção teórica. Assim, no “Posfácio da segunda edição” de *O Capital*, faz referência ao atrofiamento – em situação inversa da filosofia – do desenvolvimento da economia clássica burguesa na Alemanha, que teria sido obstaculizada pelo desenvolvimento do proletariado alemão, forçado pela concorrência imposta pelo mercado mundial.⁵³

A guerra entre a economia e a economia de guerra favorecia os grandes industriais. Entre 1915 e 1916, a empresa têxtil de Riabuschinskys, fabricante de Moscou, obteve lucro de 75%; a companhia Tver, 111%; a fábrica de laminação de cobre Kolichugin, fundada com um capital de 10 milhões de rublos, teria obtido lucro de 12 milhões em um único ano.⁵⁴ As classes e os estratos de classe que lucravam com a guerra temiam um final prematuro do conflito que resultaria, enfim, no fim dos lucros auferidos pela economia de guerra. No outro extremo, operários e camponeses eram convocados para o conflito. Em troca de tecnologia militar e de capital internacional, a Rússia oferecia aos aliados, parafraseando a liturgia cristã, “o corpo e o sangue”... do

⁵¹ Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia alemã*. Op. cit., p. 61.

⁵² Trotsky, Leon. *História da Revolução Russa*. Op cit.. p. 61-62.

⁵³ Marx, Karl. *O Capital*. Op. cit. p. 21-24.

⁵⁴ Trotsky, Leon. *História da Revolução Russa*. Op cit., p. 40.

seu povo! Foram mobilizados 15 milhões de homens, o que significava 10% de toda a sua população registrada no início do século XX.⁵⁵

A situação de penúria da classe trabalhadora fora potencializada pelo desvio da produção para os meios de destruição. No primeiro ano de guerra, 75% da produção têxtil do país fora canalizada para servir ao *front* e 50% de toda a produção nacional atendia ao mesmo objetivo. A classe operária de Petrogrado foi renovada em 40% devido à mobilização dos trabalhadores para as frentes de batalha. Essa nova camada, recrutada nas áreas rurais, e o próprio influxo da população agrícola para as zonas urbanas rebaixava o nível técnico e o valor da força de trabalho que, aliada às medidas de repressão às greves, produziram um rebaixamento generalizado no nível de vida da população. A contradição entre o desenvolvimento das “forças produtivas” e as “relações de produção” chegava ao paroxismo. Trotsky relata o renascer do movimento operário, em que a ação grevista, incipiente ainda, é quase como uma reação de tentativa desesperada de luta pela sobrevivência. O choque com a burguesia que obtinha lucros extraordinários com a guerra e, ao mesmo tempo, com as instituições repressoras do antigo regime era inevitável. Constituíam-se, assim, o duplo caráter de opressão que açoitava a classe operária. A retomada das lutas é descrita nos seguintes termos por Trotsky:

“Não obstante, a consciência das massas está muito atrás de sua ação. A terrível pressão da guerra e da ruína nacional está acelerando o processo de luta a um tal grau que amplas massas dos operários, até o momento mesmo da revolução, não tinham se libertado de muitas opiniões e preconceitos que trouxeram das aldeias ou dos círculos familiares pequeno-burguês da cidade. Este fato imprime sua marca na primeira etapa da Revolução de Fevereiro.”⁵⁶

A Revolução de Fevereiro e as concepções de Lenin

Em meados de março de 1917,⁵⁷ Lenin, em seu exílio na Suíça, tomou conhecimento da revolução na Rússia.⁵⁸ A participação na Primeira Guerra havia tencionado ao limite as forças e contradições sociais no país. Cinco cartas, escritas por

⁵⁵ Idem, p. 26-35.

⁵⁶ Idem, p. 56.

⁵⁷ O calendário Bizantino diferencia-se do ocidental em treze dias. Assim, o comunicado da queda da monarquia russa, que ficou conhecida como Revolução de Fevereiro, pelo calendário ocidental, ocorreu em março. Optamos por expor as datas conforme os acontecimentos na Rússia e indicar, entre parênteses, a data de acordo com o calendário ocidental.

⁵⁸ Wilson, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia: escritores e atores da História*. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo, Companhia das Letras, 1986, p. 430.

Lenin entre 7 e 26 de março de 1917, reunidas posteriormente sob o título “Cartas de Longe”, registram a percepção do autor sobre o processo revolucionário russo e as tarefas decorrentes da nova situação política. Explicitam, também, sua ruptura com a antiga perspectiva de desenvolvimento da revolução.⁵⁹

O que chama a atenção na primeira das cinco cartas é a reflexão e a clareza da articulação de forças que possibilitou a Revolução de Fevereiro. A imediata convocação da continuidade do processo revolucionário antecede o texto, à luz da configuração social das forças políticas, seus partidos e instituições. O “primeiro ato”, por assim dizer, é apreendido como parte da situação política internacional e a perspectiva de novas revoluções decorre da acurada análise da correlação de forças e contradições postas em movimento pela guerra imperialista. A queda do tsar é tomada como a ruptura inicial da ordem internacional e resultado das contradições capitalistas que conduziram à guerra, abrindo novas possibilidades revolucionárias. As perspectivas são enunciadas claramente no título e nas duas primeiras frases da carta, que concebe a Revolução de Fevereiro como “*A primeira etapa da primeira revolução*” / “*A primeira revolução gerada pela guerra mundial imperialista eclodiu. A primeira, mas certamente, não a última*”.⁶⁰

Em outros termos, a revolução na Rússia é tomada por Lenin como o arranjo original, pelo amálgama de circunstâncias do cenário internacional com as particularidades da Rússia tsarista, e é nessa arena que deveria desenvolver-se. Desta forma, após descrever a importância do aprendizado do período 1905-1907, ele aponta:

“A burguesia não foi capaz de adiar por muito tempo a crise revolucionária gerada pela guerra. A crise cresce com força irresistível em todos os países, começando pela Alemanha, a qual, na expressão de um observador que a visitou há pouco, atravessa uma ‘fome genialmente organizada’, e terminando pela Inglaterra e pela França, onde a *fome* se avizinha *também* e onde a organização é muito menos ‘genial’. (...)”

É natural que na Rússia Tsarista, onde a desorganização era a mais monstruosa e onde o proletariado é o mais revolucionário (não por causa das

⁵⁹ Segundo referência nas notas 1 e 2 das cartas de Lenin, organizadas em *As portas da Revolução: Escritos de Lenin de 1917*, as primeiras quatro cartas foram escritas entre 7 e 12 (20 e 25) de março; a quinta carta, não concluída, foi escrita na véspera da partida de Lenin da Suíça, em 26 de março (8 de abril) de 1917. As duas primeiras cartas foram enviadas para Alexandra Kollontai, em Oslo, no dia 9 (22) de março, para serem encaminhadas a Petrogrado em 17 (30) de março. Ver Zizek, Slavoj. *As portas da Revolução: Escritos de Lenin de 1917*. Organização, introdução e posfácio de Slavoj Zizek, com tradução de Luiz Bernardo Pericás e Fabrício Rigout. Tradução dos textos de Lenin: Daniela Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 25.

⁶⁰ V.I. Lenin. “Cartas de Longe”, em *As portas da Revolução: Escritos de Lenin de 1917*. Op. cit., p. 25.

qualidades particulares, mas em virtude das tradições vivas do ‘ano cinco’), a crise revolucionária eclodisse mais cedo que em qualquer outro país.”⁶¹

A partir destas referências internacionais, Lenin descreve a mobilidade de forças sociais, os choques entre setores da burguesia e frações da aristocracia tsarista em meio à crise provocada pela desorganização e derrotas militares, para anunciar o arranjo que possibilitou a vitória.⁶² Lenin concebe e evidencia a queda da monarquia como a convergência de forças a partir de interesses distintos e de classes sociais antagônicas. Sob essa clareza e diferenciação, passa a identificar o novo governo e os setores sociais que o compõe.⁶³

Ao apresentar a composição do novo governo e os interesses de classe que ele representa, não se deve ignorar a percepção da presença e do papel desempenhado por Kerenski no governo como “*a balalaica que eles (os latifundiários capitalistas e os burgueses) tocam para enganar os operários e camponeses...*”. Não obstante, a configuração política que tornou vitoriosa a revolução é muito mais complexa, uma vez que, ao lado do Governo Provisório, renasceram os Sovietes de Deputados Operários, ainda pouco desenvolvidos, mas considerados pelo líder bolchevique como o governo “principal”.

A partir dessa análise, alguns parágrafos depois, Lenin passa a caracterizar a situação política. A carta denuncia o apoio dos social-democratas e dos mencheviques ao Governo Provisório e desnuda os elos que ligavam o novo governo aos interesses de manutenção da guerra pelo imperialismo e a sua dependência da burocracia monarquista. Nela, o líder russo estabelece a grande massa da população dos semiproletários e parte dos camponeses da Rússia como os potenciais aliados do

⁶¹ Idem, p. 29. (Destaques no original.)

⁶² Idem, p. 30-31. Conforme nota 4, p. 3, Gutchkov, membro da indústria e latifundiário, era líder dos outubristas: “Membros da União 17 de Outubro, um partido contrarrevolucionário formado após a promulgação do manifesto tsarista de 17 de outubro de 1905, que representava e sustentava os interesses da grande burguesia e dos latifundiários que exploravam suas propriedades com linhas capitalistas.” Conforme a nota 5, página 32, P. N. Miliukov era um dos líderes proeminentes do Partido Democrático Constitucionalista, “partido mais importante da burguesia liberal monárquica da Rússia. O partido foi fundado em 1905 e era composto principalmente por capitalistas, líderes das assembleias provinciais, latifundiários e elementos da intelectualidade burguesa.” (destaques no original)

⁶³ Idem, p. 31. (Destaques no original.) Segundo indica a nota 4, p. 31, “O Partido da Renovação Pacífica foi uma organização monárquica constitucional da grande burguesia e dos latifundiários. Formado em 1906 depois da dissolução da Primeira Duma de Estado. Ele unia os outubristas de esquerda e a direita dos democratas.” De acordo com a nota 6, p. 32, “*trudoviques*: membros do grupo trudovique nas Dumas de Estado, formado em abril de 1906 pelos democratas pequeno-burgueses – camponeses e intelectuais da tendência *narodnik*. O grupo oscilou entre os democratas constitucionalistas e os social-democratas revolucionários, e, na Primeira Guerra Mundial, a maioria dos membros adotou uma política socialchauvinista”.

“proletariado” na revolução, além do “*proletariado de todos os países beligerantes e de todos os países em geral*”. Para concluir que “o **socialismo**, [será] o único que dará aos povos exaustos pela guerra, a **paz**, o **pão**, e a liberdade.”⁶⁴

Em sua primeira carta, Lenin havia identificado a excepcionalidade de circunstâncias históricas que fez convergir para a Revolução de Fevereiro diferentes classes e interesses. A definição dos antagonismos e contradições presentes na confluência revolucionária permitiu diferenciar os interesses da burguesia e do proletariado que não seriam dirimidos pelo novo governo burguês. A singularidade da situação é que, com lastro nas experiências de 1905-1907, o proletariado havia se organizado em sovietes que representariam a massa da população.⁶⁵

Contudo, através dos jornais, Lenin acompanhava o processo de cooptação e assimilação dos sovietes, por meio do apoio concedido ao Governo Provisório e não tardou em considerar esse apoio e a participação como uma traição, não só à República, mas, principalmente, às reivindicações e interesses dos operários. Ao identificar esta contradição, anuncia, na conclusão de sua segunda carta, a política que deve ser desenvolvida para a salvaguarda da República e para o atendimento das reivindicações da maioria do povo. Defende a criação de milícias de todo o povo como organização das massas “*até o ponto de ser **universal***” mas que, nesta universalidade, devem ultrapassar as atividades policiais, devem “absorver” as funções gerais do Estado, “o controle da produção e da distribuição”.⁶⁶

Nas linhas da terceira carta, datada de Zurique, 11 (24) de março de 1917 e intitulada “sobre a milícia proletária”, Lenin apreende a situação contraditória do Governo Provisório. Um governo burguês, produto de uma revolução que contou com a participação ampla e fundamental da classe trabalhadora e de outros setores explorados, que derrubou o *Ancien Régimen*, com reivindicações que se chocam com os interesses burgueses representados no atual governo provisório. Ademais, a revolução abalou as instituições coercitivas e de poder do Estado como a polícia e o exército.⁶⁷

Essa situação contraditória obrigou o governo a fazer concessões, mas, como aponta Lenin, o caráter dessas concessões objetivava restaurar o poder do Estado

⁶⁴ Idem, p. 36. (Destaques no original.)

⁶⁵ V. I. Lenin. “Primeira Carta”, segundo indicação do próprio Lenin ao final da segunda carta datada de Zurique, 7 (20) de março de 1917, em *As portas da Revolução: Escritos de Lenin de 1917*. Op. cit., p. 33.

⁶⁶ Idem, p. 46.

⁶⁷ Idem, p. 58.

burguês. A posição defendida pelo dirigente bolchevique exilado, em meio às contradições apontadas, encontra uma síntese nestas referências e perspectivas:

“Mas o proletariado, se quiser defender as conquistas da revolução atual e avançar, conquistar a paz, o pão e a liberdade, precisa ‘*demolir*’, para usar as palavras de Marx, essa máquina de Estado ‘já pronta’ e substituí-la por uma nova, *fundindo* a polícia, o exército e a burocracia com *todo o povo armado*. Seguindo a via apontada pela experiência da Comuna de Paris de 1871 e da Revolução Russa de 1905, o proletariado deve organizar e armar *todos* os setores mais pobres e explorados da população, para que *eles próprios* tomem diretamente nas suas mãos os órgãos do poder de Estado, *constituam eles próprios* as instituições desse poder.”⁶⁸

Em sua quarta carta, Lenin volta-se para a questão do fim da guerra, suscitada por um pedido de Máximo Gorki para que o governo conduza uma paz “honrada e democrática”. Da distante Suíça, volta-se contra a inconsequência do apelo do escritor, tomando-o como expressão de “*preconceitos extraordinariamente difundidos, não só na pequena burguesia, mas também em parte dos operários que se encontram sob sua influência*”. Era preciso compreender o momento. Mais uma vez, a questão da guerra faz evidenciar os laços que vinculam o Governo Provisório, dos capitalistas e latifundiários russos, aos interesses imperialistas anglo-franceses. Nestes termos, denuncia a manutenção dos tratados secretos travados entre o tsar e as potências beligerantes e apresenta um programa para o estabelecimento da paz a ser conduzido pelos soviets, sem anexações e reparações financeiras, assegurando a independência de todas as colônias e conclamando os operários de todos os países a pôr fim aos respectivos governos burgueses.

Nessa carta, de 12 (25) de março de 1917 escrita em Zurique, Lenin formula, pela primeira vez e de maneira categórica, a proposta de superação da contradição entre os interesses que eram representados pelo Governo Provisório e os interesses encarnados pelos Sovietes. Através de uma forma reflexiva, proposta aos operários, apresenta a solução do impasse: todo o poder do Estado deveria passar para os soviets de deputados operários e camponeses.⁶⁹

É possível imaginar o impacto que a manutenção dos acordos, firmados por Nicolau II, teve sobre a população pobre e exausta, mantendo a Rússia na guerra e

⁶⁸ Idem, p. 50.

⁶⁹ V. I. Lenin. “Cartas de Longe”, em *As portas da Revolução: escritos de Lenin de 1917*. Op. cit., p. 60-61.

fazendo das trincheiras rios de sangue do povo russo. Inversamente, este mesmo drama permite imaginar o abalo provocado pelas proposições de Lenin.

Em relação à guerra, podemos dizer que os objetivos da burguesia e dos latifundiários – com a remoção do tsar – eram assegurar seus lucros e interesses por meio da manutenção do conflito, em risco pela desorganização militar. Por outro lado, a perspectiva dos operários, soldados e camponeses, ao assegurarem o cerco ao Palácio de Inverno e ao Palácio Táurida, onde se reunia a Quarta Duma, era pôr fim aos sofrimentos cotidianos gerados ou agravados pela guerra. Nesta questão fundamental, a queda do tsar era revestida de significados e objetivos distintos.

Os elementos de contradição apontados por Lenin tornaram-se públicos quando, em 20 de abril (3 de maio), os jornais publicaram uma nota onde Miliukov, ministro dos Negócios Estrangeiros, assegurava aos governos dos demais países a observação de todos os tratados do período tsarista e afirmava a disposição de travar a guerra até o final. Em 21 de abril (4 de maio) mais de 100.000 operários e soldados, atendendo ao chamado dos bolcheviques, manifestaram-se pela paz e marcharam sobre Petrogrado. A pressão das massas abriu uma crise no governo. Miliukov e Gutchkov demitiram-se. Em 5 (18) de maio foi formado o primeiro governo de coligação: além de dez ministros capitalistas, faziam parte do governo A. Kerenski e V. Tcherhov, dirigentes dos socialistas revolucionários, I. Tsereteli e M. Skobeliev pelos mencheviques, entre outros.⁷⁰

A quinta carta escrita por Lenin ficou inconclusa. Data da véspera da partida de seu exílio em direção à Rússia revolucionária – 26 de março (8 de abril). A redação inicial consiste de uma síntese dos elementos que vinha destacando nas cartas anteriores e das posições políticas a serem assumidas. No dia seguinte, embarcaria num trem blindado que atravessaria a Alemanha, receoso do futuro que o aguardava. Superaria mais do que a incômoda distância que o separava dos acontecimentos.

Nos detivemos nesses escritos intitulados “Cartas de Longe” na medida em que permitiram iluminar a situação política na Rússia após a queda do tsar. Para o historiador, ou qualquer pessoa que não ignore o desenvolvimento posterior da situação política na Rússia, ou, mais precisamente, que não ignore o Outubro Russo como a solução do impasse apresentado por Lenin, a fecundidade e a sensibilidade das análises contidas nesses textos são admiráveis, principalmente se não esquecermos as condições

⁷⁰ Informações extraídas da nota editorial n. 3, p. 73. V. I. Lenin. “A propósito das palavras de ordem”, em *As portas da Revolução: Escritos de Lenin de 1917*. Op. cit.

em que foram produzidas. Mesmo os que nutrem repugnância pela Revolução Russa e sustentam uma crítica ácida ao projeto de Lenin não ignoram que ele soube, magistralmente, reconhecer os elementos contraditórios da realidade russa e explorá-los para os objetivos da revolução.

Não obstante, como indicamos, geralmente a percepção do brilhantismo desses escritos é condicionada pelo conhecimento que temos do desenvolvimento histórico posterior. Isto é, ganham um novo significado, uma nova luz pela visão retrospectiva que lançamos sobre eles. Desta forma, não é difícil identificar a precisão das análises e teorias, em seus traços gerais, pelo resultado prático consubstanciado na Revolução de Outubro.

Mas a verdade é que os contemporâneos aos escritos, mais ainda, as pessoas mais próximas de Lenin, que comungavam uma visão de mundo semelhante, que haviam desenvolvido uma solidariedade de indivíduos que atuavam numa mesma organização perseguida, que forjaram uma identidade no fragor de intensos combates, que compartilharam a penúria, a clandestinidade, a prisão e o exílio, enfim, não os inimigos, mas os mais próximos de Lenin, repudiaram o fundamental das proposições por ele apresentadas.

Das quatro cartas enviadas por Lenin, apenas a primeira foi publicada em 21 e 22 de março (3 e 4 de abril) nos números 14 e 15 do *Pravda*, com abreviações e modificações consideráveis do conselho editorial, que incluía Kamenev e Stalin. Os editores suprimiram aproximadamente um quinto da carta. Segundo Broué, a direção bolchevique conferiu o caráter “radical” das propostas de Lenin ao fato de ele estar “mal informado”.⁷¹

Nesta altura, é preciso remeter a distância entre a análise e a política esboçadas por Lenin e as posições do Partido Bolchevique nessa fase da revolução. Pierre Broué resgata os passos iniciais dos bolcheviques a partir da Revolução de Fevereiro. Ele demonstra a indecisão das posições, que oscilam entre a apontada no primeiro manifesto público de 26 de fevereiro, denunciando o governo provisório como constituído por capitalistas e latifundiários e a posição do comitê de Petrogrado que derrota a proposição de Molotov – cujo teor qualificava o governo como “contrarrevolucionário” – e sustenta um apoio condicional ao novo governo. Com a liberação dos dirigentes

⁷¹ Broué, Pierre. *El Partido Bolchevique*. Op. cit., p. 117; Notas editoriais 1 e 2. V. I. Lenin. “Cartas de longe”. Op. cit., p. 25-26.

deportados a partir de 13 de março, Muranov, Kamenev e Stalin retomam a direção da organização bolchevique em Petrogrado, imprimindo grandes mudanças:

“Na linha do *Pravda* se produz um giro radical a partir do momento em que Stalin assume sua direção. Os bolcheviques adotam, na sequência, a tese dos mencheviques segundo a qual é preciso que os revolucionários russos prossigam a guerra para defender suas recentes conquistas democráticas da agressão do imperialismo alemão. Kamenev redige vários artigos abertamente defensistas, nos quais pode ler-se que ‘um povo livre responde com balas as balas’. Até o final do mês, uma conferência bolchevique adota esta linha, apesar de algumas resistências, aceitando a proposta de Stalin que afirma que a função dos soviets é ‘sustentar o governo provisório em sua política durante todo o tempo em que siga seu caminho de satisfação das reivindicações operárias’. De fato, tais posturas só diferem das sustentadas pelos mencheviques em questões de matiz, pois estes são igualmente partidários de um ‘apoio condicional’. Em tais condições, não pode estranhar-nos que a própria conferência de 1º de abril, por proposta de Kamenev e Stalin, aceite considerar a reunificação de todos os social-democratas que lhes propõe, em nome do comitê de organização, o menchevique Tsereteli. A velha tese conciliadora parece impor-se.”⁷²

Em sua viagem de retorno à Rússia, Lenin obteve alguns exemplares do *Pravda* editados por Stalin e Kamenev com a posição de pressionar o Governo Provisório para início de negociações de paz, sustentando a posição de defesa patriótica: “*enquanto o exército alemão obedecesse ao imperador o soldado russo deveria ‘permanecer com firmeza em seu posto, retribuindo cada bala com uma bala, cada obus com um obus’*”. Em Beloostrov uma delegação de bolcheviques, entre os quais Stalin e Kamenev, entrou no trem. Segundo Wilson: “*Assim que Lenin pôs os olhos em Kamenev, o qual não via há anos, explodiu: ‘O que é isso que você anda escrevendo no Pravda? Acabamos de ler alguns números, e dissemos o diabo de você!’*.”⁷³

Parece oportuno destacar que as posições defendidas pelo órgão público do partido em relação à guerra significavam um retrocesso ao tão combatido e denunciado apoio que os partidos social-democratas asseguraram às respectivas burguesias nacionais para deflagração da Primeira Guerra, considerado uma traição e que levou à ruptura da II Internacional. Ademais, há o agravante da experiência de três anos transcorridos de mortes, destruição, pilhagens, escombros e cadáveres que se amontoavam por toda a Europa. Não obstante, a opção pelo “patriotismo” agora era

⁷² Broué. Pierre. Op. cit., p. 115-16. (Tradução minha.)

⁷³ Wilson, Edmund. Op. cit., p. 435-36.

assumida por uma organização que enfrentava uma conjuntura radicalmente distinta de quando foi deflagrada a guerra: da perspectiva de Lenin, a revolução indicava o início da transformação da guerra dos capitalistas em guerra contra os capitalistas, a objetificação das posições dos revolucionários internacionalistas que, contra o fluxo da social-democracia desde 1914, defendiam transformar a guerra imperialista em guerra civil.⁷⁴ Seria esse recuo provocado pela vertigem da euforia revolucionária que não permitia distinguir claramente o caráter do Governo Provisório?

Segundo relato de N. Sukhanov, um socialista não bolchevique, Lenin, após sua chegada à Rússia, na primeira reunião com seus partidários no Palácio Kchessinskaia – agora convertido na sede do Partido Bolchevique (leia-se fração do POSDR) – após longos discursos de boas-vindas, repreendeu os bolcheviques e reafirmou sua posição: *“Não precisamos de nenhuma república parlamentar. Não precisamos de nenhuma democracia burguesa. Não precisamos de nenhum governo além do Soviete de Delegados de Trabalhadores, Soldados e Camponeses!”*. Em seu relato, Sukhanov esboça comentários sobre o discurso e afirma: *“Saí na rua como se tivesse acabado de levar uma pancada na cabeça. Apenas uma coisa estava clara: não havia como eu, que não era membro do partido, concordar com Lenin.”*⁷⁵

Contudo, mesmo os “membros do partido” teriam concordado com Lenin? A resposta pode ser encontrada nos registros da reação causada pelas famosas “Teses de Abril”. Lenin chegou a Petrogrado no dia 3 (16) de abril, e leu suas teses em duas reuniões no Palácio Táurida. Apesar das suas considerações sobre o caráter da guerra, o governo provisório e o poder soviético, há uma percepção clara, expressa no texto, de que o autor é sensível à assimilação por parte de amplos setores da necessidade de manutenção e apoio da Rússia na guerra, agora sob a denominação de “defensismo revolucionário”.⁷⁶

As dez teses, apresentadas em poucas páginas, evidenciam o extraordinário poder de síntese do autor, que versa sobre os mais distintos aspectos. Nelas encontramos a posição da Rússia na guerra, o sentimento majoritário expresso no “defensismo revolucionário”; a necessidade da propaganda; a identificação da fase de transição da primeira para a segunda etapa da revolução *“que deve colocar o poder nas mãos do*

⁷⁴ Ver Lenin. V. I. “A Guerra e a Social-Democracia da Rússia”. Op. cit. Nesse texto, o autor ainda fazia uma distinção entre a tarefa dos revolucionários na Rússia, para estabelecer uma república burguesa, e a do proletariado dos países avançados, que deveriam lutar pelo socialismo.

⁷⁵ *Apud* Wilson, Edmund. Op. cit., p. 442.

⁷⁶ V. I. Lenin. “Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução”. “Teses de Abril”, em *Às portas da revolução*. Op. cit., p. 63.

proletariado e das camadas pobres do campesinato".⁷⁷ A exortação a não apoiar o governo e passar à denúncia de suas posições; o reconhecimento de que o Partido Bolchevique é minoria nos soviets, o que exige "*explicar às massas que os Sovietes de Deputados Operários (SDO) são a única forma possível de governo revolucionário e que, por isso, enquanto este governo se deixar influenciar pela burguesia, nossa tarefa só pode consistir em explicar os erros de sua tática de modo paciente, sistemático, tenaz, e adaptado especialmente às necessidades práticas das massas*".⁷⁸

A partir da quinta tese, Lenin esboça, sinteticamente, um programa imediato para a passagem à segunda etapa da revolução e busca armar o partido para as tarefas decorrentes da situação e invoca, por fim, a necessidade de construir uma nova internacional.⁷⁹

Após a apresentação das teses, respondamos a questão formulada anteriormente: teriam os membros do partido concordado com Lenin? Wilson registra a reação de um bolchevique à leitura das teses na reunião dos social-democratas:

"Lenin acaba de apresentar sua candidatura a um trono europeu que está vago há trinta anos: o trono de Bakhunin. Com novo fraseado está nos contando a mesma velha história de sempre: as velhas ideias desacreditadas do anarquismo primitivo. O Lenin social-democrata, o Lenin marxista, o Lenin líder de nossa social-democracia militante – esse Lenin não existe mais!"⁸⁰

O texto foi publicado no *Pravda* nº 26, em 7 (20) de abril,⁸¹ onde Kamenev escreveu que "*tais teses não representam senão a opinião pessoal de Lenin*" e que as resoluções anteriores "*seguem sendo a plataforma na que nos baseamos e as defenderemos tanto contra a desintegradora do 'até o final revolucionário' como contra a crítica do camarada Lenin. O esquema geral de Lenin nos parece inadmissível porque considera que a revolução democrático-burguesa já terminou e apresenta a necessidade de transformá-la imediatamente em revolução socialista*".⁸² Examinando a questão, Broué afirma que, em todas as questões fundamentais, como a posição diante da guerra, do governo provisório e sobre a própria concepção de partido, "*Lenin se opõe à política formulada pelos bolcheviques até a sua chegada*".⁸³ No próprio texto

⁷⁷ Idem, p. 64.

⁷⁸ Idem, p. 65. (Destques no original.)

⁷⁹ Idem, p. 65.

⁸⁰ *Apud* Wilson, Edmund. Op. cit., p. 442-43.

⁸¹ De acordo com a nota n. 1 da p. 67. V.I. Lenin. "Teses de Abril". Op. cit.

⁸² *Apud* Broué, Pierre. Op. cit., p. 119. (Tradução minha.)

⁸³ Broué, Pierre. Op. cit., p. 119. (Tradução minha.)

publicado no *Pravda* há um registro de Lenin sobre a recepção geral às suas posições: “Em seu jornal o Sr. Plekanov qualificou meu discurso de delirante”.⁸⁴ Também Slavoj Zizek apreende o momento de ruptura e trauma, do que define como “*la solitud*” de Lenin:

“Quando, em suas ‘Teses de Abril’ (1917), Lenin identificou a *Augenblick* – a oportunidade única pra uma revolução –, suas propostas foram inicialmente recebidas com estupor ou desdém pela grande maioria de seus colegas de partido. Nenhum líder proeminente dentro do Partido Bolchevique apoiou seu chamado à revolução, e o *Pravda* deu o extraordinário passo de dissociar o partido, assim como seu conselho editorial como um todo, das ‘Teses de Abril’. Lenin estava longe de ser um oportunista que procurava lisonjear e explorar a atmosfera prevalecente do populacho; seus pontos de vista eram altamente idiossincráticos. Bogdanov caracterizou as ‘Teses de Abril’ como ‘o delírio de um louco’ e a própria Nadejda Krupskaja concluiu: ‘Temo que Lenin tenha enlouquecido.’”⁸⁵

Contudo, a solidão de Lenin era compartilhada por outros. Broué, corretamente, identifica que nas “Teses de Abril” há uma adoção tácita da Teoria da Revolução Permanente, formuladas por Trotsky em 1905.⁸⁶ Como afirmamos, a mudança de posição pode ser observada desde suas primeiras cartas dirigidas à Rússia revolucionária. Mas, o que teria provocado a mudança de suas posições? Acreditamos que, em primeiro lugar, o próprio desenvolvimento das contradições capitalistas que conduziram à Primeira Guerra Mundial. Lenin acompanha e estuda essas modificações e as sistematiza em *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*.

Basta indicar que a luta política no interior do Partido Bolchevique prosseguiu até às vésperas da tomada do poder. A partir do crescente apoio da maioria do povo ao programa bolchevique, desenvolver-se-á uma luta intensa para convencer a direção do partido da necessidade de preparar uma insurreição para a tomada do poder.

No dia 31 de agosto, no Soviete de Petrogrado, os bolcheviques conquistam a maioria numa resolução reclamando todo o poder aos soviets e, no dia 9 de setembro, condenando a política de coalizão com a burguesia consubstanciada no Governo Provisório. Os mencheviques, finalmente, numa harmonia entre forma e conteúdo, ficam em minoria. Na sequência, os soviets de Moscou, de Kiev, Saratov e Ivanovo-

⁸⁴ V. I. Lenin. “Teses de Abril”. Op. cit., p. 63.

⁸⁵ Zizek, Slavoj. “Introdução”. Op. cit., p. 9-10.

⁸⁶ Broué, Pierre. Op. cit., p. 118.

Voznessensk adotam resoluções semelhantes. No dia 23 de setembro Trotsky assume a presidência do Soviete de Petrogrado.⁸⁷

A crise se agrava com a intensificação dos conflitos no campo. A deterioração e fragilidade do que restava do Estado abriu fissuras na estrutura do império russo que permitiram a emergência de um fluxo de descontentamentos seculares com a opressão grã russa. A maré cheia do descontentamento das nacionalidades inundou o cenário político. A nova situação reflete, além da vitória sobre Kornilov, que tentara um golpe contrarrevolucionário, a força inelutável da ação direta das massas, a audácia dos bolcheviques na afirmação de um programa não menos audacioso de ruptura para o impasse histórico provocado pela crise capitalista. A política bolchevique, ao mesmo tempo em que influencia as massas para a ação, desloca amplos setores para suas fileiras. Após a derrota de Kornilov, Lenin aponta que os soviets devem tomar o poder. Apresenta a possibilidade do desenvolvimento pacífico da revolução por intermédio de uma confrontação de programas e passagem pacífica do poder de um partido ao outro no interior dos soviets.⁸⁸ Os socialistas revolucionários e mencheviques rejeitam esta perspectiva. Com a obtenção da maioria nos soviets e baseado no apoio de amplos setores ao partido, em uma “Carta ao Comitê Central, aos Comitês de Petrogrado e Moscou do POSDR (b)”, Lenin defende a tomada do poder pelos bolcheviques:

“Tendo obtido a maioria nos soviets de deputados operários e soldados de ambas as capitais, os bolcheviques *devem* tomar o poder de Estado em suas mãos.

A maioria do povo está do nosso lado. Demonstrou-o o longo e difícil caminho de 6 de maio a 31 de agosto e a 12 de setembro; a maioria nos soviets das capitais é *fruto* do desenvolvimento do povo para o *nosso* lado. As vacilações dos socialistas revolucionários e dos mencheviques, o reforço dos internacionalistas entre eles, provam a mesma coisa.”⁸⁹

⁸⁷ Dados extraídos de Broué, Pierre. Op. cit., p. 129.

⁸⁸ Ver V. I. Lenin. “As tarefas da revolução”, em Zizek, Slavoj. *Às portas da revolução*. Op. cit., p. 137-138.

⁸⁹ V. I. Lenin. Em: Zizek, Slavoj. *Às portas da revolução: escritos de Lenin de 1917*. Op. cit., p. 121. Conforme nota editorial n. 1, a “Carta ao Comitê Central, aos Comitês de Petrogrado e Moscou do POSDR(b)”, foram discutidas no Comitê Central no dia 15 (28) de setembro de 1917. As datas referem-se – de acordo com a nota editorial 2, p. 121 – respectivamente: (6 de maio) primeira coalizão do governo provisório; (31 de agosto) a vitória dos bolcheviques no Soviete de Petrogrado pelo estabelecimento de um governo soviético; e (12 de setembro) data marcada pelo Comitê Executivo Central dos Soviets de Deputados Operários e Soldados e pelo Comitê Executivo de Deputados Camponeses de Toda a Rússia, ambos sob maioria dos socialistas revolucionários e mencheviques, para a realização de uma conferência democrática.

A partir de então, desenvolver-se-á uma luta intensa para convencer a direção do partido da necessidade de preparar uma insurreição para a tomada do poder que concretize a vontade da maioria do povo, expressa no crescente apoio ao programa bolchevique.⁹⁰ A tensão no interior do partido pode ser constatada numa parte do artigo “A crise amadureceu”, reservada ao Comitê Central. Após apresentar um programa para as questões imediatas referentes à paz, ao problema das nacionalidades e a ruptura dos camponeses com os socialistas revolucionários, Lenin pede demissão do Comitê Central para defender suas posições, preservando a “*liberdade de agitação nas bases do partido e no congresso do partido*”.⁹¹

Após uma longa batalha política, no dia 10 de outubro Lenin retorna a Petrogrado disfarçado e, numa reunião clandestina, obtém dez votos a favor de uma resolução favorável à insurreição, com os votos contrários apenas de Zinoviev e Kamenev. Os dois últimos dirigem aos demais órgãos do partido um apelo contrário à decisão do Comitê Central intitulado “Carta sobre o momento atual”. No dia 16, uma reunião ampliada do Comitê Central ratifica a resolução do dia 10 com dezesseis votos, sendo dois contrários e quatro abstenções. No dia 17 de outubro o jornal menchevique *Novaya Zhizn* publica informações sobre o documento apresentado por Zinoviev e Kamenev que, a pretexto de responder ao jornal, no dia 18 defendem suas posições numa reunião no Instituto Smolny. Ao tornar públicas suas posições contrárias à insurreição, Zinoviev e Kamenev terminam, também, por tornar pública a decisão do partido pela insurreição. Lenin reage e defende a expulsão dos dois do partido, contudo, o Comitê Central adota uma resolução para que não voltem a tomar posição pública contra as decisões do partido, além de aceitar o pedido de demissão de Kamenev por cinco votos a quatro.⁹²

A solução do impasse estava próxima, intensificavam-se os preparativos para a insurreição, e a tensão na sociedade russa pode ser apreendida através dos relatos de Trotsky, que presidia o Conselho Militar Revolucionário do Soviete:

“Simultaneamente com a obra de organização prosseguia sem descanso, a de agitação. Realizavam-se frequentes reuniões nas fábricas, no Circo Moderno e no de Ciniselli, nos centros políticos e nos quartéis. A atmosfera dessas

⁹⁰ Em “Marxismo e Insurreição”, Lenin desenvolve uma análise da mudança de conjuntura que permitiria uma vitória dos bolcheviques. O texto também se diferencia de qualquer perspectiva de conspiração e golpe ao referir-se à insurreição como uma arte. Ver V. I. Lenin. “Marxismo e Insurreição”, em *As portas da revolução*. Op. cit., p. 125-130.

⁹¹ V.I. Lenin. “A Crise Amadureceu”. em *As portas da revolução*. Op. cit., p. 146.

⁹² Para uma visão ampla das discussões no partido bolchevique envolvendo a questão da insurreição, ver: Broué, Pierre. Op. cit., p. 130-134.

reuniões estava carregada de eletricidade. A palavra insurreição era saudada com tempestades de aplausos e gritos de aprovação.

(...) O estado de alarme público ainda mais se intensificava pela propaganda da imprensa burguesa. A ordem expedida por mim para que a Fábrica de Armas Sestroretsky entregasse 5.000 espingardas à Guarda Vermelha espalhou o pânico na burguesia. De viva voz e por escrito, anunciava-se uma matança geral preparada pelo bolchevismo. Como é de supor, isto não impedia que os operários da Fábrica Sestroretsky dessem armas à Guarda Vermelha. Enquanto rugia furiosamente a imprensa burguesa, as massas acudiam ao nosso chamamento com maior entusiasmo.”⁹³

Os marinheiros do *Aurora*, ancorados no Neva, sob o comando do Soviete, recusaram-se a acatar ordens do governo para deixar Petrogrado. No dia 24 de outubro (6 de novembro) o governo enviou tropas para a central telefônica pra impedir os comunicados do Soviete. Um destacamento revolucionário retomou as instalações. A tentativa de lacrar as gráficas e impedir a circulação das publicações revolucionárias na madrugada do dia 25 de outubro (7 de novembro) foram frustradas. Assim como os Correios e Telégrafos e o Banco do Estado, várias instituições públicas passaram ao controle soviético. Conforme Trotsky: “*A imprensa burguesa tinha explorado de tal modo as suas profecias de insurreição, desfiles de soldados nas ruas, pilhagem, rios de sangue e confusão geral, que não constatou a própria insurreição quando ela se desenrolava.*”⁹⁴ Na noite do dia 24 de outubro (6 de novembro), enquanto reunia-se a assembleia preliminar do II Congresso dos Sovietes, a batalha pela conquista do Palácio de Inverno, onde Kerenski e seus ministros haviam se refugiado, terminaria como o último ato da vitória e consolidação do poder soviético.⁹⁵

No dia 25 de outubro (7 de novembro) foi realizada a Reunião do Soviete de Deputados Operários e Soldados de Petrogrado. O Comitê Revolucionário Militar apresentou um relatório sobre o triunfo da revolução e a queda do governo provisório.⁹⁶ Uma resolução apresentada por Lenin reconhecendo a legitimidade do poder soviético e a marcha para o socialismo e outra sobre as tarefas imediatas do governo foram aprovadas por imensa maioria, onde encontramos:

⁹³ Trotsky, Leon. *Como Fizemos a Revolução*. Tradução de Roberto Goldkorn. São Paulo, Global Editora, 1978, p. 55-56.

⁹⁴ Idem, p. 66.

⁹⁵ Dados extraídos de Trotsky, Leon. Op. cit., p. 60-66.

⁹⁶ Conforme nota 1, p. 167. V. I. Lenin. “Relatório Sobre as Tarefas do Poder dos Sovietes: Relato Jornalístico” – “2ª Resolução”. Op. cit., p. 167-168.

“O novo governo operário e camponês proporá imediatamente uma paz justa e democrática a todos os povos beligerantes.

(...) Abolirá imediatamente a propriedade latifundiária da terra e entregará a terra aos camponeses. Criará o controle operário da produção e distribuição dos produtos e estabelecerá um controle de todo o povo sobre os bancos, juntamente com sua transformação numa só empresa estatal.”⁹⁷

Uma análise minuciosa do período subsequente à tomada do poder – o início guerra civil (1918-21) e a implantação da Nova Política Econômica (1921) – até a ascensão de Stalin extrapolam os objetivos imediatos do presente trabalho. Neste sentido, nos deteremos sobre esse período na medida em que possibilite subsídios para compreensão do que denominaremos regime stalinista.

Como demonstramos, a Revolução Russa foi concebida por Lenin desde fevereiro como o prelúdio da revolução mundial. Essa perspectiva atravessa vários dos escritos que examinamos entre fevereiro e outubro. A compreensão da dinâmica internacional do desenvolvimento capitalista, da sua crise expressa na Primeira Guerra e a apreensão da revolução russa como início de superação através do desenvolvimento internacional da revolução ganham materialidade nas “Teses de Abril” quando a décima tese apresenta a necessidade de construir uma nova Internacional.⁹⁸ Podemos dizer, sem medo de errar, que uma inteligibilidade teórica do processo e desenvolvimento revolucionário russo pode perfeitamente ser representada pela Teoria da Revolução Permanente formulada em 1905 e apresentada por Trotsky – resumidamente – em 1932, numa Conferência em Copenhague sobre a Revolução Russa:

“Em relação às suas tarefas imediatas, a Revolução Russa é uma revolução burguesa. Mas a burguesia russa é contrarrevolucionária. Por conseguinte, a vitória da revolução não é possível senão como vitória do proletariado. Ora, o proletariado vitorioso não se deterá no programa da democracia burguesa, passará ao programa do socialismo. A Revolução Russa tornar-se-á a primeira etapa da revolução socialista mundial”.⁹⁹

⁹⁷ Idem, p. 168.

⁹⁸ V. I. Lenin. “Teses de Abril”. Op. cit p. 66.

⁹⁹ Trotsky, Leon. *A Revolução Russa* (conferência), 1932. Versão brasileira: Cristina Portella. São Paulo, Informação Editora, 1989, p. 20. (Tudo em negrito no original). Lívio Maitan, na apresentação de *A revolução permanente na Rússia* (op. cit.), na página 14 afirma que: “O ano de 1917 iria pronunciar um veredicto inequívoco acerca das questões da dinâmica interna da revolução (...). Quanto à perspectiva internacional, ninguém discutia a necessidade da ligação – e da ligação rápida – à revolução europeia nem a necessidade de uma base internacional para a construção do socialismo.”

Enquanto nutriam esperanças no desenvolvimento da revolução internacional, em maio de 1918 tem início a Guerra Civil, e o poder soviético passa a enfrentar o bloqueio econômico e a intervenção de catorze países. A situação de penúria agrava-se e as necessidades de defesa tornam-se crescentes. Em sua obra, *A revolução traída*, Trotsky irá caracterizar o período do Comunismo de Guerra (1918-1921) como “*a regulação do consumo numa fortaleza sitiada*”.¹⁰⁰ Apesar das dificuldades, em 1918 a democracia soviética resiste e o Comitê Executivo eleito pelo III Congresso compreende 7 socialistas revolucionários de direita, 125 socialistas revolucionários de esquerda¹⁰¹ e 160 bolcheviques.¹⁰² Broué registra no IV Congresso Pan-Russo a presença 1.164 deputados, dos quais 353 são socialistas revolucionários de esquerda, 17 maximalistas, 10 sem partido, 4 anarquistas, 4 mencheviques e 773 bolcheviques. O autor apresenta dados sobre a composição multipartidária de vários sovietes regionais.¹⁰³ Contudo, a insurreição dos socialistas revolucionários de esquerda contra o regime no mês de julho alterará drasticamente a situação. Em finais de 1919, Broué aponta para o Soviete de Petrogrado 1.800 deputados, dos quais 1.500 são bolcheviques (82%), 300 “sem partido”, 3 mencheviques e 10 socialistas revolucionários (sic).

A intervenção imperialista, a guerra civil e a ação dos socialistas revolucionários de esquerda – que feriram Lenin num atentado – conduziram à restrição da democracia interna e, num período crítico, os socialistas revolucionários e mencheviques, na medida em que atacavam o novo regime, tiveram o funcionamento de seus partidos e imprensa proscritos.

Richard Pipes, que mobiliza dados sobre a economia soviética no período da guerra civil para demonstrar o caráter nefasto do “comunismo”, indica que a produtividade industrial em 1921 havia caído para um quinto do seu nível de 1913; as safras de cereais, que em 1913 eram de 78,2 milhões de toneladas, foram reduzidas a 48,2 milhões de toneladas em 1920; a produção industrial de grande escala, em 1920, representou 18% em relação à de 1913; a produção de carvão caiu para 27 % e a de ferro, para 2,4%.¹⁰⁴

¹⁰⁰ Trotsky, Leon. *A revolução traída*. Op. cit., p. 55.

¹⁰¹ Segundo Pierre Broué, os socialistas revolucionários de esquerda foram expulsos pela direção do partido socialista revolucionário ao se negarem a abandonar o II Congresso, quando este instituiu o poder soviético e a partir de então constituíram-se em partido independente.

¹⁰² Citado por Broué, Pierre. Op. cit., p. 151.

¹⁰³ Broué, Pierre. Op. cit., p. 170.

¹⁰⁴ Dados extraídos de Pipes, Richard. *O comunismo*. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002, p. 61 e 64.

As estatísticas apresentadas por Broué diferem pouco, apresentando 1,6% para a produção de ferro e 2,4% para o aço. Acrescenta, porém, dados sobre o petróleo que registra apenas 41% em relação ao pré-guerra; as instalações estão praticamente destruídas: 60% das locomotivas estão fora de uso e 63% das vias férreas são inutilizadas; há uma redução para 16 % da superfície que era cultivada. Os dados sobre a classe operária indicam sua quase extinção o que, inversamente, também indica sua participação na defesa do novo regime, conforme Broué:¹⁰⁵

“Quatro anos depois da revolução, a Rússia representa o paradoxo de um Estado operário, baseado em uma revolução proletária, no que se assiste, em palavras de Bukharin, a uma verdadeira ‘desintegração do proletariado’. Contanto que em 1919, existiam três milhões de operários industriais, em 1920 já não existe mais que 1.500.000 e em 1921 não ultrapassa 1.250.000. Ademais, a maioria deles não estão verdadeiramente empregados, o absenteísmo ‘normal’ nas empresas se eleva a 50%.”¹⁰⁶

Os dados sobre a concentração urbana indicam que Petrogrado perdera 57,5% e Moscou 44,5% de sua população em três anos de guerra. Em relação ao consumo, os sindicatos opinam que em 1920 os trabalhadores mais favorecidos consumiam 1.200 a 1.900 calorias no lugar das 3.000 recomendadas pelos especialistas.¹⁰⁷ A situação é tão dramática que em 1921 uma onda de fome, segundo dados oficiais, atinge 36 milhões de camponeses, agravada por um longo período de estiagem ceifando, segundo Pipes, 5,2 milhões de vidas.¹⁰⁸

A brutalidade destes dados indica a ferocidade da guerra e as contradições enfrentadas pelo novo regime. Em setembro de 1919, durante o VII Congresso Pan-Russo, Kamenev faz a seguinte descrição do funcionamento dos soviets locais:

“Sabemos que durante a guerra os melhores trabalhadores abandonaram as cidades em massa e que muitas vezes disso resulta uma situação que exige criar um soviete em determinada província ou cidade, dando base para um funcionamento regular. (...) Muito frequentemente, as assembleias do soviete considerado como organização política se enfraquecem, pois as pessoas se ocupam de tarefas puramente técnicas. As assembleias gerais dos soviets se celebram em escassas ocasiões e, quando se reúnem os deputados, sua única missão consiste em ser informados de uma circular, escutar um discurso etc.”¹⁰⁹

¹⁰⁵ Broué, Pierre. Op. cit., p. 97.

¹⁰⁶ Idem, p. 198. (Tradução minha.)

¹⁰⁷ Idem, ibidem.

¹⁰⁸ Dados extraídos de Broué, Pierre. Op. cit., p. 199. E de Pipes, Richard. Op. cit., p. 65.

¹⁰⁹ *Apud* Broué, Pierre. Op. cit., p. 171-172. (Tradução minha.)

A situação levou a que o Partido Bolchevique não só predominasse nos soviets, como também a que seus militantes ocupassem os setores-chaves da administração, afetando o próprio partido que ficou no limiar da dissolução na estrutura soviética.¹¹⁰

Em 1921, após a vitória do Exército Vermelho, o país encontrava-se à beira do colapso. O atraso econômico da Rússia, sempre levado em consideração, havia se agravado depois do envolvimento na Grande Guerra, seguido de três anos de uma cruenta guerra civil. As esperanças de que a revolução fosse vitoriosa em outros países, como Alemanha, Hungria, Polônia e Itália, permitindo a ruptura do isolamento e uma solidariedade internacional que efetivasse um intercâmbio, a recuperação da economia e a superação de muitas contradições, foram frustradas. É sob tais difíceis condições que o Partido Comunista russo adotará, em 1921, a Nova Política Econômica.

Produto do isolamento, os traços gerais da Nova Política Econômica podem ser definidos como uma maior liberalidade econômica para permitir superar o retrocesso e a estagnação da produção. Retorna-se à economia monetária, que havia sido suprimida pelo “comunismo de guerra”, os confiscos de grãos são substituídos por um imposto progressivo, são permitidas as pequenas e médias propriedades industriais e as inversões estrangeiras, sob controle estatal. Não obstante, à maior liberalidade econômica segue o reforço de uma série de medidas repressivas, pois os bolcheviques temiam que o processo de estratificação social, decorrente destas medidas, conduzisse ao reforço da contrarrevolução num período de grande instabilidade, marcado por greves e manifestações camponesas. O X Congresso do partido, iniciado em 8 de março de 1921, é atravessado por grandiosas polêmicas, decorrentes da própria situação contraditória do país e do Partido e, segundo Broué, essas contradições explicam porque “*o X Congresso que foi, antes que nada para os seus contemporâneos o da democracia operária que se tratava de restaurar, se convertesse, durante os anos seguintes, naquele que, com a sua proibição das frações dentro do partido, anunciava e preparava o monolitismo*”.¹¹¹ Assim, o X Congresso vota uma resolução que proíbe o funcionamento de frações e propõe como solução para o caráter contraditório entre a demanda por democracia e a situação do país o resgate da definição do centralismo democrático conforme os estatutos de 1919:

¹¹⁰ Ver Broué, Pierre. Op. cit., p. 171 e ss.

¹¹¹ Broué, Pierre. Op. cit., p. 210.

“As decisões dos organismos dirigentes devem ser aplicadas com rapidez e exatidão. Ao mesmo tempo, a discussão no partido de todas as questões controversas dentro da vida deste é inteiramente livre até que uma decisão seja tomada.”¹¹²

Ao mesmo tempo, as medidas adotadas para ingresso no partido denotam uma clara consciência dos riscos de degeneração e estabelecem o período de um ano de aspirância (sem direito a voto) para os membros do partido que não sejam de origem operária e o retorno dos militantes que serviram no soviete para a indústria e a agricultura “*nas mesmas condições de vida que os outros operários*”.¹¹³

Broué relata a situação do partido nesse período nos seguintes termos:

“O partido está cansado e Zinoviev assim o afirma sem rodeios: ‘Muitos militantes estão mortalmente fatigados, se lhes exige uma enorme tensão espiritual; suas famílias vivem em lastimosas condições: o partido e o azar lhes levam de um lugar a outro. Naturalmente disso resulta um desgaste fisiológico’. Os arquivos de Smolensk revelam que, naquela época, uns 17% dos membros do partido padecem de tuberculose. Dezenas de milhares dos melhores militantes foram mortos: pelo contrário, o final da guerra civil provoca o fluxo dos arrivistas e dos ambiciosos, de todos aqueles para os quais o carnê supõe uma espécie de seguro social. A força do partido em 1917 provinha de sua velha guarda e, na atualidade, está dizimada e exausta, porém também se originava nos vínculos com a classe operária ardente e combativa, generosa e entusiasta. Já não há um verdadeiro proletariado revolucionário e os proletários que restam se afastam do partido e de suas perspectivas históricas para aferrar-se a uma salvação tão individualista como problemática.”¹¹⁴

Para o ano de 1921, Pipes apresenta a cifra de 250 mil funcionários para o Conselho Supremo da Economia Nacional, órgão encarregado da indústria e, por volta de 1928, indica 4 milhões para a composição da burocracia estatal e partidária.¹¹⁵

Consciente das contradições da NEP, Boris Kagarlitsky, compreende os dilemas do regime ao criticar a apropriação desse período pela “*intelligentzia*” liberal da *glasnost* que, segundo esta, constituiria a “verdadeira face do leninismo”. Após demonstrar que a recuperação econômica no período foi limitada, denuncia que esse foi

¹¹² *Apud* Broué, Pierre. Op. cit., p. 212.

¹¹³ *Apud* Broué, Pierre. Op. cit., p. 213.

¹¹⁴ Broué, Pierre. Op. cit., p. 208.

¹¹⁵ Pipes, Richard. Op. cit.

o período de uma veloz burocratização e que permitiu à burocracia uma estabilização, aplainando o caminho para a transição stalinista.¹¹⁶

Seguindo o “raciocínio” da “*intelligentzia*” liberal russa durante o governo de Gorbachev, Richard Pipes em *O comunismo*, resgata a recuperação econômica, no período da NEP, como uma virtude da economia de mercado e, em outra ocasião, ergue os números do crescimento da burocracia estatal como uma ineficiência do “comunismo”, ignorando que os dois elementos estavam intimamente relacionados. Nas condições de carência da Rússia, o desenvolvimento econômico do período da NEP permitiu que um setor, justamente a burocracia, se destacasse com privilégios e se consolidasse enquanto casta para preservá-los.

No dia 4 de abril de 1922 o *Pravda* publicou a nomeação de Stalin para o posto de secretário-geral. Em maio, a doença afastará Lenin de suas funções até o final do ano. Os meses seguintes serão marcados pela sua ruptura pessoal com Stalin e a luta contra a burocracia até o final de sua vida.¹¹⁷ Em 1923, as contradições da Nova Política Econômica e as pressões que exercem sobre o partido e o Estado já são evidentes. Lenin morre em 21 de janeiro de 1924 e, no mesmo ano, uma campanha de filiação denominada “Convocação de Lenin” incorpora mais de 200 mil filiados, engrossando em mais de 50% as fileiras do partido. Destes, 57 % são analfabetos e, conforme Broué, “apesar de seu rótulo, a campanha confirma uma profunda ruptura com os métodos empregados por Lenin.”¹¹⁸ Será sob essas novas circunstâncias e dinâmica crescente que se organizará em 1924 e 1928 a oposição que travará a batalha no interior do partido para restaurar a democracia e corrigir os rumos econômicos. Contudo, em 1928 a Oposição Unificada resultará derrotada, restando a consolidação de Stalin no poder.

A luta pelo poder

O historiador russo Roi A. Medvedev – que reconhece, mas minimiza o papel da burocracia e dos métodos de Stalin para assumir e manter o poder da URSS – sustenta que a sua vitória foi, principalmente, uma vitória política, de convencimento do partido

¹¹⁶ Kagarlitsky, Boris. *A desintegração do monolito*. Tradução de Flávia Villas-Boas. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 60 -61. Broué apresenta versão semelhante para o mesmo período.

¹¹⁷ Baseado em Broué, Pierre. Op. cit., p. 223-225.

¹¹⁸ Idem, p. 265-266.

sobre bases teóricas. Descontando o que ele exagera e, principalmente, o que suprime, resta o fato importante de que a luta pelo poder entre a Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky, e a burocracia na URSS se expressou, principalmente, na luta entre a defesa da necessidade da expansão da revolução – “teoria da revolução permanente” – e pela chamada “teoria do socialismo num só país”, inventada e defendida por Stalin e seus seguidores como a adaptação do “marxismo-leninismo” às contingências do tempo e do espaço.¹¹⁹

Até 1923, ano em que uma nova tentativa de revolução na Alemanha foi frustrada, Stalin não teve posição independente no campo teórico sob a perspectiva do desenvolvimento revolucionário. Resignava-se em reproduzir a posição do Partido Bolchevique e, em muitos momentos, não acompanhou a dinâmica das mudanças que eram produzidas, particularmente no que se refere à posição de Lenin sobre a atitude do partido frente à guerra e à mudança de perspectiva da revolução depois do Fevereiro russo. Mas, nas circunstâncias de derrotas da revolução internacional e do crescimento da burocracia no interior do Estado soviético, começou a florescer a crítica ao que seria definido como o erro principal do “trotskismo”, a concepção da “revolução permanente” e, contrapondo-se a ela, a possibilidade da “edificação do socialismo num só país”.¹²⁰ Apoiando-se nas potencialidades e riquezas da vastidão territorial russa, mas, principalmente, nas frustrações produzidas pela sucessão de derrotas desferidas à revolução mundial, Stalin saiu vitorioso. Evidentemente, sua “teoria” só podia constituir uma enorme contradição com os fundamentos teóricos e as perspectivas revolucionárias que os fundadores do materialismo histórico haviam desenvolvido.

O capitalismo, considerado como modo de produção a ser superado, se constituía, desde o início, pelo mercado mundial e pela interdependência das nações. Que a classe burguesa comprimisse e tentasse limitar as forças produtivas – de um trabalho social que já se produzia em escala planetária – nos estreitos limites da nacionalidade, era apenas mais uma indicação de uma grave contradição das relações sociais burguesas com o desenvolvimento das forças produtivas. E ela se expressou de maneira cruenta com a Primeira Guerra Mundial e a sucessão de levantes populares que, inclusive, conduziram os bolcheviques ao poder na Rússia.

¹¹⁹ Medvedev, Roi A. “O socialismo num só país”, em *História do marxismo. O marxismo na época da terceira internacional: a URSS da construção do socialismo ao Stalinismo*. Adras Hegedüs et. al. Coordenação de Éric. J. Hobsbawm... (et. al.); tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 45 e ss.

¹²⁰ Ver Trotsky, Leon. *A teoria da revolução permanente*. Op. cit., p. 77-78.

Neste sentido, a tarefa do proletariado, nas condições de desenvolvimento da economia num sistema de concorrência de capitais, abrigado sob fronteiras nacionais, seria evidentemente suprimir os estreitos limites da nacionalidade. Vejamos como Marx e Engels apreendiam o processo:

“A grande indústria, em geral, criou por toda parte as mesmas relações entre as classes da sociedade e suprimiu por meio disso a particularidade das diversas nacionalidades. E finalmente, enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses nacionais à parte, a grande indústria criou uma classe que tem em todas as nações o mesmo interesse na qual toda nacionalidade já está destruída; uma classe que, de fato, está livre de todo o mundo antigo e, ao mesmo tempo, com ele se defronta.”¹²¹

O próprio *Manifesto* representa o esforço da organização dos trabalhadores acima das fronteiras nacionais, uma vez que era a expressão da compreensão do desenvolvimento internacional da luta de classes, quando a Liga dos Comunistas, no seu Congresso de Londres, em 1847, encarregou os autores da sua redação.¹²² Essa compreensão é destacada no alerta dos autores de que apenas pela forma, e não pelo conteúdo, a luta contra a burguesia seria “nacional”, uma vez que os trabalhadores devem se enfrentar com a sua “própria” burguesia. Aliás, o que distinguiria a ação dos comunistas dos outros partidos proletários seria fazer prevalecer os interesses comuns do proletariado, independente da nacionalidade e por representar sempre o interesse do movimento geral no desenvolvimento da luta do proletariado contra a burguesia.¹²³ Como conceber a superação da contradição entre as forças produtivas, que se desenvolviam em escala internacional, das travas e “dos grilhões” da organização nacional burguesa, senão concebendo a revolução em escala mundial, sob pena de fazer regredir as próprias forças produtivas que já se desenvolviam em plano internacional?

A divisão social do trabalho e o ingresso dos homens em relações sociais que são potências sociais, nascidas da cooperação dos indivíduos, mas que se lhes apresentam como naturais, independentes de sua vontade, da qual desconhecem a origem e o destino, como relações que eles criam, mas que se autonomizam e que não podem controlar caracterizam uma situação histórica em que – para usar uma expressão de Marx em *O Capital*, quando se refere ao fetichismo da mercadoria – “*eles não sabem, mas o fazem*”. A esse respeito, para além de outras notações, Marx, acrescentou

¹²¹ Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia Alemã*. Op. cit. p. 60-61.

¹²² Marx, Karl; Engels, Friedrich. “Prefácio à edição alemã de 1872”, em *Manifesto...* Op. cit., p. 12.

¹²³ Marx, Karl; Engels, Friedrich. *Manifesto...* Op. cit., p. 46.

uma nota no manuscrito de *A ideologia alemã* que, ainda que longa, nos parece bastante instrutiva sobre sua perspectiva:

“Essa ‘alienação’ [*Entfremdung*] (...) só pode ser superada, evidentemente, sob dois pressupostos práticos. Para que ela se torne um poder ‘insuportável’, quer dizer, um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente ‘sem propriedade’ e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existente, condições que pressupõem um grande aumento da força produtiva, um alto grau de seu desenvolvimento – e, por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas (no qual já está contida, ao mesmo tempo a existência empírica humana, dada não no plano local, mas no plano histórico-mundial) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generaliza a escassez e, portanto, com a carestia, a luta pelos gêneros necessários recomeçariam e toda a velha imundice acabaria por se restabelecer; além disso, apenas com esse desenvolvimento universal das forças produtivas é posto um intercâmbio universal dos homens e, com isso, é produzido simultaneamente em todos os povos o fenômeno da massa ‘sem propriedade’ (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das revoluções do outro; e, finalmente, indivíduos empiricamente universais, histórico mundiais, são postos no lugar dos indivíduos locais. Sem isso, 1) o comunismo poderia apenas existir como fenômeno local; 2) as próprias forças do intercâmbio não teriam podido se desenvolver como forças universais e, portanto, como forças insuportáveis; elas teriam permanecido como ‘circunstâncias’ doméstico-supersticiosas; e 3) toda ampliação do intercâmbio superaria o comunismo local. O comunismo, empiricamente, é apenas possível como ação ‘repentina’ e simultânea dos povos dominantes, o que pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e o intercâmbio mundial associado a esse desenvolvimento.”¹²⁴

A vitória da “teoria do socialismo num só país”, explicada como adequação do “marxismo-leninismo” às novas condições era, na verdade, expressão ideológica em solo russo, nascida em forma de “teoria”, da real submissão ao isolamento e da vitória parcial do capital mundial sobre a Rússia revolucionária. Assim, com enorme densidade de realidade e necessidade, o problema da interdependência da economia mundial se apresentava sub-repticiamente como incontornável, a despeito dos decretos “teóricos” do partido. Ora, durante os anos de guerra civil, o cerco imperialista, iniciado no alvorecer da revolução até 1921, levou à adoção do “comunismo de guerra”. Terminada

¹²⁴ Marx, Karl. Anotação do autor, apresentada na edição como nota “c”, p. 38-39. *A ideologia alemã*. Op. cit.

a guerra civil, a implantação da NEP, dentre outras medidas, buscava restabelecer, sob o controle do Estado, investimentos e inversões estrangeiras, considerados de extrema necessidade para recuperar e desenvolver a economia. Num primeiro momento, estas relações só eram possíveis com a Alemanha que, derrotada na guerra, também fora submetida pela França e Inglaterra a sérias restrições econômicas e políticas. Contudo, várias concessões foram estabelecidas com empresários norte-americanos.¹²⁵

Acordos comerciais e diplomáticos eram não só inevitáveis, como desesperadamente desejados pelo partido e pelo Estado soviético ainda sob a direção de Lenin. Contudo, esses acordos e tratados episódicos, resultado do isolamento e da necessidade de resistir, não poderiam significar qualquer prejuízo para o desenvolvimento da revolução internacional que, de fato, permitiria romper o isolamento do Estado operário russo de maneira estratégica. Assim, enquanto negociavam com o governo alemão, procuravam desenvolver a revolução alemã. Ainda sob as difíceis condições que permitiram à Alemanha e aos impérios centrais impor o Tratado de Brest-Litovsk (março de 1918), os bolcheviques nunca abdicaram de fazer propaganda socialista e instigar os soldados alemães à insubordinação. Antes de partir para as negociações, Trotsky, chefe da delegação soviética, anunciou, no dia anterior à sua chegada em solo alemão, o envio de um vagão inteiro de revolucionários e material destinado à campanha socialista entre os alemães.¹²⁶

Nesses anos, em que o resultado da guerra e o exemplo da Revolução Russa despertaram a rebeldia e a revolução em proporções nunca vistas, os bolcheviques, isolados e acossados pela guerra civil e pelas intervenções estrangeiras sentiram, mais do que qualquer outro, nas palavras de Broué, em sua excelente e infatigável *História da Internacional Comunista*, a ausência de uma organização internacional que pudesse articular todas as potencialidades revolucionárias do período.¹²⁷

Coerente com a perspectiva de Marx e Engels e da compreensão da interdependência global a que chegaram as forças produtivas sob o capitalismo, os bolcheviques, sob o impacto que a Revolução Russa havia despertado, convocaram a formação da III Internacional, fundada em 4 de março de 1919. Após os primeiros anos e passos no sentido de sua organização e estruturação, o impacto e o centro de gravidade da revolução e o afluxo em sua direção exigiram a adoção de medidas e

¹²⁵ Sobre a política de acordos comerciais, ver Muniz Bandeira, Luiz Alberto. Op. cit., p. 61 e ss.

¹²⁶ Broué, Pierre. *História da Internacional Comunista*. Tradução de Fernando Ferrone. São Paulo, Sundermann, 2007, tomo I, p. 48-49.

¹²⁷ Idem, *ibidem*. p. 60.

resoluções para delimitar sua organização, caráter, tática e objetivos revolucionários.¹²⁸ No seu IV congresso – realizado em dezembro de 1922, contando com a presença de 504 delegados de 60 organizações, inclusive com um brasileiro, Antônio Canelas, representante do PCB (Partido Comunista do Brasil) – Lenin, que já havia alertado e iniciado a luta contra o crescimento da burocracia no partido e no Estado soviético, expressa, em seu discurso, a preocupação com a “russificação” da Internacional. É para o mesmo congresso que o líder bolchevique redigirá a carta que recomendava afastar Stalin do cargo de secretário-geral.¹²⁹

Porém, a burocracia, enquanto era nutrida pelo atraso russo, se consolidava com as derrotas da revolução em outros países. O stalinismo, fortalecido, prepara novas derrotas. Trotsky afirma que dois processos são significativos para o extraordinário fortalecimento da burocracia na URSS. A frustração da revolução na Alemanha devido à retirada do partido comunista alemão em 1923, na qual o povo russo depositava grandes esperanças, inaugurou a campanha contra a “revolução permanente” na Rússia e impôs a primeira derrota à Oposição de Esquerda. Na sequência, a derrota da revolução Chinesa em 1926-1927 que, mais uma vez, impactou negativamente o alento de esperança dos trabalhadores russos na revolução mundial.¹³⁰

Após o golpe de 20 de março de 1926, Jiang Jieshi (Chiang Kai Chek) receberá orientação militar dos melhores generais soviéticos, a despeito das críticas e da posição do PC chinês, que defende o afastamento e a independência do partido em relação ao Guomindang, o partido nacionalista burguês da China. A Internacional Comunista, com o apoio de Stalin e Bukharin, sustenta o apoio ao Guomindang e os dois celebram o golpe como a vitória do partido “operário e camponês” e afirmam que o Guomindang destruirá os fundamentos do imperialismo na Ásia.¹³¹ O partido nacionalista chinês, sob a direção de Jiang Jieshi, será o mesmo que desencadeará a repressão aos comunistas chineses em abril de 1927, produzindo o “Massacre de Shangai”. Trotsky, que lutara contra a posição do PCUS e da Internacional Comunista sob a batuta de Stalin, afirma que a Internacional Comunista havia entregado os operários e camponeses chineses ao seu carrasco.¹³² Broué, corretamente questiona: “*A direção da Comintern, com Stalin e*

¹²⁸ Ver “III Internacional Comunista – Manifesto, teses e resoluções”, em *Cadernos de Formação Marxista*. Tradução de Cássia Corintha Pinto. São Paulo, Brasil Debates, 1989. 3 volumes.

¹²⁹ Broué, Pierre. *História da Internacional Comunista*. Op. cit., p. 329-332.

¹³⁰ Trotsky, Leon. *A revolução traída*. Op. cit., p. 109.

¹³¹ Broué, Pierre. *História da Internacional Comunista*. Op. cit., p. 540-542.

¹³² Trotsky, Leon. *A revolução traída*. Op. cit., p. 109.

Bukharin, teria realmente se alinhado com a política menchevique da revolução por etapas que serviram à oposição à Revolução de Outubro?” Ao que segue sua resposta: “A realidade é menos ideologizada. (...) Não se trata mais de debates teóricos da Comintern, mas de necessidades do Estado russo, cujos comandos estão nas mãos de Stalin.”¹³³

Excederia em muito os nossos objetivos detalhar o processo de conversão da Internacional Comunista – fundada para articular as forças revolucionárias em nível internacional por meio de suas seções para a revolução socialista mundial – em força de preservação dos interesses “nacionais” da burocracia estabelecida em território russo, para o equilíbrio do sistema capitalista mundial, com a adoção da “teoria do socialismo num só país”. O leitor poderá conhecer a trama pela excelente e detalhada obra de Pierre Broué a que fizemos referência. É longa a lista de crimes e de intervenções que buscaram, em nome do “bolchevismo” e do “marxismo-leninismo”, defender “o socialismo num só país” e que frustraram e contribuíram para a derrota de vários processos revolucionários na tentativa de estabilizar o *status quo* e preservar o isolamento da URSS.

O ponto de inflexão foi a derrota, em 1923, da revolução na Alemanha que, seguida nos demais países, ao mesmo tempo em que agravava a situação de isolamento da Rússia e fortalecia os setores burocráticos, permitiu uma reviravolta na concepção histórica do processo revolucionário que se manifestou na repulsa à teoria da revolução permanente, tida como degenerescência “trotskista”, na afirmação da “teoria do socialismo num só país”. Ora, se o país que deveria abrir espaço para a revolução mundial se refugiava na “teoria do socialismo num só país”, o que esperar dos países “retardatários” senão a submissão aos conceitos de estágio de desenvolvimento das forças produtivas, defendidos por Plekhanov, sustentados pelos mencheviques, criticados e superados por Lenin? Críticas ainda mais consistentes depois da grande viragem inaugurada pela Primeira Guerra Mundial e suas conclusões sobre o desenvolvimento do capitalismo em sua fase imperialista; da mudança teórica sobre o processo revolucionário, inauguradas pelas suas “Cartas de longe”; sua luta em torno das “Teses de Abril” e, posteriormente, pela defesa da tomada do poder. Contudo, a ausência de reflexão sobre o recuo prático, por parte dos dirigentes da Internacional Comunista, no caso China em 1926-1927, logo ganharia dimensões teóricas.

¹³³ Broué, Pierre. *História da Internacional Comunista*. Op. cit., p. 542.

O VI Congresso da Internacional Comunista, iniciado em 17 de julho de 1928, após a expulsão da Oposição de Esquerda do partido russo e da própria Internacional, reuniu 532 delegados representando 57 partidos.¹³⁴ Ele sancionará e potencializará a prática que já vinha sendo desenvolvida de afastamento dos partidos comunistas da social-democracia, criando os “sindicatos vermelhos” que dividiram o movimento dos trabalhadores, principalmente na Alemanha, para citar exemplo. O congresso definirá a tática e a estratégia para o que a Internacional Comunista nomeará de “terceiro período”, concebido como a abertura de uma suposta nova etapa revolucionária, na conjuntura mundial do capitalismo. Nesta nova etapa, a social-democracia seria identificada com o fascismo, e qualquer possibilidade de unidade entre os trabalhadores estava, portando, bloqueada.

A social-democracia era apreendida como a “ala esquerda do fascismo” e, por isso, a mais insidiosa contra os objetivos dos “comunistas”. As consequências desta política foram trágicas, particularmente na Alemanha, uma vez que se obstaculizou a possibilidade de unidade dos trabalhadores para derrotar o nazismo e impedir a ascensão de Hitler ao poder.¹³⁵ Ainda no início da década de 1930, Trotsky afirmava que a sorte do mundo estava sendo lançada na Alemanha. A adaptação da social-democracia ao capitalismo era um problema objetivo para o desenlace que se aproximava: vitória do nazismo ou do comunismo. Contudo, a responsabilidade era de ordem subjetiva, cabia ao partido comunista construir a unidade com a social-democracia que permitiria derrotar o fascismo. A manutenção da política da burocracia russa, personalizada por Stalin e aprovada no VI Congresso fazia, portanto, incontornável a ascensão de Hitler ao poder.¹³⁶

A política “ultraesquerdista” apresentada pela burocracia soviética era, deveras, resultado também da exacerbação da luta no interior da URSS que, diante dos estertores e limites da NEP e do retrocesso imposto à revolução mundial, voltava-se agora contra a “oposição de direita”, representada por Bukharin. As ideias eram, mais uma vez,

¹³⁴ Broué, Pierre. *História da Internacional Comunista*. Op. cit., tomo I, p. 601.

¹³⁵ Ver Broué, Pierre. *História da Internacional Comunista*. Op. cit., p. 601 e ss. Sagra, Alicia. *História das internacionais socialistas*. Traduzido por Paula Maffei. São Paulo, Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005, p. 82-83. Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *A reunificação da Alemanha*. Op. cit., p. 78-80.

¹³⁶ Trotsky, Leon. “Está na Alemanha a Chave da Situação Internacional”, em *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Tradução de Mário Pedrosa, 1933. Fonte: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1931/11/26.htm> consulta em 25/1/2011.

expressão da luta de classes que emergiam no território do “socialismo num só país” e tomava contornos mundiais. A interdependência e a combinação da “desigualdade” no plano material, ideológico, teórico e político assumia contornos inusitados. A política do “terceiro período” conduziria ao desastre não só o Ocidente com a ascensão de Hitler. A política de “coletivização forçada”, sobre a qual membros clandestinos da Oposição de Esquerda na URSS forneciam dados e avaliações a Trotsky, se configurou numa obra de destruição semelhante aos períodos da guerra civil. E, mesmo depois de muitos anos, o espectro de destruição, apesar dos esforços para eliminar provas e “desfigurar” a história, nos quais os stalinistas eram tão dedicados e, ao mesmo tempo, incapazes, diante do monumento épico que eram obrigados a erguer, a brutalidade foi tal que fez o pesquisador Boris Schnaiderman, numa obra dedicada ao desenvolvimento cultural, artístico e científico do período soviético, recuar diante do que encontrou quando teve acesso à parte dos arquivos depois da queda do PCUS.¹³⁷

Não obstante, o VI Congresso pretendeu, também, armar suas seções com a “teoria revolucionária”. Sob uma única rubrica definiu a política a ser desenvolvida pelos partidos comunistas dos chamados países “coloniais e em desenvolvimento”, incluindo nesta categoria o Brasil e os demais países da América Latina e estendeu “semelhanças” do seu desenvolvimento histórico-social com países como a Índia e a China e, em nome do “marxismo-leninismo”, proclamou o caráter de suas revoluções como “democrático-burguesas”.¹³⁸

¹³⁷ Baseado em relato de Iúri Borev, Boris Schnaiderman revela o drama das camponesas que eram enviadas à Sibéria e levavam seus bebês ao soviete local, cientes de que eles não sobreviveriam à viagem e na esperança de que seus conterrâneos cuidassem deles. As autoridades “competentes” concluíram que os bebês pertenciam a uma classe hostil, que deveria ser exterminada pela raiz. Os soviets locais encaminhavam as crianças para um soviete mais central, onde eram depositadas no chão, até que os gritos não pudessem ser mais ouvidos. Ele questiona: “Seria possível? Era o mesmo povo? Como se pode passar com tanta rapidez do sublime ao mais ignóbil e repulsivo? Por mais que leiamos o nosso Dostoiévsky, o nosso Tolstói, o contraste entre a troica de Gógol e os abismos de abjeção, de ignomínia, que a história nos desvela, só pode causar-nos perplexidade e horror. (...)”

E é com esta perplexidade que termino o meu livro, que urge agora transmitir ao leitor. Pretendia trabalhar mais nele, abordar outros campos do conhecimento e da arte, mas acredito que me perdoarão por desistir disso. O sonho foi envolvente demais, o pesadelo, demasiado terrível, para que eu continue neste afã.” Schnaiderman, Boris. *Os escombros e o mito: a cultura e o fim da União Soviética*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 269. O livro de Schnaiderman, ao abordar a produção cultural e científica a partir da revolução até a *perestroika*, permite identificar as transformações políticas e sociais do período.

¹³⁸ Ricardo Antunes termina por conceber o stalinismo como uma tentativa de estender o “modelo de revolução russa” aos demais países, quando se trata, em verdade, de negar o modelo, os preceitos teóricos e a própria densidade histórica da revolução aos demais países. Ver Antunes, Ricardo. “Os comunistas no Brasil: As repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB)”, em *Cadernos AEL*, n. 2, p. 13-14. Sem local e data. Fonte: http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/publicacoes/cadernos/cad-3/informa-p289.pdf consulta em 25/1/2011.

Os partidos comunistas na América Latina se desenvolveram de maneira relativamente independente da Internacional Comunista até 1928. Seus agentes praticamente ignoram as particularidades nacionais, a realidade política, econômica e social dos países latino-americanos.¹³⁹ O estreitamento dos “laços” será terrível! Expulso do Brasil por suas atividades militantes, Plínio Gomes de Melo, apresentará sua oposição à política do terceiro período, em maio de 1930, numa reunião do Birô Larinoamericano da Comintern. Ele é expulso do PCB quando volta ao Brasil e se junta à Oposição de Esquerda. Seguindo a onda de substituição dos dirigentes que, em todas as seções, de alguma forma manifestaram sua oposição ou expressaram posições independentes do aparato montado em Moscou, Astrogildo Pereira é destituído do cargo de secretário-geral do PCB.¹⁴⁰

A adoção da “nova” perspectiva teórica para a “revolução” elaborada pela Internacional Comunista é, sem dúvida, diametralmente oposta à elaboração defendida por Lenin, antes mesmo de sua mudança de posição depois do Fevereiro russo. Remontava às posições de Plekhanov e dos mencheviques e era, em si, a negação teórica do próprio desenvolvimento histórico russo e de sua revolução. Que essas mudanças surgissem como fiéis aos pressupostos revolucionários dos que haviam descortinado a possibilidade do poder proletário e que fosse denominada como “marxismo-leninismo” é já sintomático. Conforme o historiador americano R. V. Daniels, comentando o alvorecer da “teoria da construção do socialismo num só país”:
“Trata-se do começo de um longo processo de reinterpretação e de reconstrução cujo efeito era de colocar o que se representava como o marxismo-leninismo em conforme com a evolução real do Estado soviético.” (sic)¹⁴¹ A dependência dos partidos vinculados à Internacional Comunista do partido comunista russo e este ditando as necessidades da burocracia do Estado soviético, conduzem Broué a afirmar que, doravante, surgem “partidos de novo tipo”, “stalinistas”, que não são nem “revolucionários” nem “reformistas”.¹⁴²

No Brasil, em agosto de 1947, o PCB lança uma publicação destinada ao debate teórico. No primeiro número da sua *Revista Problemas* encontramos o terrível axioma de uma lógica esterilizante:

¹³⁹ Ver Broué, Pierre. *História da Internacional Comunista*. Op. cit., p. 365. Ver também: Antunes, Ricardo. “Os comunistas no Brasil...”. Op. cit., p. 16.

¹⁴⁰ Broué, Pierre. *História da Internacional Comunista*. Op. cit., p. 615, 626, 632 e 1113.

¹⁴¹ Daniels, R. V. *Apud* Broué, Pierre. Idem, p. 450.

¹⁴² Broué, Pierre. *História da Internacional Comunista*. Op. cit., p. 687, 688.

“Apresentação (Redação)

Os documentos do PCB entre os quais se destacam as lições magistrais de Prestes abriram um caminho novo no pensamento brasileiro com uma importância, um conteúdo, com tamanhas consequências que ultrapassam a influência das ideias da Revolução Francesa e da Revolução Americana na Inconfidência Mineira e em todas as lutas pela Independência e do Positivismo na campanha da Abolição e da República.

Prestes, como um grande teórico marxista-leninista, soube encontrar a solução brasileira dos problemas brasileiros e assim caracterizou os fundamentos da nossa Revolução Democrático Burguesa. Soube, com excepcional vigor, confirmar o que ensina Kalinin:

‘Que queremos dizer quando dizemos: compreender completamente o marxismo-leninismo? Como devemos compreender isto? Significa aprender de memória e textualmente conclusões e fórmulas já feitas? Ou significa a dominação da essência do marxismo-leninismo e a habilidade de aplicar esta teoria como um guia para a ação na vida social, política e pessoal? Este último significado será o mais verdadeiro, o mais correto, o mais importante. É o principal do marxismo-leninismo. E quando dizemos "dominar o marxismo-leninismo" isto significa aprender a vê-lo dinamicamente’.¹⁴³

É na impertinência e esterilidade desta lógica para o desenvolvimento da revolução que as duas principais forças que reivindicam o legado do “marxismo-leninismo” no Brasil vão entrar em luta como fiéis herdeiros e depositários do legado da Revolução Russa. A forma não poderia ultrapassar e expressar mais que o conteúdo... de uma caricatura.

¹⁴³ *Revista Problemas*, n. 1, agosto de 1947. Fonte: http://grabois.org.br/porta1/cdm/revista.int.php?id_sessao=35&id_publicacao=29&id_indice=101 (Consulta em 9/1/2011.)

Capítulo II

O ENIGMA DO SOCIALISMO REAL OU O REAL COMO ENIGMA?

*“Gris, caro amigo, é toda teoria,
E verde a áurea árvore da vida.”¹⁴⁴*

Goethe

O fim da União Soviética popularizou, até tornar “quase” universal, o termo “socialismo real” como expressão da estrutura econômica, política e social da ex-URSS. Desde então, jornalistas e acadêmicos, políticos, militantes de esquerda e de direita fazem uso do termo para se referirem ao processo histórico inaugurado pela Revolução de Outubro.¹⁴⁵

Embora o termo tenha surgido a partir do centro do poder da ex-União Soviética na década de 1970 para distinguir as evidentes contradições de sua “realidade” com o projeto formulado por Marx e Engels,¹⁴⁶ o seu caráter de “quase universalidade” foi adquirido após os processos de restauração do capitalismo no Leste Europeu. E não por acaso. Diante da força do simbolismo das manifestações populares que repudiaram os regimes de partido único, era de interesse da campanha ideológica desencadeada pelas principais potências capitalistas e pelos meios de comunicação, não apenas cunhar esses

¹⁴⁴ *Mefistófiles à Fausto*. No original: “*Grau, teurer Freund, ist alle Theorie, Und grün des Lebens goldner Baum.*” Goethe, Johann Wolfgang von. *Fausto – uma tragédia*. Primeira parte. Tradução do original alemão de Jenny Klabin Segall. São Paulo, Editora 34, 2004, p.194-195.

¹⁴⁵ Luis Fernandes afirma que na década de 1980 “com o aprofundamento da Perestroika na URSS e o subsequente colapso do ‘bloco soviético’ o conceito de Totalitarismo ressurgiu como caracterização ‘oficial’ dos antigos regimes nos discursos acadêmicos, político e jornalístico dos próprios países do Leste”. Também nos meios acadêmicos ocidentais o termo teria se revitalizado a partir do “colapso do bloco soviético” devido ao seu conteúdo pejorativo. Não obstante, pelo menos no Brasil, o termo que, do nosso ponto de vista se popularizou foi o de “socialismo real”, expressão corrente nos meios de comunicação, em artigos e discursos acadêmicos. Ver: Fernandes, Luis. *O enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. Op. cit., p. 30.

¹⁴⁶ Fernandes, Luis. Op. cit., p. 78. Luiz Alberto Moniz Bandeira afirma que a expressão “real socialismo existente” (real existierende Sozialismus) teria sido cunhada por Erich Honecker, primeiro-secretário do Partido Socialista Unificado da Alemanha – SED (Sozialistische Einheitspartei Deutschlands), para justificar o sistema político na URSS e demais países do Leste Europeu. Muniz Bandeira, Luiz Alberto. *A reunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real*. Op. cit., p. 27.

regimes com um dos termos da expressão, isto é, como “socialistas” mas, também, complementá-lo com a segunda expressão: “real”. Assim, o “socialismo” ganhava materialidade, expressão econômica, contorno político, traços sociais bem definidos ao mesmo tempo em que deixava de ser uma utopia. Desta forma o “socialismo real” adquire a concretude, as expressões, os contornos e os traços dos regimes que estavam sendo repudiados pela maioria da população daqueles países.

Por outro lado, a dupla afirmação contida na expressão, ao mesmo tempo em que afirma o caráter “socialista” do que estava sendo repudiado, inseria um outro termo também de dupla conotação na medida em que contrapõe o termo “real” às proposições que se sustentavam nas teorias marxistas e atribuíam ao socialismo massa e densidades distintas das que se verificavam no Leste Europeu. Desta forma, a afirmação de que as propostas socialistas diferiam do que existia nesses países têm, imediatamente, por inferência prática e analogia direta, suas posições tomadas por “utopias” contrapostas à “realidade” do significado “prático” e “verdadeiro” do “socialismo” manifesto na crise econômica, na desigualdade social, na censura, na repressão violenta e nos inumeráveis crimes perpetrados contra povos inteiros.

Interessa ao capital não só afirmar que o que existia na ex-URSS e nos demais países do Leste era o socialismo mas, além disso, que era o “socialismo real”. Assim, o “real” materializado com massa, peso, forma e densidade, ou conforme o léxico: “que existe de fato, verdadeiro”,¹⁴⁷ é contraposto aos antônimos correlatos, isto é: “real” como diferente de “irreal”; “real” como distinto de “ideal”; “real” como diverso de “ilusório”; “real” contraposto à “utopia”. Ora, como se sabe, a “experiência” – para usar um termo pouco adequado – de implantar uma sociedade igualitária, socialista, não começa com a Revolução de Outubro na Rússia em 1917. E, não menos importante, a teoria na qual os bolcheviques fundamentaram sua prática para tomada do poder incluía uma severa crítica de Marx e Engels ao que consideravam uma utopia, Tanto que Engels, num dos capítulos de *Anti-Dühring* – posteriormente convertido em uma publicação independente – consagrou o título “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico” para indicar a ruptura e balizar a materialidade ou, se preferir, as bases reais, sobre as quais toda a perspectiva de transformação social e de teoria revolucionária

¹⁴⁷ “Real². [Do b. – lat. Reale < lat. Res, rei, ‘coisa, coisas’.] Adj. 2 g. 1. Que existe de fato; verdadeiro. 2. Filos. Diz-se daquilo que é uma coisa, ou que diz respeito a coisas. [Opõe-se a aparente, fictício, ideal, ilusório, possível, potencial etc.] Holanda Ferreira, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1. ed. (10ª impressão), [s.d.], p. 1.191.

deveria se basear. Em outros termos, para nós, o socialismo não foi uma “realidade” e não consideramos que seja uma “utopia”.¹⁴⁸

Não obstante, é preciso reconhecer que setores da esquerda utilizam o termo para, justamente, tentar diferenciar o que havia na realidade (expresso no “real”) das suas propostas de socialismo. Contudo, terminam – ao identificar aquela realidade como socialista – reforçando uma ideia que serve, da forma como foi popularizada, precisamente aos interesses do capital.

Há, ainda, os que adotam a expressão por acreditar que o que de fato existia na ex-URSS era o socialismo e que a realização prática das propostas teóricas do socialismo assumiram a feição de realidade dos países do Leste Europeu. Reivindicam, portanto, a ex-União Soviética e demais países como realidades socialistas. O que, diante do colapso evidente inaugurado a partir de 1989, implica, mantendo-se a perspectiva de emancipação humana a partir da abolição da propriedade privada, uma revisão teórica das propostas marxistas. Uma das expressões desta última formulação é a obra de Luis Fernandes, *O enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*.¹⁴⁹

O exame das abordagens de Luis Fernandes – que evidentemente o título do presente capítulo constitui um contraponto – nos parece significativo pela própria dimensão do seu trabalho – uma crítica das principais teorias explicativas do “sistema soviético” –, pelo fato de integrar a direção nacional do PCdoB, uma das organizações que submetemos à análise, e também na medida em que o autor adota a expressão que questionamos.

Não obstante, pretendemos resgatar as formulações de Leon Trotsky, fundamentalmente a partir de sua obra *A revolução traída: o que é e para onde vai a União Soviética*, como uma significativa contribuição teórica para compreensão da natureza social dos Estados soviéticos e para o processo de desenvolvimento histórico iniciado pela Revolução de Outubro, em 1917, e “encerrado” em 1989 pelo simbolismo da “Queda do Muro de Berlim”. Assim, abordaremos as posições de Trotsky à luz das críticas formuladas por Fernandes, ao mesmo tempo em que estabeleceremos a nossa própria crítica.

¹⁴⁸ Dizer que o socialismo não foi uma realidade não significa dizer que as propostas socialistas e os objetivos do socialismo não estiveram postos como uma realidade e que não continuem sendo uma necessidade, dada a própria realidade da classe trabalhadora e da humanidade.

¹⁴⁹ Fernandes, Luis. Op. cit.

Extrapolando os limites do presente trabalho uma avaliação das várias teorias sobre a natureza da ex-URSS. Pretendemos, portanto, neste capítulo, confrontar as posições de Fernandes através do resgate das elaborações de Trotsky. Tal abordagem nos parece interessante e significativa para o exame histórico sob vários aspectos: em primeiro lugar porque a obra de Trotsky é uma análise crítica sobre a constituição e o caráter da União Soviética anterior ao seu “colapso” que, justamente, consagrou a expressão “socialismo real”. Por outro lado, o autor é, também, um dos atores, um dos principais dirigentes da Revolução Russa e desenvolve a sua crítica numa perspectiva teórica marxista que parte da defesa do socialismo e das conquistas da Revolução de Outubro. Ademais, outra característica importante é que a obra *A revolução traída* foi produzida em 1936, um período de grandes realizações econômicas na URSS que, em contraste com a crise do capitalismo iniciada em 1929, fortaleciam as posições políticas de Stalin.¹⁵⁰ Parece-nos interessante, portanto, contrapor uma abordagem crítica sobre a URSS, elaborada num período de grandes realizações econômicas, a uma abordagem que não pode deixar de refletir o colapso econômico e o fim da própria URSS. Ou seja, enquanto uma obra analisa o processo histórico ainda em movimento, apreende e sustenta uma teoria a partir do desenvolvimento dinâmico dos elementos internos, a outra é elaborada a partir do que podemos denominar o fim de todo um período histórico ou – pela cronologia ajustada às viragens bruscas da história –, para usar a expressão de Eric Hobsbawm, após o fim do “breve século XX” que teria início em 1914 e término em 1991, “o período que começa em Sarajevo e (como agora podemos tristemente reconhecer) também termina em Sarajevo, ou melhor, com o colapso dos regimes socialistas da União Soviética e, conseqüentemente, da metade oriental da Europa”.¹⁵¹

Críticas às posições de Trotsky

Passemos ao exame das críticas formuladas por Fernandes em relação ao trabalho de Trotsky. Após descrever a “evolução” das posições do revolucionário russo

¹⁵⁰ Hernández, Martín. “Introdução”, em *A revolução traída*. Op. cit., p. 33.

¹⁵¹ Hobsbawm, Eric J. “O Presente como História”, em Hobsbawm, Eric J. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo, Cia. das Letras, 1998, p. 244. Ver também, do mesmo autor, o prefácio de *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia da Letras, 2. ed. (6ª impressão), 1995, p. 7: “Acho que já é possível ver o Breve Século XX – de 1914 até o fim da era soviética – dentro de uma certa perspectiva histórica.”

ao longo do tempo,¹⁵² o autor de *O enigma do socialismo Real* apresenta o que lhe “parecem ser algumas das suas premissas e postulados [de Trotsky] mais problemáticos”.¹⁵³

“1) Sua abordagem do socialismo revela uma forte dose de determinismo tecnológico, subjacente ao economicismo a que já me referi anteriormente. Na concepção formulada por Trotsky, uma vez estabelecida a predominância da propriedade estatal, é a *base técnica* (as forças produtivas) que *determina* o caráter socialista (ou não) dessa propriedade, e, por decorrência, do próprio regime social (item 1 acima). Assim, na sua visão, enquanto as formas soviéticas de propriedade fundadas sobre a técnica americana poderiam ser consideradas socialistas, essas mesmas formas nas condições do baixo rendimento do trabalho da URSS não significariam mais do que ‘um regime transitório cujos destinos não estão ainda definitivamente pesados pela história’.”¹⁵⁴

A abordagem de Trotsky sobre o socialismo, segundo Fernandes, seria fundamentada no economicismo e no determinismo tecnológico. Para substanciar esta afirmação, Fernandes recorre a uma comparação feita pelo autor de *A revolução traída* que estabelece, a partir das formas soviéticas de propriedade, um parâmetro econômico sob o qual “as aquisições mais recentes da técnica americana e alargadas a todos os ramos da economia se identificariam já com o primeiro estágio do socialismo”.¹⁵⁵ O que Fernandes desconsidera ao recorrer a esta formulação é que Trotsky está precisamente questionando o anúncio da “vitória completa do socialismo”, feita por parte dos órgãos oficiais da União Soviética desde o início da década de 1930, e, antes de chegar nesta formulação, discute precisamente não o peso da economia e da técnica mas, inversamente, o crescente peso do Estado diante do baixo rendimento econômico, da técnica e da cultura. Em outros termos, o autor explica sob quais bases o Estado na União Soviética, após a derrota da revolução internacional e sob as condições de atraso, assumiu dimensões e autonomia crescentes, contrariando a teoria marxista sobre o Estado. Contudo, avancemos nas críticas de Fernandes para demonstrar o caráter crítico de suas interpretações:

“2) Associado à sua base técnica atrasada, o caráter não-socialista da URSS seria determinado, segundo Trotsky, pela predominância de normas burguesas de repartição do produto social. Isto teria gerado uma contradição entre o

¹⁵² Fernandes, Luis. Op. cit., p. 85-89.

¹⁵³ Idem, p. 89.

¹⁵⁴ Idem, ibidem. (Destques no original.)

¹⁵⁵ Trotsky, Leon. *A revolução traída*. Op. cit., p. 84.

caráter socialista incipiente da produção e o caráter capitalista da distribuição na sociedade soviética. O processo de burocratização estatal-partidária seria, precisamente, fruto desta contradição. Acontece que, como vimos antes, Marx concebeu o princípio da remuneração segundo o trabalho (o “direito burguês”) como norma distributiva básica *do socialismo* (i.e., de toda a primeira fase do comunismo), sem o qual a elevação da produtividade econômica (condição para superar as diferenças de classe na sociedade) seria impossível. A análise de Trotsky acaba confundindo e misturando, assim, padrões de relacionamento econômico-social que, segundo o marxismo clássico, pertencem a fases distintas do processo de construção de uma sociedade sem classes. Isto torna o seu esquema analítico particularmente inadequado para examinar (ou sequer formular) a problemática da autonomização do Estado *no próprio socialismo*.¹⁵⁶

O autor, que no primeiro ponto em sua polêmica com Trotsky ignorou os preceitos de Marx, o resgata contra Trotsky no segundo. Assim, admite que “*a elevação da produtividade econômica [é] (condição para superar as diferenças de classe na sociedade)*”. Ora, como dissemos, é exatamente pelo fato de o governo soviético anunciar a extinção das classes na União Soviética, que Trotsky parte da referência das técnicas mais avançadas da época (a americana) que, sob as formas soviéticas, permitiriam uma elevação da produtividade do trabalho para satisfação das necessidades sociais e a extinção dos antagonismos de classe e, com eles, do Estado. Assim, para resgatar o contexto ignorado por Fernandes:

“A ‘vitória completa’ do socialismo foi várias vezes anunciada na URSS e sob uma forma particularmente categórica, em seguida à ‘liquidação dos *kulaks* como classe’. Em 30 de janeiro de 1931, o *Pravda* comentando um discurso de Stalin, escrevia: “O segundo plano quinquenal liquidará os *últimos vestígios* dos elementos capitalistas da nossa economia’ (itálico nosso, L.T.) Deste ponto de vista o Estado deveria desaparecer sem regresso no mesmo lapso de tempo, porque não há mais nada a fazer quando os ‘últimos vestígios’ do capitalismo são liquidados. ‘O poder dos Sovietes’, declara o programa do Partido Bolchevique sobre esse assunto, ‘reconhece abertamente o inevitável caráter de classe de qualquer Estado enquanto não desaparecer inteiramente a divisão da sociedade em classes, e, com ela, toda a autoridade governamental’. Mas logo que imprudentes teóricos moscovitas tentam deduzir sobre a liquidação dos ‘últimos vestígios do capitalismo’, admitida por eles como uma realidade – o

¹⁵⁶ Fernandes, Luis. Op. cit., p. 89-90.

desaparecimento do Estado – a burocracia declarou as suas teorias ‘contrarrevolucionárias’.¹⁵⁷

Nesta altura, retornemos à segunda formulação de Fernandes, segundo a qual Trotsky confunde e mistura padrões de relações econômico-sociais de fases distintas de uma sociedade sem classes o que tornaria sua análise inadequada para examinar a “autonomização do Estado” no socialismo. Inicialmente cabe destacar, como restará evidente, que Trotsky não concebe o caráter não socialista da URSS pela “predominância de normas burguesas de repartição do produto social”. Ao contrário, ele define que as normas de distribuição burguesas são inerentes ao socialismo como regime transitório. O que diferencia o regime soviético do socialismo é precisamente que estas normas, herdadas do regime burguês, numa situação de isolamento, atraso econômico e carências generalizadas, abrem uma luta constante por acumulação primitiva, conduzindo a instabilidades crescentes sobre as quais a burocracia, como agente social do Estado, ganha uma enorme autonomia. Ou seja, o Estado eleva-se acima da sociedade para regular os conflitos constantemente nascidos da escassez. Contudo, como agente regulador, dispondo dos principais meios de produção e distribuição, ela também é parte da luta pela acumulação primitiva, pela busca de privilégios que procura reproduzir e ampliar. Vejamos como Trotsky, numa das várias vezes em que se refere às formas de repartição, aborda a questão das normas “burguesas de distribuição” à luz da experiência soviética:

“O capitalismo preparou as condições e as forças da revolução social: a técnica, a ciência, o proletariado. A sociedade comunista não pode, no entanto, suceder imediatamente à sociedade burguesa; a herança material e cultural do passado é insuficiente. A princípio, o Estado Operário não pode ainda permitir a cada um trabalhar ‘segundo as suas capacidades’, o que significa fazer o que se quiser e puder, nem recompensar cada um ‘segundo as suas necessidades’, independentemente do trabalho fornecido. O interesse do crescimento das forças produtivas obriga a recorrer às habituais normas de salário, isto é, a repartição dos bens segundo a quantidade e qualidade do trabalho individual.

Marx chamava a essa primeira etapa da nova sociedade de ‘o estágio inferior do comunismo’. Distingua-o assim do estágio superior no qual desapareceria, ao mesmo tempo que o último espectro da necessidade, a desigualdade material. (...) Marx entendia, em todo o caso, por ‘estágio inferior do comunismo’ o de uma sociedade cujo desenvolvimento econômico seria, desde o início, *superior* ao do capitalismo avançado. (...) A realidade foi

¹⁵⁷ Trotsky, Leon. Op. cit., p. 84.

precisamente inversa. Tentar aplicar mecanicamente, ao caso particular da URSS, na atual fase de sua evolução, a concepção universal de Marx é cair imediatamente em inextrincáveis contradições.

(...) Se a sociedade que deveria formar-se com base na socialização das forças produtivas dos países mais avançados do capitalismo na sua época representava para Marx o ‘estágio inferior do comunismo’, essa definição não se aplica manifestamente à URSS que se mantém hoje muito mais pobre do que os países capitalistas, quanto à técnica, aos bens e à cultura.”¹⁵⁸

Como fica evidente, Trotsky identifica o socialismo como um estágio do comunismo em que a necessidade do crescimento das forças produtivas obrigam ao recurso das normas burguesas de distribuição. Mas Trotsky, que foi condenado como economicista por vincular a realização do socialismo ao domínio das técnicas mais avançadas que permitiriam uma maior produtividade – ou, para usar a expressão empregada por Fernandes no segundo ponto e ignorada no primeiro, que relaciona o socialismo “à elevação da produtividade econômica (condição para superar as diferenças de classe na sociedade)” –, resgata a formulação universal de Marx em sua totalidade e, ao confrontá-la com a situação concreta, específica e singular da Rússia, adverte: “*Tentar aplicar mecanicamente, ao caso particular da URSS, na atual fase da sua evolução, a concepção universal de Marx é cair imediatamente em inextrincáveis contradições*”. Assim, após analisar a situação econômica política e social da URSS e contrastá-la aos preceitos de Marx, indica: “*É, pois, muito mais exato chamar o atual regime soviético, com todas as suas contradições, não de **socialista**, mas de **transitório** entre o capitalismo e o socialismo, ou **preparatório** para o socialismo.*”¹⁵⁹

Para o autor, a questão da produtividade do trabalho ganha enorme importância pelo fato de que as condições de atraso econômico produzem contradições crescentes que conduzem à diferenciação social, fazendo surgir antagonismos que desenvolvem sua própria lógica, que ganham uma autonomia relativa, antes mesmo que o desenvolvimento das forças produtivas pudessem permitir a sua supressão. Assim, afirma que da mesma forma que o kulak não havia se deixado “assimilar” pelo socialismo e exigiu uma revolução complementar, seria também imprudente acreditar que a burocracia, que concentrava em suas mãos poder e riqueza, se deixasse “assimilar” pelo socialismo.¹⁶⁰

¹⁵⁸ Idem, p. 74 -75.

¹⁵⁹ Trotsky, Leon. Op. cit., p.75. (Destques no original.)

¹⁶⁰ Idem, p. 75-76.

A partir da identificação da contradição estrutural entre o método “socialista” de produção, isto é, a estatização e a planificação econômica, as condições de atraso da União Soviética e os métodos de repartição herdados da burguesia, o revolucionário russo indicará precisamente a enorme autonomia assumida pela burocracia e o Estado na URSS. Desta forma, aponta que “*a burocracia é essencialmente necessária todas as vezes que ásperos antagonismos se encontram presentes e que é necessário ‘atenuá-los’, ‘acomodá-los’, regulá-los’ (sempre no interesse dos privilegiados e dos possuidores, e sempre com vantagem para a burocracia)*”.¹⁶¹

Tomando por referência as concepções marxistas sobre o Estado, fundamentalmente as formuladas por Engels e Lenin, passa, então, a sustentar o contraste entre a teoria e a realidade soviética. Destaca particularmente a compreensão do duplo caráter do Estado operário, que ao mesmo tempo em que exerce a “ditadura” da maioria sobre a minoria burguesa e, portanto, não pode prescindir de um aparelho coercitivo, isto é, do Estado; ao mesmo tempo e na medida em que exerce esta “ditadura” tem que, como tarefa derivada, preparar o seu desaparecimento. Este duplo papel do Estado seria assegurado precisamente pelas características das formas soviéticas que permitiriam o exercício do poder e da coerção por toda a comunidade, e não como um exercício da minoria por intermédio de um corpo separado da sociedade. Os traços fundamentais deste Estado são abordados por Lenin em sua obra *O Estado e a revolução* e encontram-se dispersos em vários de seus “escritos”, e podem, em linhas gerais, ser identificados no primeiro capítulo desta exposição. Trotsky prossegue:

“Seja qual for a interpretação que se der sobre a natureza do Estado soviético, uma coisa é incontestável: ao fim dos seus vinte primeiros anos, (...) tornou-se um aparelho de coação sem precedente na História; a burocracia, longe de desaparecer, tornou-se uma força incontrolada que domina as massas; o exército, longe de ser substituído pelo povo em armas, formou uma casta de oficiais privilegiados, no cimo do qual aparecem os marechais enquanto o povo, ‘exercendo com armas a sua ditadura’, se viu recusado na URSS, até da posse de uma arma branca. A fantasia mais exaltada dificilmente conceberia contraste mais impressionante do que o existente entre o esquema do Estado operário de Marx – Engels – Lenin e o Estado sob o qual se encontra hoje Stalin. Sem deixar de publicar as obras de Lenin (censurando-as e mutilando-as, na realidade), os atuais chefes da URSS e os seus representantes ideológicos, nem

¹⁶¹ Idem, p. 76.

mesmo se perguntam quais são as causas de um afastamento tão flagrante entre o programa e a realidade.”¹⁶²

Portanto, após estabelecer relação entre a teoria marxista e a realidade de maneira mais efetiva e menos unilateral do que a apresentação operada por Fernandes, o autor de *A revolução traída*” retorna ao tema das características próprias do “primeiro estágio do comunismo”. Neste processo, identifica precisamente a autonomia do Estado na URSS que “*tornou-se se um aparelho de coação sem precedente na História*”; ou seja, abordando precisamente o que Fernandes diz que o autor ignora. À luz da teoria marxista, aborda o Estado, a sociedade, as relações de produção e as forças produtivas como uma totalidade concreta e contraditória de inter-relações recíprocas. Vejamos:

“Engels escreveu na célebre polêmica contra Dühring: ‘Quando desaparecerem, ao mesmo tempo que a dominação de classe atual da produção, os choques e os excessos que decorrem dessa luta, mais nada haverá que reprimir, a necessidade de uma força especial de repressão não mais se fará sentir no Estado’ (sic). O filisteu crê na eternidade da polícia. Na realidade, a polícia dominará o ser humano enquanto o ser humano não tiver dominado suficientemente a natureza. É necessário, para que o Estado desapareça, que desapareçam ‘a dominação de classe e a luta pela existência individual’. Engels reúne estas duas condições em uma só: (...) É exato que a luta de todos contra todos nasce da anarquia capitalista. Mas a socialização dos meios de produção não suprime automaticamente ‘a luta pela existência individual’. E esse é o eixo da questão!”¹⁶³

A partir desta indicação demonstra precisamente o que Fernandes pretende negar em sua concepção:

“Mesmo nos Estados Unidos, sobre as bases do capitalismo avançado, o Estado socialista não poderia dar a cada um tudo o que lhe é necessário; seria, conseqüentemente, obrigado a incitar toda a gente a produzir o máximo possível. A função de *excitador* cabe-lhe naturalmente nessas condições e não pode deixar de recorrer aos métodos de remuneração do trabalho elaborado pelo capitalismo, modificando-os e suavizando-os. Neste exato sentido, Marx escreveu em 1875 que ‘o direito burguês é inevitável na primeira fase da sociedade comunista, após um longo e doloroso parto, nasce da sociedade capitalista. *O direito não pode nunca elevar-se acima do regime econômico e do desenvolvimento cultural condicionado por esse regime*’.”¹⁶⁴

¹⁶² Idem, ibidem, p. 78.

¹⁶³ Idem, ibidem.

¹⁶⁴ Idem, p. 78-79. (Destques no texto.)

Cabe observar, portanto, que Trotsky concebe as “normas burguesas de repartição” como parte intrínseca da “primeira fase do comunismo” e que, mesmo sob a base da técnica mais desenvolvida (a dos Estados Unidos) elas seriam necessárias. Baseando-se na formulação de Lenin de que a primeira fase do comunismo confere ao Estado um caráter também de coerção para manutenção destas normas, e que, portanto, estaríamos diante da subsistência do direito burguês “durante certo tempo no seio do comunismo, e até mesmo o Estado burguês a subsistir sem burguesia!”,¹⁶⁵ Trotsky retorna à carga:

“As normas burguesas de repartição, quando incitam o crescimento da força material, devem servir a fins socialistas, mas somente em última instância. O Estado adquire imediatamente um duplo caráter: socialista, uma vez que defende a propriedade coletiva dos meios de produção; burguês, já que a repartição dos bens tem lugar segundo padrões de valor capitalistas, com todas as consequências que decorrem deste fato. (...)”

A fisionomia definitiva do Estado operário deve definir-se pela modificação da relação entre as suas tendências burguesas e socialistas. A vitória das últimas deve significar a supressão irrevogável da polícia, o que significa a reabsorção do Estado em uma sociedade que administra a si própria. Isto basta para fazer ressaltar a enorme importância do problema da burocracia soviética como fato e como sintoma.”¹⁶⁶

Ao apresentar desta forma a questão, o autor indica claramente a dinâmica que esses elementos de origem contraditória devem assumir numa perspectiva socialista, ou seja, a primeira fase do comunismo faz uso das normas burguesas de repartição para criar as condições para supressão definitiva de todos os traços de desigualdade – da “luta individual pela existência” –, e com eles a supressão também do Estado. À luz do exposto resta lembrar que o autor está precisamente questionando os discursos oficiais de que “a primeira fase do comunismo” na URSS já teria sido realizada. Portanto, o fortalecimento e coerção crescentes do Estado só poderiam estar em contradição com a teoria. Ou, se admitimos que “realmente” o socialismo havia sido alcançado, não resta outra coisa a fazer do que rever e alterar o conceito de Estado conforme concebido pelo marxismo. Antes de abordarmos esta questão, esgotemos os argumentos de Fernandes sobre o que ele considera problemático nas proposições do revolucionário russo. Procederemos nossa investigação apresentando e discutindo topicamente os elementos que constituem a terceira questão formulada por Fernandes:

¹⁶⁵ *Apud* Trotsky, Leon. Op. cit., p.79.

¹⁶⁶ Trotsky, Leon. Op. cit., p. 79-80.

“3) Na análise de Trotsky, a ‘degeneração burocrática’ do ‘regime de transição’ (...) seria decorrência do isolamento internacional da revolução em uma sociedade atrasada, onde o proletariado era minoritário e pouco desenvolvido. A premissa teórica subjacente a este argumento é a de que processos revolucionários em sociedades onde o proletariado for majoritário tendem ‘naturalmente’ a generalizar práticas de democracia direta e participativa, subordinando (e, em seguida dissolvendo) a burocracia nos processos de formação dos novos estados socialistas. Por isso Trotsky sempre procurou identificar as origens do *bonapartismo* soviético no ‘equilíbrio’ de forças entre o proletariado e algum setor *não-proletário* dentro ou fora da União Soviética: a burguesia e a pequena burguesia no NEP, o campesinato hostil, a burguesia internacional, etc. Oscilavam os ingredientes, mas a receita permanecia a mesma (extraída de analogias com o ciclo político da Revolução Francesa do final do século XVIII).”¹⁶⁷

Como já expressamos e, nos parece estar evidente, a “*degeneração burocrática*” para Trotsky é resultado da situação de carência material e baixo nível cultural que faz ressurgir, em meio ao desenvolvimento econômico, a luta individual pela satisfação das necessidades básicas, configurando um processo de acumulação primitiva original no qual a burocracia, tirando vantagem de sua função reguladora da produção e do consumo, ambiciona privilégios crescentes e desloca-se cada vez mais da sociedade. O isolamento da revolução impediu, precisamente, que essa situação de carência fosse contornada. Contudo, avancemos para o que Fernandes concebe como “*a premissa teórica subjacente*”, segundo a qual, seguindo sua “*interpretação*” das formulações de Trotsky, “*processos revolucionários em sociedades onde o proletariado for majoritário tendem ‘naturalmente’ a generalizar práticas de democracia direta e participativa*”. Nos parece evidente que o autor, quando propõe esta formulação, está substituindo a análise histórica concreta realizada por Trotsky por um modelo sociológico sobre a base de uma interpretação de validade questionável. Exagero? Não acreditamos. Ora, os soviets são concebidos por Lenin e também por Trotsky como uma forma embrionária de Estado operário na sociedade Russa onde as “*práticas de democracia direta e representativa*” eram a regra. Portanto, essa inferência da “*premissa teórica subjacente*” não tem qualquer validade na medida em que o revolucionário russo propõe exatamente uma análise histórica e sociológica sobre o processo de regressão do regime soviético original, de democracia direta e participativa, cujo contorno histórico apresentamos no primeiro capítulo, para um regime policialesco. Portanto, a “*premissa teórica*” de

¹⁶⁷ Fernandes, Luis. Op. cit., p. 90.

Trotsky não parte de que as práticas de democracia direta estejam relacionadas ao fato de o proletariado ser majoritário ou minoritário e, se resta algo para comprovar, basta um breve exame sobre a sua teoria da “revolução permanente”, em que destaca o papel do proletariado na revolução russa nas condições do relativo atraso do país e da sua dimensão numérica minoritária em termos absolutos na sociedade russa. Contudo, vejamos como o próprio Trotsky aborda o problema:

“As tendências burocráticas que asfixiam o movimento operário dos países capitalistas deverão também se manifestar por todo o lado após a revolução proletária. Mas é perfeitamente evidente que, quanto mais pobre for a sociedade nascida da revolução, mais essa ‘lei’ deve manifestar-se severamente, sem rodeios; mais o burocratismo revestirá formas brutais; mais pode se tornar perigoso para o desenvolvimento do socialismo. Não são os ‘restos’, em si próprios impotentes, das classes outrora dirigentes que impedem o Estado soviético de desaparecer e mesmo de se libertar da burocracia parasitária, como declara a doutrina puramente policial de Stalin. São fatores infinitamente mais poderosos, tais como as necessidades materiais, a falta de cultura geral, a dominação do ‘direito burguês’ no domínio que interessa mais vivamente a qualquer ser humano: o da sua sobrevivência.”¹⁶⁸

Se pudermos nos expressar em termos de alguma “*premissa teórica subjacente*”, a inversão em relação ao que apresenta Fernandes é evidente: Ou seja, para Trotsky as tendências burocráticas são uma constante, se manifestam nos países capitalistas e por “*todo o lado após a revolução proletária*”. O que o autor diferencia é que o nível de manifestação destas “tendências”, apresentada como uma “lei”, é que será tanto mais “brutal” quanto mais “*pobre for a sociedade nascida da revolução*”. A partir desta lógica, Trotsky buscará uma referência em Marx como a “chave” teórica para compreender a dinâmica da sociedade soviética, considerando, evidentemente, as premissas realizadas pela revolução:

“O jovem Marx escrevia, dois anos antes do *Manifesto Comunista*: ‘O desenvolvimento das forças produtivas é praticamente a primeira condição absolutamente necessária (do comunismo) ainda pela razão que, sem ela, se socializaria a indigência e que a indigência faria recomeçar a luta pelo necessário e, em consequência, faria ressuscitar a velha desordem...’. Marx não desenvolveu essa ideia em parte alguma, e não foi por acaso: ele não previa a vitória da revolução em um país atrasado. Lenin também não se debruçou muito sobre ela, e também não foi por acaso: ele não previa um isolamento tão longo do Estado Soviético. Ora, não passando o texto de Marx, que acabamos de citar,

¹⁶⁸ Trotsky, Leon. Op. cit., p. 80-81.

de uma suposição abstrata, de um argumento por oposição, oferece-nos uma chave teórica única para abordar as dificuldades perfeitamente concretas e os males do regime soviético. No terreno histórico da miséria, agravadas pelas devastações das guerras imperialista e civil, a ‘luta pela existência individual’, longe de se atenuar nos anos seguintes, conheceu, por momentos, um agravamento sem precedentes: será necessário relembrar que atos de canibalismo se reproduziram por duas vezes em certas regiões do país?”¹⁶⁹

Embora o texto de Trotsky preceda em mais de meio século o de Fernandes, parece que temos uma “fonte” com muitas respostas para as questões formuladas posteriormente. Avancemos para um outro tópico da terceira “problematização” apresentado pelo autor de *O enigma do socialismo real*:

“Mas se a ‘deformação burocrática’ é explicada pelo caráter atrasado e não proletário da sociedade, como explicar que a URSS tenha passado de país camponês-agrário para proletário industrial em poucas décadas sem que se tenha verificado um processo correspondente de democratização do poder político (quer por ‘reformas pelo alto’ ou ‘revoltas de baixo’)?”¹⁷⁰

Embora existam algumas imprecisões na forma como o autor apreende as posições de Trotsky, podemos dizer que, há mais de sete décadas, essa mesma questão foi apresentada e respondida – do nosso ponto de vista satisfatoriamente – pelo revolucionário russo: “*Como e por que os enormes êxitos econômicos dos últimos tempos em vez de conduzirem a uma diminuição da desigualdade, a agravaram, aumentando ainda mais a burocracia que, de ‘deformação’, se tornou sistema de governo?*”.¹⁷¹ Após uma larga exposição e análise histórica das condições que permitiram a vitória da burocracia sobre os soviets e sobre o partido bolchevique, depois de demonstrar a pertinência de sua apreensão do regime soviético através da analogia com o Termidor francês e evidenciar as contradições econômicas e sociais que se acumulavam no interior da URSS, o autor, percorridos dois capítulos de análises e exposições, retoma à questão formulada: o melhoramento da situação material e cultural deveria diminuir a necessidade dos privilégios e restringir o “domínio do direito burguês”. Contudo, o que se verificava era que o crescimento das forças produtivas fora acompanhado pelo aumento das formas de desigualdade e privilégios e, também, da burocracia. Inicialmente, o regime soviético teve um caráter bastante igualitário e

¹⁶⁹ Idem, p. 81. (Destques no original.).

¹⁷⁰ Fernandes, Luis. Op. cit., p. 90.

¹⁷¹ Trotsky Leon. Op. cit., p. 83.

menos burocrático, mas essa seria a igualdade da miséria comum, os recursos do país não permitiriam “destacar das massas quaisquer meios ou privilégios”. O desenvolvimento incipiente das forças produtivas, ainda que não permitissem a satisfação das necessidades de todos, permitiriam assegurar “vantagens à minoria” e “fazer da desigualdade um estímulo para a maioria”. Essa seria a primeira razão para que o desenvolvimento das forças produtivas reforçassem os “traços burgueses e não socialistas do Estado”. Ao lado deste elemento, atuaria o fator político da burocracia que:

“Pela sua natureza ela cria e defende privilégios. Surge, logo no início, como órgão burguês da classe operária. Estabelecendo e mantendo os privilégios da minoria, atribuía a si própria, naturalmente, a melhor parte: aquele que distribui os bens nunca saiu lesado. Assim, vê-se nascer das necessidades da sociedade um órgão que, ultrapassando muito sua função social necessária, se transforma em um fator autônomo e, simultaneamente, na fonte de grandes perigos para todo o organismo social.”¹⁷²

Sobre este tópico, nos parece que é desnecessário qualquer comentário suplementar. Na sequência de sua terceira “problematização”, Fernandes formula uma questão que é parcialmente introduzida na anterior e, a partir de outra pergunta insinua, também, uma resposta:

“E ainda, quando finalmente se gestou algo semelhante a uma ‘crise revolucionária’ na sua sociedade (entre 1989 e 1991), como explicar que o desfecho desta tenha se encaminhado não para ‘adequação do regime político às formas socialistas de propriedade’, mas para o *desmantelamento* destas através de programas massivos de privatização? Será, enfim, que não devemos considerar teoricamente a possibilidade de a autonomização (‘burocratização’) do poder político ter se originado em características estruturais *do próprio socialismo* (incluindo aí diferenciações e contradições no seio dos próprios trabalhadores)?”¹⁷³

A resposta para a primeira formulação implica uma compreensão histórica do processo que denominamos por restauração capitalista no Leste Europeu. Como dissemos, o objetivo deste capítulo é resgatar as formulações de Trotsky precisamente por entendermos que sua obra oferece uma análise concreta das contradições da União Soviética e uma caracterização, à luz da teoria marxista, da sua dinâmica. Estas formulações permitem a compreensão do processo descrito por Fernandes em forma de

¹⁷² Idem, p. 123-124.

¹⁷³ Fernandes, Luis. Op. cit., p. 90. (Destques no original.)

“enigma”, ou seja, por que não houve uma adequação do regime político às “*formas socialistas de propriedade*”? Sendo assim, para melhor apreciação do problema, reservamos a possibilidade de resposta para o fim desta exposição.

Não obstante, destacamos um elemento importante para a análise do processo descrito como “*semelhante a uma ‘crise revolucionária’ na sua sociedade [na ex-URSS] (entre 1989 e 1991)*”, na medida em o autor se refere ao seu “desmantelamento” por meio de “programas massivos de privatização”. Resta responder: quem formulou e executou esses “*programas massivos de privatização*”? Se chegarmos à conclusão de que foi precisamente “*a autonomização (‘burocratização’) do poder político*”, ou seja os dignatários do Estado que planejaram, desenvolveram e executaram os “*programas massivos de privatização*” que conduziram ao “**desmantelamento**” do “*socialismo real*”, a análise histórica pode oferecer uma resposta que, ao mesmo tempo, invalida a segunda proposição de Fernandes apresentada em forma de questão: como considerar que essa força, “*essa autonomização (‘burocratização’) do poder político*” possa “*ter se originado em características estruturais do próprio socialismo*”? Se a análise histórica comprovar esta hipótese, significaria, tomando a referência de Fernandes, que o socialismo produz, estruturalmente, a força que o aniquila.

Antes de voltarmos a examinar essas hipóteses, retornemos para a sistematização de questões que invalidariam as proposições de Trotsky. Os tópicos da quarta questão se referem às contradições apresentadas pelo revolucionário russo entre o Estado operário e a situação dos camponeses e a sua previsão, em 1936, de uma derrota da URSS na deflagração de uma nova guerra. Não nos deteremos nesse tópico porque a previsão de vitória ou derrota numa guerra não parece oferecer elemento que invalide qualquer proposição teórica sobre a natureza da União Soviética. A quinta questão refere-se ao caráter e à necessidade da revolução socialista em escala internacional. Após associar a compreensão comum de Marx, Lenin, Rosa Luxemburgo e Trotsky sobre essa questão, Fernandes apresenta:

“Do ponto de vista político, no entanto, a lógica teórica de Trotsky resultava num impasse: se a União Soviética, em função de seu atraso, dependia do apoio de estados socialistas tecnicamente mais adiantados para poder completar a sua própria transição ao socialismo, na ausência desses estados (cuja existência independia da vontade dos dirigentes da URSS) a nova ‘revolução política’ preconizada por Trotsky não estaria fadada a enveredar pelo mesmo processo de ‘degeneração burocrática’? Já do ponto de vista empírico, a subordinação da União Soviética à divisão internacional do trabalho na economia capitalista

mundial se mostrou bem menos incondicional do que supunha o teórico da ‘revolução permanente’. (...) Ou seja, ela conseguiu, durante esse período, escapar dos limites da divisão internacional do trabalho da economia capitalista mundial e suplantar pesadas heranças do atraso sem a ajuda estatal de estados socialistas mais desenvolvidos.”¹⁷⁴

Nos parece que a questão do isolamento da Revolução Russa e a possibilidade de expansão da revolução devem ser analisadas numa perspectiva histórica. Sob o impacto da Revolução de Outubro, a autoridade alcançada pela direção do partido bolchevique, sua forma de organização e métodos de luta converteram-se em paradigmas para a superação da ordem capitalista. Sob a inspiração e com a iniciativa dos bolcheviques foi fundada a III Internacional, que passou a atrair e agrupar a vanguarda operária mundial sob a sua bandeira. A autoridade dos russos no interior da III Internacional, podemos dizer, era a autoridade do argumento, ou seja, sua autoridade era reconhecida e aceita pela tradição e experiência dos que haviam conduzido a vitória da revolução. A questão imediata para análise é o papel que a direção da Internacional Comunista, sob a hegemonia dos russos, passou a cumprir nos processos revolucionários dos demais países após o processo de degeneração burocrática da União Soviética. Uma questão é inegável, essa autoridade cresceu na medida em que se realizavam grandes avanços na economia soviética, e já identificamos a importância deste elemento ao justificarmos a utilização do trabalho de Trotsky como uma elaboração crítica deste período. Contudo, Trotsky afirma que, mesmo os apologistas da União Soviética sob o controle de Stalin e da burocracia, consideravam a política “stalinista” sob dois aspectos, como um acerto no que se referia à política interna e uma catástrofe em relação à política externa.¹⁷⁵ Não é para menos. Uma análise da política desenvolvida pela III Internacional sob a égide stalinista evidencia uma sucessão de equívocos, derrotas e desmoralização dos comunistas dos demais países. Um dos ápices deste processo pode ser identificado no “pacto” Hitler-Stalin que precedeu a Segunda

¹⁷⁴ Fernandes, Luis. Op. cit., p. 91.

¹⁷⁵ Eric Hobsbawm e Robin Blackburn, após os movimentos que derrubaram os regimes de partido único no Leste, sustentam uma visão inversa para o pós-Segunda Guerra, ou seja, a de que esses regimes eram uma catástrofe no plano interno, mas que os trabalhadores do ocidente teriam se favorecido do “medo” inspirado por eles. Uma abordagem crítica desta questão nos leva a considerar que, tanto para o entre guerras e o pós-Segunda Guerra, esses regimes limitaram a ação dos trabalhadores. O “medo” de que fala Hobsbawm nos parece que foi muito mais inspirado pela própria ação do trabalhadores ocidentais que tiveram sua ação contida pelos comunistas ligados à URSS após os acordos de Yalta e Potsdam que dividiu o mundo em esferas de influência. Ver: Hobsbawm, Eric. “Adeus a tudo aquilo”, em *Depois da queda: O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Robin Blackburn (org.). Tradução de Luis kraus, Maria Inês Rolin e Susan Semler. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 102-103 e Blackburn, Robin. “O socialismo após o colapso”, em *Depois da queda*. Op. cit.

Guerra Mundial. Lenin considerava que, pela posição conquistada pelos russos, eles tinham muita responsabilidade com o processo revolucionário em outros países, caso contrário a III Internacional não teria qualquer significado. Portanto, a afirmação de que a existência de Estados socialistas “*independia da vontade dos dirigentes da URSS*” precisa, no mínimo, ser muito relativizada. Vejamos como o autor de *A revolução traída* apresenta essa questão numa das inúmeras vezes em que aborda o tema:

“A ideia mestra da política externa dos Sovietes era que os acordos comerciais, diplomáticos e militares do Estado soviético com os imperialistas, acordos inevitáveis, não deviam em nenhum caso, travar ou enfraquecer a ação do proletariado dos países capitalistas interessados, já que a integridade do Estado Operário só poderia ser garantida pelo crescimento da revolução mundial.”¹⁷⁶

Não obstante, com a política “nacionalista” de desenvolvimento do “socialismo”, a iniciativa das massas foi sufocada em seu próprio país pela burocracia, que passou a operar como elemento conservador no cenário internacional, desenvolvendo uma política que buscava “neutralizar” a burguesia mundial, e não derrotá-la.¹⁷⁷ Os termos da crítica dedicada ao poder soviético permitem a dedução lógica de que uma revolução política implicaria o resgate da atitude assumida pelos soviets no primeiro período, qual seja, apesar dos acordos necessários com as potências e países capitalistas, o poder soviético não deve subordinar a ação dos comunistas e das classes trabalhadoras dos demais países às necessidades diplomáticas e comerciais do Estado operário. Concebendo que, numa perspectiva histórica e estratégica, o próprio Estado soviético depende não dos acordos temporários com o capital internacional, mas da capacidade dos trabalhadores se desvencilharem do próprio capitalismo onde ele ainda subsiste. Ora, a partir da “teoria-programa do socialismo num só país”, a III Internacional, de expressão organizativa da revolução mundial converte-se em agência para manutenção da estabilidade do *status quo* soviético no plano internacional, submetendo a ação independente dos trabalhadores às

¹⁷⁶ Trotsky, Leon. Op. cit., p. 179. Pierre Broué indica que no período subsequente à vitória da revolução, apesar das dificuldades de o Estado soviético estabelecer relações diplomáticas com os demais países, a maioria das nomeações diplomáticas tinha o objetivo de fortalecer e organizar o processo revolucionário nos países que aceitavam a representação diplomática russa, particularmente na Alemanha. Na Inglaterra, a escolha do “diplomata russo” foi um líder operário inglês que, preso pelo governo britânico e ameaçado de morte pelas condições precárias de saúde e da prisão, saiu do cárcere para tomar seu posto de “diplomata”. A origem da organização da própria Internacional Comunista residiria no esforço “diplomático” da Rússia revolucionária. Ou seja, podemos vislumbrar que existia uma relação inversa da utilização da “diplomacia” e da “revolução”, nos anos iniciais do Estado soviético. Broué, Pierre. *História da Internacional Comunista*. Op. cit.

¹⁷⁷ Trotsky, Leon. Op. cit., p. 181-182.

necessidades do “socialismo num só país”. Igualmente, a relativa independência da economia da União Soviética em relação ao mercado mundial deve ser apreendida numa perspectiva histórica. As afirmações de Fernandes surpreendem precisamente por serem escritas após a restauração capitalista no Leste Europeu que explicitaram a quimera do “socialismo num só país” e a interdependência econômica mundial entre os diversos países do globo. Vejamos, portanto, como Trotsky abordou a questão do desenvolvimento econômico precisamente no período de grande florescimento e desenvolvimento industrial da URSS:

“A questão formulada por Lenin, ‘Quem vencerá?’, diz respeito à correlação de forças entre a URSS e o proletariado revolucionário mundial, de um lado, e às forças inimigas internas e o capital mundial, de outro. Os sucessos econômicos da URSS permitem fixar-se, movimentar-se, armar-se e quando preciso, recuar e esperar, em uma palavra, manter-se. Mas pela sua própria essência a questão ‘Quem vencerá?’, não só no sentido militar, mas, sobretudo, no sentido econômico, coloca-se diante da URSS no plano mundial. A intervenção militar é perigosa, mas a intervenção das mercadorias baratas no comboio dos exércitos capitalistas seria incomparavelmente mais nociva. (...) Mas enquanto a URSS permanece isolada e, pior ainda, enquanto o proletariado europeu suporta as derrotas e recua, a força da sociedade soviética mede-se em última instância pela produtividade do trabalho, que, na economia de mercado, se manifesta em custos e preços. A diferença entre os preços internos e os preços do mercado mundial é um dos principais indicativos da correlação de forças. Enquanto isso, fica proibido à estatística soviética sequer levantar essa questão. Isso se deve ao fato de que, apesar das condições de estagnação e decomposição, o capitalismo mantém uma enorme vantagem com relação à técnica, organização e cultura do trabalho.”¹⁷⁸

A partir deste pressuposto, o autor desenvolve uma rica análise comparativa do crescimento econômico, da produtividade e, fundamentalmente, da qualidade da produção. Tomando por referência o crescimento bruto da produção soviética e relacionando-o aos padrões mundiais, Trotsky alcança índices relativos. Desta forma, a competição dos dois regimes em termos de produtividade pode ser aferida pela renda *per capita*, que demonstraria, mesmo considerando as distorções na desigualdade distributiva, a vitalidade econômica dos dois modos de produção para satisfação das necessidades da população. Em outro momento, o revolucionário russo volta a apresentar o problema numa análise de escala histórica:

¹⁷⁸ Idem, p. 46.

“É verdade que a URSS ultrapassa hoje, pelas suas forças produtivas, os países mais avançados do tempo de Marx. Mas, em primeiro lugar, na competição histórica dos dois regimes, trata-se muito menos de níveis absolutos que de níveis relativos, a economia soviética opõe-se ao capitalismo de Hitler, de Baldwin e de Roosevelt e não ao de Bismarck, de Palmerston e de Abraham Lincoln.¹⁷⁹ Em segundo lugar, a própria extensão das necessidades humanas modificou-se radicalmente com o crescimento da técnica mundial; os contemporâneos de Marx não conheciam o automóvel, nem o rádio, nem o cinema, nem o avião. Ora, a sociedade socialista, no nosso tempo, é inconcebível sem o livre uso de todos esses bens.”¹⁸⁰

Desta forma, Trotsky observa que o estágio inferior do comunismo, na concepção de Marx, partia do nível mais avançado do desenvolvimento das forças produtivas e que, tomando realisticamente a situação da URSS, os próximos planos quinquenais objetivavam ainda “*alcançar a Europa e a América*”.¹⁸¹ O processo histórico posterior que conduziu à restauração do capitalismo e que Trotsky não vivenciou permite aferir a força da perspectiva histórica por ele apresentada. Inversamente, permite também questionar a proposição de Fernandes e demonstrar que a “independência econômica” da URSS em relação à economia mundial era muito relativa.

O sexto e último tópico apresentado por Fernandes refere-se à “inadequação”, “ambiguidades” e “imprecisão” do conceito de “burocracia” para caracterização dos dirigentes do Estado operário, ao mesmo tempo em que associa o conceito de Trotsky às definições de Max Weber.¹⁸² Trotsky observa que “*para novos fenômenos, os seres humanos procuram frequentemente velhas palavras.*”¹⁸³ De qualquer maneira, há uma rica exposição em *A revolução traída* do que o autor considera como “burocracia”, não restando, pelo conteúdo que atribui à expressão, qualquer analogia com o emprego do termo por Max Weber. Uma breve demonstração desse fato é que o termo é empregado para a apreensão de um fenômeno novo. Assim, para citar exemplo:

“Na sociedade burguesa, a burocracia representa os interesses da classe possuidora e instruída que dispõe de um grande número de meios de controle

¹⁷⁹ Trotsky, Leon. *A revolução traída*. Nota editorial nº 1, capítulo III, “O socialismo e o Estado”, p. 82: “Hitler, Baldwin e Roosevelt, respectivamente governantes da Alemanha, Inglaterra e dos EUA na década de 1930, aqui em contraposição a Bismarck, Palmerston e Lincoln, governantes dos mesmos países no século XIX.”

¹⁸⁰ Idem, p. 81-82.

¹⁸¹ Idem, p. 82.

¹⁸² Fernandes, Luis. Op. cit., p. 91-92.

¹⁸³ Trotsky, Leon. Op. cit., p. 221.

sobre a administração. A burocracia soviética elevou-se acima de uma classe que está saindo da miséria e das trevas e sem qualquer tradição de comando ou de dominação. Enquanto os fascistas, uma vez chegados ao poder, se unem à burguesia pelos interesses comuns, por amizades, pelo casamento, etc. a burocracia da União Soviética assimilou os costumes burgueses sem ter ao seu lado uma burguesia nacional. Neste sentido, não se pode negar que seja algo mais do que uma simples burocracia: na sociedade soviética, é a única camada, privilegiada e dominante, no pleno sentido dos termos.”¹⁸⁴

Parece-nos desnecessário apontar os inúmeros elementos e as diversas referências de conteúdo que o autor atribui ao termo “burocracia” para caracterizar o estrato social que se apoderou do poder na União Soviética. Mais do que a expressão, cabe questionar se o conteúdo atribuído ao termo fundamenta-se numa análise que corresponde ao desenvolvimento histórico concreto. Nesta perspectiva, a utilização da expressão nos parece plena de sentido. As demais objeções levantadas por Fernandes em relação à “burocracia”, do nosso ponto de vista, fundamentam-se precisamente no fato de ele se ater à forma, e não ao conteúdo dado ao termo pelo autor de *A revolução traída*.

Após a exposição dos seis tópicos a que nos referimos, Fernandes considera que “as idas e vindas na caracterização da ‘burocracia dominante’ por Trotsky refletiam a inadequação básica do seu esquema interpretativo para dar conta do desenvolvimento histórico-concreto da URSS”.¹⁸⁵ Nesta altura, acreditamos ter demonstrado que essa afirmativa reflete “uma inadequação básica” da sustentação dos tópicos relacionados por Fernandes para invalidar a posição de Trotsky que procuramos resgatar. Assim, pretendemos demonstrar a consistência das formulações de Trotsky para compreensão do processo histórico que conduziu a União Soviética ao colapso, ao mesmo tempo em que questionaremos a perspectiva apresentada por Fernandes.

Antes de retornarmos às contribuições de Trotsky, examinaremos, brevemente, como Fernandes apresenta e desvenda o seu “enigma do socialismo real”. O autor refere-se a uma concepção idealizada do projeto socialista como responsável pela incapacidade do desenvolvimento teórico do marxismo, que permitiria contornar os dilemas e impasses na tentativa de materialização socialista (o desenvolvimento econômico e questão da democracia). O autor de *O enigma do socialismo real* propõe

¹⁸⁴ Idem, p. 223.

¹⁸⁵ Fernandes, Luis. Op. cit., p. 92.

um resgate do potencial explanatório e heurístico do marxismo. Na sequência, encontramos uma definição do caráter socialista da União Soviética:

“Enriquecido com a compreensão de que distintas estruturas econômico-sociais podem se articular no âmbito de uma única formação econômico-social, (...) este enfoque pode gerar um conhecimento mais consistente e objetivo (i.e., empiricamente fundado) da evolução das sociedades de tipo soviético no Leste. Nestes termos, cabe reconhecer antes de mais nada, a natureza socialista (sem aspas ou itálico) dessas sociedades, dado o predomínio de relações sociais estruturadas sobre formas coletivas de propriedade no seu interior.”¹⁸⁶

A definição é sumária: as formas coletivas de propriedade estruturam relações sociais que asseguram a natureza socialista das sociedades do Leste. É preciso admitir que esperávamos uma definição mais abrangente de alguém que acusou Trotsky de economicista por vincular a realização do socialismo ao desenvolvimento das forças produtivas. Contudo, prossigamos nossa investigação:

“O ‘enigma’ chave, aqui, é o das formas altamente concentradas e impermeáveis ao controle social assumidas pelo poder de Estado nas experiências socialistas do século XX. Dito de outra forma, é o problema da (elevada) autonomia assumida pelo poder de Estado nas experiências do socialismo real.”¹⁸⁷

O método adotado por Fernandes para desvendar o “enigma do socialismo real”, isto é, a elevada “autonomia assumida pelo poder de Estado” no Leste parte das elaborações de Popper através da lógica hipotético-dedutiva:¹⁸⁸

“O procedimento que sustento (e que estruturou todo o balanço crítico desenvolvido neste livro) estende a lógica hipotético-dedutiva indicada por Popper para as ciências sociais, via análise histórica. Dito de forma simplificada e resumida, sustento que, no caso das ciências da sociedade, a validade dos marcos teóricos deve ser referida ao desenvolvimento histórico dos fenômenos que enfocam, ao invés do resultado empírico de experiências controladas. Ou seja, devemos deduzir logicamente da teoria proposições (hipóteses) sobre o desenvolvimento do fenômeno que examinamos, para, em seguida, cotejar essas proposições com o desenvolvimento concreto (passado e presente) do fenômeno em questão. A inconsistência entre as proposições e o desenvolvimento

¹⁸⁶ Idem, p. 60.

¹⁸⁷ Idem, p. 162.

¹⁸⁸ Para uma exposição do método de Popper e como o autor o apreende: Fernandes, Luis. Op. cit., p. 161-163.

histórico revela a inadequação teórica – e a necessidade de elaborar outro marco de referência.”¹⁸⁹

Assim procedendo, e após examinar várias teorias sobre a autonomização do Estado o autor constata que em vez de a sociedade soviética caminhar para uma “comunidade autogerida”, com a progressiva dissolução do Estado, com a generalização de mecanismos de democracia direta e participativa, conforme concebido pela teoria marxiana no século XIX, a “materialização do socialismo” assumiu a

“forma política de um dirigismo unipartidário fortemente centralizado e destacado das forças sociais que lhe haviam dado origem. Para confrontar esse enigma, cabe examinar mais detidamente, agora as proposições do marxismo clássico sobre a configuração do estado no socialismo e os seus fundamentos teóricos”.¹⁹⁰

Ao proceder o exame supracitado, o autor destaca as formas particulares que Marx e Engels esboçaram sobre o Estado nascido do processo revolucionário à luz da experiência da Comuna de Paris e, posteriormente, analisadas e desenvolvidas por Lenin em *O Estado e a revolução*. Neste processo, aponta que as formas de poder assumidas pela Comuna de Paris e identificadas por Marx e Engels (democracia direta, elegibilidade e revogabilidade de mandatos, poderes executivo e legislativo unificado, fim de privilégios nos cargos públicos etc.) como necessárias para o exercício do poder pelos operários e que permitiriam a subjugação do próprio Estado, não condiz com reflexões “mais realistas” dos autores do *Manifesto Comunista*. Nas palavras do autor: “esta linha de teorização sobre as formas políticas do socialismo é **contraditória** com o realismo das reflexões que levaram o mesmo Marx a conceber o socialismo como uma fase relativamente longa, no decurso da qual continuavam predominando na sociedade (mesmo entre os trabalhadores) **valores particularistas**.”¹⁹¹ Na sequência, Fernandes contrapõe as teorias e os preceitos marxistas sobre o Estado ao desenvolvimento do poder soviético que não podia deixar de conferir uma elevada autonomia do Estado.

O confronto entre o preceito teórico e a realidade histórica da Rússia, e posteriormente da União Soviética, conduz à sofisticação e à reformulação metodológica presente na seguinte conclusão:

¹⁸⁹ Idem, p. 164.

¹⁹⁰ Idem, p. 176-177.

¹⁹¹ Idem, p. 181.

“Se é inevitável a convivência de marcos teóricos e anomalias empíricas, o julgamento da validade dos primeiros remete à sua capacidade de desenvolver-se para dar conta dos últimos. Ou seja, a validade teórica continua referida a um mundo real (natural ou social) que tem existência objetiva independente dos nossos esforços para compreendê-lo (é este o sentido ontológico básico do realismo científico proposto por Roy Bhaskar, embora, na sua formulação, ele se desdobre em um relativismo epistêmico [Bhaskar, 1987]). A existência objetiva deste mundo, portanto, nos fornece bases para comparar, ao longo do tempo, o poder explanatório e heurístico de distintos programas de pesquisa que procuram captar a sua natureza e evolução.”¹⁹²

Assim procedendo, o autor afirma que a maioria das abordagens marxistas tentaram confrontar a contradição entre os pressupostos teóricos e a realidade tentando preservar o núcleo teórico marxista, “*a relação causal deduzida (abolição da propriedade privada → definhamento do estado)*” refugiando-se na inexistência de condições materiais para a realização do princípio teórico.¹⁹³ A partir desta referência – condição de atraso econômico e cultural – o autor destaca três reflexões que considera relevante para compreensão da autonomia do Estado na União Soviética: a questão do isolamento internacional, na medida em que o

“curso de ação por parte das forças dominantes no sistema internacional criou constrangimentos efetivos para a evolução política da URSS, sobretudo por se entrelaçar com um processo de ruptura sistêmica interna que questionava os padrões tradicionais de legitimação do poder.”¹⁹⁴

A segunda questão se refere ao definhamento do proletariado após a Revolução Russa, ao qual já nos referimos no primeiro capítulo que, para Fernandes, “*na ausência (ou debilidade extrema) do proletariado, o Partido, como seu ‘representante’, assumiu diretamente essa função estruturadora (do poder de Estado)*”.¹⁹⁵ A terceira questão refere-se à autonomia do Estado diante dos imperativos modernizadores, do desenvolvimento industrial num país de maioria camponesa, apesar de importantes concentrações industriais.

Ao final desta exposição, não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de que Fernandes reinsere na discussão os elementos antes descartados e que foram

¹⁹² Idem, p. 195-196. A referência do autor é: Bhaskar, Roy. *Scientific Realism & Human Emancipation*. Londres, Verso, 1987.

¹⁹³ Idem, p. 196.

¹⁹⁴ Idem, p. 198.

¹⁹⁵ Idem, p. 199.

apresentados por Trotsky na análise histórica para evidenciar a autonomia da burocracia e o descolamento dos seus interesses do desenvolvimento do socialismo. Não obstante, apesar de reconhecer a importância destes elementos, Fernandes apresenta que eles não o “*satisfazem enquanto uma explicação da persistente autonomia na experiência soviética*”.¹⁹⁶ A insatisfação de Fernandes reside na constatação de que a União Soviética superou essas condições originais de atraso, recompôs a classe trabalhadora e rompeu seu isolamento internacional. Nas palavras do autor:

“Ou seja, em termos lakatosianos, o desenvolvimento histórico da experiência soviética produziu um ‘deslocamento progressivo’ em relação às suas condições de atraso originais, mas a anomalia das suas formas políticas persistiu. Deste ponto de vista, a lógica meramente defensiva dos três pontos abordados acima não adiciona poder explanatório e heurístico ao núcleo central da teoria marxista.”¹⁹⁷

A partir desta referência, o autor descreve três possíveis cursos de ação e adota o que enfoca “*as referidas anomalias como ‘experimentos cruciais menores’ dentro do marco teórico marxista, questionando os pressupostos deste para promover o seu desenvolvimento e ampliar o seu potencial explanatório e heurístico*”. Desta forma, argumenta que, “*para além das particularidades históricas que marcaram sua trajetória, o advento de formas altamente concentradas e autônomas do poder de Estado na URSS (e nas experiências do socialismo real em geral) está relacionado a contradições e impasses ‘estruturais’ do próprio projeto socialista*”.¹⁹⁸ Um desses impasses está relacionado ao problema da escassez e da alienação a serem enfrentadas pelo novo regime. O dilema é o das formas coletivas por um lado e a persistência do individualismo por outro. Esse impasse teria assumido contornos contraditórios na formulação de Marx, que, segundo Fernandes:

“O proletariado, assim, parece acometido de uma singular esquizofrenia no projeto socialista marxiano, dilacerado entre uma ‘personalidade cooperativa, revolucionária e universal e outra egoísta, alienada e estreita’. Do ponto de vista da nossa discussão, o que importa é frisar que estas formulações têm implicações *opostas* para a configuração do poder político no socialismo”.¹⁹⁹

¹⁹⁶ Idem, p. 200.

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁸ Idem, p. 201.

¹⁹⁹ Idem, p. 202.

Após identificar essa “contradição” e depois de referir-se ao processo de permanência do individualismo e da ideologia burguesa, encontramos o fundamento da autonomia do Estado como elemento estrutural do socialismo:

“A decorrência mais significativa disto é que não se pode contar com uma ordem espontaneamente cooperativa a partir da socialização dos meios de produção. (...) Esta socialização transforma os trabalhadores em coproprietários de empresas coletivas. Em um quadro de escassez (absoluta ou relativa) e de contínua prevalência de interesses e valores particularistas, no entanto, o comportamento dos trabalhadores tende a ser ‘naturalmente’ *não cooperativo e predador do patrimônio social* (já que o ganho individual viabilizado por esse tipo de comportamento é maior do que a perda individual gerada pela socialização dos seus prejuízos). Assim, as unidades domésticas tendem a magnificar as suas necessidades, os coletivos de trabalho a encobrir capacidades produtivas, e os ocupantes de cargo de direção a tomar decisão em proveito próprio. (...) Ou seja, mesmo tendo eliminado ou restringido significativamente a propriedade privada, persistem na sociedade socialista os conflitos entre interesses individuais, setoriais e coletivos – conflitos estes que o marxismo clássico identificou como base fundamental da autonomização do Estado na forma de uma comunidade ilusória.

(...) O problema político que se apresenta, então, é como afirmar o interesse coletivo/universal em uma sociedade socialista ainda marcada pelo domínio da alienação. Aqui, torna-se inviável a proposição marxiana original de simples generalização de mecanismos de democracia direta e participativa como eixo estruturador do Estado, porque estes acabam determinando a fragmentação da sociedade socialista em interesses particularistas. Esta me parece ser a chave fundamental para entender a fusão Partido-Estado na experiência soviética, já que, face à impossibilidade de afirmar e coordenar o interesse coletivo via os mecanismos de democracia direta dos soviéticos, o partido Bolchevique foi assumindo cada vez mais para si a função da determinação não-mediada desse interesse.

Dos dois pilares contraditórios do projeto socialista marxiano, portanto, estou convencido de que é o segundo – o mais ‘realista’ – o que permite um ‘deslocamento progressivo’ do seu programa de pesquisa, de maneira a garantir maior poder explanatório e heurístico no estudo das experiências socialistas.”²⁰⁰

Nos limites deste trabalho, não exploraremos todas as conclusões que a abordagem de Fernandes propõe nem esgotaremos todas as implicações que decorrem desta formulação. Assim, nos limitaremos ao exame mais imediato para os propósitos deste trabalho. A origem do que considera elevada “autonomia do Estado” nos países do

²⁰⁰ Idem, p. 204-205.

“socialismo real” radica na alienação dos trabalhadores e na escassez de produtos. Na medida em que a alienação e a escassez, mesmo relativas, constituem elementos presentes após qualquer processo de ruptura, a autonomia assumida pelo Estado deve ser, portanto, considerada como condição estrutural do socialismo, como necessidade de superação dos interesses individuais e corporativos na nova ordem social. Aqui cabe indicar que o autor descarta precisamente os elementos que permitiriam o controle social sobre a burocracia Estatal, ou seja, as formas assumidas de democracia direta das organizações das massas – “alienadas” e “individualistas” – na Comuna de Paris e na experiência inicial dos soviéticos. Ora, uma análise empírica demonstraria que os interesses egoístas e corporativos se manifestaram precisamente nos mandatários do poder de Estado. A “depredação do patrimônio público” também se manifestou nesse setor e foi precisamente ele quem se apropriou “egoisticamente” – para usar a expressão do autor – do patrimônio público durante a existência da URSS e no processo de *débâcle* do “socialismo real”. Sobre esta questão, Boris Kagarlitsky, em sua obra *A desintegração do monolito*²⁰¹, demonstra como a complexificação econômica a partir dos anos 50 desenvolveu um setor médio na sociedade soviética, ligado aos estratos superiores do Estado, que passaram a relacionar cada vez mais socialismo com consumismo. Esse estrato constituiria posteriormente o principal ponto de apoio do liberalismo surgido das entranhas do próprio PCUS. Assim, após a ascensão de Gorbachev ao poder em 1985 e da introdução da *Perestroika* e da *Glasnost*, foram adotadas medidas que conduziram a uma homogeneidade social e ideológica entre esses setores e a burocracia estatal:

“Por longo tempo o nível de consumo permaneceu como o principal fator de unificação [dos setores médios], mas no período da perestroika a Lei de Cooperação estabeleceu um certo número de estruturas organizacionais. Foram precisamente os níveis médios os mais capazes de formar cooperativas. Eles tinham qualificação e um certo grau de especialização, mas, o que era mais importante, apenas os níveis médios dispunham de significativos recursos financeiros, o que lhes dava uma certa medida de independência. Eles também dispunham de um sistema de ligações com o aparato, sem o qual a formação de cooperativas numa sociedade burocraticamente corrupta era inconcebível. O setor de cooperativas uniu economicamente os níveis médios; ali estavam reunidos todos os seus ‘destacamentos’, desde a máfia até a elite criativa.”²⁰²

²⁰¹ Kagarlitsky, Boris. *A desintegração do monolito*. Op. cit.

²⁰² Idem, p. 86.

Em 1990, após a proclamação oficial do sistema multipartidário, Kagarlitsky refere-se à emergência de vários pequenos partidos oriundos de uma mesma origem, o PCUS:

“A maioria das organizações é, como foi, ‘retalho do mesmo pano’, e torna-se praticamente impossível distinguir uma da outra, não só com base nos seus programas e princípios, como também por suas táticas. Quando se pediu a um dos ativistas do Partido Liberal Democrático que delineasse o programa do partido, ele respondeu, orgulhosamente: ‘É exatamente como todos os outros. Múltiplas formas de propriedade, democracia parlamentar e um mercado livre’.”²⁰³

Ao referir-se à identidade de propósitos dos representantes do bloco Rússia Democrática e o PCUS, afirma:

“É verdade, havia muitos que ainda não acreditavam que os comunistas tinham virado defensores da propriedade privada. Mas a prova estava lá. O PCUS de 1990-91 havia se tornado a maior organização comercial do país, e fazia um lucrativo uso de seus ativos – jornais, edifícios alugados para reuniões públicas, e assim por diante. Se até os liberais do Soviete de Moscou eram obrigados a pagar dezenas de milhares de Rublos ao Comitê Municipal do Partido Comunista pelo aluguel de um salão onde promover suas sessões, então se devia reconhecer que os comunistas soviéticos tinham tino para negócios.”²⁰⁴

Conforme relatamos, Trotsky evidenciou o duplo caráter assumido pelo Estado no socialismo e, nas condições de escassez da URSS, a partir de uma análise histórica rigorosa, demonstrou como a burocracia, ocupando postos decisivos na organização estatal, tirou proveito individual e como grupo social da socialização dos meios de produção. Neste sentido, para perpetuar sua situação privilegiada destacou-se – autonomizou-se – como poder despótico sobre os trabalhadores. Na medida em que a economia crescia, cresciam também os privilégios, reproduzindo de maneira ampliada o abismo que a separava das massas, por isso a dinâmica do poder político não foi alterada após a superação das condições originais de atraso. Esse caráter contraditório fez com que, ao mesmo tempo em que a burocracia buscasse defender essas formas de propriedade, fonte de seus privilégios, também buscasse permanentemente a reprodução e a defesa dessa apropriação indevida, minando as bases da própria coletivização e produzindo um processo de estratificação social em que o limite do privilégio

²⁰³ Idem, p. 117-118.

²⁰⁴ Idem, p. 118.

terminaria na restauração da propriedade privada. A solução proposta por Fernandes para o seu “enigma” reside unicamente em adotar como “estrutural” as formas despóticas assumidas pelo poder na URSS. Assim, inserindo uma modificação no enfoque teórico deixa de existir qualquer contradição com a realidade. Contudo, se retornamos à hipótese anteriormente apresentada, isto é, de que o programa “massivo de privatizações” teve origem nas esferas de comando do Estado e da economia, a conclusão “estrutural” é que o “socialismo real” não poderia ser nunca uma realidade numa perspectiva histórica. Neste sentido, se aplicarmos a metodologia sugerida por Fernandes para validação teórica, que consideramos correta, sua teoria contrastada com o desenvolvimento e a dinâmica histórica da URSS, principalmente a partir de seu colapso, indica a “inadequação básica de seu modelo” para maior poder explanatório e heurístico das experiências “socialistas”. Inversamente, propomos retomar o fundamental da proposição teórica de Trotsky como capaz de permitir a compreensão da dinâmica histórica da União Soviética e o seu colapso.

Para entender melhor as contradições entre a economia planificada e a burocracia, Trotsky propôs trabalhar duas hipóteses: A primeira seria a de que a burocracia fosse derrubada do poder por um partido revolucionário “*com as qualidades do velho bolchevismo*”. Após descrever as mudanças que seriam operadas no regime, com a recuperação do seu caráter soviético original, aponta, contudo, que o novo poder

“não teria de recorrer a medidas revolucionárias na relação de propriedade. Continuará e desenvolverá a fundo a experiência da economia planificada. Após a revolução política – isto é, após a derrubada da burocracia –, o proletariado teria que introduzir na economia uma série de reformas muito importantes, mas não teria que fazer uma nova revolução social.”²⁰⁵

O autor prossegue e delinea uma outra alternativa:

“Se – para trabalhar a segunda hipótese – um partido burguês derrubasse a casta dirigente, encontraria não poucos servidores entre os burocratas de hoje, os técnicos, os dirigentes, os secretários do partido, os dirigentes privilegiados em geral. Uma depuração do aparato do Estado, é claro, também seria necessária nesse caso. Mas a restauração burguesa teria, com certeza, de afastar menos gente do que um partido revolucionário. A principal tarefa do novo poder seria restabelecer a propriedade privada dos meios de produção. (...) O plano se reduziria, nos primeiros tempos, a compromissos entre o poder e as ‘corporações’, isto é, os capitães da indústria soviética, os seus proprietários

²⁰⁵ Trotsky, Leon. Op. cit., p. 226.

potenciais, os antigos proprietários emigrados e os capitalistas estrangeiros. Embora a burocracia soviética tivesse feito muito pela restauração burguesa, o novo regime seria obrigado a cumprir, no terreno da propriedade e do modo de gestão, não uma reforma mas uma revolução.²⁰⁶

Destaquemos que, a partir da contraposição das duas hipóteses, podemos deduzir que Trotsky delinea através do que denomina de tarefa mais importante, isto é, a revolução, qual o nível de dificuldade e em qual esfera atua a classe trabalhadora, ou seja, através de uma revolução na esfera política. Por outro lado, a burguesia, numa situação de luta contra o grupo dirigente, efetuará uma transformação na estrutura econômica: *“A principal tarefa do novo poder seria restabelecer a propriedade privada dos meios de produção.”* Em outros termos, a restauração capitalista encontraria mais dificuldade em restaurar a propriedade burguesa do que se assenhorear do poder de Estado: *“Mas a restauração burguesa teria, com certeza, de afastar menos gente do que um partido revolucionário.”* Assim, embora a burguesia encontre menos dificuldade do ponto de vista da estrutura do poder – na esfera política –, na direção do Estado a principal tarefa é a restauração da propriedade privada. Inversamente, enquanto os trabalhadores encontrariam maior dificuldade na esfera política – revolução –, teriam que apenas introduzir reformas na economia. Não obstante, o autor avança para uma nova perspectiva que permite iluminar a compreensão dos processos de restauração capitalista no Leste Europeu:

“Vamos assumir uma terceira variante. Admitamos, contudo, que nem o partido revolucionário nem o partido contrarrevolucionário tomem o poder. A burocracia continua à frente do Estado. Mesmo nessas condições, as relações sociais não ficam congeladas. Não podemos contar com que a burocracia renunciará voluntária e pacificamente em favor da igualdade socialista. Como se sabe, apesar dos graves inconvenientes dessa operação, ela restabeleceu as patentes e as condecorações; será, pois, inevitavelmente necessário que procure apoio nas relações de propriedade. Alguém pode argumentar que pouco importa ao grande burocrata qual a forma de propriedade, desde que garantidos os seus rendimentos. Mas isto é ignorar a instabilidade dos direitos do burocrata e o problema de seus descendentes. O novo culto à família não caiu do céu. Os privilégios valem apenas a metade, se eles não podem ser transferidos aos filhos de cada um. Ora, o direito de herança é inseparável do direito de propriedade. Não basta ser diretor de truste, é necessário ser acionista. A vitória da burocracia nesse setor decisivo faria dela uma nova classe possuidora.

²⁰⁶ Idem, p. 226-227.

Inversamente, a vitória do proletariado sobre a burocracia marcaria o renascimento da revolução socialista. A terceira hipótese nos conduz, assim, às duas primeiras, pelas quais tínhamos começado para maior clareza e simplicidade”.²⁰⁷

Ora, a análise do processo de restauração capitalista na ex-URSS indica que a burguesia não tomou o poder, substituindo a casta dirigente, conforme a segunda hipótese. Foi a evolução da última perspectiva apresentada por Trotsky que detonou o movimento da burocracia para restabelecer a propriedade privada. Uma hipótese para pesquisa é que o impasse e a crise econômica da década de 1980 tenham estagnado a curva ascendente de ganhos obtidos pelos privilégios. Numa situação de ausência de mobilidade, a limitação de privilégio converteu-se na base que sedimentou os interesses fundamentais da burocracia para converter privilégios cada vez mais incertos na certeza da propriedade privada, ainda que isso significasse a incerteza da concorrência com o retorno da anarquia no plano econômico. Assim, realizando a operação sugerida por Trotsky e efetuando o movimento inverso, isto é, partindo da terceira variante – a que acreditamos que ocorreu –, substituiríamos a formulação inicial da segunda hipótese – a de que um partido burguês derrubasse a casta soviética dirigente. Essa operação não viola de maneira alguma a formulação do autor na medida em que a terceira variante parte da admissão de que se “nem o partido revolucionário nem o partido contrarrevolucionário tomem o poder. A burocracia continua à frente do Estado”. Prosseguiríamos com o que destacamos da principal formulação da segunda hipótese:

“A restauração burguesa teria, com certeza, de afastar menos gente do que um partido revolucionário. A principal tarefa do novo poder seria restabelecer a propriedade privada dos meios de produção. (...) O plano se reduziria, nos primeiros tempos, a compromissos entre o poder e as “corporações”, isto é, os capitães da indústria soviética, os seus proprietários potenciais, os antigos proprietários emigrados e os capitalistas estrangeiros.”

Uma aproximação do processo da restauração capitalista na ex-União Soviética permite identificar justamente este movimento. Há mais de meio século do período em que Trotsky escreveu essas linhas, apenas o peso dos antigos proprietários emigrados é, por questões óbvias, menor.

²⁰⁷ Idem, p. 227.

Encerramos este capítulo com uma reflexão de Leopold Trepper, o chefe da “Orquestra Vermelha”, a rede de espionagem soviética durante a Segunda Guerra Mundial.²⁰⁸ Depois de ser preso pelo alto comando nazista, Trepper convenceu Karl Giering, chefe da contraespionagem alemã, de que se tornara “agente duplo” e, para não despertar suspeitas na URSS, deveria seguir passando informações verídicas sobre as posições das forças da Alemanha na guerra. A contrapartida é que o comando soviético enviaria informações e instruções para Trepper que não seria nada além de um intermediário do alto comando alemão. Contudo, o chefe da “Orquestra Vermelha” conseguiu informar a sua captura ao comando soviético e desta forma, enquanto a URSS enviava informações falsas a Trepper, os nazistas subsidiavam a URSS com preciosas informações militares. Antes do final da guerra, Trepper conseguiu escapar e, retornando à URSS, foi preso e ficou encarcerado por dez anos, até a ascensão de Krushev. Em suas memórias, ao se referir ao “grande terror” na União Soviética na década de 1930 e ao dilaceramento das forças revolucionárias, aponta:

“Todos quantos não se opuseram à máquina stalinista são responsáveis, coletivamente responsáveis. Eu próprio não escapo a este veredito.

Mas, quem é que protestava nessa época? Quem se ergueu para bradar a sua condenação?

Os trotskystas podem reivindicar essa honra. Incitados por seu líder, que pagou a obstinação com a morte, eles combateram totalmente o stalinismo – e foram os únicos. Na época dos grandes expurgos, já não podiam gritar sua revolta senão nas imensidões geladas para onde os levaram a fim de melhor exterminá-los. Sua conduta foi digna e mesmo exemplar nos campos.²⁰⁹ Mas sua voz se perdeu na tundra.

Hoje, os trotskystas têm o direito de acusar os que outrora uivaram à morte com os lobos. Mas que não se esqueçam que eles tinham sobre nós a vantagem de possuir um sistema político coerente, suscetível de substituir o stalinismo e do qual podiam lançar mão na angústia profunda da Revolução traída. Eles não “confessaram”, porque sabiam que suas confissões não serviam nem o partido nem o socialismo.”²¹⁰

²⁰⁸ Trepper, Leopold. *O grande jogo*. Tradução: João de Almeida. [s.l.], Portugália Editora, [s.d.]. Há nos relatos de Trepper uma série de informações sobre a desastrosa política militar de Stalin antes e durante a deflagração da Segunda Guerra, além de relatos sobre a perseguição de comunistas, de judeus e da intelectualidade na União Soviética.

²⁰⁹ Nota editorial nº 13: “Veja o livro de Joseph Berger, *Naufrage d’ une Génération*. Éditions Denoël.” Idem, p. 61.

²¹⁰ Idem, *ibidem*.

O autor dessas palavras, do alto de seus setenta anos e de uma larga trajetória de militância comunista, encontrava-se, no início da década de 1970, sob forte “vigilância” na Polônia e concluiu suas “memórias” com um alento:

“Não lamento o compromisso de meus vinte anos. Não lamento os caminhos que escolhi. Na Dinamarca, no outono de 1973, um rapaz perguntou-me, durante uma reunião pública: ‘O senhor não sacrificou sua vida em vão?’ Respondi: ‘ Não’. Não com uma condição: que os homens aproveitem a lição de minha vida de comunista e de revolucionário e não alienem sua pessoa a um partido deificado. Sei que a juventude obterá êxito onde nós malogamos, que o socialismo triunfará e que não terá a cor dos tanques russos esmagando Praga.”²¹¹

Se, conforme Trepper, o sistema político coerente de Trotsky permitiu enfrentar as terríveis condições de dilaceramento impostas pelo terror stalinista, ele também permite, conforme esperamos ter demonstrado, a compreensão do colapso da União Soviética. Assim, referenciados neste sistema, passaremos a examinar nos próximos capítulos como a esquerda brasileira sofreu o impacto do fim da União Soviética.

²¹¹ Idem, p. 369.

Capítulo III

PCB: UMA PRÁTICA EM BUSCA DE TEORIA E UMA TEORIA PARA JUSTIFICAR UMA PRÁTICA

*“O que se abandonou, na mente impera;
Tem-se por paraíso, o que hábito era.”*

Goethe

Generalidades

Há dois aspectos recorrentes na recente historiografia do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O primeiro se refere ao que se convencionou denominar como o fim do ciclo da representação das classes exploradas no Brasil pelo PCB, com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980²¹² e o segundo, aos estudos recentes que buscam evidenciar a diversidade da intervenção política dos militantes do PCB a despeito das linhas oficiais e gerais ditadas por sua direção central, isto é, que buscam romper com uma historiografia institucional a partir da diversidade da intervenção dos comunistas nas fábricas, escolas, bairros etc.²¹³ Do nosso ponto de vista, essas duas tendências estão relacionadas e não basta – ainda que seja importante – evidenciá-las, é preciso compreendê-las.

As divergências, choques e rupturas nas organizações políticas são fenômenos recorrentes e não são privilégios dos partidos de esquerda. Podemos encontrá-los também em partidos burgueses, embora os últimos, como representantes dos interesses das classes que dominam e pelo controle que exercem sobre o Estado, tendem a ser mais estáveis. Porém, nenhum partido está isento das vicissitudes da luta de classes, como observamos no primeiro capítulo em relação ao partido bolchevique.²¹⁴ Esses

²¹² Veja-se: Gorender, Jacob. “O ciclo do PCB – 1922-1980”, em *História e perspectivas da esquerda*. Fortes, Alexandre (org.). São Paulo/Chapécó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005, p.163-172.

²¹³ Silva, Fernando Teixeira da. “Breve história de erros e bodes expiatórios: PCB e trabalhadores (1945-1964)”, em *História e perspectivas da esquerda*. Op. cit., p 183-184.

²¹⁴ Neste sentido, parece bastante desproposital a argumentação de Segrillo de que o regime centralista democrático adotado pelos bolcheviques teria permitido que passassem “relativamente incólumes” pela

choques são provocados pela diversidade e desigualdade econômica, cultural, pela heterogeneidade social etc. de um determinado país ou região. A diversidade e a desigualdade do desenvolvimento de um ramo, ou mesmo de uma única indústria, por exemplo, podem e devem gerar percepções diferentes em uma mesma ou várias classes sociais.

No século XVII, para ilustrar, a produção de açúcar antilhano e a concorrência no mercado mundial conduziram a uma grande crise no nordeste do Brasil que agravou a situação econômica da metrópole portuguesa. A dinâmica da economia colonial era, então, de decadência. Contudo, a descoberta e a exploração de pedras e metais preciosos no século XVIII na região de Minas Gerais produziu, evidentemente, uma percepção diferenciada da dinâmica econômica entre os colonizadores. Para os que estavam no Nordeste, persistiu a percepção da crise, enquanto para os que se instalavam na região próxima à extração do ouro e diamantes a percepção era, inversamente, de ascensão e pujança econômica, o mesmo vale dizer para a própria metrópole. Essa apreensão da decadência de um lado e desenvolvimento por outro foi expressa, do ponto de vista geográfico, político e administrativo, na transferência da capital da colônia de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro em 1763. Não obstante, a dinâmica da crise do modelo colonial que se manifestou originalmente no Nordeste convergiu, um século depois, com os limites da extração aurífera. As revoltas coloniais explodiram nas duas grandes regiões, expondo a dependência portuguesa no sistema mercantil e a sua decadência colonial.

Um dos traços mais marcantes na sociedade e na historiografia é a tendência a generalizar o particular e, inversamente, individualizar o universal. Decorre que a percepção geral da dinâmica de um sistema econômico, político, social etc. em seus traços gerais repercutem de maneira diversificada nos diferentes estratos sociais, esferas da economia, nas regiões, ramos ou indústrias. A análise geral, ainda que correta, pode, neste sentido, não corresponder ao que é experimentado e vivenciado pelo indivíduo. No caso de uma organização política, pode haver um choque com a orientação geral do partido. O mesmo fenômeno ocorre na luta entre as classes. A introdução de um novo equipamento ou tecnologia é apreendida como fonte de lucro para o capitalista, enquanto para o trabalhador pode significar a potencial perda da fonte de sobrevivência e, para outro capitalista ainda, a intensificação da concorrência.

repressão czarista. Ver: Segrillo, Angelo. *Rússia e Brasil em transformação: uma breve história dos partidos russos e brasileiros na democratização política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005, p. 18.

Na escala social e na estrutura das organizações partidárias ocorre algo similar. É mais fácil para um grupo de dirigentes em busca de um acordo entre as classes sociais determinar a contenção de reivindicações de aumento de salários – como orientou a política de “união nacional” do PCB durante o processo de “redemocratização”, iniciado no governo Vargas após o término da Segunda Guerra – do que para o burocrata ou dirigente sindical que sofrerá a pressão vinda de baixo, mais ainda para o trabalhador militante que é, ele mesmo, compelido pelas condições de sua existência a empreender a luta.²¹⁵ Assim, ainda que possamos definir uma dinâmica da evolução econômica, política e social, ela será apreendida de maneira heterogênea pelos indivíduos de acordo com o local do qual observam e vivenciam essa dinâmica, e haverá sempre a possibilidade de contradições. Parafraseando Marx, também nos partidos a divisão social do trabalho é a razão da contradição entre os que pensam e os que fazem – na medida em que “os que fazem” também “pensam” - e atuam de maneira objetiva, determinada pelo local específico do indivíduo (parlamento, dirigente partidário, sindicalista, trabalhador ou operário) e subjetiva (o papel de cada um na mesma estrutura organizativa). Neste sentido, o efeito é semelhante ao fenômeno que Marx observou e que permitia por um lado a hipertrofia da filosofia e, por outro, a atrofia da economia política alemã, que só será superada já como advento da crítica proletária à economia burguesa.

Três características acentuarão a dinâmica de choques no PCB: O processo de stalinização, fenômeno mundial que alcançou todos os partidos que se mantiveram na esfera da Internacional Comunista e que influenciou até organizações que não atuavam em sua órbita. Estreitamente relacionada à primeira – digamos que de caráter estrutural – é a definição, como vimos, da “etapa democrático-burguesa” da revolução brasileira e, por fim, a sequência de tentar adaptar a intervenção política no Brasil acompanhando as mudanças, os processos e as necessidades ditados pela conjuntura da União Soviética. Essas mudanças sempre provocaram choques e rupturas em todos os PC’s. Aliás, o próprio processo de stalinização dos partidos, batizado de “bolchevização”, foi desenvolvido através de imposição, de luta, dissensões e rupturas. Pensemos no caso da França, onde o Partido Comunista Francês (PCF) – cuja maioria da direção apoiava a Oposição de Esquerda na luta contra Stalin – sofre um processo de “intervenção” que

²¹⁵ Ver: Mattos, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 82-84.

alterará a correlação de forças no partido e determinará sua atuação política de acordo com as orientações do VI Congresso da Internacional Comunista.

Diante do crescimento das forças fascista em território francês, o Birô Político do PCF, seguindo as definições do VI Congresso da Internacional Comunista e a política do terceiro período, se recusa a convocar uma greve geral unitária com a social-democracia para derrotar os grupos de extrema direita. Evidentemente, os comunistas, que sentiam o sopro frio da ameaça fascista, perceberam as graves consequências da posição da sua direção, e abriu-se uma dissensão no partido, capitaneada inicialmente por Jacques Doriot que desde o início do ano de 1933 já apresentava dúvidas quanto à política da Internacional Comunista em relação ao combate a Hitler. Em 6 fevereiro de 1933, grupos de extrema direita, denominados “ligas”, com o apoio do chefe de polícia, numa revolta aberta marcham sob Paris em direção à Câmara de Deputados. A ação desses grupos, que sitiavam o parlamento, é detida pela mobilização dos trabalhadores. Na sequência, Deladier pede demissão do governo e é substituído por Gaston Doumerg, que assume o gabinete e apresenta um governo com características claramente autoritárias. O Partido Socialista então procura a direção do PCF para uma ação comum dos trabalhadores. Os grupos socialistas convocam uma manifestação para o dia 8 de fevereiro, mas o PCF, sob a direção de Maurice Thorez, recusa qualquer aliança com “social-fascistas”. Ao mesmo tempo, uma reunião de urgência da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) convoca uma greve geral para o dia 12 de fevereiro. As federações socialistas de Paris, diante da recusa de unidade do PCF, transferem o seu ato do dia 8 para o dia 12, engrossando as fileiras da greve geral.

Mas a direção do PCF, que se recusou a unificar a luta, convocou uma manifestação concorrente com a data estabelecida pela social-democracia. O insólito é que os mesmos dirigentes do partido que se negaram a construir um ato comum e definiram pela realização de uma greve geral, para preservar sua “integridade”, decidiram que não participariam dela. No dia 9, sua atitude nas batalhas travadas na rua contra a polícia e sua posição pela frente única contra os fascistas fazem de Doriot o líder da unidade entre os trabalhadores socialistas e comunistas. As bases do partido, então, passam por cima da sua direção e se unificam nas ruas e barricadas.

Percebendo que perdia o controle e a autoridade sobre o PCF, a Internacional Comunista passou a readequar sua política. O processo legítimo de unidade dos trabalhadores social-democratas e comunistas será desfigurado com a inauguração do “novo” período de “frente popular”, uma política de submissão à burguesia em nome do

combate ao “fascismo”, da qual Thorez, que ficou na retaguarda da unidade contra os fascistas, aparecerá como o grande articulador e será travestido de honras no VII e último Congresso da Internacional Comunista. Antes disso, a mesma organização já havia arranjado meios para afirmar que Doriot, que conquistara a unidade nas ruas, havia rompido com Moscou.²¹⁶

Detivemo-nos neste aspecto da trajetória do PCF para ilustrar a lógica de constante ruptura entre os interesses imediatos e históricos dos trabalhadores das respectivas direções. Retornemos, contudo, ao processo de “stalinização”. A maneira de solucionar as contradições e absorver os choques é, evidentemente, o debate democrático que permite uma síntese superior a partir da apreensão da realidade em sua diversidade. Neste sentido, o regime centralista- democrático adotado pelo partido bolchevique era mais do que uma adaptação às difíceis condições de militância na Rússia, como destacam a maioria dos autores. Era também uma estrutura que permitia o debate e a produção de sínteses – por meio da democracia, mas também, ao passo que respeita a decisão da maioria e complementa-a, o centralismo era uma forma de que a síntese, neste caso a generalidade, se sobrepusesse aos particularismos.²¹⁷ Nos partidos stalinistas esta perspectiva, ainda que preservando a aparência na manutenção do termo – como em conceitos anteriores –, carecia da essência do regime partidário defendido por Lenin e bloqueava qualquer possibilidade de síntese. Assim, as diretrizes gerais deviam ser aplicadas e os que questionassem eram tidos como “contrarrevolucionários”, “revisionistas”, “agentes da social-democracia”, “trotskistas”, “liquidacionistas” etc., muitas vezes recebendo, um único indivíduo ou grupo, uma múltipla combinação desses adjetivos.

Há que se levar em conta também que a autonomia relativa que as organizações alcançam das classes que as originam, no caso do PCB, foi mais extremada, uma vez que além das pressões e contrapressões das classes, de outros partidos e da estrutura do

²¹⁶ Broué, Pierre. *História da Internacional Comunista*. Op. cit., tomo II, p. 802-810. Sobre a política desenvolvida pela Internacional Comunista e o PCF na França a partir de 1933, particularmente sobre a “frente popular”, ver: Trotsky, Leon. *Aonde vai a França?* Tradução de Isis Alves. Tradução dos apêndices: Ana Cristina Machado, Silvana Foá e Waldo Mermelstein. [s.l.], Editora Desafio, 1994.

²¹⁷ Um bom exemplo disso foi a atitude do partido bolchevique durante as chamadas “Jornadas de Julho”, quando centenas de milhares de trabalhadores e soldados armados desfilaram em Petrogrado. Percebendo, naquele momento, que o restante do país não acompanharia o ímpeto revolucionário e que a tomada do poder não resistiria, tentaram um recuo organizado para evitar o maior número de vítimas e prisões. Trotsky e Kamenev foram detidos nesse episódio. Ver: Lenin V. I. *Às portas da revolução*. Op. cit. Segrillo adota uma visão bastante reducionista do regime centralista democrático ao afirmar que o regime stalinista significou um reforço do pólo centralista às expensas do “pólo” democrático, quando os termos são complementares. Ver: Segrillo, Angelo. Op. cit., p. 16-17.

Estado brasileiro, havia a subordinação à estrutura da Internacional Comunista e aos interesses da própria burocracia soviética. As mudanças bruscas de orientação política muitas vezes foram determinadas por ordem dos interesses do Estado soviético, que exigia a adequação das seções nacionais, implicando mudanças na linha política de uma hora para outra, sem qualquer correspondência com a realidade do respectivo país.

Outro elemento é a inevitabilidade da luta de classes. Todas as organizações estão sujeitas a ela e, em períodos de grave crise ou de grandes mudanças como guerras, revoluções e contrarrevoluções, são abaladas. É natural que surjam divergências pela própria complexidade da análise e do novo momento histórico. Mas, no caso do PCB, estas crises revelavam toda a contradição entre os que pretendiam, falavam e advogavam a necessidade da revolução, mas estavam presos numa perspectiva teórica que lhes negava mesmo apreender os fundamentos do desenvolvimento econômico e social brasileiro. As crises tomavam a proporção de um cataclisma. Em períodos de certa estabilidade política e econômica era possível sustentar determinadas posições com menos embaraços. Mudança de postos, expulsões, rupturas isoladas permitiam um certo controle e estabilidade. Contudo, nos períodos de grave crise, as contradições tornavam-se explosivas. Não podemos esquecer, contudo, que o fato de vincular-se à União Soviética e ao PCUS, apreendido como o lugar e o instrumento do socialismo, ainda que em um só país, o PCB atuava como um pólo magnético e, não por acaso, a ruptura que daria origem ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1962, envolveria a luta da nova organização pelo reconhecimento de sua representação como fiel aos interesses de Moscou.

O PCB e a Internacional Comunista

Existe uma grande produção historiográfica sobre a trajetória do PCB.²¹⁸ Neste sentido, em conformidade com nosso objeto de pesquisa, privilegiaremos os

²¹⁸Apenas para citar algumas: Muniz Bandeira, Luiz Alberto. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004; Pinheiro, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia da Letras, 1991; Vinhas, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1924-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982; Carone, Edgard. *O P.C.B.*, 3 volumes. São Paulo: Difel, 1982. Gorender, Jacob. *Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. Chilcote, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. Konder, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. Segatto, José Antônio. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989.

acontecimentos desde a década de 1980 até a realização do seu X Congresso, em 1992. Regressaremos ao período anterior apenas para recolher elementos que permitam iluminar esta exposição.

As teses para a América Latina, votadas no VI Congresso da Internacional Comunista, definiram o Brasil como parte dos países “coloniais” e “semicoloniais” – categorias genéricas para definir em bloco uma diversidade enorme de nações cujas realidades, de resto, eram desconhecidas – apesar das divergências dos delegados latino-americanos.²¹⁹ Estes países seriam marcados pelo domínio imperialista, pelo atraso do desenvolvimento capitalista e pela presença de resquícios feudais ou semifeudais em sua estrutura econômica, política e social. Consequentemente, conforme o termo utilizado por Plekhanov ainda em 1880, deveriam também passar pelo “purgatório” do desenvolvimento capitalista. Assim, caberia aos partidos comunistas engajarem-se na “revolução democrático-burguesa” e na luta de “libertação nacional”.

O jovem partido brasileiro logo se viu obrigado a abandonar as elaborações que desenvolvia sobre a realidade e as tarefas dos comunistas no Brasil. O III Congresso do PCB, entre 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929, já apresentava indícios da influência das resoluções do VI Congresso da Internacional Comunista (doravante Comintern). Com efeito, no VI Congresso Jules Humbert Droz, que ocupou importantes funções na Comintern entre 1920 e 1935 e considerado o “olho de Moscou” principalmente na América Latina,²²⁰ ao mesmo tempo em que sustentou a polêmica contra a delegação latino-americana, recusou o Bloco Operário Camponês (BOC), política de alianças que vinha sendo desenvolvida pelo partido brasileiro e defendida por Otávio Brandão. O III Congresso do PCB, igualmente, adotará a perspectiva de que o Brasil é um país semicolonial em que o domínio imperialista penetra em seu território apoiando-se em forças feudais e semiescravagistas. Paulatinamente a política do BOC e as alianças que sustentava serão substituídas.²²¹ Não obstante, a interferência da Comintern não se limita às análises e diretrizes políticas, a intervenção exige também a substituição de homens. Em nome de uma “proletarização” do partido, toda a equipe original dirigente sucumbe, numa perspectiva de substituir os “intelectuais” por um

²¹⁹ Sobre as divergências da delegação latino-americana, ver: Antunes, Ricardo. “Os comunistas no Brasil... Op. cit., p. 25.

²²⁰ Ver: Broué, Pierre. “Notas biográficas”, em *História da Internacional Comunista*. Op. cit., tomo II, p. 1.241.

²²¹ Antunes, Ricardo. Op. cit., p. 28-29. Ver também: Costa, Ricardo da Gama Rosa. *Descaminhos da revolução brasileira: O PCB e a construção da estratégia nacional libertadora (1958-1964)*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos. Niterói, 2005. Mimeo., p. 71-73.

grupo de revolucionários profissionais que assegurariam a “autonomia da classe operária”.²²²

Um conjunto de textos escritos por Astrogildo Pereira, ainda em 1928, mas anteriores à realização do III Congresso, permitem vislumbrar as análises e a política que o PCB vinha desenhando desde o seu II Congresso, realizado em 1925.²²³ Apesar de pressupor a estrutura das classes dominantes em burguesia industrial e burguesia agrária, a primeira sob a pressão do imperialismo dos EUA, e a segunda obediente aos interesses do imperialismo britânico, o autor, que remete para a obra de Fritz Mayer, isto é, Otávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, apresenta a constante conversão de interesses dos setores dominantes diante da mobilização operária e das revoltas da pequena burguesia. Em determinados momentos, chega mesmo a apreender o aspecto unívoco do capital e, logo, do seu portador, em investimentos urbanos e rurais. Ao se referir ao processo de mecanização da agricultura cafeeira e ao desenvolvimento industrial em São Paulo, afirma:

“São os mesmos grandes fazendeiros e proprietários de terra, nadando em ouro, que se transladam para as cidades e ali intervêm nas indústrias, nos bancos, no comércio, com os capitais acumulados na exploração do solo. Todo grande industrial paulista, mineiro ou fluminense, é quase sempre, ao mesmo tempo, fazendeiro e proprietários de terras.”²²⁴

Que essa observação não tenha permitido romper com a concepção de uma classe dominante bifurcada entre a burguesia industrial “progressista” e o domínio da aristocracia “feudal” é parte de uma dinâmica que só se agravará a partir do III Congresso. Não obstante, o texto concebe uma contínua instabilidade entre as classes sociais, provocada pelos interesses antagônicos do capital industrial e do capital agrário que dominaria todo o país e que, à semelhança do movimentos de 1922 e de 1924, redundariam numa nova revolução desencadeada pela pequena burguesia. Neste sentido, o partido, como representante do proletariado, deveria buscar compor uma aliança com as forças revolucionárias.

Astrogildo Pereira faz menção também, sem entrar em maiores detalhes, a uma ruptura motivada, ao que parece, por diferenças na intervenção sindical do partido.

²²² Costa, Ricardo da Gama Rosa. Op. cit., p. 74.

²²³ Pereira, Astrogildo. “A situação política” (1928); “Síntese da política atual” (1928); “A situação atual do partido” (1928), “La correspondencia sudamericana” (15 e 30/9/1928). Em: Carone, Edgard. *O PCB (1922-1943)*. Vol. I. Op. cit., p. 44-55.

²²⁴ Idem, p. 49-50.

Joaquim Barbosa, membro do Comitê Central (CC) e responsável pela seção sindical, questiona a política desenvolvida pelo partido que estaria desrespeitando as decisões do II Congresso e solicita a convocação de uma Conferência Nacional. O CC recusa a proposta, ele lança uma carta aberta aos militantes, e um grupo de 46 comunistas abandona o partido.²²⁵ O número é expressivo, e representa quase 10% dos efetivos de militantes, avaliados em 500 para o ano de 1928.²²⁶ A questão ganha relevo ao analisarmos o documento que apresenta a polêmica de Joaquim Barbosa com a direção do partido. O texto aparece em primeira pessoa e tudo conduz a que seja a “Carta aberta” escrita pelo ex-membro do CC, mas aparece como “Publicações do Grupo Braço e Cérebro, nº 1, 1928”. A questão é que, além de evidenciar uma grande inépcia, sectarismo e autoproclamação da direção do partido no que tange à busca da unidade entre os diferentes setores do movimento sindical e a própria política frente aos órgãos do Estado, indica que a direção nacional buscava “bode expiatório” para “lavar as mãos” dos erros que ela mesma havia cometido, uma vez que se aproximava o momento “*em que a instância superior de todos os partidos comunistas do mundo, a IC, se preparava para pedir contas da atividade dos continuadores de Lenin nos vários setores nacionais*”.²²⁷ Sabemos que nesse período a IC estava pouco preocupada com a continuidade da obra de Lenin, mas ávida para pedir contas de todos os “setores nacionais”. Neste sentido, é bem factível que o PCB já estivesse sofrendo e já se sentisse pressionado muito antes da realização do seu III Congresso.

O CC do partido elaborou um documento, datado de 11 de fevereiro de 1929, em que aprecia as resoluções do III Congresso. Ele mantém a perspectiva de união dos dois setores da classe dominante contra as mobilizações das massas e continua sustentando a política de aliança dos trabalhadores com a pequena burguesia, alentando a possibilidade de obter a hegemonia do proletariado no decorrer do processo revolucionário. Contudo, o corte com a política anterior é apresentado logo na abertura do texto, quando se refere ao III Congresso como o primeiro que dotou o partido de uma compreensão marxista da realidade brasileira. Ratifica a dinâmica de crise que levaria a uma nova revolução e manifesta, então, o seu caráter “democrático-burguês”, devendo

²²⁵ Idem, p. 54-55. Ver também, na mesma obra, “Introdução”, p. 7-8.

²²⁶ Edgard Carone indica 73 membros no ato de fundação do partido que alcançará, ainda em 1922, 250; em 1923 aponta 300 militantes; 500 para o ano de 1928 e 1.000 aderentes até 1930. Carone, Edgard. Op. cit., p. 3.

²²⁷ Idem, p. 64

ser conduzida pela aliança supracitada. No resumo das conclusões das teses políticas, afirma:

“Assim, pois, deve o proletariado apoiar energicamente, desde já, o movimento revolucionário em preparação. Este apoio, no entanto, deve ser dado na base das seguintes reivindicações fundamentais, que constituem o conteúdo essencial da revolução na sua primeira etapa:

- a) solução do problema agrário, confiscação da terra;
- b) supressão dos vestígios semifeudais;
- c) libertação do jugo do capital estrangeiro”.²²⁸

As mudanças serão aprofundadas. A imprensa do partido, por meio do jornal *A Classe Operária*, publica uma resolução do Secretariado Político da IC, dirigida de Moscou e datada de fevereiro de 1930. Em linhas gerais, o documento avalia o impacto da crise de superprodução de café na economia brasileira, o aumento do sofrimento para os trabalhadores e camponeses e prenuncia o desenvolvimento de uma crise revolucionária no Brasil. Mantendo o caráter “democrático-burguês” da revolução, insiste na necessidade de o proletariado hegemonizar, sob a direção do PCB, o processo de aliança com os camponeses. Ao mesmo tempo, indica que, para a vitória da revolução, o partido deve entrar em disputa com a pequena burguesia. A revolução seria agrária e anti-imperialista e culminaria com a “*instauração de uma República Operária e Camponesa sobre a base dos soviets, agrupando a classe operária e a massa camponesa (ditadura democrática revolucionária do proletariado e da massa camponesa)*”.²²⁹

O amálgama das posições defendidas por Lenin, em 1905, com a política do “terceiro período” do VI Congresso da IC é eloquente. Não obstante, a resolução do Executivo evidencia o seu caráter de intervenção. Para remover quaisquer veleidades de autonomia que o partido, ou alguns de seus membros, ainda pudessem aspirar, adverte:

“No partido, prega-se abertamente a teoria da ‘revolução democrática pequeno-burguesa’, sob cuja cobertura ‘o proletariado poderia preparar-se para a conquista do poder’ (camarada Brandão). Esta teoria menchevista, antileninista e antimarxista, nega a hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa, como garantia essencial contra a sua derrota e como a melhor preparação do proletariado para a conquista do poder.”²³⁰

²²⁸ “O III Congresso” (dezembro de 1928-janeiro de 1929), em *O P.C.B.* Op. cit., p. 72.

²²⁹ “A crise do PCB: resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira (fevereiro de 1930)”, em *O P.C.B.* Op. cit., p. 99. Publicado no jornal *A Classe Operária*, 17/4/1930.

²³⁰ *Idem*, p. 100.

Atacando a política do BOC. (Bloco Operário Camponês), defende como tarefa imediata do Partido Comunista do Brasil “*depurar resolutamente os quadros dirigentes de todos os elementos liquidacionistas, oportunistas de direita, que se arrastam a reboque e escolher a composição dos órgãos dirigentes de modo a assegurar a realização consequente e firme da política proletária revolucionária*”.²³¹

A inflexão da política do PCB, em direção às necessidades da União Soviética pode, contudo, ser percebida mais estreitamente no período em que a própria Internacional Comunista já não existia.

É conhecida a utilização do pretexto da tentativa fracassada de assalto ao poder em 1935 pelo PCB para intensificar a perseguição aos comunistas e para introduzir a ditadura em 1937, nomeada “Estado Novo” em honra da sua precursora em Portugal. A proximidade do governo Vargas com o nazi-fascismo, para além de outras simbioses, é emblematicamente simbolizada pelo envio de Olga Benario, então esposa de Luís Carlos Prestes – que ingressou no PCB em 1934, quando já figurava na direção da Internacional Comunista²³² – à Alemanha de Hitler, onde seria executada numa câmara de gás. Contudo, os rumos da Segunda Guerra iriam alterar todas as posições que se desenhavam inicialmente. Basta lembrar que Stalin havia, em 23 de agosto de 1939, assinado o “Pacto de Não Agressão” com Hitler e, diferentemente do que sustentam as hostes stalinistas – que mesmo depois de reconhecerem os erros de Stalin, creditam nele uma grande capacidade para estratégia militar – ele realmente acreditava que a Alemanha nazista não entraria em guerra com a URSS.²³³ As ilusões foram desfeitas em agosto de 1941 com o avanço das tropas nazistas sobre a fronteira soviética. Assim

²³¹ Idem, p. 101-102.

²³² Ver: Konder, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Op. cit., p. 50.

²³³ Sobre o papel “controverso” que Stalin cumpriu na Segunda Guerra Mundial, todos os governos que o sucederam, de Kruchev a Gorbachev, reconheceram que ele foi o grande articulador da “Grande Guerra Pátria” contra o nazifascismo. A título de exemplo, ver: Gorbachev, MiKhail. *Outubro e a Perestroika: a revolução continua*. Rio de Janeiro: Renavan, 1987, p. 35-36. Ricardo da Gama Rosa Costa (op. cit., p. 65-66) também atribui a Stalin o papel de grande estrategista militar e sugere que seus métodos políticos acompanhariam essa particularidade de “beligerância”. Para contrapor essa suposta capacidade militar de Stalin, que custou ao povo soviético mais de 20 milhões de mortos, podemos citar a frase de um de seus apologistas que, contudo, não percebeu a sutileza e a contradição dos seus próprios termos. Assim, conforme Luiz Carlos Prestes que, contrapondo-se às posições de Trotsky, afirma: “Em 31, há um discurso de Stalin que parece uma profecia. Ele dizia: se dentro de dez anos não tivermos uma indústria à altura da indústria do Ocidente, seremos esmagados. [...] Mas a União Soviética já estava preparada e pode fazer o recuo até a linha de Leningrado e Moscou para se defender.” Prestes, Luiz Carlos. *Apud Moraes, Dênis de; Viana, Francisco. Prestes: lutas e autocríticas*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982, p. 132-133. Para uma posição contrária: Muniz Bandeira, Luiz Alberto. *A reunificação da Alemanha*. Op. cit., p. 82-83. Para uma apreciação sobre o esforço do povo soviético na guerra, a despeito da direção do PCUS, ver: Schnaiderman, Boris. *Os escombros e o mito*. Op. cit., p. 109-110.

como a URSS foi obrigada a enfrentar a Alemanha, também Vargas teve que reorientar suas simpatias e, em 1942, o Brasil ingressou na guerra no bloco dos Aliados.

A entrada da URSS na Segunda Guerra e os acordos feitos com os países Aliados (Estados Unidos e Inglaterra, principalmente), convergindo com as resoluções do VII Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1935, reorientará a política dos PC's. O VII Congresso havia consagrado a política que vinha sendo desenvolvida pelo Partido Comunista Francês, à qual já nos referimos. Ela se desdobrará tragicamente na Espanha, onde o Partido Comunista Espanhol, durante a Guerra Civil, opta pela aliança com a burguesia e pela manutenção de um regime “democrático-burguês” e contrapõe-se ao fluxo de luta que, iniciado pela defesa da República, logo ultrapassou os limites que a burguesia liberal pretendia dar à sua “República”. Assim, a Comintern substituiu oficialmente a política do “terceiro período” – de divisão da classe trabalhadora para enfrentar o fascismo – pelo que define como política de frente popular, isto é, de capitulação à burguesia e ao seu “regime democrático”.²³⁴

A política de frente popular, desenvolvida pelos partidos comunistas no plano interno, convergia agora com as necessidades de aliança no plano externo desenhadas pelos interesses da burocracia soviética e que, no caso do Brasil, coincidiam com a entrada do país na guerra no bloco dos Aliados. Se a política de frente popular apresentava que a luta contra o nazi-fascismo não deveria ultrapassar os limites da democracia burguesa, os acordos com os Aliados potencializariam a impotência dos partidos comunistas para transgredir a ordem capitalista.

Efetivamente, em 1943, para atender os interesses dos Aliados e demonstrar que a URSS não pretendia estender a revolução para outros países, num momento em que a Segunda Guerra, assim como a primeira, despertava tensões no proletariado que poderiam provocar novas rupturas com o capitalismo, Stalin determina a dissolução da Internacional Comunista que será efetivada em junho. A proposta vinha sendo construída com antecedência e data de 8 de maio a convocação ao Kremlin de Dimitrov, secretário-geral da Comintern desde o seu VII Congresso, para receber de Molotov a comunicação de que Stalin havia decidido pela dissolução da Internacional

²³⁴ Sobre a política de frente popular, ver: Trotsky, Leon. *Aonde vai a França?*. Op. cit. Broué, Pierre. *História da Internacional Comunista*, tomo II, op. cit., particularmente, p. 802-897. Costa, Ricardo da Gama Rosa. Op. cit., p. 74-75. Costa, após descrever o relatório de Dimitrov, sintetiza numa frase o significado da política de frente popular: “(...) era preferível a preservação dos Estados sob a hegemonia burguesa do que permitir a expansão do nazifascismo.” (p. 75) A questão que o autor deixa de abordar é que no marco do desenvolvimento da crise das “democracias burguesas”, o proletariado teria outras opções além dos estreitos limites da escolha entre o nazifascismo e a democracia burguesa.

Comunista.²³⁵ Numa reunião do Birô Político do PCUS, em 21 de maio, em resposta à proposta de Kalinin de manter a Comintern, Stalin pronuncia:

“A experiência demonstrou que, tanto hoje quanto na época de Marx e Lenin, é impossível dirigir o movimento operário de todos os países do mundo a partir de um centro internacional único. Isso é tanto mais verdadeiro neste período de guerra, quando os PC's da Alemanha da Itália e de outros países são colocados diante da tarefa de derrubar seus governos e de utilizar táticas derrotistas, ao passo que a da União Soviética, Grã-Bretanha, EUA e de outros países é, ao contrário, a de apoiar, sem reservas seus governos para vencer o inimigo o mais rápido possível. Superestimamos nossas forças quando reunimos a Internacional Comunista e acreditamos que poderíamos guiar o movimento em todos os países. Foi um erro [...]

Há uma outra razão para a dissolução da Internacional Comunista, que não está mencionada na resolução. É o fato de que os partidos comunistas filiados à Internacional Comunista são falsamente acusados de serem agentes de um Estado estrangeiro e que isto prejudica seu trabalho nas massas. A dissolução da Comintern privará nossos inimigos desta carta falsa. Esse passo que daremos reforçará os partidos comunistas enquanto partidos operários nacionais e, ao mesmo tempo, fará crescer o internacionalismo nas massas, do qual a União Soviética é a base.”²³⁶

Apesar de longo, o extrato permite vislumbrar algumas questões que convergem com a atuação do PCB. A dissolução da Internacional Comunista ocorre no mesmo ano em que o partido, completamente desarticulado pela repressão do Estado Novo, tenta retomar sua organização. Edgard Carone traça as três posições antagônicas que se desenvolvem entre os grupos dispersos, diante da necessidade de defesa da URSS e a entrada do Brasil no conflito: 1) os que preconizam a luta contra o nazi-fascismo no plano externo e o combate paralelo contra o inimigo interno, ou seja, o Estado Novo – neste grupo estariam os comunistas de São Paulo, com Caio Prado Júnior e Heitor Ferreira Lima, dentre outros; 2) Os que querem a luta contra o inimigo externo e pedem a suspensão da luta contra o inimigo interno e a supressão de tudo que possa obstaculizar o esforço de guerra, inclusive o próprio partido – grupo pequeno, teria como representante Fernando de Lacerda; 3) os que defendem a luta contra o inimigo externo, buscando adiar, para o fim do conflito, a luta contra o inimigo interno – este grupo estaria articulado numa Comissão Nacional de Organização Provisória

²³⁵ Ver Broué, Pierre. *História da Internacional Comunista*. Op. cit., tomo II, p. 1.005. Para um panorama amplo: p. 1.003-1.019.

²³⁶ Stalin, Josef. *Apud* Broué, Pierre. Op. cit., p. 1.011-1.012.

(CNOP).²³⁷ À CNOP caberia o início da coordenação dos comunistas ao consagrar sua posição política na realização da II Conferência Nacional do PCB, denominada Conferência da Mantiqueira, reunida em agosto e que definirá Luís Carlos Prestes, ainda na prisão, como secretário-geral do partido.²³⁸ Fato importante é que a CNOP não estendeu o convite à participação na conferência dos grupos que tinham outra posição política.²³⁹ Há, portanto, mais “coincidências” com o discurso de Stalin do que apenas a política a ser desenvolvida durante a guerra pelos PC’s.

A conferência estabelecerá então a política de “unidade nacional” para derrotar o nazismo.²⁴⁰ A aliança com Vargas e a crescente necessidade de abertura política conduziram, em abril de 1945, à anistia de Prestes e de outros presos políticos e, em maio, o PCB foi legalizado.²⁴¹ No quadro de redemocratização e legalidade, gozando do prestígio que a URSS obteve com a derrota do nazi-fascismo e, também, de uma retomada do movimento grevista, o PCB ampliará o seu espaço de intervenção política. Não obstante, a política que sustentava preconizava o desenvolvimento democrático da “revolução democrático-burguesa” e, na busca por estabilizar o regime, passou a conter o movimento grevista. Conforme Marcelo Badaró Mattos, que identifica quatro conjunturas distintas para o movimento operário e sindical entre os anos de 1945 e 1964:

“As lideranças mais combativas daquele momento – em especial os comunistas – viveram um dilema que, ao longo dos anos se repetiria com alguma frequência: obedecer às orientações políticas ditadas pela direção partidária ou atender às pressões das bases sindicais. Naquela conjuntura, seguindo uma orientação mais geral do contexto do fim da II Guerra Mundial, o PCB buscava aliança política preferencial com as forças que derrotaram o fascismo europeu (no caso brasileiro, a própria ditadura de Vargas) e esforçava-se por priorizar a transição política para um regime democrático constitucional, chegando a se afirmar como ‘esteio da ordem’.”²⁴²

²³⁷ Carone, Edgard. “Introdução”, em *O P.C.B.* Op. cit., p. 14.

²³⁸ O jornal *Voz Operária* publicará em 1953, em comemoração ao décimo ano da realização da II Conferência, o depoimento de Luiz Carlos Prestes de 15/8/1953 e de Maurício Grabois, “A Conferência da Mantiqueira, golpe moral no liquidacionismo (28/8/1953)”. “A Conferência da Mantiqueira”, em *O P.C.B.* Op. cit., p. 234-241. Os dois artigos tratam da disputa entre as posições sobre a reorganização do partido e a política que foi adotada. O artigo de Prestes é escrito em terceira pessoa e não deixa de tecer elogios ao próprio Prestes. Sobre a II Conferência, ver também: Konder, Leandro. Op. cit., p. 49-50.

²³⁹ Carone, Edgard. Op. cit., p. 14.

²⁴⁰ Prestes, Luís Carlos. “Depoimento de Luiz Carlos Prestes”, em *O P.C.B.* Op. cit., p. 238.

²⁴¹ Ver: Konder, Leandro. Op. cit., p. 51-52. Costa, Ricardo da Gama Rosa. Op. cit., p. 79.

²⁴² Mattos, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Op. cit., p. 83. Sobre a questão da preocupação do PCB manter a “lei e a ordem”, ver: Konder, Leandro. Op. cit., p. 53-57.

A política do PCB, de 1945 a 1947, seguia as diretrizes da União Soviética que passou a pregar a política de coexistência pacífica, obtendo o controle sobre o Leste Europeu, atuou para evitar qualquer avanço sobre a Europa Ocidental. Stalin, em 1943, já havia dissolvido a Internacional Comunista como demonstração aos Aliados de que não pretendia expandir a revolução e, no imediato pós-guerra, atuou para demover a possibilidade de os comunistas, que construíram a Resistência, a tomar o poder na Itália e na França, além de opor-se, igualmente, a qualquer perspectiva neste sentido por parte dos gregos. Na Iugoslávia, a expropriação da burguesia exigiu a ruptura de Tito com as orientações da URSS e, no caso da Alemanha Oriental, o território era tido mais como um instrumento de barganha com o Ocidente do que para objetivos do “socialismo”.²⁴³

Contudo, a conjuntura política internacional, a partir de 1947, pressionará o partido de forma dupla. Por um lado, no plano interno, o governo Dutra perfilando-se ao lado dos EUA na “Guerra Fria” iniciará um período de forte repressão ao movimento sindical e às organizações operárias,²⁴⁴ culminando com a cassação do registro do PCB em maio de 1947, com a ruptura de relações diplomáticas do governo brasileiro com a União Soviética, em outubro do mesmo ano e – repressão sem fim – com a supressão dos mandatos dos deputados comunistas em janeiro de 1948.²⁴⁵ Por outro lado, a necessidade de defesa da União Soviética diante da ameaça de uma nova guerra determinará uma reviravolta na orientação política do partido. Porém, vejamos como Prestes avaliou a intervenção do partido no período anterior. Depois de descrever as atitudes repressivas do governo Dutra, de apontar que o partido não soube apreciar corretamente as mudanças políticas no país e ao descortinar o apoio político a Ademar de Barros em São Paulo, o dirigente comunista afirma que: “*Essa tendência direitista se caracteriza ainda pela sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a ‘burguesia progressista’.*” Retomando o tema em outro momento, sustenta que: “*Insistimos, já sem muita razão de ser, em formas de luta ‘rigorosamente dentro da lei’ [...] Caímos no exagero de ver em*

²⁴³ Ver: Gorender, Jacob. “O Ciclo do PCB – 1922-1980”, em *História e perspectivas da esquerda*. Fortes, Alexandre (org.). Op. cit., p. 168. Muniz Bandeira, Luiz Alberto. *A reunificação da Alemanha*. Op. cit., p. 85-86.

²⁴⁴ Marcelo Badaró Mattos (*Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Op. cit., p. 78) indica o período de 1947-1950 como de “repressão aberta” ao movimento operário e sindical. Para detalhes, p. 81-82.

²⁴⁵ Konder, Leandro. Op. cit., p. 72.

qualquer greve ou movimento de massas espontâneo uma provocação perigosa e sempre contrária aos interesses do proletariado.”²⁴⁶

O esforço inicial para compreender o estreitamento do regime e a própria responsabilidade do partido será, contudo, substituída por uma posição ultraesquerdista que tomará materialidade no “Manifesto de Agosto”, publicado em 1950, no mês que o nomeia. O texto da direção do partido²⁴⁷ convoca a formação de uma “*Frente Democrática de Libertação Nacional*”, em torno de um programa que, além de deslocado da conjuntura, pretendia contar com supostos aliados na estrutura econômica e social brasileira para derrotar a ditadura “feudal-burguesa serviçal do imperialismo” que mantinha o país na miséria e para a constituição de um novo governo, representante de “todas as classes e camadas sociais” empenhadas na luta pela libertação nacional. A nova orientação política diminuirá significativamente a influência do partido no movimento operário e na sociedade de uma maneira geral, apesar da retomada do movimento grevista.²⁴⁸

O giro que se faz a partir do “Manifesto de Agosto”, fundamentado evidentemente na amarga experiência política anterior que alentava um desenvolvimento pacífico para a solução dos problemas brasileiros e que se chocou com o governo Dutra, era movido pela lógica da conjuntura internacional de “Guerra Fria” e pela “ameaça” de um enfrentamento entre as duas potências que haviam dividido o mundo no acordo de Yalta e Potsdam. Assim, o PCB flexionava sua política para o combate imediato ao imperialismo, na perspectiva de enfraquecê-lo num possível desenlace de conflito com a URSS.

A situação de isolamento e o distanciamento da realidade brasileira aos poucos vão se impondo na percepção dos quadros e militantes “comunistas”.²⁴⁹ A mudança definitiva, porém, só virá depois que as determinações do centro sob o qual gravita o

²⁴⁶ Prestes, Luís Carlos. “Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista”. *Problemas*, abril de 1948, n. 8, p. 18-42. Em *O P.C.B.* Op. cit., vol. 2, p. 81-82.

²⁴⁷ A referência da antologia organizada por Edgar Carone, que fazemos uso, indica ao final do texto entre parênteses: “Prestes Aponta aos Brasileiros o Caminho da Libertação, p. 22-26”, sem quaisquer outras referências. “Frente Democrática de Libertação Nacional (agosto de 1950)”, em *O P.C.B.* Op. cit., p. 108-112. Ver também: Vinhas, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1924-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982. Anexos do Capítulo IV: “Manifesto de agosto de 1950”, p. 140-158. O manifesto aparece subscrito por “Luiz Carlos Prestes (Pelo Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil).

²⁴⁸ Seguindo Marcelo Badaró Mattos, estaríamos na terceira conjuntura do movimento operário e sindical, iniciada a partir do segundo governo Vargas até os primeiros anos do governo JK, caracterizada como “fase da retomada das direções sindicais por setores mais combativos e de ressurgimento das greves”. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Op. cit., p. 78.

²⁴⁹ Ricardo da Gama Rosa Costa aponta que a mudança na orientação do partido começou entre 1951 e 1952, com os questionamentos da seção sindical à orientação nacional, que previa o combate à estrutura sindical oficial e a criação de sindicatos paralelos.

PCB desenhe a sua nova órbita. E isso somente acontecerá com a realização do XX Congresso do PCUS, em 1956. Nele, Krushev, que substituiu Stalin no cargo de secretário-geral após sua morte (abril de 1953), apresenta um relatório descrevendo os crimes de Stalin e condenando o culto à personalidade. Não nos deteremos no impacto do relatório sobre a esquerda de uma forma geral e sobre o PCB em particular.²⁵⁰ Mais nos interessa é a reorientação da política externa soviética a partir do XX Congresso. Ainda que nos marcos da “Guerra Fria”, Krushev busca uma reaproximação com o Ocidente e reforça o discurso da “coexistência pacífica”, alentando a possibilidade de alcançar o socialismo por vias pacíficas, pelos canais da democracia burguesa. Vale observar que, neste sentido, o secretário-geral do PCUS dava relevo ao processo iniciado por Stalin que, em nome do “marxismo-leninismo”, sustentava que o socialismo, no processo de concorrência com as potências capitalistas, demonstraria sua superioridade e seria seguido pelos povos dos demais países. Se, conforme Raymond Williams, o marxismo ortodoxo, que tinha o seu representante maior no stalinismo, significava um recuo às formas de pensamento que Marx combateu,²⁵¹ podemos agregar que, neste sentido, as proposições de competição e escolha entre dois sistemas significam também um recuo para as concepções do socialismo utópico, em que o exemplo e as realizações do “socialismo”, acima da luta de classes, conduziriam os povos a adotar o regime que se mostrava mais eficaz e racional. Antecipemos que Gorbachev retomará esses mesmos termos em suas obras sobre a *perestroika* e a *glasnost*.

Se a política anterior do PCB já provocava grande desconforto, em razão da contradição entre as necessidades externas da URSS e a realidade brasileira, e ainda que os comunistas percebessem que a dinâmica política, econômica e social do país era mais complexa do que seus esquemas teóricos e que fizessem esforços para decifrá-la, eles atuavam com um método sempre oposto: trata-se de buscar na realidade brasileira os elementos que justificariam a nova orientação política ditada pelo centro político em Moscou. Tanto é assim, que a nova orientação, mais uma vez, entrará em choque com a realidade brasileira e as necessidades da classe trabalhadora no período subsequente.

²⁵⁰ Para uma apreciação sobre o impacto no PCB do relatório apresentado por Krushev no XX Congresso do PCUS, ver: Vinhas, Moisés. *O Partido: a luta por um partido de massas (1924-1974)*. Op. cit., p. 178-181. Konder, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Op. cit., p. 97-112. Moraes, Dênis e Viana, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Op. cit., p. 129-134.

²⁵¹ Williams, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979, p. 82.

A reorientação política do partido será condensada na “Declaração política do PCB”,²⁵² publicada pela *Voz Operária* em 22/3/1958, documento que ficou conhecido como “Manifesto de Março”, que, em seus aspectos gerais, foi ratificado no V Congresso, realizado em 1960. Uma questão que chama a atenção no documento é a percepção do desenvolvimento capitalista que avançava no Brasil e a apreensão da mobilidade do capital e sua interpenetração nas áreas urbanas e rurais; não obstante a eterna referência dos resquícios feudais na estrutura social brasileira a entravar o desenvolvimento nacional, a insistência da suposta luta entre o imperialismo inglês, alemão e estadunidense, apoiando setores distintos das classes dominantes. Junto com o desenvolvimento do parque industrial, é quantificado o aumento do proletariado. Contudo, a declaração é uma reengenharia da luta de classes, ou melhor, uma reengenharia para evitar a luta de classes. Assim, sustenta que as duas contradições “fundamentais” a serem enfrentadas pela sociedade brasileira e pelos revolucionários seriam entre “a nação e o imperialismo norte-americano” por um lado, e “entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura”, por outro. A contradição entre o proletariado e a burguesia não exigiriam solução na conjuntura, uma vez que seria do interesse da classe trabalhadora o desenvolvimento do capitalismo no país. A superação da principal contradição, isto é, entre a nação e o imperialismo, possibilitaria um leque tão amplo de alianças que incluiria até setores do latifúndio.²⁵³ Desta forma, orientando a construção de uma frente única, o proletariado deveria se aliar com a burguesia em torno de um objetivo único, o desenvolvimento independente do país por meio de um governo nacionalista e democrático.²⁵⁴ Sustenta, por fim, o desenvolvimento pacífico da revolução, em virtude da crescente democratização da sociedade brasileira.²⁵⁵

A luta, pois, se desloca do conflito entre classes sociais para ser absorvida na suposta disputa da nação contra o imperialismo, a ser instrumentalizada por uma frente única nacional, agrupando os trabalhadores e a burguesia. A questão é que, quanto mais o capitalismo se desenvolvia no Brasil e, com ele, a luta de classes, contraditoriamente o PCB mais se aproximava da burguesia e pregava uma conciliação de classes, apresentando aquele conflito como secundário num momento de explosão de greves, que atingia os maiores índices de paralisação desde 1945, agrupando e combinando

²⁵² “Declaração sobre a política do PCB”, em *O P.C.B.* Op. cit., vol. 2, p. 176-196.

²⁵³ Idem, p. 184-185.

²⁵⁴ Idem, p. 187-191.

²⁵⁵ Idem, p. 192.

desde questões imediatas, como salário e condições de trabalho à luta política.²⁵⁶ A classe trabalhadora, por força do desenvolvimento capitalista, se via forçada, neste caso, a lutar contra a burguesia, mas também a superar os obstáculos e pressionar os que se diziam os seus legítimos “representantes”, o PCB, que reeditava a antiga prática de contenção das lutas em nova forma, mas fundamentado na antiga teoria.

Nesta altura, contudo, a esquerda já apresentava uma maior diversidade. As denúncias do XX Congresso do PCUS, de certa maneira, contribuíram para o surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1962, que, no geral, herdará a mesma perspectiva teórica das etapas do desenvolvimento histórico e da revolução “democrático-burguesa”. Também no influxo das denúncias dos crimes de Stalin, surge e se fortalece a Polop, Política Operária, de inspiração trotskista. Por outro lado, as revoluções Chinesa (1949) e Cubana (1959), dois países tidos como “coloniais” e “semicoloniais”, despertavam simpatias e, objetivamente, questionavam os fundamentos teóricos subjacentes à política desenvolvida pelo PCB. O movimento católico organizado na Ação Popular (AP) logo se inspirará no maoísmo. Por fim, o golpe empresarial-militar em 31 de março de 1964 provocará uma grave crise no partido, uma vez que a realidade política e social mais uma vez estava lá, manifestando-se indomável, imprevisível, desafiando os esquemas teóricos do partido. No VI Congresso do PCB, realizado em 1967, várias tendências deixarão o partido, dando origem a uma enorme quantidade de organizações (PCBR, ALN, MR-8, VPR, dentre outras).²⁵⁷

No futuro, Luís Carlos Prestes, num olhar retrospectivo, observará:

“Em 58 fizemos autocrítica por causa do XX Congresso e mais uma vez criticamos a prática sem tocar a questão da estratégia. Nós confundimos a possibilidade da via pacífica ao socialismo com o caminho pacífico. E caímos na passividade. O documento foi criticado e melhorado no V Congresso, mas continuou marcado por muitas ilusões sobre o capitalismo, refletindo nossa incompreensão total da realidade brasileira. [...] Desde 28 nossa estratégia estava errada. Absorvemos as teses do VI Congresso da Internacional

²⁵⁶ Os anos 60 são caracterizados como a “conjuntura de grandes mobilizações”. Ver: Mattos, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Op. cit., p. 92-96.

²⁵⁷ Para uma apreciação dos grupos surgidos durante a ditadura, ver: Gorender, Jacob. *Combate nas trevas*. Op. cit. Também no movimento sindical, Marcelo Badaró Mattos identifica a emergência de novos agrupamentos que intervinham no movimento sindical, contribuindo para o movimento grevista no início da década de 1960: “a) os católicos, reunidos nos círculos operários; b) os autodenominados ‘renovadores’, em geral de esquerda, mas críticos do PCB; c) os dirigentes que se reivindicam como ‘nacionalistas’, que reuniam, grosso modo, os comunistas e trabalhistas de esquerda; d) os que se proclamavam sindicalistas ‘democráticos’, que se identificavam pelo anterior controle dos órgãos de cúpula da estrutura sindical.” Mattos, Marcelo Badaró. Op. cit., p. 92.

Comunista sem aplicá-las a nossa realidade. Eram teses para os países coloniais e semicoloniais, muito boas para aqueles países, mas que não podiam ser aplicadas na América Latina [...] Explicando melhor: a burguesia brasileira nasceu subordinada ao imperialismo. Nosso capitalismo é dependente, mas é capitalismo. E negar o capitalismo é um absurdo. Em 45 há documentos meus em que me refiro à revolução burguesa no Brasil. Comparávamos a situação do Brasil naquela época ao czarismo na Rússia de 1905. Nós, na verdade, apenas repetíamos as palavras de Lenin nas ‘Duas Táticas da Social-Democracia’ que eram justas, mas lá para a Rússia de 1905. Aqui, não eram aplicáveis à realidade.”²⁵⁸

O reconhecimento de uma trajetória marcada pela tentativa de transformar a realidade com mecanismos impotentes para compreendê-la, apesar de sustentar a viabilidade das teses do VI Congresso para outros países, indica ao mesmo tempo, a paralisia diante das posições de Lenin em 1905. É como se a consciência se negasse a reconhecer o trajeto percorrido entre 1905 e 1917. É uma paralisia diante do desenvolvimento histórico, como se a própria Revolução Russa nunca tivesse existido. Esse olhar retrospectivo lançado por Prestes não será acompanhado pelo PCB, que continuará projetando a imagem de 1905 durante o tempo que o futuro lhe reservará. Atravessará as décadas de 1970 e 1980 entoando a mesma cantiga. Assim, com a retomada das lutas no final da década de 1970, o PCB não encerra o seu “ciclo” com o surgimento do PT, como querem alguns. A emergência do PT como organização classista, independente, apenas descortinava, mais uma vez, a inadequação das bases teóricas do PCB em relação ao desenvolvimento social e político brasileiro – que vinha se arrastando durante décadas. A política do PCB não era adaptável à entrada em cena de novos personagens. Os trabalhadores eram compelidos por necessidades muito objetivas a atuar politicamente – a luta contra os patrões encontrava no regime militar um obstáculo –, e sua ação independente tornou-se, logo, uma exigência incontornável. O PCB não sabia e não tinha como capitalizar a situação. O PT surgiu porque, em verdade, o PCB já tinha evidenciado sua falência no campo da independência de classes. Aquele é expressão e não o sujeito da inviabilidade desse partido como organizador de massas no período imediato de irrupção das greves, marcadas pela ação independente dos trabalhadores e também na “transição conservadora”. Evidentemente que, surgido o PT, a disputa pela hegemonia no movimento social intensificaria aquela

²⁵⁸ Prestes, Luís Carlos. *Apud* Moraes, Dênis de; Viana, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Op. cit., p. 151-152.

percepção do “sujeito que se torna predicado do predicado”. O ocaso do PCB foi anterior ao alvorecer do PT, e ele será projetado durante a década de 1980.

O PCB na década de 1980: a luta contra a ditadura

Diante das primeiras manifestações operárias que despontaram no final da década de 1970 e das articulações da esquerda para construir uma nova organização que pudesse ser expressão política dos trabalhadores como força independente, o PCB, ainda em 1978, manifestou como uma questão de princípios a unidade em torno ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB).²⁵⁹ A agremiação concebia a possibilidade do multipartidarismo apenas na perspectiva de uma manobra da ditadura, que existia realmente, mas ignorava que aos trabalhadores também interessava romper os limites estreitos da representação política montada pelo regime. Em 1980, Hércules Corrêa, expressando a posição do Comitê Central (CC), critica a proposta da formação de uma *frente de esquerda*, à qual contrapõe a formação de uma *frente ampla*, que reunisse todas as forças antiditatoriais.²⁶⁰

Diante da evolução do quadro político, principalmente das greves e manifestações dos trabalhadores, a posição sustentada pelo partido provocará novas crises e cisões. O partido ingressa na década de 1980 preocupado com a estabilidade do processo de transição conduzido pelo regime, que buscava manter sob controle a “redemocratização”, criticando a ação e a organização independente dos trabalhadores como excessos e provocações que poderiam levar ao endurecimento da ditadura. Em sua maioria, a direção sustentava a perspectiva de que a queda do regime ocorreria com um amplo acordo com os setores “democráticos e progressistas” da classe dominante, opondo-se à formação de uma frente de esquerda, como se sua constituição inviabilizasse a possível e necessária unidade de ação com outros setores sociais na luta por liberdades democráticas. Além da direção nacional do partido, setores que reivindicavam o “eurocomunismo”, tendo como representante Armêno Guedes, também se pronunciavam contra as “tensões sociais” que supostamente pudessem conduzir à

²⁵⁹ Comissão Executiva do Comitê Central do PCB. “Nota da Comissão Executiva a Propósito da Campanha Eleitoral”. *Voz Operária*, nº 146, maio de 1978, em *O P.C.B.* Op. cit., p. 218.

²⁶⁰ Entrevista de Hércules Corrêa e Giocondo Dias. *Jornal do Brasil*, 3/2/1980, em *O PCB*. Op. cit., p. 258.

desestabilização da vida política brasileira e ao recrudescimento do regime.²⁶¹ A posição do PCB é tão contraditória, que Luís Carlos Prestes, ainda secretário-geral do partido, lança uma carta aos militantes comunistas em que acusa a direção de estar presa aos jogos de acordos palacianos, acomodada aos cargos e mandatos, estabelecendo pactos com “pelegos”, preterindo e evitando a ação direta dos trabalhadores contra a ditadura, constituindo-se em fiador de um pacto com a burguesia em detrimento das reivindicações dos trabalhadores.²⁶² Em maio de 1980, Prestes perderá o cargo de secretário-geral, que passará a ser ocupado por Giocondo Dias até a realização do VIII Congresso do partido, em 1987.²⁶³ Como o grupo “eurocomunista”, denominado “renovadores”, tinha uma posição muito próxima ao centro dirigente no que concernia à contenção das lutas e a aliança com os liberais, as posições de Prestes, tidas como esquerdistas, foram derrotadas. Mas, o grupo de “renovadores”, ao mesmo tempo, propunha uma reestruturação do partido do ponto de vista de abertura democrática. Derrotada a esquerda, logo o grupo dirigente se voltará contra o grupo de “renovadores”, que depois da realização do VII Congresso, em 1983, abandona o partido. Muitos desses militantes passarão, nos anos seguintes, a integrar o PT.²⁶⁴

Em 1981, o jornal do partido, *Voz da Unidade*, publica num suplemento especial suas “Teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do Partido Comunista Brasileiro”. Refletindo o processo de reorganização da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, opondo-se a ele, o PCB retomará a crítica da ação de “correntes de esquerda” contrárias à “unidade do proletariado” com outras classes sociais, o que, na avaliação do partido, era negativo para a luta pela democracia. O partido analisa o desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira, a evolução da industrialização e, com ela, a intensificação da contradição entre capital e trabalho. Não obstante, persevera na teoria de que a contradição fundamental da sociedade brasileira é entre “o

²⁶¹ “A Luta pela Democracia e a Luta pelo Socialismo”, entrevista com Armênio Guedes. *Jornal do Brasil*, 29/7/1979, em *O P.C.B.* Op. cit., p. 310-319. Especificamente sobre a preocupação de desestabilizar a vida política brasileira, ver p. 313.

²⁶² Prestes, Luís Carlos. “Carta aos Brasileiros”, Rio de Janeiro, março de 1980, em *O P.C.B.* Op. cit., p. 319-331.

²⁶³ Ver Taffarello, Paulo Moraes. *A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do “socialismo real”*. Dissertação de Mestrado, Pós Graduação da UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Royo, 2009, mimeo., p. 61.

²⁶⁴ A coletânea de textos do partido reunidas por Edgard Carone permitem uma aproximação das posições dos três grupos ainda antes da realização do VII Congresso em 1983. Ver: “A Crise do PCB”, em *O P.C.B.* Op cit., p. 255-352.

povo e o imperialismo” e que, portanto, a etapa da revolução brasileira possui caráter “democrático e nacional”.²⁶⁵

A manutenção desta perspectiva e, pelo que podemos inferir da carta de Prestes, também pela adaptação da direção do partido às estruturas do Estado brasileiro, conduziram o PCB a denunciar a formação do PT como parte da estratégia da ditadura de dividir o movimento democrático. Ao mesmo tempo, na sanha de conter o movimento social para privilegiar a ação parlamentar, na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) – um dos encontros intersindicais realizado em 1981 que antecedeu a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – o PCB, o PCdoB e o MR-8, junto com o tradicional pelego Joaquim dos Santos Andrade, se opuseram à criação imediata da nova central, defendendo a contenção das reivindicações dos trabalhadores. Apesar disso, a proposta de fundação da CUT ganhou espaço e se concretizou em 1983, angariando adesões que fizeram dela a mais combativa e representativa central durante a década de 1980. Após a criação da CUT, os sindicalistas orientados pelo PCB, PCdoB e MR-8 se uniram a dirigentes sindicais ligados à ditadura e à estrutura sindical vinculada ao Estado para construir uma outra entidade, que acabaria sendo denominada como Central Geral dos Trabalhadores (CGT).²⁶⁶

A contradição é tal que o partido que se auto intitulava herdeiro da tradição revolucionária, que se autoproclamava a vanguarda organizada da classe trabalhadora e se auto atribuía como seu legítimo representante, em todas as questões centrais suscitadas pela luta de classes na década de 1980 atuou buscando a contenção do movimento e só aderiu a ele – quando aderiu – na condição de retardatário. Assim, enquanto a luta contra a ditadura possibilitou a reorganização da classe trabalhadora de maneira independente, o partido se opôs à proposta de uma frente de esquerda, no movimento sindical atuou ao lado da conservação da estrutura sindical e colocou-se contra a fundação da CUT, ao mesmo tempo, aderiu à política de transição conservadora instituída pela Nova República. Na luta pelas “Diretas Já!” o partido só entrou no movimento quando ele já era irreversível, e enquanto os trabalhadores estavam enfrentando o presidente Sarney e seus pacotes econômicos, o PCB mantinha-se fiel ao governo. O fato é que o partido foi progressivamente perdendo posições e

²⁶⁵ “Teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do Partido Comunista Brasileiro”, *Voz da Unidade*, p. 7-38, 8/5/1981, Suplemento Especial, em *O P.C.B.* Op. cit., p. 265-308. Especificamente sobre o caráter da revolução brasileira e sobre contradições fundamentais e secundárias, ver p. 280.

²⁶⁶ Parágrafo baseado em Mattos, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Op. cit., p. 123-125.

representatividade nos movimentos sociais, particularmente no movimento sindical. Ao mesmo tempo, a permanência no interior do MDB/PMDB não permitia uma exposição pública enquanto partido.²⁶⁷ Desta forma, quando reconquistou a legalidade no dia 8 de maio de 1985, o partido, dilacerado pelo dissenso e pelas rupturas, havia perdido espaço para o PT que, sustentando um discurso de independência de classe, oposto à Nova República e ao governo Sarney, converteu-se numa alternativa de esquerda que continuamente ampliava sua influência na sociedade. Enquanto o PT lançava candidaturas próprias nas eleições municipais de 1985, o PCB optou por uma ampla aliança, apoiando Fernando Henrique Cardoso do PMDB, em São Paulo, ao mesmo tempo em que criticava a candidatura petista de Eduardo Suplicy à prefeitura, para citar um exemplo.²⁶⁸

O PCB, a URSS e a Perestroika

No mesmo ano que o PCB obteve a legalidade, Mikhail Gorbachev assumiu o cargo de secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) dando início a um conjunto de reformas econômicas denominado *Perestroika* (reestruturação) e que, posteriormente, seria também associada à *Glasnost* (transparência).²⁶⁹ Os motivos da adoção das reformas iniciadas pelo novo dirigente soviético são controversos. A versão mais difundida, e sustentada pelo próprio Gorbachev, é que os limites da industrialização e do desenvolvimento econômico, de base fordista, fundamentados na produção extensiva, diante da revolução técnico-científica, tornaram obsoletos os investimentos de capital fixo, provocando um relativo atraso da economia soviética em relação ao mundo capitalista. A *perestroika*, portanto, teria por objetivo dotar a economia “socialista” dos meios necessários para incorporar o desenvolvimento técnico-científico, buscando métodos de produção intensivos com o intuito de melhor

²⁶⁷ Motta, Rodrigo Patto Sá. “O MDB e as esquerdas”, em *Revolução e Democracia (1964...)*. Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis (orgs.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 300.

²⁶⁸ Taffarello, Paulo Moraes. Op. cit., p. 67.

²⁶⁹ “*Perestroika*, em russo, significa literalmente *reconstrução*, no sentido de reestruturação, reforma radical. O termo refere-se ao processo geral de reformas na URSS, iniciado por Gorbachev em 1985, principalmente no que se refere à parte econômica destas. Já o termo *glasnost* (“transparência”) refere-se mais a parte política das transformações, como a maior democratização do processo de tomada de decisões no partido e no país, diminuição da censura à imprensa, etc.”. “Nota 1”, em Segrillo, Angelo. *O fim da URSS e a Nova Rússia: de Gorbachev ao pós-Yeltsin*. Petrópolis (RJ), Vozes, 2000. p. 9.

atender as necessidades do povo soviético.²⁷⁰ As diretrizes da *perestroika* foram lançadas a partir da reunião plenária do Comitê Central em abril de 1985. Contudo, Gorbachev deixa uma indicação bastante clara de que o processo de mudanças estava sendo gestado com antecedência considerável e, como toda proposta política de magnitude, era expressão de um grupo significativo:

“Um exame imparcial e honesto levou-nos à única conclusão lógica: o país estava à beira de uma crise. Isto foi anunciado. Gostaria de ressaltar que essa análise começou muito antes e, por isso mesmo, suas conclusões foram muito bem estudadas. Não foi algo que surgiu do nada, mas uma avaliação equilibrada. Seria um erro pensar que apenas um mês depois da reunião plenária do Comitê Central na qual fui eleito secretário-geral (março de 1985), tenha aparecido de repente um grupo de pessoas que entendiam e conheciam tudo e que tivessem respostas definidas para todas as perguntas. Tais milagres não acontecem.”²⁷¹

Para além da situação econômica que efetivamente apresentava retração, o autor da *Perestroika* permite uma aproximação da tensão existente na sociedade soviética e do descontentamento popular ansiando por mudanças. Não obstante, o descontentamento parece ser dirigido contra os burocratas e não à estrutura econômica. É muito significativo que todas as medidas adotadas pelo governo façam, reiteradamente, referência aos ideais da revolução socialista e ao resgate da herança de Lenin. Assim, a *perestroika* é travestida como o resgate dos ideais socialistas que estavam sendo deturpados pela elite dirigente, conforme Gorbachev:

“Trabalhadores, agricultores e intelectuais, funcionários do partido a nível central e local começaram a analisar a situação do país. Havia uma crescente conscientização de que não se podia continuar daquele modo por muito tempo. A perplexidade e a indignação jorraram quando se percebeu que os nobres valores nascidos com a Revolução de Outubro e a luta heroica pelo socialismo estavam sendo pisoteados. (...)”

Mencionei tudo isso para que o leitor entenda que a energia necessária à mudança revolucionária vinha se acumulando há algum tempo em nosso povo e no partido. As ideias contidas na *perestroika* foram induzidas não somente por interesses e considerações pragmáticos mas também por nossa consciência pesada, pelo compromisso indomável para com os ideais que herdamos da

²⁷⁰ Gorbachev, Mikhail. *Perestroika: novas ideias para o meu país e o mundo*. Tradução de J. Alexandre. 2. ed., São Paulo, Best Seller, 1987, p. 17-18. Angelo Segrillo, também adota a perspectiva de que o que motivou a *Perestroika* foi o atraso da economia em relação à revolução técnico-científica, a obsolescência do padrão fordista para a produção flexível que, nas relações necessárias com o restante do mundo afetavam a URSS. Ver: Segrillo, Angelo. *O fim da URSS e a Nova Rússia*. Op. cit., p. 10-11.

²⁷¹ Gorbachev, Mikhail. Op. cit., p. 23.

revolução e como resultado da busca teórica que nos proporcionou um conhecimento melhor da sociedade e reforçou nossa determinação de avançar.”²⁷²

A questão do discurso adotado não é secundária e muitas vezes pode, inclusive, confundir o historiador. Todas as medidas econômicas e políticas adotadas pelo PCUS e por Gorbachev à frente do partido figuram como a continuidade da Revolução de Outubro, como melhorias e reformas do regime “socialista”, como continuadoras dos ideais de Lenin e fiéis ao “marxismo-leninismo”. Acreditamos que mais do que um discurso utilizado para aplacar a resistência de setores reticentes do próprio PCUS, este discurso era, principalmente, dirigido ao povo soviético. Resgatemos que na história de sucessões de secretários-gerais na URSS é prática corrente acusar o antecessor de desvios do “marxismo-leninismo”, discurso iniciado por Stalin que acusava o “trotskismo” de corrupção daqueles princípios, foi utilizado por Krushev para denunciar o próprio Stalin; por sua vez, Gorbachev também acusara as tentativas de reformas de Krushev de “voluntaristas” e, em relação aos seus antecessores mais próximos, recairá a denúncia do conservadorismo, estranho ao “marxismo-leninismo”.²⁷³

Angelo Segrillo, em trabalho que avalia o período de transição entre a ascensão de Gorbachev (1985) até a renúncia de Yeltsin (dezembro de 1999), com a possibilidade da análise retrospectiva, divide a *Perestroika* em quatro etapas: 1985-1987: fase da “descentralização socialista”; 1988: fase de transição; 1989- início de 1990: fase da economia de mercado; final de 1990 e 1991: fase da “desintegração e restauração capitalista”.²⁷⁴ O autor aborda as medidas que foram adotadas em cada uma dessas fases, o que permite apreender as medidas em blocos e acompanhar a dinâmica do processo. Contudo, essa divisão tem o grave problema de estar amparada no discurso dos mandatários do PCUS. A questão que parece pertinente se refere precisamente à primeira fase e, portanto, com consequências sobre as demais. Segrillo define que até o final de 1987, as reformas estavam restritas aos marcos do socialismo, uma vez que as empresas, apesar de importantes modificações, como o autofinanciamento e a maior

²⁷² Idem, p. 24-25. Além da obra de Gorbachev a que já fizemos referência, o legado leninista e a apresentação da *perestroika* como continuidade da Revolução Russa e como mecanismo de aperfeiçoamento do socialismo é o fio condutor de dois outros trabalhos do referido autor. O primeiro deixa evidente no próprio título: *Outubro e a Perestroika: a revolução continua*. Rio de Janeiro, Revan, 1987. E também *Glasnost: a política da transparência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

²⁷³ Gorbachev, Mikhail. *Outubro e a Perestroika*. Op. cit., p. 38-39.

²⁷⁴ Segrillo, Angelo. Op. cit., p. 17.

importância ao lucro, continuaram pertencendo ao Estado e, apesar de passar a ser admitida atividade independente, não havia um mercado de força de trabalho.²⁷⁵ Evidentemente esses não são elementos secundários na análise. Contudo, as medidas adotadas por Gorbachev neste período, apreendidas numa perspectiva dinâmica, só poderiam conduzir à formação do mercado. A economia soviética funcionava a partir de um planejamento em que, de acordo com cálculos, as empresas deveriam produzir uma determinada quantidade de produtos e, para isso, recebiam os valores correspondentes e repassavam os produtos para outras empresas que deles precisassem ou diretamente para as lojas de atendimento aos consumidores. A descentralização econômica e o autofinanciamento significavam nada mais nada menos que o fim do financiamento estatal e o término do planejamento econômico. As empresas precisariam constituir um mercado e, a partir do “cálculo econômico”, assegurar sua existência e o pagamento dos trabalhadores e, se não alcançassem esses objetivos, isto é, se não obtivessem lucros, seriam fechadas. O desemprego, inevitavelmente, geraria um mercado de mão-de-obra. Contudo, conforme Segrillo, “a ideologia básica desse período pregava uma descentralização do sistema socialista a fim de torná-lo mais eficiente e uma confiança no slogan ‘quanto mais democracia, mais socialismo’”.²⁷⁶ O autor indica que este posicionamento sofrerá alterações significativas na fase seguinte, em finais de 1988 e início de 1989, em que a palavra de ordem “economia de mercado” vai ganhar força. Parece evidente que, neste caso, o autor incorpora o discurso ideológico da burocracia do PCUS sem reservas, uma vez que admite que a reestruturação tinha o objetivo de melhorar o “socialismo”. Ora, basta indicar que a fase seguinte, denominada por Segrillo como “de transição” é marcada pela promulgação de lei em 2 de maio de 1988, que permite a constituição de cooperativas – um eufemismo para a ação de empresas privadas – e, principalmente, pelo fim do monopólio do comércio exterior, em 2 de dezembro do mesmo ano. Abstraindo o discurso de cada um desses períodos, podemos apreender essas etapas, do ponto de vista estrutural, como fases de um único processo de restauração capitalista, cujos prazos, iniciativas e ritmos serão determinados pela própria luta de classes, pela resistência dos trabalhadores, mas também por setores da burocracia que disputavam os espólios do Estado. Vejamos como o próprio Gorbachev apresenta as medidas da reestruturação:

²⁷⁵ Idem, p. 27.

²⁷⁶ Idem, p. 27.

“A reforma tem como base a ampliação considerável da independência das empresas e associações, sua transição para o sistema de total autocomputação de custos e autofinanciamento e a concessão de todos os direitos apropriados aos coletivos de trabalho. De agora em diante eles serão totalmente responsáveis por uma administração eficiente e resultados finais. Os lucros dos coletivos, ou seja, das unidades de trabalho, serão diretamente proporcionais à sua eficiência.”²⁷⁷

Recordemos que uma preocupação constante de Gorbachev era com o processo de diferenciação salarial. Quando se refere ao coletivo de trabalhadores, apresenta um eufemismo para as “unidades de produção”, que um pouco depois acaba se revelando. Sendo assim, estavam sendo introduzidos os primeiros passos para o desenvolvimento do mercado. Ao mesmo tempo, o autor afirma que se pretende fazer uma “reorganização radical” na administração econômica para beneficiar as empresas, “libertando” a administração central das direções operacionais das empresas:

“Para transformar isso em realidade, lançamos uma reforma séria e radical no planejamento, formação de preços, mecanismos financeiros e de crédito, na rede de fornecimento de tecnologia e materiais, na administração do progresso científico e tecnológico, no trabalho e no campo social.”²⁷⁸

Em 1987, no discurso pronunciado em comemoração ao 70º aniversário da Revolução Russa, o secretário-geral do PCUS afirma que numerosas empresas da indústria, da construção civil, dos transportes e da agricultura passaram a funcionar em regime de rentabilidade e autofinanciamento e que a partir de 1988 passarão a operar nessas condições as empresas responsáveis por 60% da produção industrial.²⁷⁹ O conteúdo da reforma fica explícito na passagem seguinte:

“Toda empresa deve se originar das exigências sociais reais a fim de determinar os planos de produção e de venda. Aqueles planos não devem se basear nas inúmeras tarefas detalhadas estabelecidas por órgão de nível superior, mas nas encomendas diretas feitas por organizações governamentais, empresas com contabilidade própria e firmas comerciais referentes a produtos específicos de quantidade e qualidade adequadas. As empresas devem ser colocadas em tais condições com o intuito de encorajar a competição econômica para a melhor

²⁷⁷ Gorbachev, Mikhail. *Perestroika*. Op. cit., p. 34-35.

²⁷⁸ Idem, p. 35.

²⁷⁹ Gorbachev, Mikhail. *Outubro e a Perestroika*. Op. cit., p 44-45.

satisfação das exigências do consumidor, e a renda dos empregados deve depender estritamente dos resultados finais da produção, dos lucros.”²⁸⁰

Ou seja, primeiro a introdução da computação total, agora, as empresas deveriam ser “autogeridas”, funcionar com recursos e lucratividades próprias... o sistema no todo, deveria levar a produção sem qualquer tipo de plano centralizado, o plano deve corresponder à capacidade que as demais empresas, em igual condição, demandarem de uma outra empresa que também está alheia ao planejamento estatal... os planos econômicos das empresas agora devem, não podemos deixar de observar, levar em conta a satisfação não da sociedade mas, palavra oportuna, do consumidor. Mais importante que tudo, a renda dos trabalhadores deve depender da capacidade da empresa sobreviver nas condições de “competição” e do lucro obtido nesse processo. Na ausência de lucro ou de viabilidade econômica, está claro que o trabalhador não terá qualquer tipo de renda. O autor da obra *Perestroika*, referindo-se às suas realizações, afirma que em meados de 1988 as novas medidas permitiram o “*fechamento de fábricas e empresas que operam com prejuízo, e de instituições de pesquisa e estabelecimentos educacionais em nível superior funcionando de forma ineficaz*”.²⁸¹

No que concerne à política externa, Gorbachev argumenta que a nova situação econômica mundial, marcada pela interdependência da economia, pela globalização e pela dependência mútua dos países, pela revolução técnico-científica e pelos desafios de sobrevivência da humanidade, caracterizados pela vulnerabilidade da ecologia e pela ameaça de destruição da humanidade por uma possível guerra nuclear, exigia readequar a política de “coexistência pacífica”, que teria supostamente sido formulada por Lenin. A nova política externa adotada pelo XXVII Congresso do PCUS (25 de fevereiro a 6 de março de 1986) desloca a concorrência entre o capitalismo e o “socialismo”, neste caso a luta de classes, para uma política de coexistência e colaboração para preservação do “gênero” humano (desarmamento nuclear, colaboração espacial, preservação do meio ambiente, reciprocidade econômica etc.).²⁸²

Acreditamos que esta breve exposição permita perceber que, a despeito do discurso oficial, as medidas para a restauração do capitalismo na ex-URSS estavam sendo adotadas de maneira efetiva e, como afirmou Gorbachev, foram elaboradas com antecedência. Contudo, se podemos relativizar a divisão apresentada por Segrillo para

²⁸⁰ Gorbachev, Mikhail. *Perestroika*. Op. cit., p. 96.

²⁸¹ Idem, p. 73.

²⁸² Gorbachev, Mikhail. *Outubro e a Perestroika*, p. 59-60.

apreender o processo estrutural, ela é bastante útil para compreender as mudanças dos discursos elaborados por Moscou e sua assimilação pelo PCB.

O PCB e a Nova República

O VIII Congresso do partido foi realizado nos dias 17, 18 e 19 de Julho de 1987. Diante dos impasses gerados pela política que vinha desenvolvendo e do desempenho considerado fraco nas eleições realizadas em 1986,²⁸³ o PCB adotou uma resolução dúbia em relação ao governo Sarney: afirmava que o seu mandato mantinha compromissos com a agenda democrática, mas que também apresentava contradições com o processo de democratização. Assim, estabelecia que “o governo Sarney, enquanto fugir à sua missão original, não contará com o apoio dos comunistas”.²⁸⁴ O congresso insiste na política de aliança com amplos setores para a conquista do Estado de direito democrático e apresenta uma visão otimista quanto ao desenvolvimento das forças progressistas para o estabelecimento de garantias democráticas na Constituição, a depender da mobilização popular.²⁸⁵ A posição do partido em relação à URSS é marcada, basicamente, pela reprodução das posições oficiais do PCUS, através da exaltação da política externa pautada na “coexistência pacífica” e na busca da “paz mundial”. Em relação à política interna soviética, o documento saúda o aprofundamento da “democracia socialista” e festeja as realizações das reformas que permitiriam, em breve, o acesso e o domínio das mais altas conquistas da humanidade no campo técnico e científico, permitindo a reestruturação da economia sob novas bases.²⁸⁶ Como indicamos, esse é o período em que a reestruturação iniciada pelo governo soviético ainda mantém o discurso fundamentado na preservação e evolução do “socialismo”. Apesar das tensões internas, no VIII Congresso não foram apresentadas chapas concorrentes. Segundo Antônio Ozaí da Silva, a direção incorporou várias críticas

²⁸³ As eleições foram para os cargos de governador dos estados, deputados estaduais e para deputados federais que iriam compor a Assembleia Nacional Constituinte. Na ocasião o PCB elegeu três deputados federais.

²⁸⁴ *Documentos aprovados pelo 8º Congresso (extraordinários) do PCB*. São Paulo: Novos Rumos, 1987. p. 3.

²⁸⁵ *Idem*, p. 6-7.

²⁸⁶ *Idem*, p. 8-9.

apresentadas no decorrer do congresso, e a tônica do partido continuaria sendo a estabilidade do governo e a transição democrática.²⁸⁷

Encontramos, num documento elaborado pelo Secretariado da Direção Nacional do partido e remetido a seus membros para análise e debate prévio, um “anteprojeto de trabalho de direção a ser submetido à aprovação pela Direção Nacional que se reuniria em Brasília, nos dias 23 e 24 de setembro de 1989”. Trata-se de um documento que apresenta um balanço do que significou o VIII Congresso e, ao mesmo tempo, reflete a posição política do secretariado da direção do PCB, no curso do processo eleitoral em que lançou a candidatura de Roberto Freire à presidência da República. O que nos interessa é que o documento permite identificar a inflexão do partido num período de transição entre o congresso e a apresentação pública do partido no ano das eleições presidenciais e da queda do Muro de Berlim. A abertura do documento indica que a Direção Nacional foi eleita numa situação complexa. Segundo o texto, o VIII Congresso foi convocado em função tanto da situação interna do PCB, quanto da situação do país. Afirmando o acerto de sua política de frente democrática e apoio ao governo Sarney, aponta que a deterioração econômica e o “oposicionismo sistemático de setores da esquerda, foram corroendo o apoio popular ao processo de transição”, o que exigia a compreensão do realinhamento de forças na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, o partido enfrentava resistências internas para legalizar a legenda, distanciava-se das massas, assistia ao declínio de sua influência no movimento sindical, na juventude e na intelectualidade. O documento agrega o desconhecimento do partido da realidade do país e a debilidade teórica que teriam provocado “incompreensões diante da centralidade da questão democrática e da política de amplas alianças”. Além disso, apresenta o fraquíssimo resultado eleitoral do partido, que elegera 3 deputados constituintes, algumas defecções importantes, o acirramento da luta interna por incompreensões teóricas e o agravamento do estado de saúde de Giocondo Dias.²⁸⁸

Do ponto de vista da situação do país, o documento, em linhas gerais, aborda o fim da Aliança Democrática e o fortalecimento do “Centrão” no Congresso Constituinte, com o objetivo de limitar a “transição democrática”. O partido identifica a

²⁸⁷ Silva. Antônio Ozaí da. “Contribuição à história do marxismo no Brasil (1987-1994)”. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 55, dezembro de 2005, em <http://www.espacoacademico.com.br/055/55pol.htm> (Consultado em 20/8/2010)

²⁸⁸ PCB. “Sobre o trabalho de direção” 18/1/1990. AMORJ: Fundo PCB, parte 01 da Direção Nacional – Série 01.PGP da Política Geral do Partido. 1.1.1 Teses/Projetos/Propostas para discussão. 01.1.2 2 – Pasta 01 da DN/CC série 01 da PGP 01.01.1 TPPD 2, p. 1-2. 2. p. 1.

derrota dos partidos ligados ao governo e à Aliança Democrática (PMDB e PFL), ao mesmo tempo identifica que os partidos que fizeram oposição à transição pela esquerda, como o PT e o PDT, obtiveram significativos avanços, com a vitória eleitoral nas cidades mais importantes nas eleições de 1988. O Secretariado do PCB avalia que a dispersão de forças em torno da “transição” ocorreu pela ausência de um “pacto político-social” conforme proposto pela agremiação.²⁸⁹ Para além de outras questões, o documento afirma que uma das razões para a debilidade da inserção do partido no movimento sindical tem raízes no final dos anos 1970 quando, conforme o Secretariado:

“Pensamos poder reconstruir nossa influência no movimento sindical das confederações e federações existentes, sendo coniventes com a estrutura sindical corporativa e deixando de perceber o que de novo apresentava o sindicalismo de novo perfil da classe operária. Erramos em não procurar dirigir os movimentos reivindicatórios que emergiam com força [...] deixamos de participar da CUT.”²⁹⁰

Segundo o documento, o VIII Congresso encarregou a Direção Nacional de “conformar um novo programa partidário”, então, o Secretariado começa a esboçar uma nova compreensão do processo de transição que, efetivamente, significa uma ruptura com o que o partido defendia para o processo de transição ao socialismo:

“Mesmo que a totalidade da cultura política dos comunistas brasileiros ainda não tenha incorporado, nem na teoria nem na prática política cotidiana, a questão da democracia como eixo condutor de nossa ação permanente, a vida e a história política do país nos fizeram ver que a democracia é o único caminho ao socialismo. Essa convicção exige a ruptura com a visão insurrecional do processo revolucionário e o fim da visão economicista de socialismo, O projeto socialista só pode amadurecer baseado na criação de uma nova consciência social e de uma nova cultura apoiada na experiência das massas, tendo como eixo a ampliação constante da democracia política.”²⁹¹

Como podemos observar pela análise do documento, o PCB atravessava graves dilemas antes da realização do VIII Congresso. Apesar de manter a retórica de que sua política em relação ao processo de transição fora acertada, o documento evidencia que a posição do partido em questões fundamentais foi bastante equívoca. Contudo, a mudança inaugurada pelo anteprojeto apresentado pelo Secretariado consiste numa nova avaliação do processo revolucionário. Emerge a fundamentação da democracia, sem

²⁸⁹ Idem, p. 3.

²⁹⁰ Idem, p. 3.

²⁹¹ Idem, p. 5.

adjetivos, como conceito e valor acima de circunstâncias e classes sociais, isto é, como valor universal. Cabe recordar que, apesar da crise suscitada nos países do Leste Europeu e na União Soviética, o documento é anterior à queda do Muro de Berlim (noite de 9 para 10 de novembro de 1989). Os processos do Leste Europeu, ao contrário, são vistos como estímulos para as novas reflexões.²⁹² É evidente que essas propostas formuladas depois do VIII Congresso não eram consensuais, e o próprio documento indica que as novas elaborações ainda não haviam envolvido o conjunto da Direção Nacional, para não falar do coletivo partidário.²⁹³ Ao mesmo tempo, o Secretariado, em seu projeto, indica que a candidatura de Roberto Freire, dentre outros objetivos, aspira constituir-se “*em embrião e eixo condutor da construção de uma nova esquerda no país*”, identificando o partido, por fim, com a “*renovação socialista*”.²⁹⁴

Como compreender a aparente unidade do VIII Congresso em torno de uma única chapa para composição da nova direção nacional, num momento em que o partido enfrentava os dilemas de quase uma década de posições políticas que levaram à redução sistemática de sua presença em várias frentes? Trabalhamos, como hipótese, a convergência da política sustentada nesses anos pela direção do partido identificada com as elaborações de sua referência e matriz teórica soviética. A nova política externa do PCUS, mantido o conceito de “coexistência pacífica”, advogava que, para além da disputa dos distintos modos de produção, existiriam interesses universais que exigiam uma nova posição dos comunistas. Uma espécie de superação da luta de classes em nível mundial, em virtude da ameaça de desaparecimento da espécie humana no planeta. Por outro lado, a *Perestroika* e a *Glasnost* apareciam como a redenção do “socialismo”, a superação do seu atraso econômico e o respeito pela diversidade humana, com a adoção de medidas “democráticas”. Assim, o PCUS parecia adotar as medidas adequadas para superar os impasses apresentados pelo “socialismo”. Em linhas gerais, essa posição guardava pontos de contato com a política de frente ampla para conquistar a democracia, buscando conter a luta de classes. Afinal, os comunistas brasileiros vinham de longa data priorizando a ação parlamentar e o apoio aos liberais burgueses no processo de transição conservadora. O discurso da defesa da democracia de valor relativo logo se transformou em defesa da democracia de valor universal. A unidade é

²⁹² “Aliás, as mudanças revolucionárias que ocorreram em alguns países socialistas, no sentido de incorporar a democracia e a modernidade [...] têm estimulado a nossa reflexão teórica e insinuado o alcance do projeto socialista no Brasil”. Idem, p. 5-6.

²⁹³ Idem, p. 5.

²⁹⁴ Idem, p. 6-7.

mantida na referência e identidade coletiva com a União Soviética e o PCUS. Contudo, na medida em que a situação da União Soviética e do bloco de países do Leste Europeu evoluiu e se deteriorou, as desconfianças e diferenças contidas tornam-se incontornáveis. A crise interna latente vai convergir com a crise de sua referência política e teórica ao longo de quase sete décadas. A crise será também de identidade, afinal, a partir de 1988, o PCUS passa a defender e a adotar abertamente a necessidade da introdução da economia de mercado. Seguindo a divisão proposta por Segrillo, o período entre 1989- início de 1990 consistiria na fase da economia de mercado, antes disso, porém, vários economistas na URSS já defendiam a necessidade de uma aceleração das reformas neste sentido.²⁹⁵

A convergência da crise

Após o processo eleitoral, o partido produz uma nota, datada de 18 de novembro, – portanto após a queda do Muro de Berlim – intitulada “Pela criação de uma nova esquerda”, onde afirma que o respeito e a simpatia despertados pela candidatura de Roberto Freire abriam espaço para uma “*aglutinação político-representativa de uma nova esquerda que reivindica o pluralismo democrático e que se sente ligada às grandes mudanças do pensamento e da ação do socialismo no plano internacional*”. Após discorrer sobre o momento político, sustenta que o PCB combina a tradição de “*anos de lutas de classe, com o apoio decidido à renovação do socialismo ligado à perestroika e à glasnost*” e afirma que o desafio de construir uma nova organização política para os dilemas apresentados pela realidade brasileira e mundial estaria aberto à construção coletiva.²⁹⁶

Em 18 de janeiro de 1990, o Secretariado do partido encaminhou, como material preparatório para a reunião do Diretório Nacional, o “Balanço do trabalho de direção”. O documento se refere às atividades desenvolvidas entre o período de 1988/1989 que, segundo o Secretariado, “*foi dominado internacionalmente, por um novo clima, mais favorável à paz e à cooperação, pela crise do socialismo e pela sua renovação, por uma ampla democratização, em toda a parte, incluídos os países socialistas*”. Indica apenas

²⁹⁵ Segrillo, Angelo. Op. cit., p. 17 e 27.

²⁹⁶ PCB. “Pela Criação de Uma Nova Esquerda”. Brasília, 18 de novembro de 1989. AMORJ: Fundo PCB; Parte 01 – Da Direção Nacional/CC – Série 01 – PGP – Da Política Geral do Partido – 01.01. Teses/Projetos/Propostas para Discussão. 01.01 Teses; envelope A.

retrocesso na China Popular, referindo-se ao massacre da Praça da Paz Celestial.²⁹⁷ Após tecer considerações sobre a participação nas eleições presidenciais e em outros aspectos da vida política brasileira, o documento afirma que o partido seguiu no processo de “*renovação da política, da teoria e dos valores comunistas, de ultrapassagem de suas deformações e desvios, apoiando a renovação do socialismo e a superação da sua crise pela via da democratização e do pluralismo*”.²⁹⁸ Na sequência, alude ao fato de persistir “*perplexidades e dúvidas*” sobre a época e o processo de renovação do comunismo e do socialismo. Acusa a existência, no interior do partido, de “*posições conservadoras e dogmáticas*”, contrárias às posições da direção e aos acontecimentos do Leste Europeu, que questionariam o caráter renovador da *Perestroika* e da *Glasnost*, e que apregoariam, seguindo a opinião de alguns “partidos comunistas influentes”, o caráter restaurador do capitalismo e dos seus valores por meio daquelas medidas.²⁹⁹ O vínculo direto com a proposta construída por Gorbachev sobre a nova aplicação da política de “coexistência pacífica”, a que nos referimos acima, emerge precisamente quando a proposta de balaço da direção, apresentado pelo Secretariado Nacional afirma que um dos encargos mais importantes da Direção Nacional, escolhida no VIII Congresso, “*foi o de conformar, pela via do 9º Congresso, um novo programa partidário*”. O documento atesta que há uma comissão encarregada da tarefa, mas faz questão de sustentar que: “*A conclusão [sic] é entretanto indispensável: nossa concepção sobre o mundo, o socialismo, a democracia, o Brasil, sobre a nova dialética entre a luta de classes, os valores supraclassistas e pluriclassistas, sobre o partido, etc... o exige*”.³⁰⁰

No IX Congresso do PCB, realizado de 30 de maio a 2 de junho de 1991, figuraram três grupos. A posição da maioria da direção pode ser resumida como “política de radicalidade da democracia”. A democracia é estabelecida como valor universal, o Estado moderno é desprovido do seu conteúdo de classe e é considerado como permeável à pressão da sociedade civil. Neste sentido, a democracia e o jogo político, permitiriam conquistar espaços que constituiriam processos objetivos de transformações processuais na própria realidade brasileira, que permitiriam romper com a modernização conservadora e “*colocariam na ordem do dia o socialismo com*

²⁹⁷ PCB. “Sobre o Trabalho de Direção”, 18-01-1990. AMORJ: Fundo PCB, parte 01 da Direção Nacional – Série 01.PGP da Política Geral do Partido. 1.1.1 Teses/Projetos/Propostas para discussão. 01.1.2 12 – Pasta 01 da DN/CC série 01 da PGP 01.01.1 TPPD 2. p. 1.

²⁹⁸ Idem, p. 2.

²⁹⁹ Idem, p. 2-3.

³⁰⁰ Idem, p.13.

democracia e liberdade”. Esta nova posição significava uma clara ruptura, do ponto de vista teórico, com tudo o que o partido defendia até o momento, colocava em questão o partido como organização de quadros e a ditadura do proletariado, apresentando ainda a necessidade da construção de uma nova proposta organizativa. Desta forma, o que estava em questão era a existência do próprio partido e toda a sua tradição, do símbolo à sigla. Consequente com essa proposta, a direção defendeu a organização de um encontro nacional amplo, aberto à participação de socialistas, marxistas ou não, sem plataformas ou programas pré-estabelecidos.³⁰¹ Em torno desta proposta foi formada a chapa “Socialismo e Democracia”, liderada por Roberto Freire, Sérgio Arouca e Salomão Malina. Como podemos observar, as propostas nada mais são do que o desenvolvimento do que o Secretariado do partido havia apresentado ainda em 1989.

Contrapondo-se a essas propostas, foram compostas duas outras chapas: a “Fomos, Somos e Seremos Comunistas”, constituída pelo grupo dos “renovadores revolucionários”, rotulados como “ortodoxos” e liderados por Horácio Macedo, Ivan Pinheiro, Francisco Milani, Juliano Siqueira, Antônio Mazzeo, Edmilson Costa etc., e que representaria o legado da III internacional em sua fase stalinista; e a chapa “Política de Esquerda pelo Novo Socialismo”, liderada pelo ex-presidente do partido no Rio Grande do Sul, Domingos Tódero, além de Jairo Ferreira e Lauro Hagemann. Defendendo a manutenção do nome e símbolos partidários, opôs-se, como alternativa, às teses da maioria e à ortodoxia da minoria.³⁰² Ao final, a maioria da direção obteve 54% dos votos; a chapa dos “ortodoxos”, liderada por Horácio Macedo, alcançou 36,5% dos votos; restando 10,5% para a Chapa de Tódero. A Declaração Política apresentada pela maioria da Direção Nacional foi consagrada e logo começaria a ser posta em prática.

Em reunião extraordinária, realizada no dias 31 de agosto e 1º de setembro de 1991, a nova direção, que tinha como secretário-geral Roberto Freire, iniciou o processo para constituição de um novo partido socialista.³⁰³ O documento intitulado “Novo partido de esquerda” afirma que, para concretizar a proposta aprovada pelo IX Congresso do PCB, era necessário “*empreender a construção de uma nova forma-partido, socialista e democrática, humanista e renovadora*”.³⁰⁴ A mudança é profunda:

³⁰¹ Idem.

³⁰² Silva, Antonio Ozai da. Op. cit.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ PCB. “Novo Partido de Esquerda”. (S/L - S/D). AMORJ: Fundo PCB. Parte 01 da Direção Nacional – Série 01 da Direção Nacional / Série 01. PGP, Política Geral do Partido. 01.01.1 Teses/Projetos/propostas

“Trata-se de uma ruptura na trajetória histórica iniciada com a Revolução de Outubro de 1917 e a formação da III Internacional, superando os modelos de partido e sociedade que nos serviram de inspiração (o partido bolchevique e o socialismo real) e a sua doutrina (o marxismo-leninismo).”

Após discorrer sobre o desenvolvimento técnico-científico, de sustentar a mudança do caráter do Estado em relação à sociedade civil e de defender a ampliação e o aprofundamento da cidadania, afirma que um novo partido de esquerda socialista deve ter seu

“referencial programático e prático expresso em uma nova política para a democracia, capaz de plasmar e projetar o futuro no presente, explorando e desenvolvendo os elementos de socialismo no seio do capitalismo. Um projeto político reformador que permita visualizar a ultrapassagem do capitalismo através de zonas ou áreas de rupturas possíveis, onde o futuro não seja uma inevitabilidade histórica mas uma possibilidade real determinada pela vontade dos homens e mulheres”.³⁰⁵

Negando uma trajetória histórica que nunca compreendeu muito bem, rompendo com a concepção do Estado enquanto instituição a serviço de uma determinada classe, sustentando as possibilidades ilimitadas da “democracia”, agora, depois de quase sete décadas, o partido que nasceu inspirado na Revolução de Outubro, depois do colapso da URSS e do fim da utopia reacionária do socialismo num só país, caminhou para a realização do seu X Congresso acreditando na ultrapassagem do capitalismo em “zonas ou áreas”. Fiel à posição do PCUS e da própria União Soviética, a quem sempre procurou vincular sua identidade na busca de autoridade e legitimidade, potencializou sua crise. Não deixa de ser emblemático que, seguindo o caminho da URSS, o PCB, em seu X Congresso extraordinário, realizado nos dias 25 e 26 de janeiro de 1992, em São Paulo, estabelecesse como tema central a mudança do nome e símbolo do partido. O PCB, fundado em 1922 sob o impacto da Revolução Russa, foi declarado “extinto”, apesar do protesto e oposição de muitos dos seus militantes. A ironia é que, mesmo nesse ato derradeiro, o partido, querendo desvincular-se do modelo histórico que sempre perseguiu, repetia, mais uma vez o seu ato.

de discussão 1.1.3 – 3 Proposta para discussão, envelope D – Pasta 01 da DN/CC Série 01 da PGP – 01.01 TPPD (3), p. 1. Apesar de não indicar a data, pelo conteúdo, depreende-se que o texto foi escrito depois da dissolução da URSS (dezembro de 1991) e antes da realização do X Congresso (25 e 26 de janeiro de 1992).

³⁰⁵ Idem, p. 5.

Capítulo IV

O FIM DA URSS E AS INFLEXÕES TEÓRICAS DO PCDOB

*“Perdidos em disputas monótonas,
Buscamos o sentido secreto,
Quando um clamor sacode os objetos:
‘Dai-nos novas formas!’”*
Vladimir Maiakóvski

Neste capítulo abordaremos o impacto dos processos do Leste Europeu sobre o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), explorando a diversidade do termo “intelectual” e do próprio marxismo ao apreendermos nosso objeto de estudo, considerado aqui como um “intelectual coletivo” – conforme os termos de Gramsci³⁰⁶ – sujeito à crítica de intelectuais que submetem um determinado “marxismo” à análise marxista.

Ao desenvolver o estudo crítico de várias categorias do materialismo histórico para apreensão dos fenômenos culturais, Raymond Williams procede ao exame e à crítica dos seus principais elementos e termos constituintes, desde sua elaboração às suas múltiplas apropriações. Estabelece os limites de certa versão do marxismo, criticando o reducionismo e o mecanicismo expresso na metáfora de uma base que determinaria a superestrutura. O autor persegue a superação de termos como “ideologia”, “reflexo” e “mediação” para estabelecer o que denomina “estrutura de sentimentos”, conceito que permite uma compreensão holística da cultura enquanto produção social e material.³⁰⁷

Se, conforme fundamentado por Williams no trabalho *Marxismo e literatura*, “na transição de Marx para o marxismo, e no desenvolvimento da corrente principal do próprio marxismo, a proposição da infraestrutura determinante e da superestrutura determinada foi considerada comumente, como sendo a chave da análise cultural marxista”.³⁰⁸ E se essa perspectiva “ortodoxa” praticamente esteriliza a possibilidade de análise e apreensão da “cultura”, definida como “todo um modo de vida”, devemos estender essa crítica também em relação à análise histórica, interpretação da realidade e

³⁰⁶ Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

³⁰⁷ Williams, Raymond. *Marxismo e literatura*. Op. cit.

³⁰⁸ Idem, p. 79.

formulação política. Neste sentido, pretendemos demonstrar como a lógica deste “materialismo histórico” criticado por Williams operou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em suas análises e interpretações da realidade brasileira e em sua definição política, tomando por referência a concepção da “revolução brasileira” e as referências internacionais que orientaram esta agremiação partidária.

Segundo Antônio Ozaí da Silva, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o PCdoB constituem as principais forças representativas da tradição stalinista no Brasil, adotando a concepção de partido marxista-leninista que presidiu o movimento comunista internacional após a vitória de Stalin nas disputas políticas no interior do Partido Comunista da União Soviética e da III Internacional.³⁰⁹

Podemos afirmar que Caio Prado Jr., em sua obra *A revolução brasileira*, estabelece críticas a um setor que reivindica o marxismo no Brasil, em termos muito próximos à crítica formulada por Williams. Operando com termos e conceitos marxistas, evidencia a sua potencialidade e, ao mesmo tempo, explicita os limites da “apropriação” e as contradições do “marxismo” manejado pelo PCB, cuja matriz teórica podemos estender ao PCdoB.³¹⁰

Em linhas gerais, o autor critica a teoria da revolução brasileira sustentada pela esquerda que buscou fundamentar sua intervenção política numa teoria desenvolvida para outra realidade histórica e, a partir deste modelo, buscou enquadrar a realidade nacional. As primeiras referências desta teoria são as análises de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo na Europa, cuja gênese no interior do feudalismo teve desenlace na superação dos seus elementos constituintes. A conversão desta análise histórica da Europa em modelo de desenvolvimento evolucionista e sua transposição mecânica para a realidade brasileira limitaram o alcance das análises da esquerda brasileira, reduziram seu campo de ação e produziram uma série de movimentos oportunistas.

A lógica deste modelo implicava que o Brasil, para alcançar o socialismo, precisaria, antes, desenvolver plenamente o capitalismo, o que significava a superação dos restos ou resquícios do feudalismo da realidade nacional.

Uma segunda referência é sobre o processo revolucionário russo que, segundo Prado Jr., teria sido formulado por Lenin em duas etapas: a primeira, concebida como

³⁰⁹ Silva, Antonio Ozaí da. “Contribuição à História do Marxismo no Brasil”. Op. cit.

³¹⁰ Prado Jr., Caio. *A revolução brasileira*. Brasiliense, 6. ed., São Paulo, 1978. (A primeira edição data de 1966.)

revolução democrático-burguesa que precederia a segunda, socialista. Nesse aspecto, poderíamos objetar que passou despercebido pelo autor de *A revolução brasileira* que mesmo essa interpretação da suposta concepção de Lenin da Revolução Russa, difundida pela III Internacional após a vitória de Stalin, merece crítica. Caberia indicar que há uma reinterpretação de Lenin sobre o próprio desenvolvimento da Revolução Russa expresso, de maneira sintética nas suas famosas “Teses de Abril” e, antes de chegar à Rússia, na coletânea de cartas que posteriormente foram reunidas sob o título de “Cartas de Longe”.³¹¹

A mudança das concepções de Lenin sobre o caráter da Revolução Russa é o que permite explicar a distância de suas elaborações nestes documentos e a política desenvolvida pelo partido bolchevique logo após a Revolução de Fevereiro, cujo isolamento do líder bolchevique no interior do próprio partido é expresso por Slavoj Žižek, que apreende o momento de ruptura e trauma como “*la solitud*” de Lenin.³¹²

Bastante instrutiva sobre o caráter ou as “etapas” da Revolução Russa é também a formulação de Trotsky que, a partir dos acontecimentos de 1905, formula a sua “teoria da Revolução Permanente” e, à luz da participação neste processo histórico, vislumbrara a perspectiva de que o proletariado, que havia impulsionado o processo revolucionário, não limitaria suas perspectivas reivindicatórias à constituição de uma república burguesa.³¹³ Acreditamos, não obstante, que esse movimento é anterior, e ganha expressão teórica e programática nas chamadas “Cartas de Longe”, em que o líder bolchevique apreende, desde seu exílio na Suíça, os primeiros acontecimentos do Fevereiro russo. O fundamental é que é a aproximação e convergência de Lenin desta perspectiva (do caráter socialista da revolução) permite a união do grupo de Trotsky no partido bolchevique no curso da própria Revolução.

Afora esse “modelo” que pretende se basear, portanto, em Marx e Lenin e, ao que parece, ignorando o substancial dos dois, o autor refere-se também à formulação do VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928 que, sob uma única rubrica, definiu a política a ser desenvolvida pelos partidos comunistas dos chamados países “coloniais e em desenvolvimento”, incluindo nesta categoria o Brasil. Prado Jr. inicia pela crítica contundente à afirmação de “supostos” resquícios feudais da realidade brasileira que, como afirma, nunca conheceu o feudalismo, demonstrando que a

³¹¹ Sobre as “Teses de Abril” e as “Cartas de Longe”, ver: Lenin, V.I., em *Às portas da Revolução: escritos de Lenin de 1917*. Op. cit.

³¹² Žižek, Slavoj. “Introdução”. Op. cit., p. 9-10.

³¹³ Broué, Pierre. *El partido bolchevique*. Op. cit., p. 118.

estrutura econômica e social brasileira, desde sua origem, vinculou-se ao mercado mundial de maneira dependente e subordinada, e cuja produção primária, voltada para o mercado externo, desenhou as relações sociais aqui desenvolvidas. A lógica da produção do sistema colonial determinou o processo de ocupação do solo e a demografia brasileira.

A ocupação extensiva do solo, a base latifundiária com produção em larga escala baseada no trabalho escravo voltado para atender interesses externos transitou, com a abolição da escravidão, para a subordinação da economia brasileira sob a mesma lógica do mercado internacional, ou do capitalismo em expansão. Assim, o trabalho escravo convertido em assalariado não modificou em nada a estrutura agrária brasileira, que sempre se baseou em um modelo extensivo e de aplicação intensiva de mão de obra. A realidade brasileira, portanto, nunca conheceu, do ponto de vista estrutural e significativo, tanto econômico como social, um campesinato (como o europeu) ansioso pela propriedade rural. A questão da posse da terra, da reforma agrária, apesar de importante, é vista como secundária pelo autor no processo de mobilização e da própria teoria revolucionária. Como chama a atenção, o que há no Brasil, do ponto de vista estrutural da economia, são trabalhadores rurais com relações de trabalho capitalistas, sem típica relação com a terra dos camponeses de países com estrutura feudal. Sendo assim, o que pesa ou, para usar sua expressão, “embaraça” o desenvolvimento econômico brasileiro é o peso histórico dessas relações coloniais que transitou em sua condição de país periférico e dependente pelo capitalismo e pelo imperialismo como uma engrenagem deste sistema. Há, portanto, que atentar que as relações de trabalho no campo, de baixos salários, ausência de direitos, condições desumanas e até da persistência do trabalho escravo, ingressam e persistem na realidade brasileira como elemento do próprio desenvolvimento capitalista. A agropecuária brasileira, com mão de obra intensiva e exigindo grande extensão de terra, é uma empresa capitalista e, como afirma o autor em sua crítica aos comunistas, dificilmente pode-se delimitar no Brasil uma diferença entre a burguesia agrária e urbana, o grau de concentração e centralização de capital faz com que estes “limites” praticamente não existam.

Ligado ao problema da nossa formação histórica, ingressa à crítica de Prado Júnior a “teoria da revolução brasileira” da esquerda sobre o caráter nacional e anti-imperialista da “primeira etapa” do processo revolucionário. Neste sentido, emerge em sua crítica a influência da Revolução Chinesa nas análises e esquemas teóricos concebidos pelos comunistas. Como afirma o historiador, o Brasil é uma engrenagem

do sistema capitalista mundial (imperialista) e, diferente da “teoria” da esquerda, não é possível distinguir na estrutura econômica e social brasileira uma “burguesia nacionalista”, “anti-imperialista” de um outro setor, mais conservador, ligado ao imperialismo. Como indica, a introdução desta diferenciação buscou bases em realidade diversa do Brasil, inserindo aspectos da Revolução Chinesa como mais um elemento de “teoria justificativa”, adensando com sua experiência a introdução de uma “burguesia compradora”, ligada ao comércio internacional e a ele vinculado mais estreitamente, divergindo de uma suposta “burguesia nacional”, voltada para a produção e o desenvolvimento interno.

Como informa Prado Jr., o termo “comprador” foi introduzido na China pelos portugueses no século XVI através de suas colônias. Contudo, a diferenciação social na China entre uma burguesia nativa com interesses distintos de um outro setor vinculado ao mercado externo teve conotação social e política a partir do século XIX porque a China, diferentemente do Brasil, ingressou e foi subordinada ao mercado mundial a partir de um ato de força.

A estrutura econômica e social da China e sua produção havia se desenvolvido de maneira relativamente independente. Desta forma, sua subordinação enquanto colônia, violentando suas tradições, costumes e tendo ainda sua produção local concorrendo com os produtos do mercado mundial, foram elementos que redundaram num setor da burguesia chinesa que se enfrentava, para poder sobreviver sob as novas condições, com essa chamada “burguesia compradora”, que enriquecia com as transações comerciais de tipo imperialista a despeito da produção local. Ora, o Brasil desde o início esteve vinculado às necessidades e ditames do mercado internacional, e a burguesia que aqui se desenvolveu sempre a ele esteve vinculada, ainda que de forma subordinada e dependente.

Vemos assim como a esquerda brasileira stalinista foi amalgamando em sua trajetória os mais diferentes aspectos para enquadrar a realidade brasileira em seu modelo. As consequências políticas desta teoria foram brutais, terminando por vincular a ação da esquerda aos interesses de um ou outro setor burguês em disputa, não permitindo que as organizações dos trabalhadores surgissem como uma alternativa real, capaz de aglutinar os interesses da maioria do povo brasileiro. Como afirma Prado Jr., os trabalhadores urbanos e rurais são os principais interessados no desenvolvimento da revolução e são, por isso, os seus protagonistas. Infelizmente, Prado Jr. generaliza a crítica, não dando contorno claro à diversidade do movimento de esquerda no Brasil.

Não obstante, como denota, sua crítica se destina aos modelos de esterilização do marxismo operadas pelas organizações stalinistas.³¹⁴

O PCdoB, reivindicando-se enquanto a reorganização do partido comunista fundado em 1922, não se assume como novo partido e mantém a perspectiva em relação ao caráter da revolução brasileira adotada pelo III Congresso do Partido Comunista Brasileiro (PCB) realizado em 1928, que a define enquanto “democrática, agrária e anti-imperialista”.

Em 1956 realizou-se o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, e Krushev apresentou seu famoso informe secreto contra Stalin que, segundo Konder, constitui “peça de limitado valor científico, de escassa profundidade historiográfica, mas de inegável coragem”,³¹⁵ provocando uma comoção no movimento comunista mundial. Entretanto, o PCB reagiu com um silêncio de sete meses, e o debate só tornou-se público na imprensa do partido – *Voz Operária e Imprensa Popular* (em 6/10/1956) – quando João de Lima e Silva, num artigo que dizia que ‘não se pode adiar uma discussão que já se iniciou em todas as cabeças’, procurou, à revelia da direção do PCB, responder uma carta assinada por Maurício Ferreira.³¹⁶

Diante da impossibilidade de contornar o debate, alguns militantes como Agildo Barata, Oswaldo Peralva, entre muitos outros, apresentaram críticas tão profundas que os colocavam, praticamente, fora do partido ou preconizavam sua dissolução. Essa posição política foi invocada, segundo Konder, “por determinados dirigentes muito comprometidos com o passado que se pretendia negar como uma evidência dos riscos da mudança e uma razão para que o PCB se recusasse a fazer qualquer autocrítica substancial (Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, e outros)”.³¹⁷

Em 1960, Maurício Grabois escreve um documento de crítica à posição política adotada na “Declaração de Março”, de 1958, e ratificada no V Congresso do PCB,

³¹⁴ Emir Sader também apresenta os traços gerais das composições políticas dos partidos comunistas, informadas pela teoria das etapas. Ver: Sader, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1995. Existem vários trabalhos sobre o tema.

³¹⁵ Konder, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Op. cit., p. 100.

³¹⁶ Idem, ibidem. Konder descreve a reação dos comunistas nos seguintes termos: “O estouro da ‘bomba’ deixou os comunistas brasileiros numa perplexidade ainda maior que a da generalidade dos comunistas de outros países: durante sete meses, o PCB se manteve num aturrido e obstinado silêncio. Numa época em que a autenticidade do texto do ‘informe secreto’ de Khushev já era reconhecida pelos principais partidos comunistas ocidentais, os militantes do PCB ainda o consideravam uma falsificação do serviço secreto norte-americano. Quando o *Diário de Notícias*, no Rio, em junho-julho de 56, publicou o relatório anti-Stalin, os comunistas brasileiros acharam que a coisa era forjada.” (p. 98-99)

³¹⁷ Idem, p.104.

realizado em 1960. Intitulado “Duas Concepções, Duas Orientações Políticas”, traça críticas à orientação política do PCB por este não conseguir se distinguir – enquanto socialista – dos demais partidos ao defender o nacionalismo, apresentando-se com objetivos bastante limitados o que dificultava “o ingresso em suas fileiras das pessoas que são despertadas para o comunismo pelas grandes vitórias do sistema socialista, particularmente da União Soviética e da China Popular”.³¹⁸

Portanto, em 1960, quatro anos após a realização do XX Congresso do PCUS, e após os debates no interior do PCB, Grabois reivindica a União Soviética como um dos exemplos das grandes vitórias do socialismo. Neste sentido, cabe apontar que se criou uma espécie de “mito” sobre as razões da existência dos dois PC’s no Brasil que sugere a ideia de que a divisão estaria relacionada à existência dos dois Estados operários. Vale destacar que, neste período, as duas revoluções e os dois Estados são reivindicados e exaltados pelas duas organizações, cabendo à URSS a primazia pela precedência e influência exercidas desde os primeiros anos da Revolução de Outubro.

A “Carta dos Cem”, documento de agosto de 1961 publicado no jornal *A Classe Operária* em abril de 1962, ao protestar contra a tentativa de mudança de nome do PCB para fins de obtenção de registro eleitoral junto ao TSE, reivindica o Partido Comunista da União Soviética como o “destacamento mais experiente e provado do movimento comunista internacional”. A saudação elogiosa ao PCUS neste documento de 1961, cuja publicação consuma a ruptura com o PCB, indica também a perspectiva de buscar legitimidade na “tradição” e lutar pelo reconhecimento por parte da URSS, considerada, pelo menos até esse período, como depositária do legado “marxista-leninista”.³¹⁹ Nova referência às relações estabelecidas com a URSS surge no protesto do grupo ao identificar a ausência do “marxismo-leninismo” como doutrina nos estatutos submetidos à Justiça Eleitoral. Para sustentar sua polêmica com o PCB na defesa da manutenção da “doutrina” nos estatutos, utiliza como argumentos que a exclusão do “marxismo-leninismo” contraria a declaração da Conferência dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários, realizada em novembro de 1957, em Moscou, e ratificada pela reunião dos 81 partidos em 1960, ambas realizadas, portanto, após o XX Congresso do PCUS.³²⁰

³¹⁸ Grabois, Maurício. Consultado em <http://vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1960.asp>

³¹⁹ “Em defesa do Partido: Carta dos Cem – 1961”. <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1961.asp> (consultado em 10/11/2006)

³²⁰ Idem, *ibidem*.

A concepção do caráter democrático-nacional da revolução brasileira explicita-se no “Manifesto-Programa” de 1962, onde o PCdoB apresenta que “a principal tarefa do povo brasileiro é a luta por um governo revolucionário, inimigo irreconciliável do imperialismo e do latifúndio, promotor de liberdades, cultura e bem-estar para as massas”.³²¹ O documento afirma ainda que a União Soviética “marcha para o comunismo” e que a China Popular constitui-se numa referência para a luta anti-imperialista.

O tom de exaltação à União Soviética é rompido com a publicação da “Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil”, datada de 27 de julho de 1963, no jornal *A Classe Operária*, em que acusa a publicação no *Pravda*, de 14 de julho, de uma “Carta Aberta” do Comitê Central do PCUS que procurava responder o Comitê Central do Partido Comunista Chinês, acusando-o de desenvolver o apoio de grupos “antipartidários” que atuavam contra os partidos comunistas e incluía, entre esses grupos, o PCdoB.

A resolução do PCdoB procura dividir campo com o PCB, que teria adotado uma política “reformista” com a perspectiva de realizar apenas mudanças parciais que abririam caminho para transformações mais profundas. Ao contrário, o PCdoB mantinha-se firme no propósito revolucionário:

“O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, com o propósito de realizar a revolução nacional-libertadora, democrática e popular, empenha-se na formação de uma frente única de todas as forças revolucionárias da sociedade brasileira, tendo como núcleo fundamental os operários e os camponeses. O Partido Comunista Brasileiro, visando unicamente à conquista de reformas parciais, esforça-se para formar a denominada frente única nacionalista e democrática que inclui toda a burguesia e mesmo setores de latifundiários.

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL julga que, na presente situação, as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução e, por isso, o povo, sem deixar de utilizar todas as formas de luta legais, deve se preparar para a solução não pacífica. O Partido Comunista Brasileiro, sem qualquer apoio na realidade nacional, engana o povo afirmando que a revolução anti-imperialista e antifeudal pode ser conduzida a seus objetivos por um caminho pacífico.”

³²¹ “Manifesto-Programa”. Documento aprovado na Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, realizada em 18 de fevereiro de 1962 em São Paulo. <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1962.asp> (consultado em 10/11/2006).

O texto é evidente, não há entre as duas organizações estratégias distintas. Ambas inscrevem as necessárias transformações econômicas, políticas e sociais do país nos marcos da etapa “nacional-libertadora” e, na perspectiva do Comitê Central (CC) do PCdoB, o PCB havia optado por realizar “reformas” por um caminho “pacífico”.

A concepção da história como uma sucessão linear de modos de produção, que de acordo com a análise e “enquadramento” da estrutura econômico-social deriva uma determinada superestrutura política, expressa em distintas etapas do processo revolucionário, aparece com todo o vigor nesta formulação. A resolução do CC do PCdoB busca explicar as causas do que considera o “reformismo” do PCB no avanço de ideias burguesas em seu interior provocadas pelo avanço do capitalismo brasileiro. As causas da ruptura e da existência de dois partidos comunistas residiriam, fundamentalmente, em questões internas, não tendo qualquer relação com a ação do Partido Comunista Chinês. Contudo, a resolução afirma que não se pode negar a existência de influências externas e situa as resoluções do XX Congresso do PCUS como responsáveis pela confusão lançada a “*respeito do culto à personalidade*”, o que teria despertado “*oportunistas de todos os matizes*” que, junto com a ofensiva ideológica do imperialismo, atingiu as fileiras do partido.

O documento apresenta um certo distanciamento da URSS e uma maior aproximação da China. A política de coexistência pacífica, proposta por Krushev é criticada ao não considerar a situação específica dos países da América Latina. A China, segundo a resolução, teria uma posição política mais acertada em relação ao processo revolucionário na América Latina e na luta contra o “revisionismo”. O tom do documento, apesar da crítica e de reivindicar o governo da Albânia contra as medidas de isolamento do governo soviético, mantém uma linha de tentar uma conciliação e incidir sobre o PCUS quando alenta:

“Confiamos que o heroico e experimentado Partido do grande Lenin saberá encontrar o melhor caminho para liquidar as posições errôneas de sua direção que tantos danos vêm causando à luta revolucionária; estabelecer justas relações com os partidos irmãos; e repudiar o revisionismo, desvio mais perigoso no movimento comunista mundial.”³²²

Após o golpe empresarial/militar de 1964, na avaliação da conjuntura e no balanço da atuação das forças políticas em disputa, a conjuntura apresenta uma nova

³²² “Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil”, publicada no jornal *A Classe Operária*, 1º a 15 de agosto de 1963. <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1963.asp> (Consultado em 10/11/2006.)

referência em relação à política externa desenvolvida pela URSS, que entraria em choque com a realidade brasileira e latino-americana ao sustentar a coexistência pacífica com o imperialismo norte-americano. Ao criticar o caminho “pacífico” perseguido tanto por setores da burguesia nacional quanto pelo PCB, a crítica ao “reformismo” não inclui a possibilidade do socialismo. O golpe empresarial/militar evidencia, para o PCdoB, a importância da direção da classe trabalhadora restrita aos marcos e tarefas da luta democrática e anti-imperialista, concebida como a primeira e inescapável etapa que permitiria o desenvolvimento capitalista no Brasil e a superação dos traços “feudais”, marcadamente no campo.

Após descrever as medidas adotadas pela reação golpista para desarticular as diferentes forças sociais que, pelo entendimento do PCdoB, comporiam o movimento que levaria a cabo a “revolução”, o documento apresenta mais um exemplo eloquente da “revolução” por etapas ao tentar divisar campo com forças políticas da esquerda que inscreviam as necessárias transformações da sociedade brasileira como tarefas de uma revolução socialista:

“Por outro lado, entravam a frente única e facilitam a divisão das forças que podem e devem ser unidas, os que identificam a revolução democrática com a revolução socialista. Nas condições atuais, postular o objetivo socialista será afastar de plano a burguesia nacional. Não restam dúvidas que o futuro do Brasil é o socialismo. Mas o caminho para o socialismo passa, indiscutivelmente, como a vida está mostrando, pela revolução democrática e anti-imperialista. Os que pretendem dar uma feição socialista à revolução em sua presente etapa, como fazem os grupos trotsquistas, ajudam os imperialistas e a reação interna.”³²³

Em outros termos, os que defendiam a independência de classe são considerados o esteio, ou quinta coluna, da ação repressiva desenvolvida pela classe dominante brasileira. A “crítica”, podemos lembrar, rivaliza com a Política Operária (POLOP), que ao desenvolver a sua interpretação da dependência e sua sugestão de que a revolução brasileira era claramente socialista, constituía, ao lado de Prado Jr., a outra grande influência da crítica intelectual e de algumas das organizações dissidentes do “etapismo” stalinista.³²⁴

³²³ “O golpe de 1964 e seus ensinamentos (1964): Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil, agosto de 1964”. Fonte: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1964.asp> (Consultado em 10/11/2006.)

³²⁴ Essa referência foi indicada por Marcelo Badaró Mattos.

A situação interna e o golpe de 1º de abril confirmam, na ótica do PCdoB, os equívocos cometidos pelo Partido Comunista Brasileiro que, orientado pelas resoluções do XX Congresso do PCUS, teria adotado a “via pacífica” da revolução, apostando no desenvolvimento gradual de reformas e democratização do Estado brasileiro, conforme expresso no documento de 1958 consagrado no V Congresso realizado em 1960.

Embora as duas organizações coincidissem na “estratégia” conformada pela realização de etapas, a diferença resignava-se ao alcance da realização da etapa democrática e de libertação nacional, por via pacífica e reformista, ou por meio da “revolução”. O conflito “diplomático” sino-soviético ingressa no debate da organização brasileira para expressar e confirmar, a partir de nova perspectiva em termos mundiais, a disputa pelo legado da “teoria marxista-leninista”, negada, na concepção do PCdoB pelo “revisonismo” do PCUS e, agora, representada pelo governo chinês, amalgamando e projetado a disputa interna entre as organizações comunistas brasileiras na situação internacional.

Não obstante, cabe destacar que, apesar de adotarem táticas diferenciadas no período posterior ao golpe, que conduziu o PCdoB ao projeto da luta armada, as duas organizações – PCB e PCdoB – convergiriam para posições políticas muito próximas no período de crise do regime militar. Ambas atuariam no interior do MDB, e quando se vislumbrou a possibilidade da atuação independente dos trabalhadores, a partir das greves metalúrgicas dos finais da década de 1970, opuseram-se a ela, criticando a fundação do PT. A mesma lógica de alianças com uma suposta burguesia progressista levaria as duas organizações a apoiarem a transição conservadora da “Nova República”, o Colégio Eleitoral e o governo Sarney e, ainda, a se contraporem à fundação da CUT, ligando-se aos setores mais conservadores do movimento sindical atrelado ao Estado. Retornemos, contudo, aos traços da avaliação do partido ainda na década de 1960. O golpe teria evidenciado os equívocos da política do PCB, que seguia os passos do “revisonismo” da União Soviética, enquanto a política orientada pelo “marxismo-leninismo” com nova residência em território chinês teria passado pela prova dos acontecimentos:

“Na orientação e na atividade de cada uma dessas organizações se exprimem as duas linhas que se conflitam no movimento comunista mundial – a linha marxista-leninista, defendida pelo Partido Comunista da China e por outros partidos revolucionários e a linha revisionista de Krushev e seus seguidores. Nesse terreno, os fatos ocorridos no Brasil são uma demonstração do completo

fracasso da orientação revisionista e uma cabal comprovação das teses do marxismo-leninismo.”³²⁵

As resoluções da VI Conferência do Partido Comunista do Brasil, realizada em junho de 1966, apresentam um panorama sobre a situação política mundial, marcada pela crescente resistência de povos e nações de todos os continentes ao imperialismo, e sustenta que a China Popular transformou-se no principal terreno de apoio da revolução no mundo e, ao mesmo tempo, pela posição assumida, converteu-se no principal inimigo dos imperialistas dos Estados Unidos.

Na parte do documento dedicada à avaliação do avanço da revolução, o documento refere-se aos pontos de apoio que “os povos do mundo” teriam para enfrentar o imperialismo norte-americano: além da presença decidida da China, o texto elenca a República Popular da Albânia, a República Democrática do Vietnã e a República Democrática Popular da Coreia. Observe-se que, dentre os países descritos, não figura a União Soviética e, dos países do Leste Europeu, apenas a Albânia é citada. Tampouco Cuba é mencionada. Esta seção do documento é interrompida com o subtítulo: “O papel nocivo da política soviética”, antecipando a avaliação de que os conflitos entre a URSS e os Estados Unidos tornaram-se secundários, e que o peso da União Soviética na correlação de forças mundial é negativo.

Assim, encontramos na seção destinada às tarefas do partido, entre outras ações de apoio aos povos do mundo em combate:

“Apoiar os esforços da China Popular para unir todos os povos, a fim de desbaratar os planos de domínio mundial do imperialismo dos Estados Unidos. Revelar o verdadeiro conteúdo da cooperação soviético-norte-americana que objetiva dividir o mundo em esferas de influência.”³²⁶

Em maio de 1968, o Comitê Central do PCdoB publica n’A *Classe Operária* o documento intitulado “Alguns Problemas Ideológicos da Revolução na América Latina”. Nesse documento, cujo objetivo é dividir o campo entre o “verdadeiro” e o “falso” marxismo, figura ao lado de Marx, Engels e Stalin, o nome de Mao Tsetung, indicando a aproximação cada vez maior do PCdoB em relação ao Partido Comunista da China e o seu afastamento do PCUS.

³²⁵ Idem, ibidem.

³²⁶ Resoluções da VI Conferência do Partido Comunista do Brasil, realizada em junho de 1966. “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista – 1966”. In: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1966.asp> (consultado em 10/11/2006).

Após descrever os limites do processo histórico de independência dos países da América Latina, de discorrer sobre o processo de neocolonialismo a que são submetidas as nações do hemisfério sul do continente e relatar as sucessivas revoltas decorrentes dessa situação, o documento esboça o caráter da revolução para toda a América Latina:

“As nações latino-americanas têm seu progresso entravado pelos mesmos obstáculos: a dominação imperialista estrangeira e o sistema do latifúndio; têm os mesmos inimigos: os monopólios norte-americanos, os grandes proprietários de terra e a parte da burguesia ligada aos interesses ianques. Os atuais objetivos das lutas dos povos latino-americanos visam, assim, a resolver tarefas de cunho nacional e democrático.

A revolução nos diversos países da América Latina, pelas tarefas que agora precisa enfrentar, tem caráter democrático burguês. Em todos eles os problemas a solucionar são semelhantes em seu conteúdo econômico-social, ainda que cada país tenha um diferente grau de desenvolvimento, apresente suas características e particularidades.

(...) Postular o socialismo como tarefa da atual etapa da revolução é entravar o avanço do processo revolucionário porque restringe grandemente o campo das forças revolucionárias e facilita a ação dos inimigos do povo.”³²⁷

Afirmando a existência da imprescindível “etapa” democrática nos processos revolucionários da China e, marcadamente, de Cuba, os autores do documento lamentam-se de que os dirigentes da revolução cubana tenham abandonado a compreensão da revolução como um processo de etapas e se indignam com o fato de que Che Guevara “*bravo e provado revolucionário, (...) ter considerado, pouco antes de morrer, (...) ser socialista o caráter da revolução nos países da América Latina*”.³²⁸

Ou seja, o documento reafirma um modelo prévio de desenvolvimento do capitalismo que precisa ser alcançado, e se as realidades nacionais e os processos históricos não cabem neste modelo, é preciso aparar arestas para que ingressem nessa “fase” do desenvolvimento histórico. Neste texto encontramos a identificação de que o capitalismo avançou com dificuldades, contudo, resta o entrave da estrutura agrária e a dependência externa, correspondendo a uma determinada superestrutura política que emperra o desenvolvimento pleno das relações capitalistas. A análise ignora que o capitalismo no Brasil avançava num amálgama que articulava estes três elementos: desenvolvia-se com investimento externo e dependente de tecnologia, dependia da

³²⁷ “Alguns problemas ideológicos da revolução na América Latina”. Documento do Comitê Central do PCdoB, publicado n’A *Classe Operária*, n. 22, maio de 1968. In: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1968.asp> (Consultado em 10/11/2006.)

³²⁸ Idem.

agroexportação e de uma “superestrutura” pouco permeável à participação e mobilização popular.

O documento, curiosamente, identifica os limites da “burguesia” para promover as transformações sem, contudo, tirar as conclusões necessárias desta análise. Assim, a burguesia, incapaz de fazer sua própria revolução por perseguir métodos reformistas, teria sucumbido aos golpes militares. A perspectiva vislumbrada é, então, de que o proletariado seja hegemônico na “revolução... democrático-bruguesa”.

Em 1970, num artigo publicado sobre as comemorações do centenário de nascimento de Lenin, o PCdoB sustenta que os “revisionistas” soviéticos promovem homenagens ao dirigente bolchevique com o intuito de deturpar sua imagem e apropriar-se do seu prestígio para objetivos “social-imperialistas” e “contrarrevolucionários”. Neste texto surge uma nova caracterização do PCUS e da União Soviética: o partido é considerado fascista, e há uma referência direta ao surgimento de uma “burguesia” na URSS. Cabe ressaltar que o documento não trata de uma reminiscência que tenha sobrevivido de períodos anteriores ou de um extrato marginal na sociedade soviética, haja visto que a “burguesia” teria o controle do único partido, agora fascista, existente na URSS, e os herdeiros de Lenin seriam outros que não os dirigentes soviéticos que sucederam Stalin.³²⁹

Os documentos produzidos pelo partido ao longo dos anos 1970, com algumas nuances, apresentam, em relação à etapa da revolução brasileira a mesma caracterização e em relação às referências internacionais não apresentam modificações substanciais. Contudo, em 1979 o PCdoB realiza uma conferência nacional e destaca, desde o início, uma mudança em relação às posições internacionais:

“Resoluções da 7ª Conferência do PCdoB -1979

A 7ª Conferência do Partido Comunista do Brasil, após um amplo debate de todos os pontos de sua ordem do dia, decide adotar as seguintes resoluções:

Sobre os problemas internacionais

São tarefas do Partido:

³²⁹ Conforme esclarece o sítio do documento: Publicado no jornal *A Classe Operária*, nº 40, de abril de 1970; e editado no livro *Pela liberdade e pela democracia popular*, São Paulo, Anita Garibaldi, 1982, com a seguinte apresentação: “Decorridos quase doze anos de sua publicação, conserva o mesmo interesse da época em que foi escrito. Seu conteúdo corresponde plenamente ao momento atual, quando se realiza intensa luta ideológica no movimento operário e comunista em defesa dos ideais revolucionários, contra o revisionismo e toda espécie de oportunismo, contra os mitos criados nestas últimas décadas.”

A presente edição leva o nome dos autores deste artigo – João Amazonas e Maurício Grabois –, então omitidos no nº 40 de *A Classe Operária*. In: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1970.asp> (consultado em 10/11/2006).

1) Erguer bem alto a bandeira da luta contra o imperialismo, o social-imperialismo – russo e chinês – e a reação mundial, em particular contra as duas superpotências que são os principais inimigos da classe operária e dos povos.”

A China, antes baluarte do “marxismo-leninismo”, ingressa no clube dos “social-imperialistas” e “revisionistas” após incidir sobre o território vietnamita, e Mao Tsetung, que sucedia Stalin no panteão “marxista-leninista”, agora é execrado e na seção dedicada “As Tarefas do Partido”, inscreve-se a necessidade de desmascarar sua obra teórica:

“3) Denunciar o chamado pensamento Tsetung como antimarxista-leninista. As obras e a atuação de Tsetung opõem-se à doutrina revolucionária da classe operária e aos objetivos que persegue o socialismo científico. O combate ao maoísmo é inseparável da luta pela assimilação dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo e deve contribuir para expurgar da nossa consciência e da nossa atividade qualquer influência negativa dessa tendência revisionista.”³³⁰

Em 1991, quando um setor da burocracia do PCUS tentou dar um golpe e instituir uma ditadura na União Soviética, João Amazonas, dirigente nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), saudou como “alvissareira” a intervenção do exército contra o povo. Ao recuarmos ao ano de 1987 e ao considerarmos o “Informe Político” aprovado no congresso do partido neste ano, identificamos que uma parte substantiva do documento é dedicada à análise e à “resposta” da organização ao recém-lançado livro de Mikhail Gorbachev, *Perestroika*. No documento encontramos a caracterização do PCdoB sobre a estrutura econômico-social da União Soviética, e o autor da *Perestroika* recebe a alcunha de “renegado”, além de outros adjetivos pouco lisonjeiros. A parte do texto que expõe a estrutura econômico-social da União Soviética é precedida pelo sugestivo subtítulo “Do capitalismo semicamuflado ao capitalismo às escâncaras”, permitindo vislumbrar as posições do PCdoB, expressas nos seguintes termos:

“No concernente à situação interna da União Soviética, a questão central em destaque no livro de Gorbachev é também a negação da revolução, das classes e da luta de classes. Porém, há uma nuance. O capitalismo semicamuflado dá lugar ao capitalismo às escâncaras. *Perestroika* é a condenação global das leis

³³⁰ “Resoluções da VII Conferência – 1979”. Documento aprovado na VII Conferência do PCdoB, realizada em 1979. In: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1979.asp> (Consultado em 10/11/2006)

próprias do socialismo e a exaltação das leis objetivas do sistema capitalista reintroduzido na URSS.”³³¹

Desta forma, o livro de Gorbachev apenas desvelava o caráter do Estado soviético que estava “camuflado” e, apesar do disfarce, o sistema capitalista já imperava na URSS. Resta, contudo, a pertinência da dúvida de saber quando e de que forma a URSS transitou de país que “construía o comunismo”, conduzido de forma científica pelo “Camarada Stalin”, para o sistema capitalista. O documento aprovado no congresso reage, indignado, aos argumentos expostos por Gorbachev de que os problemas econômicos que afligiam os soviéticos tinham origem na década de 1930. Assim, encontramos uma explicação sumária para os questionamentos anteriores:

“Gorbachev assevera que a *Perestroika* se baseia ‘no princípio de mais socialismo e mais democracia’. Admite críticas a certos defeitos da economia, a deficiências da produção, a relações pessoais, etc., coisas que o capitalismo também permite. O que não aceita é que se conteste o novo regime implantado na URSS na década de 1950. E, nesse particular, a questão se liga à figura de Stalin, precisamente porque as fronteiras entre o socialismo e o capitalismo na URSS desapareceram após a sua morte. Referir-se a Stalin, à sua obra, à sua contribuição científica é falar do socialismo que ele defendia e construía com sucesso. (...) A democracia gorbacheviana nada mais é do que o respaldo à transição do socialismo ao capitalismo que se vem efetuando na URSS.”³³²

Nesta passagem, o caráter do Estado soviético aparece de forma ambígua: primeiro afirma-se, peremptoriamente, que a morte de Stalin divisa as fronteiras entre o socialismo e o capitalismo, e que, portanto, teria provocado a implantação de um novo regime na URSS na década de 1950. Não obstante, ao final da exposição parece afirmar que a transição do socialismo ao capitalismo é um processo, “*que se vem efetuando*”. Acreditamos, contudo, que a concepção do PCdoB sobre a União Soviética, neste período, é pautada pelas considerações anteriores, de que se trata de um Estado de tipo capitalista desde a década de 1950. Essa concepção foi construída desde a década de 1960, marcada pelo distanciamento dos partidos que se perfilaram ao lado da China após o conflito com a URSS e que passaram a definir o sistema soviético como

³³¹ Documentos históricos do Partido Comunista do Brasil. “Informe Político: O Brasil numa encruzilhada histórica – VII Congresso – 1987”. Ao que parece, o documento foi escrito em 1987, contudo, ao fim do texto temos a indicação de que o congresso foi realizado em 1988: “Aprovado no 7º Congresso do PCdoB, realizado em 1988 em São Paulo.” In: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1988.asp> (Consulta realizada em 10/11/2006.)

³³² Idem, ibidem.

“capitalismo de estado”.³³³ Não se pode deixar de observar que esta passagem revela uma concepção de socialismo bastante contraditória: o socialismo em todo o documento é exposto como um regime social, político, econômico e moral superior ao capitalista. Contudo, esse regime, contraditoriamente, não teria resistido à morte de Stalin, considerado pelo PCdoB como o dirigente que conduzia a construção do socialismo com sucesso. Os limites deste trabalho não nos permite confrontar essas posições sobre o caráter de classe da União Soviética, em geral, e sobre o papel de Stalin, em particular, na “construção do socialismo”. Basta indicar que há extensa bibliografia e uma quantidade enorme de fontes que permitem questionar, em profusão, as referências expostas e aprovadas pelo congresso do PCdoB.

Bastante diferente, o “Informe Político” aprovado no VIII Congresso do PCdoB, realizado em 1992 – portanto, após a queda do Muro de Berlim (1989) e da dissolução da URSS (1991) – parece redefinir em outros termos a estrutura da União Soviética. Cabe destacar que a “China Popular” é “reabilitada” e figura entre os países que defendem a causa revolucionária e, desta forma, a saudação de João Amazonas à tentativa de golpe na URSS em 1991 adquire a densidade da luta “antirrevisionista” e da defesa da revolução contra “renegados”. Não podemos deixar de destacar que a China, curiosamente, é o país que, apesar do massacre dirigido pelo Partido Comunista Chinês, que afogou em sangue as manifestações estudantis em 1989, apresenta traços marcadamente capitalistas antes deste período, introduzidos, apesar da – e ao nosso ver principalmente pela – direção do Partido Comunista.³³⁴

Um dos maiores contrapontos que podemos encontrar no informe de 1992 em relação ao de 1988 refere-se ao caráter do Estado soviético. Após a evidência de fatos que invadiam de diversas formas os grandes meios de comunicação, era difícil não reconhecer que o Leste Europeu e o território que abrigava a União Soviética estavam passando por transformações qualitativas. Como explicar e compreender essas mudanças aferrando-se às posições do congresso anterior, que definia a URSS como capitalista desde 1950? Não restava ao PCdoB alternativa além de apresentar a situação sob outra perspectiva:

“A União Soviética e o Leste europeu encontram-se em plena bancarrota. A desestruturação da economia planificada e sua conversão em economia de

³³³ Ver Fernandes, Luis. Op. cit., p. 78.

³³⁴ Documentos históricos do Partido Comunista do Brasil. “Informe político ao 8º Congresso, 1992.” Documento aprovado no VIII Congresso do PCdoB, realizado de 3 a 8 de fevereiro de 1992, em Brasília. Fonte: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1992.asp> (consultado em 10/11/2006).

mercado acarretou completa desorganização da produção e da distribuição dos bens de consumo. Suas populações vivem o drama das filas e do racionamento em busca do pão de cada dia. Os regimes políticos ali instalados têm características fascizantes. A URSS desintegrou-se, em seu lugar surgiram repúblicas de tipo capitalista.”³³⁵

Ou seja, as leis de mercado que já atuavam na União Soviética e que a *Perestroika* apenas desvelava, conforme o congresso de 1988, agora são ignoradas, e o capitalismo emerge da destruição da economia planificada e da dissolução da URSS. Este é apenas um dos vários exemplos desta e de outras mudanças que identificamos no “Informe Político” aprovado pelo congresso de 1992 e que seria impossível explorá-los e desenvolvê-los aqui. Há, contudo, outra análise que gostaríamos de desenvolver.

O fim da União Soviética e a restauração do capitalismo no Leste Europeu colocaram a teoria stalinista de etapas do desenvolvimento histórico em colapso. A linearidade da evolução histórica e da sucessão de modos de produção que conduziriam, por fim, ao comunismo, não permitiam compreender essas transformações. A lógica da defesa da etapa da “revolução democrático-burguesa” para a realidade brasileira – etapa “necessária” que daria espaço para o desenvolvimento capitalista – remetendo para um futuro distante a luta pelo socialismo e pautando a política dos “revolucionários” pela defesa da aliança dos trabalhadores com os setores “progressistas” da burguesia (burguesia nacional e industrial) contra o imperialismo e a oligarquia latifundiária – conforme expresso no “Manifesto-Programa” de 1962 e em vários outros documentos – já não podiam resistir.³³⁶ Emir Sader aponta a importância dos processos do Leste para essa ruptura,³³⁷ contudo, resta explicar como o malabarismo teórico que permitiu ao PCdoB, em épocas diferentes, identificar uma regressão histórica na URSS, tenha deixado intacta e não tenha alterado em nada, no momento imediato, sua teoria das etapas do desenvolvimento histórico. Justamente no momento da conversão dos países do Leste Europeu ao capitalismo é que a URSS reingressa ao estatuto do socialismo nas concepções do partido, e impacta de maneira decisiva a mudança de sua compreensão do caráter da revolução brasileira.

³³⁵ Idem, *ibidem*.

³³⁶ É possível encontrar em vários documentos do PCdoB a referência nas “fases ou etapas” do processo revolucionário brasileiro. Veja-se, para citar exemplo, o documento: “Alguns Problemas Ideológicos da Revolução na América Latina”, de 1968, disponível em: http://www.grabois.org.br/porta1/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=131

³³⁷ Sader, Emir. *O anjo torto*. Op. cit.

No texto aprovado no congresso de 1988 ainda encontramos sustentação desta “teoria etapista” do processo revolucionário brasileiro na seção que discorre sobre a tática do partido para o período: “*Tarefa estratégica da primeira etapa da revolução, a libertação nacional da dependência estrangeira exige ser encarada de modo concreto e objetivo no campo tático.*”³³⁸

Essa apreensão do processo revolucionário, de origem stalinista, herdada do Partido Comunista Brasileiro, carece cada vez mais de fundamento pelo próprio desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira; pela transformação de suas regiões agrárias, que combinou a base latifundiária pré-existente com investimentos capitalistas modernos e pelo próprio fim da URSS que, efetivamente, negava a lógica histórica de uma sucessão linear de substituição de modos de produção. Como, então, justificar a manutenção da velha tática de buscar alianças com os chamados “setores progressistas”, mantida no congresso realizado em 1992? A hipótese recai sobre a perspectiva política alentada pelo próprio fim da URSS. Ao mesmo tempo em que negava a “base teórica das etapas”, a caracterização de que o fim da URSS e a restauração capitalista no Leste Europeu significaram uma derrota histórica para os trabalhadores e que, portanto, o horizonte de transformação social distanciou-se mais, serviu de elemento analítico para manter – e talvez até ampliar – a política de alianças com setores considerados “progressistas” da burguesia, buscando sua justificativa na necessidade de os comunistas do PCdoB acumularem forças nesta nova etapa da luta de classes marcada pelo “colapso do socialismo”.

É importante observar que, embora o desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira dos anos 1960 aos anos 1990 tenha sido registrado nos documentos do PCdoB, esse registro não alterou em nada sua perspectiva de desenvolvimento “etapista” da revolução brasileira. Mas, curiosamente, a pouca flexibilidade teórica que apresentou para apreciar corretamente a realidade brasileira e questionar a “teoria das etapas”, chegou ao extremo de paradoxos nas opções que adotou em relação aos países que considerou, ao longo destes anos, como baluartes do “marxismo-leninismo”, fundamentado num “suposto” marxismo de etapas do desenvolvimento histórico, contraposto à história e ao próprio pensamento de Marx.

³³⁸ Documentos históricos do Partido Comunista do Brasil. “Informe Político: O Brasil numa encruzilhada histórica – 7º Congresso – 1987”. Op.cit.

Capítulo V

SOBRE TRABALHADORES E PARTIDOS E O PARTIDO DOS TRABALHADORES

*“São tão remotas as estrelas, que
apesar da vertiginosa velocidade da luz, elas se
apagam e continuam a brilhar durante séculos.”*

Euclides da Cunha, *Estrelas*

O Partido dos Trabalhadores (PT) surgiu na década de 1980 como expressão política das lutas sociais do final da década de 1970. Constituído enquanto partido de trabalhadores, delimitava na própria sigla a concepção da sociedade dividida em classes e definia-se enquanto representante de uma delas. Desde o início, aglutinou setores bastante heterogêneos em suas definições políticas: de social-democratas a organizações trotskistas, passando por uma gama de intelectuais e sindicalistas com referências diversas, até membros da Igreja Católica que atuavam em diferentes movimentos sociais. Embora se definisse como socialista, nunca deu contornos claros a essa filiação. A questão da democracia sempre teve um peso importante na constituição do partido: por um lado, na luta que travava contra a ditadura; por outro, como tentativa de diferenciação de sua proposta de socialismo em relação à dos regimes stalinistas do Leste Europeu e, ainda, como forma de convívio entre seus variados espectros e para divisar campo com a estrutura organizativa e as práticas políticas tanto do PCB quanto do PCdoB.

A análise histórica das mudanças de perspectiva dos projetos de transformação social do PT a partir da queda do Muro de Berlim e dos processos de *débâcle* dos regimes do Leste Europeu deve comportar as mudanças operadas nos elementos que constituiriam a singularidade da emergência do partido na sociedade brasileira. Neste sentido, pretendemos abordar a questão da independência de classe, constituinte de uma visão de que a sociedade é cindida em grupos sociais antagônicos e de que a luta pela emancipação dos trabalhadores é uma luta política pelo controle do poder de Estado

para transformação radical da sociedade. Esta avaliação remete para a concepção de um projeto de sociedade socialista, como modelo de sociedade capaz de assegurar aos trabalhadores e aos demais setores oprimidos a satisfação de suas necessidades e reivindicações, que são, como nos alerta Marx, historicamente constituídas. A questão do socialismo conduz, ao mesmo tempo, para dois outros aspectos presentes na formação do PT: os conceitos de Estado e de democracia. Por fim, deve-se investigar o programa, as formas e os métodos apresentados para realizar os objetivos propostos. Esses diversos conceitos foram se transformando, à luz do desenvolvimento e da luta de classes no Brasil e no mundo.

Luta de classes e independência dos trabalhadores

A questão da luta de classes e da independência política dos trabalhadores figura entre os primeiros documentos que procuram dar expressão política e organizativa ao processo de luta desencadeado a partir de 1978. Tal processo tem como centro as greves metalúrgicas das cidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, no estado de São Paulo (ABCD Paulista), que se enfrentavam com os patrões e contra o próprio regime militar, expressão maior dos interesses da burguesia à frente do poder de Estado. A Fundação Perseu Abramo reuniu, como parte integrante das “Resoluções e Congressos do PT”, os chamados “Documentos Pré-PT”, reivindicando-os, portanto, como momento e parte constituinte da história do partido.³³⁹ Dentre esses textos, encontramos a “Tese de Santo André e Lins”, aprovada em 24 de janeiro de 1979, no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, realizado na cidade de Lins (SP). A tese identifica que o capitalismo tem como fim o lucro e que lança mão de todos os mecanismos para obtê-lo, como ditaduras sangrentas, e que enquanto a classe trabalhadora *“estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste País, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político”*.³⁴⁰

Após descrever o impasse político do regime militar, as medidas de abertura política são concebidas como forma dos militares *“acaldilharem”* os trabalhadores para

³³⁹ *Resoluções de encontros e congressos, Partido dos Trabalhadores (1979-1998)*. Op. cit.

³⁴⁰ *Idem*, p. 47.

seus projetos e não representariam qualquer perspectiva para o fim da exploração. A superação da submissão do trabalho necessitaria da independência política dos trabalhadores e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido da oposição consentido pela ditadura, por sua composição de classe heterogênea, não poderia cumprir o papel de assegurar aos trabalhadores sua representação e seus interesses de classe. Conforme a tese:

“O MDB, hoje o único partido legal da oposição no Brasil, pela sua composição heterogênea, não pode cumprir este papel. Combinam-se, portanto, a necessidade da construção de independência política dos trabalhadores com a necessidade de um instrumento de luta pela conquista do poder político.”³⁴¹

O texto, além de reivindicar a independência do movimento sindical em relação ao Estado, convoca os trabalhadores para construir o seu próprio partido, cuja tarefa principal não seria a disputa eleitoral, mas a mobilização e a luta por uma sociedade “sem explorados e exploradores”.³⁴²

A “Carta de Princípios”, aprovada pela Comissão Nacional Provisória do partido, em 1º de maio de 1979, além de recusar o argumento de integrar o MDB, uma vez que se constituía como uma frente de oposições acima dos interesses de classe, aponta os limites do movimento, que restringiria sua ação ao parlamento e que buscaria conciliar, no seu interior, os interesses de industriais e operários, comerciantes e comerciários, fazendeiros e peões, enfim, uma organização em que prevaleceriam os interesses dos primeiros em detrimento dos segundos. Ao mesmo tempo, a carta divisa campo com os que acreditariam que o MDB poderia ser reformado e acusa que essa perspectiva seria “*fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes*”.³⁴³ Evidentemente, pela análise do processo histórico, a crítica era dirigida à prática dos partidos comunistas, ao PCB e ao PCdoB.

O caráter de unidade do MDB como frente contra a ditadura e como instrumento democrático de luta é questionado precisamente por não permitir, em nome de uma suposta unidade das oposições à ditadura, a expressão da luta de classes e exigir a submissão e o silêncio dos interesses da classe trabalhadora para a obtenção de uma suposta democracia. Assim, o movimento pela construção do PT concebe que a classe

³⁴¹ Idem, ibidem, p. 47.

³⁴² Idem, ibidem, p. 48.

³⁴³ Idem, ibidem, p. 52.

trabalhadora seria o único “sujeito e agente de uma democracia efetiva”.³⁴⁴ Desta forma, a luta por conquistas democrática era associada e indissolivelmente ligada a uma classe social específica e a conquista dessas liberdades dependeriam da manutenção da independência e da constituição de um partido que representasse os seus interesses imediatos e históricos.

Entre os princípios apresentados na carta, figura a subordinação da participação eleitoral e das atividades parlamentares do PT a um objetivo maior de organizar e estimular as massas exploradas. A Comissão Nacional Provisória não deixa dúvidas ao tratar dos objetivos gerais do partido que *“buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta”*.³⁴⁵ Desta forma, tornava explícito que o objetivo de constituição de um governo dos trabalhadores transcenderia as instituições representativas de um Estado liberal. A democracia seria exercida de modo direto e com um conteúdo de classe definido através de formas organizativas constituídas pelos próprios trabalhadores. Com o objetivo de organizar os trabalhadores urbanos e rurais afirma que *“o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradas [sic]. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões!”*.³⁴⁶ O objetivo do partido seria acabar com a exploração do homem pelo homem e concebe a classe operária como *“vanguarda de toda a população explorada”*.

Ao afirmar seu compromisso com a democracia, especifica que esta deve ser exercida diretamente pelas massas e sustenta que *“não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo”*.³⁴⁷ Embora não aprofunde os conceitos de democracia e de socialismo, o vínculo que estabelece entre os dois termos é significativo: a luta por democracia supõe e pressupõe a conquista do socialismo e este só pode ser concebido como o exercício do poder pelos próprios trabalhadores por meio da democracia. Mas qual democracia? A “Carta de Princípios” já havia definido os seus traços gerais: democracia direta, exercida pelas formas organizativas construídas pelos próprios trabalhadores.

O vínculo entre os interesses específicos dos trabalhadores e o seu choque com o regime e o Estado são expostos na “Declaração Política”, datada de 13 de outubro de

³⁴⁴ Idem, ibidem.

³⁴⁵ Idem, p. 53.

³⁴⁶ Idem, ibidem.

³⁴⁷ Idem, p. 54.

1979. Nela encontramos que o PT surgiu do desenvolvimento das lutas contra o arrocho salarial e a proibição do direito de greve que terminaram por questionar as bases econômicas e políticas do regime militar. Conforme a declaração:

“Foi com o desenvolvimento dessas lutas que surgiu o PT, pois tendo de enfrentar o peso brutal da concentração de poder do Estado, que se voltou abertamente contra os seus mais legítimos interesses, tornou-se claro para os trabalhadores que só a luta econômica, ainda que muito importante, é insuficiente para garantir as aspirações de melhoria de vida para a maioria do povo brasileiro.”³⁴⁸

Esta passagem evidencia o processo de constituição da consciência de classe e a sua materialização orgânica a partir do enfrentamento econômico, que ganha contornos políticos claros na medida em que o regime militar e sua diretiva econômica não conseguem atender as reivindicações da classe trabalhadora, evidenciando seu conteúdo, limites e interesses de classe. Ao reafirmar seus objetivos políticos, a “Declaração Política” do PT sustenta que a questão da democracia não se restringe apenas à transformação das instituições: a luta de “médio e longo prazo” é para que o exercício do poder político e econômico seja exercido diretamente pelos trabalhadores, como única forma de pôr fim à exploração e opressão. Ao mesmo tempo, a estrutura democrática do partido seria consequência desta perspectiva de exercício do poder pelos próprios trabalhadores.³⁴⁹

Eurelino Coelho, em seu excelente estudo sobre as organizações dirigentes do PT que posteriormente viriam a constituir o chamado “campo majoritário”, sustenta que o caráter da Articulação, organizada em 1983, como corrente marxista no interior do PT, deriva da defesa da independência de classe. Com uma profusão de fontes das mais distintas regiões do país, destaca este aspecto como tema central e capilar na intervenção do PT e aponta para o processo de disputa e diferentes interpretações sobre o caráter dessa independência no interior do partido, mas concebe a sua defesa como o centro de gravidade sobre o qual o PT e o seu núcleo dirigente consolidaram seu espaço político.³⁵⁰

³⁴⁸ Idem, p. 55.

³⁴⁹ Idem, p. 56.

³⁵⁰ Coelho, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do grau de doutor em História, sob orientação da Prof. Dra. Virgínia Fontes. Niterói, 2005. Mimeo. Assim, “organizados em torno do

A “Plataforma Política” e a “Declaração Política” foram aprovadas por um grupo de cerca de trezentos militantes, com representantes de vários estados, reunidos em outubro de 1979. O grupo também elegeu uma Comissão Nacional Provisória. Eurelino Coelho afirma que a intervenção de Lula foi decisiva para retirar a expressão “socialismo”, que constava na proposta dos textos, redigidos pela coordenação do Movimento Pró-PT.³⁵¹

O “Manifesto” e o “Programa” do partido, aprovado no Ato Nacional de Lançamento do Partido dos Trabalhadores, realizado em 10 de fevereiro de 1980, reafirma os limites das lutas específicas e imediatas e o surgimento do PT seria o resultado da decisão dos explorados de lutar contra o sistema econômico e político que beneficiava apenas uma minoria de privilegiados e nascia da vontade de emancipação das massas populares. As concepções de democracia e do papel das instituições, das eleições e dos parlamentares aparecem de maneira inequívoca:

“O PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas.”³⁵²

O programa aprovado também estabelece a necessidade da organização do partido para o desenvolvimento dos processos de luta. Retomando a importância da atuação da classe trabalhadora no plano político de forma autônoma e independente, vincula a democracia à superação da exploração econômica e apresenta que o exercício do poder econômico e político será exercido pelos trabalhadores a partir de seus organismos de base. Sustenta, ainda, a necessidade de uma sociedade sem explorados nem exploradores, cuja construção enfrentará os interesses do grande capital nacional e internacional.³⁵³

A questão da democracia e o poder de Estado

princípio da independência de classe, o PT e seu núcleo dirigente construíram seu espaço no espectro político brasileiro”. (p. 68)

³⁵¹ Coelho, Eurelino. *Idem*, p. 57

³⁵² “Manifesto”, em *Resoluções de encontros e congressos, Partido dos Trabalhadores*. Op. cit., p.66.

³⁵³ “Programa”, em *Resoluções de encontros e congressos, Partido dos Trabalhadores*. Op. cit., p. 68-69.

Os aspectos referentes ao exercício do poder e a sua relação com os processos eleitorais ganharão contornos mais claros na medida em que o partido se defronta com as exigências da situação política brasileira. Assim, o II Encontro Nacional, realizado em São Paulo nos dias 27 e 28 de março de 1982, contando com a participação de 369 delegados inscritos, aprovou uma plataforma eleitoral a ser aplicada nacionalmente nas eleições de 1982.³⁵⁴ O preâmbulo do documento afirma que o PT é diferente porque a sua campanha eleitoral é um espaço de organização, mobilização e luta em torno das reivindicações dos trabalhadores e da população.³⁵⁵

O programa apresentado denuncia a especulação financeira e as negociatas feitas com dinheiro público, defende a suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária, a nacionalização do solo, a estatização do sistema financeiro. Afirma que um dos principais objetivos do PT é colocar a economia e a administração pública a serviço do povo. Mas o programa não se restringe à estatização das atividades produtivas e apresenta que o objetivo é que todos os aspectos da vida pública sejam submetidos ao controle popular. Os objetivos de ruptura com a estrutura econômica e de poder são expressos nos seguintes termos:

“Não haverá mudanças decisivas para o povo brasileiro enquanto os monopólios financeiros (que, em plena crise, apresentam lucros de 700% ao ano!) continuarem mandando na economia do País, os monopólios comerciais controlarem a circulação de mercadorias e os monopólios industriais a produção nacional. Reafirmamos nosso compromisso com a construção de um novo

³⁵⁴ As mudanças na legislação eleitoral brasileira, operadas pelo regime militar, começam a ter destaque desde 1974 quando, já sob o efeito da crise econômica mundial, os limites da acumulação capitalista no Brasil começam a ter reflexos políticos. O MDB nas eleições de 1974 elegeu 72% dos senadores e ampliou sua representação na Câmara dos Deputados, a expensas da ARENA. O governo elabora o que ficou conhecido como Lei Falcão (Lei nº 6.339, de 1/7/1976), que restringiu a possibilidade de debates e apresentação de propostas dos partidos na mídia. Na sequência, o presidente Geisel fecha o Congresso para editar o “Pacote de Abril”, que busca favorecer a representação parlamentar dos estados menos populosos, onde a ARENA tinha mais votos. Além disso, um terço dos senadores passam a ser eleitos por voto indireto pelas Assembleias Legislativas dos respectivos estados, o mandato de presidente passa de quatro para seis anos (Emenda Constitucional nº 8 de 14 de abril de 1977). Como parte das manobras no campo institucional, a ditadura ainda promoveria o chamado “Pacote de Novembro”, que estabelecia o voto vinculado para as eleições de 1982, quando a escolha de um candidato teria que obedecer ao que os partidos apresentavam nos outros cargos (Lei nº 6.978, de 19 de janeiro de 1982) – mais uma tentativa da ditadura de manter a supremacia do agora PDS, partido do regime, antiga ARENA. Segrillo, Angelo. *Rússia e Brasil em transformação: uma breve história dos partidos russos e brasileiros na democratização política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005, p. 120-123. Seguindo a maioria das obras que abordam o tema do fim do bipartidarismo pela ditadura, o autor apresenta a medida apenas como mais uma manobra do regime militar e perde de perspectiva que o movimento social, principalmente a partir das greves de 1978 e com o movimento para a fundação do PT, também tinha interesse e disputava o processo do fim do bipartidarismo, que refletia a emergência da classe trabalhadora no cenário político como um novo elemento desestabilizador do regime, para além dos trâmites institucionais.

³⁵⁵ “Plataforma Eleitoral Nacional – Trabalho, Terra e Liberdade”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 119.

poder, baseado na classe operária e na mobilização de todos os que vivem de seu próprio trabalho, para construirmos uma sociedade sem explorados e sem exploradores.”³⁵⁶

Ao final do documento, é definido o caráter que será revestido os mandatos do PT, onde encontramos que:

“À frente dos cargos executivos, o PT buscará, desde já, criar condições para a participação popular organizada e autônoma, com poder de decisão na sua atuação política e administrativa. Para isso, recorrerá a plebiscitos, assembleias populares, conselhos de moradores e trabalhadores e outras formas que o movimento encontre.”³⁵⁷

Parece evidente que o exercício do poder pelos trabalhadores, que o partido deseja alcançar, não se refere à ocupação dos cargos e instituições da então limitadíssima democracia burguesa brasileira. Ao contrário, o documento chega a delinear que quem deve controlar as escolas, os hospitais, as delegacias de polícia e as próprias empresas, são os trabalhadores organizados em associações de moradores, sindicatos e outras organizações populares. O conteúdo destas propostas de mudanças indica o processo de luta democrática contra a ditadura, mas também se contrapõe ao pacto de “abertura democrática” e de transição, construída e controlada pelo regime, numa perspectiva liberal bastante restritiva que contava, inclusive, com a parceria de setores significativos da oposição aos militares, incluindo o PCB e o PCdoB.

Gostaríamos de destacar que o espaço eleitoral e as disputas pelos pequenos espaços democráticos e mesmo os cargos que hipoteticamente viriam a ser ocupados são percebidos como momento de negação das estruturas do regime militar, contraposição às instituições da democracia liberal e afirmação de mecanismos de decisão que extrapolam essas instituições. A referência ao poder é sempre acompanhada do exercício, controle e mobilização dos trabalhadores através de suas próprias organizações.

O documento apresenta uma breve análise da conjuntura e os diferentes interesses no processo eleitoral a ser realizado em 1982. Destaca a importância do surgimento do próprio partido como organização independente dos trabalhadores, rompendo o bipartidarismo imposto pela ditadura, apesar das mudanças promovidas pelo regime que, receoso de uma grande derrota nas urnas, impôs uma série de

³⁵⁶ Idem, p. 125.

³⁵⁷ Idem, ibidem, p. 127.

mudanças na legislação eleitoral para dificultar o debate e a disputa política. Sustenta, finalmente, que entre o processo de ocupação de cargos e as mobilizações deve haver uma articulação para mudar a estrutura de poder:

“A participação do PT nas eleições não nos deve levar a confundir a conquista de executivos estaduais e municipais como sendo a conquista do poder. Mas eles devem servir como alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular. É uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de apoio para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respaldo para as lutas sociais.”³⁵⁸

Mais uma vez aparece a fórmula de que a centralidade da ação política é a luta extraparlamentar e que os cargos, que virtualmente vierem a ser ocupados, deverão obedecer e estar a serviço desta estratégia, isto é, do poder popular. Ocupar cargos não é sinônimo de conquista de poder, mas sim um movimento tático, uma ferramenta (uma “alavanca”) para o objetivo estratégico, a mobilização dos trabalhadores para a construção do poder popular. O documento vislumbra os próprios limites que seriam impostos à administração petista que, assumindo cargos executivos municipais, adotaria medidas para facilitar a organização dos trabalhadores e para mobilizar “*a comunidade na gestão do poder público, num processo que trará fértil aprendizado sobre a índole burocrática e cerceadora do Estado burguês*”.³⁵⁹ Sobre a tática eleitoral, as eleições não deveriam desviar o partido de seus objetivos estratégicos e são apresentadas apenas como um “*episódio, um momento definido de nossa atividade política permanente, em busca do objetivo final, que é construir uma sociedade socialista, sem explorados e exploradores*”.³⁶⁰

Com termos ligeiramente modificados, a mesma preocupação é reafirmada na resolução do III Encontro Nacional, realizado de 6 a 8 de abril de 1984, em São Bernardo do Campo (SP).³⁶¹ Embora não aprofunde a discussão, o texto aprovado afirma que depois da eleição de 1982 um “desânimo” tomou conta da militância em razão dos resultados eleitorais, tidos como aquém das expectativas. Contudo, o

³⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 130.

³⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 130.

³⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 131.

³⁶¹ Foram apresentadas quatro teses no encontro e a apresentada por Lula, “Teses para a Atuação do PT”, foi aprovada como “tese-guia”, isto é, o texto apresentado ao encontro que obtém a maioria dos votos. Por este critério, os debates e apresentação de emendas seguem os eixos centrais do documento aprovado, podendo inclusive alterar sua redação, desde que não afetem sua estrutura. *Resoluções de encontros e congressos...*, op. cit., p. 138.

documento afirma que o partido começa a transformar-se num pólo de referência política, especialmente entre os trabalhadores.³⁶² Como resultado da luta decidida do partido contra a política econômica e contra as tentativas do regime militar de controlar a sucessão presidencial e a transição do regime através do Colégio Eleitoral, defendendo a realização de eleições livres e diretas, o partido ia ocupando espaço na sociedade brasileira.

Daniel Aarão Reis afirma que o vigor dos movimentos sociais conduziu muitos a sustentar que este deveria ser o eixo de intervenção do partido, subordinando as lutas político-eleitorais aos movimentos sociais, no qual os deputados e vereadores comporiam um “*braço parlamentar dos movimentos sociais*”.³⁶³ Acreditamos que, de fato, o processo de ascenso permitiu reforçar este discurso e esta percepção política. Não obstante, não acreditamos que tenha sido o “vigor” dos movimentos sociais que suscitou o debate. Em verdade, o que parecia estar em discussão, independentemente da questão conjuntural de maior ou menor ascenso do movimento social, era a definição estratégica e de concepção de partido, sustentada pelos grupos de esquerda que compunham o PT e que, efetivamente, estavam disputando o caráter do próprio partido nesses anos decisivos. Segundo Reis, em 1982, o PT elegeu 8 deputados federais, 12 estaduais e 117 vereadores em todo o país, além de obter votações expressivas para os governos de vários estados, com destaque para a votação de Lula, candidato ao governo do estado de São Paulo.³⁶⁴ Para o autor, considerando a ausência de recursos e a inexperiência política, o resultado não foi medíocre, apesar de frustrar alguns e, ao que parece, fortalecer o discurso de outros. Como sugere, a partir dele houve quem projetasse um partido com resultado político-eleitoral fraco, mas com grande força e expressão social. Dentre esses grupos, o autor destaca a Convergência Socialista, que estaria mais interessada nos confrontos sociais que nos jogos institucionais e parlamentares.

Apesar de uma breve introdução sobre a conjuntura, o centro da resolução é a estruturação do PT, e no documento podemos identificar a tensão e a disputa entre as correntes e grupos. Ainda assim, na seção dedicada à formação política e ao trabalho parlamentar, encontramos que a tarefa fundamental das duas atividades deve estar voltada para promover e subsidiar a luta dos trabalhadores. Sobre a atividade

³⁶² Idem, *ibidem*, p. 142.

³⁶³ Reis, Daniel Aarão. “O Partido dos Trabalhadores: Trajetória, Metamorfoses, Perspectivas”, em *Revolução e Democracia (1964...)*. Op. cit., p. 511.

³⁶⁴ Reis, Daniel Aarão. Op. cit., p.511-512.

parlamentar, afirma que “o PT não deve substituir a organização dos trabalhadores e as lutas populares pela atuação parlamentar, nem alimentar ilusões sobre as possibilidades do Parlamento”.³⁶⁵ Contudo, quando o mesmo documento trata da situação financeira do partido, detecta a constante ausência de recursos devido à situação de irregularidade dos militantes com suas contribuições. Transparece, no texto, um primeiro sintoma de que o “parlamento” começa a ter algum peso na organização, uma vez que, no plano nacional, a maior parte dos poucos recursos “vem da contribuição de parlamentares petistas”.³⁶⁶

Ao referir-se à necessária autonomia dos movimentos sociais, aparece, mais uma vez, a compreensão do caráter limitado destas organizações. Assim, os movimento sindical e popular, “*embora forte para arrancar do Estado algumas reivindicações – é insuficiente para, sozinho, mudar a natureza e o caráter do próprio Estado*”.³⁶⁷ Ora, por essa assertiva parece evidente que a organização dos trabalhadores de maneira independente e em seu próprio partido só pode ter sentido para, justamente, superar as insuficiências do movimento sindical e popular. Assim, acreditamos que a tarefa de fundo a que se propõe não é de reformas, mas de mudar o caráter e a natureza do Estado.

Bastante significativa é a concepção de Estado, elaborada da forma mais clara no documento que trata das posições do PT frente ao movimento sindical, aprovado por ocasião do IV Encontro Nacional do partido, reunido de 30 de maio a 1º de junho de 1986, em São Paulo:

“Considerando que o Estado, na sociedade capitalista, é um instrumento da burguesia para garantir sua supremacia social, política e econômica, a sua interferência na organização dos trabalhadores implica, inevitavelmente, o tolhimento da liberdade de ação dos mesmos contra o patronato e seu Estado. Por isso, o PT luta pela mais completa independência dos sindicatos, pelo fim do controle organizativo, financeiro e político destes pelo Estado e pela soberania das assembleias sindicais.”³⁶⁸

O Estado é apresentado como representante de uma determinada classe, e sua capacidade de ingerência sobre a organização dos trabalhadores é denunciada e repudiada. Para dimensionar o peso da afirmação, cabe destacar que a posição do PT se

³⁶⁵ “Teses para a Atuação do PT”, em *Resoluções de encontros e congressos...*, op. cit., p. 146.

³⁶⁶ Idem, ibidem, p. 147.

³⁶⁷ Idem, ibidem, p. 148.

³⁶⁸ “Linha Sindical do Partido dos Trabalhadores”, em *Resolução de encontros e congressos*. Op. cit., p. 204.

volta de maneira concreta e consciente contra a ingerência do Estado sobre os instrumentos de luta dos trabalhadores, o mesmo processo deveria ser redobrado em relação às instituições do legislativo, executivo e do judiciário, materializações do próprio Estado burguês que legislam sobre o sindicato, executam auditorias e julgam seus processos de luta e mobilização.

Essa compreensão do caráter do Estado e a lógica descrita anteriormente de submeter o programa, as candidaturas e os cargos eletivos aos processos de lutas e mobilizações, nós vamos encontrar ainda em 1989, dez anos após a redação dos primeiros documentos que dariam origem ao PT. Essas perspectivas estão grafadas nas resoluções do VI Encontro Nacional do partido, realizado de 16 a 18 de junho de 1989, em São Paulo.³⁶⁹

Dentre outros temas, a resolução sobre conjuntura aprovada no encontro reflete a vitória eleitoral obtida nas eleições de 1988, quando o partido conquistou, inclusive, a importante prefeitura da cidade de São Paulo com a candidata Luiza Erundina e tornou-se o principal partido de oposição ao governo. A grave situação econômica em que vivia o Brasil – acumulando uma década sem crescimento ou expansão do PIB – é considerada expressão das dificuldades da economia capitalista em nível mundial. A ação dos trabalhadores e os impasses da burguesia para superar a crise estavam na raiz da desestabilização do governo e do regime, marcadamente na queda de popularidade e erosão das bases de sustentação do governo Sarney. Neste sentido, a proximidade do processo eleitoral indicaria um enfrentamento entre a esquerda e a direita, com o surpreendente crescimento que Lula vinha obtendo nas pesquisas eleitorais. Ao mesmo tempo, a candidatura de Fernando Collor de Melo, “*expressão de uma variante populista do neoliberalismo*”, é vista como uma potencialidade de unificação da direita, podendo tornar-se uma alternativa competitiva.³⁷⁰ Sobre a correlação de forças na sociedade brasileira, a reflexão que o documento traz sobre a própria vitória do partido nas eleições reflete a luta de classes do período:

“Os resultados de novembro de 88 têm um duplo significado. Em primeiro lugar, expressam uma nova relação de forças existentes na sociedade,

³⁶⁹ O VI Encontro Nacional contou com a presença de 543 delegados. O evento foi marcado pela realização de dois atos, um de repúdio aos massacres dos estudantes e trabalhadores chineses e o outro em comemoração dos dez anos de conquista da anistia no Brasil. Nesse encontro são aprovadas quatro resoluções: uma sobre conjuntura (“O Momento Atual e as nossas Tarefas”); sobre as eleições e a candidatura Lula; sobre as diretrizes para a elaboração de um programa de governo; e por último as bases do Plano de Ação do Governo (PAG). *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 368.

³⁷⁰ “O Momento Atual e as nossas Tarefas”, em *Resoluções de encontros e congressos*. Op. cit., p. 369-371.

traduzindo eleitoralmente uma acumulação obtida em quase dez anos de lutas sociais. Em segundo lugar, criaram uma nova correlação política, que mudou radicalmente o quadro da disputa presidencial.”³⁷¹

Analisando os partidos que guardam algum traço progressista, independentemente da substância, o texto afirma: “*O País votou claramente à esquerda.*”³⁷² Aqui cabe destacar que o resultado eleitoral do partido é considerado como expressão das lutas sociais e que elas possibilitaram o voto no PT que, por sua vez, modificou o quadro para a disputa presidencial. E, ao descrever a situação eleitoral e da candidatura Lula, afirma: “*Não está em questão qualquer apelo à contenção das lutas reivindicativas em suposto benefício da candidatura Lula. Esta só terá êxito no bojo de um processo de grande mobilização social.*” E, um pouco mais à frente: “*O fundamental, no entanto, é que a campanha presidencial esteja intimamente ligada às mobilizações sociais, em geral, e às greves em particular.*”³⁷³

Em síntese, o que viemos destacando até aqui é que o crescimento do partido, inclusive eleitoral, até esse período, estava vinculado fundamentalmente ao processo de mobilização, greves e enfrentamentos, que tinham como protagonistas os trabalhadores. O PT se constitui na grande referência de oposição pelas posições políticas que afirmavam a independência de classe marcada desde o início pela sua própria constituição. A recusa em participar do Colégio Eleitoral e por ser um dos precursores da campanha pelas “Diretas Já”; o rechaço a participar de qualquer espécie de pacto social; a oposição à transição conservadora e ao governo Sarney e o vínculo que soube estabelecer entre a atuação política e as reivindicações dos trabalhadores foram elementos que permitiram que, de fato, o seu candidato figurasse como a grande alternativa dos trabalhadores para enfrentar a grave crise econômica e social que a maioria do povo atravessava. Para efeito de contraste e comparação, conforme já demonstramos, basta apontar que o PCB e o PCdoB, que poderiam constituir algum esboço de política voltada para os interesses da classe trabalhadora e disputar o mesmo setor social, atuaram justamente com uma posição oposta: mantiveram-se no MDB/PMDB, apoiaram a transição conservadora, o Colégio Eleitoral, sustentaram o

³⁷¹ Idem, ibidem, p. 376. O documento apresenta os contornos do resultado de 1988: “O PT venceu em 36 prefeituras, que agrupam mais de 20 milhões de brasileiros e são responsáveis por 1/3 do Produto Interno Bruto. Elegeu mais de mil vereadores e teve grandes performances eleitorais em centros importantes do País, totalizando milhões de votos.” (p. 376.)

³⁷² Idem, ibidem.

³⁷³ Idem, p. 378.

governo Sarney e toda possibilidade de pacto, se colocando, no movimento sindical, contrários à fundação da Central Única dos Trabalhadores e em aliança com “pelegos” históricos que defendiam o atrelamento dos sindicatos ao Estado.

O socialismo

Como dissemos, o tema do socialismo, estreitamente vinculado à questão da democracia, presente nos chamados “Documentos Pré-PT”, não aparece no “Manifesto” e no “Programa” do partido em seu ato fundacional. O tema só será retomado nos documentos oficiais através do discurso de Lula, por ocasião da I Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizada em 27 de setembro de 1981.³⁷⁴

Nos deteremos em alguns aspectos deste discurso na medida em que ele permite iluminar questões que nos parecem relevantes. O discurso de Lula não deixa dúvidas em relação à origem do Partido dos Trabalhadores: *“É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares de todo o Brasil. (...) Nosso partido nasceu como expressão política da luta sindical.”* Na sequência, o orador se refere ao respeito e necessária autonomia do movimento sindical em relação ao governo e aos partidos políticos. A relação entre os limites da atuação sindical e a necessidade da organização da classe trabalhadora em partido político toma definição a partir das seguintes palavras:

“O sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho, mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política. O Partido é a ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o poder neste país.”³⁷⁵

Não obstante, ao se referir aos movimentos sociais e sua necessária autonomia em relação ao governo e aos partidos, Lula apresenta uma forma contraditória de perspectiva de transformação social:

³⁷⁴ A legislação eleitoral de 1979, que estabeleceu o pluripartidarismo, impunha regras rígidas para o funcionamento dos partidos políticos. O PT desenvolveu mecanismos extraoficiais de funcionamento, e os encontros nacionais eram os principais fóruns de debates e decisões, inclusive para as eleições das direções. *Resoluções de encontros e congressos, Partido dos Trabalhadores...* Op. cit., p. 98.

³⁷⁵ “Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 107.

“Fazer política não é só militar no Partido ou nos partidos. É também participar da luta pelo esgoto do bairro e pelo melhor preço da safra no campo. É modificando em cada lugar deste país, as relações sociais e as relações de produção que o nosso povo chegará, um dia, a modificar em todo o País as relações de propriedade, suprimindo a contradição entre o capital e o trabalho.”³⁷⁶

O autor do discurso concebe as transformações no modo de produção capitalista como um processo molecular de acúmulo de pequenas mudanças que, por fim, transformariam a sociedade. Estes termos entram em flagrante contradição com as considerações expressas sobre os limites do movimento sindical. Limites que exigiriam dos trabalhadores, em sua luta pelo fim da exploração, atuação no campo político e a constituição de instrumentos políticos, como a formação de um partido independente.

Cabe destacar que, mesmo quando se refere a questões como o racismo, a questão indígena, os movimentos populares, as perspectivas de transformação e mudanças efetivas, não são remetidas a uma suposta cidadania. Tais questões estariam inseridas numa luta global, em que a burguesia só poderia oferecer paliativos. Assim, ao tratar das lutas travadas pelas mulheres, observa:

“Entretanto, estamos convencidos de que essa luta não pode desligar-se da luta global de todos os brasileiros por sua libertação. A questão feminina não interessa só às mulheres e nem se reduz à conquista de liberdades pessoais que, por vezes, são meros paliativos burgueses.”³⁷⁷

Em relação ao respeito e aos direitos das minorias se organizarem, tratando da discriminação contra os homossexuais, afirma: *“Daí defendemos o direito que merecem essas pessoas, convocando-as ao empenho maior de construção de uma nova sociedade”*.³⁷⁸

Embora não afirme categoricamente qual seria essa nova sociedade e qual o significado preciso da vinculação que deve existir entre a questão da libertação das mulheres e a “luta de todos os brasileiros pela sua libertação”, é evidente que, pelo conteúdo geral da carta, os limites impostos à plena emancipação das mulheres, dos negros, homossexuais etc. são remetidos ao sistema capitalista e à sociedade burguesa, cujo direito só pode “oferecer paliativos”.

³⁷⁶ Idem, ibidem, p. 110.

³⁷⁷ Idem, ibidem, p. 110.

³⁷⁸ Idem, ibidem, p. 111.

Refletindo o processo eleitoral que se aproximava (em 1982 seriam realizadas as primeiras eleições diretas para governador), Lula registra, mais uma vez, que o centro do partido não era o parlamento, e que este apresentará candidatos em todos os cargos e regiões do país. Contudo, as eleições não seriam o mais importante: *“As nossas ferramentas de luta vão além de eleições periódicas: importa-nos fortalecer o movimento popular, os sindicatos, as oposições sindicais, os que lutam pela terra e todas as formas de organização, de mobilização e união de nosso povo.”*³⁷⁹

Ao se dirigir à relação entre a Igreja e o partido, que em alguns momentos podem ter objetivos comuns, defende a independência mútua, e Lula pronuncia que: *“O Partido dos Trabalhadores não poderá, jamais, representar os interesses do capital.”*³⁸⁰ E sobre as dúvidas, externas e internas, suscitadas acerca do caráter ideológico do PT, afirma que o mundo caminha para o socialismo e questiona que sociedade seria a que figura no programa do partido, sem explorados nem exploradores, senão uma sociedade socialista? Nos termos do discurso:

“Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a ideia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. (...)

O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia a dia, do mesmo modo que estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.”³⁸¹

É perceptível no texto uma tensão interna e externa por uma definição do partido sobre a posição ideológica, política e programática em relação ao socialismo. A afirmação, categórica, da certeza de que o mundo caminha para o socialismo é seguida de uma indefinição do projeto do partido a esse respeito. Assim, é uma necessidade sentida pelos trabalhadores, mas, o largo preâmbulo permeado por questões como “a

³⁷⁹ Idem, ibidem, p. 112-113.

³⁸⁰ Idem, ibidem, p. 113.

³⁸¹ Idem, ibidem, p. 114.

pergunta é: qual socialismo?” é seguido de uma resposta que, mais do que afirmar um projeto, procura excluir as possibilidades da social-democracia e dos regimes stalinistas.

Após tangenciar uma resposta através da negação, a saída é uma fuga para frente. Não há projeto. O projeto será construído no futuro, ou melhor, será resultado da prática, sem qualquer planejamento. Assim, uma das grandes diferenças apontadas por Marx que distinguiria os homens dos animais, a capacidade de projetar, é simplesmente excomungada numa fórmula que não deixa de ter um certo atrativo: parece muito democrática, libertária, excluída de dogmas e de certezas categóricas, típicas dos partidos stalinistas, mas não só deles. Nesta altura, é preciso esclarecer que, evidentemente, esses documentos e resoluções são uma síntese de um processo de lutas e tensões que refletem determinada correlação de forças no interior do partido, mas, também e fundamentalmente, na sociedade.

Os argumentos da esquerda ou da direita, de avanço ou retrocesso, se fortalecem no interior do partido na medida em que estes conseguem articular os eventos e fatos vivenciados na *práxis* dos próprios militantes e organizações. A tensão é permanente e o equilíbrio interno e as próprias resoluções refletem um processo de luta de classes na sociedade e no interior do partido e nas próprias organizações que o compõem. Às vezes, cabe dizer, a prática do partido está à direita de suas resoluções e, noutras, à esquerda. Conforme Coelho, o elemento de liga e solda era a independência de classe. E essa independência não era apenas discursiva, ela se manifestava na realidade prática: a própria constituição do partido era o maior exemplo disso, recusando os argumentos de que atuar por fora do MDB fortaleceria a ditadura, como esgrimia o PCB e o PCdoB, para não falar dos setores e representantes mais ligados à burguesia liberal. A independência de classe era o que permitia a unidade, apesar das indefinições no campo da estratégia e, talvez, evitar tais definições era também parte do que permitia a unidade. José Dirceu o assume abertamente, ao afirmar que haverá um momento do desenvolvimento político e histórico que exigirá definições sobre o caminho da revolução e do socialismo, mas, repreende, apresentar questões que não estariam na ordem do dia da luta de classes levaria o partido à divisão e ao fracionamento.³⁸² As resoluções são, portanto, resultados e expressões de determinadas conjunturas da luta de classes que provocavam equilíbrios e desequilíbrios na correlação de forças entre as

³⁸² Dirceu, José. “Os Desafios do PT”, em *E agora, PT? Caráter e identidade*. Emir Sader (org.), Francisco de Oliveira, José Dirceu, Marilena Chaui, José Genoíno, Plínio de Arruda Sampaio, Luís Gushiken, José Álvaro Moisés. São Paulo, Brasiliense, [s. d.], p. 40.

organizações internas do partido. É ilustrativo que tenha sido Lula, que antes batalhara pela ausência do termo socialismo no “Manifesto” e no “Programa”, a pronunciar o discurso na convenção. Contudo, cabe destacar a delimitação do partido dos projetos social-democratas (considerado no discurso como socialista) e o modelo stalinista.

Ainda sobre a questão da definição do socialismo, Francisco de Oliveira, num artigo dedicado aos dilemas vividos pela esquerda em geral, e o PT em particular, questiona alguns mitos constituintes da identidade petista. Dentre esses mitos, cita a ideia do PT como novidade por sua formação, composição e programa. O autor sustenta que o Partido Comunista do Brasil (PCB) na década de 1920 (evidentemente em outra situação política, econômica e social e, portanto, com uma outra classe operária) também constituía uma novidade, tinha em sua composição operários e suas lideranças, atraiu intelectuais e setores da classe média para um programa de atuação independente dos trabalhadores na cena política. Não obstante, ao buscar os vários elementos articulados para o não reconhecimento desta precedência, afirma que não é apenas porque trata-se de uma nova classe operária, mas, principalmente, “*porque essa nova classe operária não tem nenhuma cultura política socialista ou comunista, ou mesmo cultura política*”.³⁸³ O autor descreve, então, os diferentes processos que provocaram o afastamento, cada vez maior do PCB com a classe operária, mesmo nos momentos em que gozou de grande prestígio na cena política brasileira. Por diferentes mecanismos, o socialismo saiu do horizonte e produziu uma classe operária sem cultura comunista ou socialista. Afirma que Lula, “*em seus dias iniciais em São Bernardo, tinha no Lech Walesa caricaturado pela mídia internacional seu modelo principal: ao operário não interessa política, ao operário interessa salário*”.³⁸⁴ O autor descreve as razões pelas quais os outros setores que confluíram para a formação do partido – os movimentos sociais ligados à Igreja Católica, os intelectuais e os “intelectuais orgânicos” – também recusassem a história e a precedência do PCB e como constituíam elementos, ao mesmo tempo, para uma indefinição do partido em relação ao socialismo. Neste sentido, a ruptura histórica e a busca de se identificar e se qualificar como uma “novidade” é anterior à criação do PT e já se apresentava entre alguns dos seus fundadores desde as

³⁸³ Oliveira, Francisco de. “Qual é a do PT”, em *E agora, PT?* Op. cit., p.12.

³⁸⁴ Oliveira, Francisco de. Op. cit., p. 13.

greves do fim dos anos 1970, conforme observou Marcelo Badaró Mattos em sua análise do chamado “novo sindicalismo”.³⁸⁵

A partir das premissas de Oliveira, Alexandre Fortes concebe a originalidade do partido na profundidade do seu vínculo com a classe trabalhadora e sua participação no processo de democratização, considerado como o mais profundo e sólido vivido pelo país em toda a sua história. Esses aspectos teriam permitido que o PT aglutinasse em torno de si organizações e quadros das mais diferentes trajetórias, superando o processo de fragmentação da esquerda, iniciado em 1962 com a criação do PCdoB.³⁸⁶

Voltando às considerações de Oliveira, um outro aspecto da “novidade” do PT residiria na sua constituição operária, projetado para conduzi-la à condição de classe dominante num momento em que havia a fusão de três crises da esquerda. As particularidades da composição social do partido, suas diferentes origens, somadas aos elementos da crise da esquerda seriam os responsáveis pela indefinição do partido em relação ao socialismo. A primeira crise da esquerda seria de caráter internacional e constituída de dois aspectos: a transformação da União Soviética em grande potência e a subordinação do movimento comunista aos interesses de sua manutenção enquanto potência, acompanhada do descrédito dos regimes stalinistas; o segundo elemento seria o sucesso da social-democracia nos países centrais do capitalismo. O ponto “nevrálgico” da crise da esquerda, a segunda, seria a centralidade da classe operária, posta em xeque pelo desenvolvimento do capitalismo e pela elevação da classe média a um “verdadeiro estatuto social”. O outro aspecto seria a ultrapassagem de pontos programáticos que eram revolucionários no passado, mas que foram, de alguma forma, absorvidos ou superados pelo capitalismo. A terceira crise seria de caráter nacional, combinaria os elementos anteriores e teria como resultado a hegemonia burguesa no Brasil.³⁸⁷

Assim, o PT não conseguiria ir além de um vago enunciado que encerra um silogismo: o socialismo petista seria definido pelas massas, mas se as massas carecem de cultura política socialista, não se esclarece qual é a proposta socialista. Por outro lado, a afirmação de que o socialismo brasileiro não vai importar modelos vigentes em outros locais, decorrente da negativa da experiência da social-democracia e do

³⁸⁵ Mattos, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.

³⁸⁶ Fortes, Alexandre. “Reflexões sobre o Lugar do PT na História da Esquerda Brasileira”, em *História e perspectivas da esquerda*. Alexandre Fortes (org.). Op. cit., p. 196-198.

³⁸⁷ Idem, ibidem, p. 16-21.

“socialismo real”, apesar de parecer saudável, buscaria esconder a inexistência de uma cultura socialista e a “malandra escusa” de estabelecer a crítica às diversas experiências internacionais.³⁸⁸

A ausência de clareza sobre muitos aspectos do desenvolvimento do capitalismo e de uma posição ideológica mais explícita estariam conduzindo o partido, em alguns momentos, a não apresentar uma contraposição ao domínio burguês. Embora concordemos com os aspectos gerais dos elementos apresentados para a indefinição ideológica do PT, cabe dizer que a tentativa de atualizar a proposta e os caminhos para o socialismo oferecidas por Oliveira carece, muitas vezes, de consistência. Aqui não é o espaço para aprofundar estas questões, mas na década de 1980, com o aprofundamento da crise capitalista e o esgotamento da acumulação sob o modelo keynesiano, os partidos social-democratas da Europa aderiram às propostas neoliberais. Da mesma forma, ao identificar as ideias de Lenin como responsáveis pelo desenvolvimento dos regimes stalinistas de partido único, o autor aposta estrategicamente na democratização do Estado, ignorando o seu caráter de classe. As mutações do capitalismo, ao mesmo tempo, estariam tornando realidade a “*des-necessidade da força de trabalho como mercadoria*” que, com a emergência das classes médias, o levam a questionar o papel da classe trabalhadora e da “ditadura do proletariado” no processo de ruptura com a ordem capitalista. Aliás, essa nem seria mais necessária se considerarmos a afirmação de que as relações e distinções entre reforma e revolução careceriam de sentido, uma vez que a proposta social-democrata sueca, “*mostrou ser capaz de ir mais longe que o caminho ‘revolucionário’ da experiências do Leste*”.³⁸⁹ Vale dizer que, apesar da honestidade intelectual de Oliveira – que critica aspectos de acomodação do PT –, muitos dos elementos por ele elencados estavam sendo ou seriam incorporados pelo núcleo dirigente do PT e, conforme nos indicou Marcelo Badaró Mattos, curiosamente, quando isso se consolidou no governo Lula, Oliveira rompeu com o PT pela esquerda, denunciando a conformação à ordem.

A questão da definição do socialismo parece ganhar cada vez mais peso na disputa interna do partido. E não por acaso: ocupando os primeiros cargos no poder de Estado, crescendo em importância numérica e política, as questões de ordem imediata e conjuntural exigiam cada vez mais uma perspectiva estratégica, sob pena de aprofundar a tensão entre as correntes internas do partido. Assim, o registro dessa tensão é exposto

³⁸⁸ Oliveira, Francisco de. Op. cit., p. 17.

³⁸⁹ Idem, ibidem, p. 26 -29.

claramente na resolução “Objetivo estratégico do PT: socialismo”, aprovada no V Encontro Nacional.³⁹⁰ O texto afirma que a conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil parece ser consensual no interior do partido. Não obstante, indica que há “*crescente pressão da militância para que definamos o tipo de socialismo que queremos e estabeleçamos as relações correspondentes entre nossa luta do dia a dia e a luta mais geral pelo socialismo*”.³⁹¹

De uma maneira geral, o texto dá grande ênfase à necessidade do estudo aprofundado do processo de estratificação social no Brasil, indicando a importância de distinguir os interesses das diferentes classes sociais. Cabe destacar que o documento volta-se contra muitos militantes que, definindo a burguesia como inimiga principal, se opõem ao aproveitamento de contradições “momentâneas” entre setores da burguesia e a “qualquer aliança política, tática, ou pontual com alguns desses setores”.³⁹² Contudo, a maior parte do documento é voltada para a necessidade de estabelecer alianças com a pequena burguesia, consideradas estratégicas, tanto para a destruição do capitalismo, quanto para a construção do socialismo, devido a sua importância econômica e social.³⁹³

A pertinência da democracia é vislumbrada pela sobrevivência de diferentes camadas e classes sociais no processo de construção socialista. O documento faz uma referência direta ao Leste Europeu ao apontar o impasse de vários países e cita a luta dos trabalhadores poloneses em torno do Solidariedade, que o partido apoiava. Afirma a rejeição da concepção burocrática de socialismo, de partido único.³⁹⁴ Entretanto, ao afirmar a defesa da democracia, faz questão de se diferenciar do liberalismo burguês, seu Estado e instituições:

“Sem um tratamento correto dessas questões [trata-se da participação dos mais diferentes setores oprimidos na participação política], no sentido de manter abertos os canais de participação das massas trabalhadoras no poder de Estado e a observância dos direitos individuais dos membros da sociedade e, ao mesmo tempo, garantir a existência do Estado socialista como instrumento fundamental para a construção socialista, será impossível transformar as liberdades políticas

³⁹⁰ Realizado de 4 a 6 de dezembro de 1987, em Brasília (DF), o V Encontro Nacional do PT aprovou um conjunto de resoluções políticas, uma sobre tendências e uma sobre proporcionalidade. Foram apresentadas oito teses, evidenciando um elevado nível de organização e disputa interna no interior do partido. Submetidas à votação, a tese apresentada por José Dirceu, “Por um PT de Massas, Democrático e Socialista”, obteve 214 votos, figurando como tese-guia, num universo de 362 votantes, ligeiramente inferior aos 368 delegados que optaram pelas quatro chapas concorrentes ao Diretório Nacional do partido. *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 302.

³⁹¹ “Objetivo Estratégico do PT: Socialismo”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 312.

³⁹² Idem, ibidem, p. 314.

³⁹³ Idem, ibidem, p. 315.

³⁹⁴ Idem, ibidem, p. 316-317.

e a democracia formais, próprias do capitalismo, nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo.”³⁹⁵

As resoluções do V Encontro, portanto, começam a encarar o desafio de estabelecer parâmetros para o projeto de socialismo do partido e os meios para alcançá-lo. Contudo, antes de aprofundarmos estas questões, retornaremos para algumas definições do IV Encontro.

Complexificando a independência e a luta de classes

O IV Encontro Nacional, além de aprovar “O Documento Eleitoral Básico”, que estabelece os objetivos gerais da atuação do partido para as eleições de 1986, também aprovou uma resolução de maior fôlego intitulada “Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/87/88”. Esse texto, a partir de uma análise do estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, procura estabelecer diretrizes para, entre outros objetivos, orientar a classe trabalhadora *“na luta por mudanças que consolidem e ampliem a democracia, garantam melhores condições de vida e abram perspectivas por transformações mais profundas na direção de uma sociedade socialista, sem exploração nem opressão”*.³⁹⁶

Ao se referir ao desenvolvimento da economia brasileira, traça sua subordinação e dependência ao capital internacional por intermédio da penetração direta do capital estrangeiro e da dependência técnico-científica. É interessante observar que o desenvolvimento das classes sociais acompanharia o desenvolvimento do capitalismo e, como resultado do seu desenvolvimento desigual, a classe trabalhadora, diferentemente da burguesia, ainda não haveria conseguido integrar seus diversos setores. Assim, as classes trabalhadoras seriam constituídas por três grandes “setores”: *“a classe média (rural e urbana), os assalariados urbanos (com uma fração que se destaca dos demais – a classe operária) e os assalariados do campo”*.³⁹⁷

Ao detalhar a composição da classe média, o documento afirma que:

³⁹⁵ Idem, p. 318.

³⁹⁶ “Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o Período 1986/87/88”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Idem, ibidem, p. 246.

³⁹⁷ Idem, ibidem, p. 247.

“Hoje, ela é constituída de uma gama aparentemente heterogênea de tipos sociais, que vão desde o produtor agrícola individual ou familiar, o micro e o pequeno empresário comercial ou industrial, o trabalhador autônomo, o profissional de nível superior empregado no Estado ou na empresa privada, o trabalhador intelectual das áreas de serviços e comunicações, o trabalhador manual com preparo técnico e salário diferenciado em relação à massa operária, até os estudantes e parte do clero e do pessoal subalterno das Forças Armadas, etc.”

Todos esses setores seriam oprimidos pela burguesia, mas incapazes de desenvolver um projeto histórico autônomo e, no mais das vezes, cooptados por ela. Neste aspecto, ao incluir a classe média em bloco, com toda a sua heterogênea composição, que integra tanto os micro e pequenos empresários como parte “das classes trabalhadoras”, estava aberta a possibilidade da entrada de “pequenos e micro exploradores” no partido que defendia uma sociedade “sem explorados nem exploradores”.³⁹⁸

Referindo-se ao processo de organização e conscientização das classes, o documento afirma que a burguesia, por sua própria situação dominante, sempre teve as melhores condições para fortalecer sua consciência e organização, dispondo de meios econômicos, políticos e militares para sua manutenção no poder. Mais uma vez, o Estado é apresentado como um instrumento de dominação de classe: “*A história dos últimos cem anos é, em parte, a história do crescimento e do desenvolvimento do Estado burguês, isto é, do estado da classe dominante no sistema capitalista.*”³⁹⁹ O quadro traçado de desenvolvimento do capitalismo e a estrutura da composição social brasileira “*mostra uma inegável situação de luta de classes.*” Assim, a burguesia e o seu Estado encontravam-se em luta contra uma classe trabalhadora em diferentes graus e organização: “*A classe média, de contornos ambíguos e híbridos, semiorganizada, e o proletariado urbano e rural em crescente organização, embora ainda frágil.*”⁴⁰⁰ Os primeiros, apesar da sua modernidade, não estariam conseguindo superar as contradições fundamentais da sociedade e, apelando para a repressão em situações de crise, apresentam também medidas paliativas, buscando cooptar os setores sociais mais “reivindicativos”. Não obstante, o documento afirma:

³⁹⁸ Idem, p. 248.

³⁹⁹ Idem, ibidem, p. 249.

⁴⁰⁰ Idem, ibidem, p. 251.

“Mas a superação definitiva da exploração e da opressão sobre o povo brasileiro não se dará com simples reformas superficiais e paliativas, mas sim com a ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes, igualitária, que, por meio da socialização dos principais meios de produção, vise a abundância material para atender às necessidades materiais, sociais e culturais de todos e de cada um de seus membros, ou seja, a construção do socialismo.”⁴⁰¹

O registro do encontro avança e afirma que, embora a maioria da classe trabalhadora não tenha consciência desta necessidade, o desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes no Brasil “já apresentam condições necessárias para as lutas que permitam um acúmulo de forças (...) criem as brechas, os caminhos e as pontes capazes de conduzir às transformações indispensáveis na direção da construção de uma sociedade socialista”.⁴⁰²

Na seção do documento intitulada “O Caminho para o Socialismo”, o texto prevê um longo trajeto de acúmulo de forças, no qual a classe trabalhadora passaria por um processo de integração e unificação dos seus diversos setores. Agora, a definição ampla das classes médias delineada anteriormente, ganha contornos claros nos projetos e propostas políticas do partido:

“só é possível conquistar, para este projeto comum, o apoio e a participação das grandes camadas da pequena burguesia rural e urbana, na luta pela radical transformação da sociedade rumo ao socialismo, no Brasil, se forem asseguradas a tais camadas condições reais do progresso social – sem ameaças a seus limitados meios de produção.”⁴⁰³

Do que se trata, concretamente, é de definir que “alianças e acordos serão necessários e indispensáveis, entre o conjunto heterogêneo de forças políticas e sociais que atuam no interior das classes trabalhadoras”.⁴⁰⁴ Assim, a pequena burguesia rural e urbana passam a integrar a classe trabalhadora e, como tal, tem acesso franqueado ao Partido dos Trabalhadores e, mais do que isso, está aberta a possibilidade de alianças com grupos e organizações partidárias deste extrato social, considerado, essencialmente, como uma aliança entre os diferentes setores da “classe trabalhadora”. O interessante é que esta análise, de caráter e comprovação sociológica muito duvidosas do ponto de

⁴⁰¹ Idem, p. 252.

⁴⁰² Idem, p. 252.

⁴⁰³ Idem, p. 253.

⁴⁰⁴ Idem.

vista do marxismo e sua definição de classes sociais, demonstra ao mesmo tempo que a situação política e o próprio caráter do PT obrigavam os setores que defendiam essa proposta a manter o discurso nos limites da defesa da independência de classes e do socialismo.

Afirmado o caráter internacionalista da luta pelo socialismo, num período em que a internacionalização do capital e da política imperialista são maiores do que nunca, o documento sustenta que o socialismo deve ser mais do que apenas uma *”democracia política e econômica”*. Desdobra o caráter que a democracia deve assumir numa sociedade igualitária e – apesar de possíveis conjunturas que, em razão de resistência oferecidas pela burguesia, sejam adotados processos mais centralizadores – reafirma a relação indissolúvel entre democracia e socialismo. Na sequência, a resolução delinea os mecanismos de controle operário e popular, que devem ser estimulados, como os conselhos populares, comissões de fábrica etc. Assim, *“a democracia, no socialismo, deve ser entendida como a socialização dos meios de produção e também dos mecanismos de poder entre os trabalhadores”*.⁴⁰⁵ Ora, aqui, a democracia é diretamente relacionada à socialização dos meios de produção, isto é, trata-se de permitir o acesso da sociedade à produção social da qual é apartada pela propriedade privada e, também, do controle e decisão dos trabalhadores na esfera econômica e política, distanciando-se de qualquer perspectiva de democracia liberal.

Embora o IV Encontro apresente uma análise mais profunda do desenvolvimento econômico e social brasileiro e execute, nesse exercício, algumas investidas problemáticas do ponto de vista da independência de classe, alargando o que se poderia definir como classe trabalhadora e apontando para conclusões que permitem aberturas para a construção de alianças mais amplas, mantém, ainda, uma referência de ruptura com a ordem capitalista, seu Estado e instituições.

*Alternativa democrático-popular: Revolução Permanente,
Programa de Transição ou Revolução por Etapas?*

⁴⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 256.

O V Encontro do partido aprofunda o exercício iniciado no que o precedeu. Na resolução nominada “As táticas do PT”, há uma seção sobre a política de acúmulo de forças que pressupõe três atividades centrais:

- “a) sua organização como força política socialista, independente e de massas;
- b) a construção da CUT, por meio de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente;
- c) a ocupação dos espaços institucionais nas eleições, como as eleições de deputados, vereadores e representantes nossos para os cargos executivos.”⁴⁰⁶

Ao sustentar que a alternativa apresentada pelo partido é “democrática e popular”, a resolução afirma que os seus dois componentes “*são o reconhecimento de que só uma aliança de classes, dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo, tem condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil.*” O texto especifica, no parágrafo seguinte, o sentido da expressão da política de alianças que pretende construir: “*O PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes (...) que não tem nada a oferecer ao nosso povo.*”⁴⁰⁷ O documento, ao mesmo tempo, repreende os que defendem *um governo dos trabalhadores* porque, segundo o texto, evitam a discussão sobre qual a tática, qual a política para alcançar esse objetivo, “*na prática, separam a luta reivindicatória da luta política, por não compreenderem a necessidade da acumulação de forças. A retórica aparentemente esquerdista recobre a ausência de perspectivas políticas e uma concepção limitada, atrasada, das lutas reivindicatórias*”.⁴⁰⁸ Ora, nos parece que é justamente o oposto: as lutas reivindicatórias, assumidas pela classe trabalhadora e enfrentadas com o governo e o regime da burguesia, só seriam atendidas numa perspectiva de um governo que representasse os interesses da classe trabalhadora. A formulação apresentada é que propõe uma ruptura entre as reivindicações imediatas e históricas. Ademais, a consciência de classe é tomada como um processo gradual e linear de desenvolvimento, como se a própria realidade não provocasse e exigisse, em determinados momentos, rupturas e saltos, inclusive alentados e estimulados pelo partido que pretendia representar os interesses dos trabalhadores.⁴⁰⁹ Portanto, a opção

⁴⁰⁶ “As táticas do PT”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 321.

⁴⁰⁷ Idem, ibidem, p. 322.

⁴⁰⁸ Idem, ibidem, p. 322.

⁴⁰⁹ Mesmo Alexandre Fortes, que minimiza o processo de adaptação institucional do PT, afirma a importância ativa do partido para a redefinição da consciência de classe dos trabalhadores brasileiros

democrático-popular indicava uma aliança com os “setores médios” para o acúmulo de forças, em oposição à defesa de um governo dos trabalhadores.

Nesta perspectiva, o documento afirma que nas condições do Brasil, as tarefas anti-imperialistas, antimonopolistas e antilatifundiárias seriam realizadas por um governo hegemônico pelo proletariado liderando forças sociais em choque contra o capitalismo e a ordem burguesa e que, portanto, só seria viável a partir de uma ruptura revolucionária. A realização das tarefas elencadas exigiria a adoção de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e enfrentaria a resistência capitalista. Conforme o texto:

“Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular.”⁴¹⁰

É perceptível, na redação do documento, a tensão em torno das propostas apresentadas ao encontro e a disputa política entre as organizações. Assim, a resolução sobre a política de alianças fala abertamente das dificuldades que o partido enfrenta para discuti-las. Não por acaso, são apontados como elementos dessa resistência, em parte, a *“experiência negativa da esquerda brasileira, em parte pelo sentimento de independência de classe”*⁴¹¹. Ou seja, a experiência política do significado da conciliação de classes, exercitada principalmente pelos dois PC’s – que os levou ao apoio à “Nova República” e ao governo Sarney – e a consciência de classe, a necessidade de sua independência, constituiriam elementos que dificultavam a política de alianças propostas pelo grupo majoritário, isto é, a Articulação. O desenho das consequências da resolução do IV Encontro, apontado anteriormente, que inclui na categoria de classes trabalhadoras as classes médias, numa sobreposição e indefinição conceitual do quê e de como são constituídas as classes sociais, afinal, ganha contorno acentuado em relação a dois temas centrais: a independência de classe e o conteúdo do assim denominado governo “democrático e popular”. A política de alianças é traçada em torno da constituição de duas alianças, ambas consideradas “estratégicas”: 1-“ *A Frente Única Classista*”, composta pelas *“forças que atuam no movimento operário e popular e, principalmente, dentro do movimento sindical, para nos opormos à*

durante a década de 1980, incorporando os setores técnicos, médios e intelectuais (professores, bancários etc.) no seu interior. Fortes, Alexandre. Op. cit., p. 199.

⁴¹⁰ “As Táticas do PT”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 322.

⁴¹¹ Idem, p. 323.

burguesia e à ideologia dominante”. Constituiria a unidade de ação política da classe trabalhadora. 2- “*A Frente Democrática e Popular*” constituiria uma aliança “*de todos os setores que, por suas contradições com a burguesia, estejam dispostos a marchar juntos com os trabalhadores na luta pelo poder*”. A continuidade da expressão é significativa: “*Para o PT, não há aliança estratégica com setores da burguesia*”. Ora, por eliminação e dedução lógica, podemos dizer que, contudo, há alianças táticas, e o que são as eleições, senão um momento tático num partido que tem como estratégia a construção do socialismo? Os setores representados pela camada média e a pequena burguesia constituiriam as alianças estratégicas que teriam por objetivo organizar em torno da classe trabalhadora os “setores médios”.

As alianças táticas comportam outra densidade de sujeitos sociais. Depois de aferir as alianças táticas feitas com setores e partidos da burguesia em diferentes espaços e situações – como na Constituinte, contra a Nova República e o governo Sarney, no movimento sindical e popular, no parlamento –, finalmente o documento trata das “alianças eleitorais”. Neste campo, afirma que esse tipo de aliança é mais complexo e exigiria uma discussão sobre cada processo, deixando em aberto a possibilidade de alianças.⁴¹²

Ora, parece claro que as elaborações sobre as alianças eleitorais – figurando no campo das alianças consideradas táticas, que divergem das estratégicas fundamentalmente pela composição de classe – estão voltadas, evidentemente, para considerar alianças com partidos e organizações da burguesia para a disputa eleitoral. A independência de classe, marca de distinção e identidade do partido começava a ser flexibilizada. Não por acaso o documento adverte que essa identidade classista é um obstáculo para a discussão sobre as alianças. Do ponto de vista, é claro, dos que propuseram e aprovaram esta resolução. Nesse momento, a proposta de governo “democrático e popular” como um período de acumulação de forças que deveria, conforme o item “c” das tarefas do partido, ocupar cargos institucionais e eleger seus candidatos em todos os níveis, ganha materialidade. Ocupar os cargos legislativos e executivos que forem possíveis, ainda que para isso seja necessário contraditar a independência afirmada no item “a” das mesmas tarefas do partido..

As concepções por trás de expressões como “acúmulo de forças” e da tática “democrática e popular”, ficam mais evidentes quando analisamos a posição do partido

⁴¹² Idem, p. 325-327.

em relação ao movimento popular e a política de alianças para a disputa eleitoral de 1988.

Na seção dedicada à relação com o movimento popular, a resolução do partido afirma o seu caráter heterogêneo, mas reconhece que se trata de uma frente da luta de classes. Contudo, a ideia a respeito do caráter de classe do Estado é, mais uma vez, exposta sem rodeios. Mais que isso, sustenta que a necessidade de um governo “controlado pelos trabalhadores” emerge dos choques e das lutas travadas pelo movimento popular que enfrentam o Estado controlado e a serviço das classes possuidoras. Parece interessante recordar que o mesmo encontro havia recusado a necessidade da defesa de *um governo dos trabalhadores* que, segundo a maioria, estaria desvinculada do processo de reivindicações e planos de luta concretos. Agora, no plano da luta popular, movimento reconhecido como “heterogêneo” em sua composição social, os choques de suas reivindicações com a incapacidade do governo da burguesia e seu Estado em atender suas reivindicações, evidenciaria o caráter de classe do Estado e, mais do que isso, estimularia a ideia de um governo “controlado pelos trabalhadores” que, curiosamente, fora rejeitado na discussão sobre os planos estratégicos para a conquista do socialismo, sendo substituído pela perspectiva de um “governo democrático-popular”.⁴¹³

A parte dedicada a possíveis alianças a serem realizadas no pleito de 1988 não deixa dúvidas. Depois de definir a luta contra a Nova República, o governo Sarney e buscar a derrota dos setores que apoiavam a transição conservadora, a resolução sobre a política de alianças estabelece que:

“devemos avançar na construção de uma frente democrática e popular, o que significa sensibilidade e iniciativa do PT junto a setores de partidos não vinculados diretamente à classe trabalhadora mas que, se estiverem em conflito com a política hegemônica da burguesia, podem reforçar a luta democrática dos trabalhadores”.⁴¹⁴

Não está presente a ideia de uma burguesia nacional progressista em oposição aos setores atrasados do latifúndio, resquício de um suposto “feudalismo” como concebiam os PC’s, é verdade, mas haveria um setor da burguesia em choque com o setor hegemônico e, quiçá, um setor da burguesia nacional em oposição ao imperialismo. Assim, delimita-se o campo de exclusão das composições eleitorais,

⁴¹³ “O PT e o Movimento Popular”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 335-336.

⁴¹⁴ “A Campanha Eleitoral de 1988”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 344.

nomeando-se os partidos que davam sustentação à Nova República e que são considerados conservadores e de direita: PDS, PL, PTB, PFL, PMDB. Contudo, adverte a resolução: “*No caso deste último, eventuais dissidências em oposição à linha oficial devem ser avaliadas caso a caso*”.⁴¹⁵ Ou seja, estava aberta a possibilidade de alianças com setores do PMDB, um dos partidos que havia conquistado grande número de postos governamentais nas eleições de 1982 e, por isso mesmo, sofrido um enorme desgaste junto à população brasileira. Era, em essência, o partido da Nova República. Neste sentido, como compreender que um setor da burguesia, em conflito com sua fração hegemônica, comporia uma aliança em torno de um programa democrático e popular que, como concebiam seus formuladores, imediatamente entraria em choque com seus próprios interesses? O PMDB, que preservou a característica do velho MDB de agrupar forças heterogêneas, estava se dividindo naquele momento e dele surgia o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), que sempre foi uma das referências à qual o PT se dirigia quando alentava a possibilidade de aliança com partidos de dissidência burguesa. Sucessivamente recusada pelo PSDB, essa aliança foi explicitamente tentada em 1994, para citar exemplo.

É interessante observar, também, que a base do programa do partido – “anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiária” – embora seja contraditória com a dinâmica de acumulação do capital em sua fase imperialista, e considerando principalmente o caráter de dependência e subordinação do desenvolvimento capitalista brasileiro, não é, contudo, contraditória com o capital em si.

Evidentemente, essas contradições não passavam despercebidas e sem luta e enfrentamentos políticos no interior do partido. A tensão aumentava e não é por outro motivo que o V Encontro aprovou uma resolução para regulamentar o funcionamento das tendências e outra que rejeitava a aplicação da proporcionalidade na Comissão Executiva Nacional, reservada apenas a chapa que obtivesse a maioria dos votos.⁴¹⁶

Há, na parte sobre a organização partidária um claro objetivo de rever “*ideias difundidas no partido, que fazem parte da nossa cultura petista, mas que não correspondem às nossas necessidades atuais*”⁴¹⁷. Aqui cabe observar que o tom geral do documento é de ruptura com traços e características do partido que já faziam parte da

⁴¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 344.

⁴¹⁶ “Resolução sobre Tendências e Resolução sobre Proporcionalidade”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 356-364. As tendências, atingindo um quórum mínimo, tinham participação no Diretório Nacional. Os cargos da Executiva estavam destinados apenas à chapa que obtivesse a maioria dos votos.

⁴¹⁷ “A Construção do PT”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 348.

sua identidade. Por isso, primeiro a questão da independência de classe era considerada um obstáculo e, agora também, a *cultura petista*.

1989: Inflexões decisivas

Como observamos, o PT chega ao final da década de 1980 como o principal partido da oposição, tendo obtido vitórias eleitorais importantes em 1988 e com seu candidato a presidência da república liderando as pesquisas eleitorais. O governo Sarney, desgastado e em crise, havia mergulhado o país numa grave situação econômica com descontrole da inflação e desemprego. Os trabalhadores resistiam nas greves cada vez mais generalizadas e os movimentos sociais ainda se faziam presentes. A burguesia brasileira tinha dificuldades claras para encontrar um candidato em torno do qual pudesse unificar suas frações e interesses.

Também já apresentamos o vínculo que a candidatura do PT pretendia estabelecer com os movimentos grevistas e com as lutas do movimento social em geral e, com efeito, o número de greves no ano de 1989 supera todos os números em mais de uma década de movimento quase ininterrupto. Conforme Marcelo Badaró Mattos, “*das 118 greves registradas em 1978 às 3.943 em 1989, foram 12 anos de crescimento no número e volume das paralisações*”.⁴¹⁸ Não obstante, como destaca o autor, esse processo de crescimento foi acompanhado de uma diversificação nas formas e métodos de luta e a realização de quatro greves gerais na década de 1980, apesar das variações em relação à participação e adesão em cada uma delas, representavam:

“uma possibilidade de unificação das lutas e de elevação do patamar político das demandas dos trabalhadores, que nesses casos dirigiam-se ao núcleo da política econômica dos governos, especialmente a salarial, incluindo bandeiras mais amplas, como a reforma agrária e a suspensão dos pagamentos da dívida externa. A greve geral de 1989, com a participação de mais de 20 milhões de trabalhadores, por dois dias, foi a maior da história brasileira e a última grande demonstração de força do novo sindicalismo.”⁴¹⁹

Essa situação, de luta de classes aberta, polarizava a sociedade brasileira e, se já havia tido impacto nas eleições de 1988 para a vitória dos petistas na disputas

⁴¹⁸ Mattos, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Op. cit., p. 120.

⁴¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 121.

municipais, como reconheciam as resoluções do partido, ela era potencializada pelas expectativas da realização das primeiras eleições diretas para o governo federal desde o golpe empresarial/militar de 1964. Neste cenário, as dificuldades da burguesia eram concretas. Ricardo Antunes, ao escrever sobre o governo de Fernando Collor de Melo e relacioná-lo ao fenômeno político do “bonapartismo”, apreende os impasses e as dificuldades enfrentadas pela classe dominante no processo eleitoral de 1989:

“Não se pode deixar de considerar, nesta aproximação entre Collor e o bonapartismo, a sua dimensão ‘aventureira’. Era a saída possível de uma ordem, num quadro eleitoral em que seus representantes, de Maluf a Ulysses, passando pelo ensaio da candidatura Jânio, não conseguiam decolar. Em contrapartida, as opções pela esquerda, como Lula e Brizola, assustavam crescentemente os defensores do *status quo*. Collor foi a expressão (bem sucedida) de um improviso necessário da ordem ante os riscos presentes no quadro eleitoral.”⁴²⁰

O extrato que reproduzimos antecipa o resultado do processo eleitoral que, contudo, não foi de engenharia fácil, isenta de riscos ou com garantias antecipadas de vitória. Uma década de estagnação econômica, com queda crescente do poder aquisitivo, um processo inflacionário fora de controle, a corrupção, a intensa mobilização social que, em grande medida, identificava na divisão da sociedade em classes as mazelas sociais, das quais não só o PT era expressão, mas também o acelerado crescimento da Central Única dos Trabalhadores, enfim, tudo isso, havia comprometido os principais representantes políticos das classes dominantes. Neste sentido, Fernando Collor de Melo era uma espécie de improviso – ou de aventura, nos termos de Antunes. Desconhecido da maioria da população até o início do processo eleitoral, era relativamente jovem se comparado à imagem corrente dos políticos brasileiros. Em torno da construção da sua imagem de jovem e moderno, seria associado o seu suposto compromisso com a moralização do poder público, representando-o como “caçador de marajás”. Ligado a grupos conservadores, se dizia representante dos “descamisados”. Muito dinheiro foi gasto para promover sua imagem e viabilidade eleitoral e, neste sentido, o poder econômico e de controle do capital sobre os principais meios de comunicação do país fez sentir o seu peso. Contudo, a polarização social era intensa e, nestas situações, também o peso numérico e político da classe trabalhadora se

⁴²⁰ Antunes, Ricardo. “Collor e a Aventura Bonapartista”. Artigo publicado na *Gazeta Mercantile* em 4/7/1990. Em Ricardo Antunes, *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. 2. ed. Campinas (SP), Autores Associados, 2005, p. 9.

fazia presente e atuou a favor da candidatura de Lula, que foi conduzido ao segundo turno das eleições.⁴²¹

Contrariando as estatísticas apresentadas por diversos autores,⁴²² Daniel Aarão Reis apresenta uma abordagem curiosa sobre a relação entre as vitórias do PT e o processo de mobilização social na década de 1980. Identifica a primeira metade desses anos como o ápice do movimento social, indicando que a fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1985, foi o último ato simbólico da onda social ofensiva que caracterizou a primeira metade da década.⁴²³ Essa cronologia do processo de ascenso dos movimentos sociais parece ignorar a realização de três grandes greves gerais na segunda metade dos anos 1980 que derrotaram os sucessivos planos econômicos orquestrados pelo Planalto e, ainda, a grande efervescência e participação popular na campanha de Lula na disputa eleitoral de 1989 que, a despeito dos poucos recursos financeiros, considerando o padrão e a influência do poder do capital nas campanhas eleitorais brasileiras, alcançou o segundo turno das eleições. E, ainda que possamos traçar uma série de críticas e definir limites para o programa do partido em 1989, ele defendia a ruptura com o FMI e a reforma agrária sob controle dos trabalhadores. A partir desta cronologia, da qual discordamos, o autor diz que, apesar dela, “porém”, o PT registrava crescentes sucessos na *frente* político-eleitoral.⁴²⁴

Essa perspectiva busca, evidentemente, apartar o crescimento político e eleitoral do partido das lutas sociais da década de 1980. Contudo, precisa ignorar não apenas os dados estatísticos sobre os movimentos sociais, mas, inclusive, as fontes e análises que o próprio partido oferecem do período. Nesta perspectiva, Reis define o lançamento de Lula como uma “*anticandidatura*”, lançada mais para “*marcar posição*”. Essa característica de “*anticandidatura*” estaria relacionada ao programa da campanha. Defendendo a anulação da dívida externa, uma reforma agrária radical, o questionamento do modelo econômico imposto pela ditadura, entre outros pontos – argumenta o historiador – dificilmente se poderia supor que “*amplas maiorias estivessem dispostas a sustentar um programa tão radical, nem era presumível que as circunstâncias internacionais e nacionais pudessem permitir tais aventuras,*

⁴²¹ Lula obteve 11.622.673, ou 17% dos votos no primeiro turno e 47% no segundo (pouco mais de 31 milhões de votos), resultado que evidencia a polarização da disputa e a pequena margem que deu vitória ao primeiro colocado. Dados obtidos em: Reis, Daniel Aarão. *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas*. Op., cit., notas 22 e 23, p. 534.

⁴²² Mattos, Marcelo Badaró, oferece um gráfico com a evolução do movimento grevista. Em: *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Op. cit., p. 120.

⁴²³ Reis, Daniel Aarão. *O Partido dos Trabalhadores*. Op. cit., p. 514.

⁴²⁴ Idem, *ibidem*, p. 514-515.

principalmente tendo em vista a experiência e os níveis de organização e de disposição demonstrados pelo PT".⁴²⁵ Contudo, milhares sustentaram essa campanha. Ao analisarmos os documentos e as contradições do período, não acreditamos que se possa caracterizar como “uma aventura” a defesa de um programa que buscava contemplar amplos setores populares com soluções para superar os mecanismos de entrave da economia brasileira. Para um amplo setor do PT, e para os que se engajaram na campanha Lula, era o programa para solucionar os impasses e contradições históricas do Brasil. Para Reis, esse programa “*ancorado nas tradições nacional-estatistas mais radicais das esquerdas brasileiras*”, não passava de propaganda para popularizar as lideranças e o próprio PT.⁴²⁶ Efetivamente, não é esse o conteúdo das resoluções do VI Encontro que traçam as possibilidades de vitória de Lula e que, para o esforço eleitoral, incentiva os militantes, inclusive, a coletar e transformar jornais e garrafas velhas em recursos financeiros para a campanha. Para os que lançam o olhar sobre os financiamentos eleitorais do PT de hoje, com a abundância de recursos ofertados pelo capital financeiro, a campanha de 1989, apelando para o recolhimento de sucata, realmente só poderia parecer uma aventura.⁴²⁷ Esquecem um fato importante: a luta de classes na década de 1980 levou a que em 1989 a burguesia, esta sim, fosse obrigada a apostar em “aventuras”.

A queda do Muro de Berlim

A República Democrática Alemã (RDA) era o país que apresentava o mais elevado padrão de vida entre os Estados do Leste Europeu. Contudo, como nos lembra Luiz Alberto Moniz Bandeira, sua constituição foi resultado da ocupação do Exército Vermelho após a Segunda Guerra Mundial, e a extensão do modelo econômico e político da URSS, implantado em aproximadamente ¼ do território da Alemanha,

⁴²⁵ Idem, *ibidem*, p. 516.

⁴²⁶ Idem, *ibidem*, p. 516.

⁴²⁷ Sobre o financiamento de campanhas do PT é importante observar que até 1989 o partido não aceitava doações de pessoas jurídicas. Em sua tese de doutoramento, Cyro Garcia aponta que na campanha de 1994 uma única empresa doou R\$ 500 mil, outras empresas doariam aproximadamente R\$ 300 mil em material, o Banco Itaú S.A., doou R\$ 499.997,77 (p. 78-80). Em 2002, a candidatura Lula receberia mais de R\$ 6 milhões, e em 2006, R\$12,750 milhões apenas do setor financeiro. Fonte: Almeida, Rodrigo de. “Dos interesses”. *Revista Insight Inteligência*, Ano IX, n. 36, 1º trimestre 2007, p. 56-70. *Apud*, Garcia, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UFF, 2008, mimeo. p. 80-81.

esteve a serviço da política internacional de Stalin que o utilizava como elemento de barganha com o Ocidente. A situação de repressão imposta pelo stalinismo por um lado, a própria divisão da Alemanha, o elevado desenvolvimento técnico-científico da República Federal Alemã (RFA), contrastava com uma situação em que a população da RFA não apenas gozava de maiores liberdades democráticas, mas, inclusive, de direitos sociais e níveis superiores de prosperidade. Conforme Moniz Bandeira, “*a contradição entre o ideal socialista, do qual a RFA, devido ao desenvolvimento do capitalismo, muito mais se aproximava, e o ‘real socialismo existente’, que o Muro de Berlim representava, solapou os alicerces da RDA*”,⁴²⁸ e a sustentação do regime tornou-se crítica diante do aumento dos protestos no interior da RDA, depois que Gorbachev não se dispôs a respaldar política e militarmente o Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED).

A construção do Muro de Berlim, decidida por Kruschew, foi iniciada em 13 de agosto de 1961 para evitar o êxodo massivo da população da RDA, provocado por uma série de medidas econômicas e políticas.⁴²⁹ Contudo, as contradições próprias de um território limitado, cuja existência era peça da política externa soviética, e que necessitava estabelecer relações econômicas e interagir com outros países provocava distorções que tornavam praticamente incontornável a questão da competitividade e da produtividade em relação à economia da RFA, largamente desenvolvida com recursos dos Estados Unidos, por intermédio do Plano Marshall, para rivalizar e estancar o avanço do “comunismo” na Europa.⁴³⁰ Assim, a economia da RDA passou, desde 1973, a receber subsídios da RFA e chegou na década de 1980 à beira do colapso. Os padrões de vida da população eram mantidos por crescentes subsídios que saltaram de 16,8 bilhões de marcos (orientais) em 1982, para 40,6 bilhões em 1985. A estagnação

⁴²⁸ Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *A reunificação da Alemanha*. Op. cit., p. 29.

⁴²⁹ Por volta de 1961, o êxodo do território da RDA, já havia reduzido em 15% a população que, em 1945 contava com 18, 3 milhões de habitantes, Apenas nos sete primeiros meses de 1961 é indicado o êxodo de 207. 026 pessoas. Idem, ibidem, p. 207.

⁴³⁰ Enquanto o imperialismo realizava enormes inversões financeiras na RFA, a política de Stalin na Zona de Ocupação Soviética/RDA se pautou pela inviabilidade econômica da região. Assim, Erich Honecker, que se tornaria secretário-geral do SED e presidente do Conselho de Estado da RDA, “reconheceria que a desmontagem das fábricas e até do segundo trilho das ferrovias, executadas pelos soviéticos havia tornado o processo de reconstrução ainda mais difícil. [...] Quando se constituiu, a RDA já se encontrava extremamente debilitada. Perdera metade da capacidade industrial que possuía em 1936, havendo o Exército Vermelho removido para a URSS dois terços das indústrias químicas e metalúrgicas, e um quarto das indústrias básicas e de bens de consumo. Mesmo as fábricas em funcionamento continuaram a produzir para o pagamento de reparações, sem previsão de fim. Em 1948, o montante pago à URSS representou 15,6% do Produto Bruto da Zona de Ocupação Soviética (o que correspondia, na realidade, a 25% do Produto Líquido). [...] Até 1953, a Zona de Ocupação Soviética/RDA pagou cerca de U\$ 13,9 bilhões à URSS [...] que ainda incorporou ao seu estoque de companhias, 213 empresas, no valor de 2,5 bilhões de marcos”. Idem. ibidem, p. 102.

econômica era evidente, e nem o regime político nem o muro conseguiam ocultar a defasagem do nível de vida em relação à RFA. Não apenas não conseguiam ocultar mas, num momento crítico de perda de apoio político e militar por parte da URSS, que também enfrentava sérias dificuldades, perdeu-se inclusive a capacidade de evitar o aumento do número de refugiados em direção à RFA. A partir de maio de 1989, em apenas sete meses, 200 mil pessoas chegaram a RFA através da Hungria, Tchecoslováquia e Polônia. E na noite de 8 para 9 de novembro oito mil pessoas saíram da RDA. Essa enorme evasão tornava precário o funcionamento da economia, das fábricas, repartições públicas e do comércio, agravando ainda mais a situação dos que permaneciam em seu território. Diante do impasse e do crescimento crítico do número de refugiados, Egon Krenz, sucessor de Honecker no governo, solicitou ao responsável pelas comunicações do SED que anunciasse que, a partir da manhã de 10 de novembro, todos os cidadãos da RDA poderiam adquirir passaporte e transitar livremente entre as “duas Alemanhas”. Ocorre que o responsável pela divulgação da informação, Günter Schabowsk, não informou a data no comunicado, e uma enorme multidão de 300 mil pessoas se mobilizaram imediatamente na noite de 9 para 10 de novembro em direção às passagens para Berlim Ocidental. O governo, sem alternativa, foi obrigado a antecipar a abertura da fronteira.⁴³¹

O fato é que o símbolo da Guerra Fria e o instrumento que apartava milhares de famílias alemãs já não existiam mais, e isso parecia expor a superioridade do capitalismo diante do “socialismo realmente existente”, conforme o termo cunhado pelos chefes do próprio Partido Socialista Unificado Alemão (SED). A queda do Muro de Berlim, com todo o seu simbolismo, foi acompanhada de uma intensa campanha ideológica e midiática buscando explorar justamente a ideia da superioridade do capitalismo, suas vantagens econômicas, políticas e sociais que pareciam, nas campanhas publicitárias, tão evidentes no contraste da RFA com uma RDA – a economia mais desenvolvida do Leste –, que exibia suas carências, tecnologias obsoletas e ausência de liberdades.

Qual o impacto destes acontecimentos – seguidos no ano de 1991 pela dissolução da União Soviética – sobre o Partido dos Trabalhadores?

Como esperamos ter demonstrado, as posições do partido sobre o socialismo, por uma série de questões, sempre foram vagas. Suas resoluções reiteradamente se

⁴³¹ Dados e redação baseada em Moniz Bandeira, Luiz Alberto. Op. cit., p. 207-210.

pautaram mais pela exclusão, isto é, pela negação, do que pela afirmação de um projeto. A dupla negação da social-democracia e do stalinismo (dos regimes burocráticos, de partido único), foi acompanhada constantemente da afirmação de um socialismo com democracia, quando este podia figurar nas suas resoluções. A partir do IV Encontro Nacional, começam a se delinear construções teóricas para pensar a realidade brasileira e para o desenvolvimento do que vamos denominar de elaboração da “transição petista” para o socialismo, esboçada na defesa de um programa e de um governo “democrático-popular” que permitiria aos trabalhadores acumular força para a tomada do poder. Acompanhamos que o PT, em diversos momentos, se manifestou na defesa das lutas travadas pelos trabalhadores poloneses. O VI Encontro Nacional, realizado em junho de 1989, que votou as resoluções sobre a candidatura e o programa de um possível governo Lula, foi marcado pela execução de um ato de repúdio ao massacre dos estudantes e trabalhadores chineses promovido pelo Partido Comunista Chinês naquele mesmo ano.⁴³² Assim, parece que o partido, num primeiro momento, pudesse enfrentar o debate com audácia e, inclusive, colher dividendos daqueles que, desde o primeiro momento, se colocaram em apoio às manifestações contra os regimes que se desfaziam no Leste ou que resistiam no poder promovendo massacres, como no caso da China, mas que recebiam o repúdio do partido. Isso, contudo, é aparência e, num primeiro momento, é ela que se refletirá nas resoluções que tratam daqueles acontecimentos.

No VII Encontro Nacional do PT, realizado em junho de 1990, foram apresentadas oito teses e, não por acaso, todos os títulos fazem referência à questão do socialismo. Sob o título de “O socialismo petista”, a resolução aprovada rejeita o capitalismo, sintetiza o acúmulo dobre a proposta de socialismo da organização partidária e identifica desafios “histórico-doutrinários” à sua causa. O texto apresenta as características autoritárias do Estado brasileiro e aborda o compromisso do partido com as bandeiras e as práticas democráticas desde o seu surgimento, dando relevo para seus mecanismos internos de funcionamento. Denuncia o caráter de exclusão do capitalismo e afirma a democracia como inerente à superação das desigualdades sociais existentes no Brasil. Apontando o caráter formal e limitado que a burguesia reveste a democracia, sustenta que o capitalismo é injusto e excludente, “*avesso por natureza àquela partilha da riqueza social que é o pressuposto de qualquer autêntica democracia*”.⁴³³

⁴³² Sobre o VI Congresso, ver nota 31.

⁴³³ “O Socialismo Petista”, em *Resoluções de encontros e congressos...*, op. cit., p. 430.

O encontro reafirma a necessidade de superação do capitalismo e exclui a alternativa de reformas graduais oferecidas pela social-democracia, que, a partir da ocupação de cargos no parlamento, vislumbravam um Estado neutro e um capitalismo que permitiria uma transição tranquila para outra ordem econômica e social. Com o tempo, acusa o documento, abandonaram não a via parlamentar, mas o próprio socialismo.⁴³⁴

Na sequência, sustenta que a identidade democrática do partido conduziu à rejeição dos “*supostos modelos do chamado **socialismo real***”.⁴³⁵ Reitera a falácia do termo e denuncia a mídia e os setores conservadores por utilizá-lo para difundir que o socialismo, quando materializado, seria inevitavelmente contrário aos ideais de progresso e liberdade. Acrescenta que “*o PT identificou na maioria das experiências do chamado **socialismo real** uma teoria e uma prática incompatíveis com o nosso projeto de socialismo*”.⁴³⁶ Detalhando os traços dos regimes do Leste Europeu, afirma que eles negam a essência do socialismo petista.

Proclama que o socialismo “*ou será radicalmente democrático ou não será socialismo*”, apresenta que “*os movimentos que conduziram às reformas no Leste Europeu voltaram-se, justamente contra o totalitarismo e a estagnação econômica, visando institucionalizar regimes democráticos e subverter a gestão burocrática e ultracentralizada da economia*”. Sustenta que, independentemente de que estejam sendo hegemonzados por correntes pró-capitalistas, as mudanças têm um sentido histórico positivo. Os processos do Leste Europeu deveriam ser valorizados porque romperam a paralisia política, e não porque representam um projeto renovador do socialismo. Alenta que a energia liberada pelas mobilizações sociais poderia abrir “*novas possibilidades para o socialismo*”, e que o processo de mobilização social não será facilmente domesticado pelo FMI e pelo “*paraíso abstrato da propaganda capitalista*”.⁴³⁷

Viveríamos um novo período histórico que exigiria das forças democráticas e socialistas uma elaboração doutrinária audaz e rigorosa. O documento afirma a necessidade de clarificação estratégica em relação ao projeto ideológico. Neste sentido, o fracasso do “socialismo real” e o reforço da ideologia capitalista, apesar das

⁴³⁴ Idem, ibidem, p. 431.

⁴³⁵ Idem, ibidem, p. 431 (destaque no original).

⁴³⁶ Idem, ibidem, p. 432 (destaque no original).

⁴³⁷ Idem, Ibidem, p. 432.

contradições do capitalismo no Brasil, exigiriam um esforço “crítico especulativo, capaz de relançar ética e historicamente a perspectiva da democracia socialista”.⁴³⁸

O documento afirma a necessidade de estabelecer uma democracia econômica que supere a lógica perversa do mercado capitalista e o “*planejamento autocrático estatal*” das economias “*ditas socialistas*”. Vincula, na sequência, a democracia à gestão econômica das unidades produtivas, na qual os conselhos de fábrica teriam destaque.⁴³⁹

Evidentemente, a resolução em seu conjunto trata de responder a ofensiva ideológica capitalista, identificada no próprio texto a partir dos acontecimentos do Leste Europeu, cujo marco simbólico e emblemático era representado pela queda do Muro de Berlim. A associação do “socialismo real” com regimes “totalitários” é o que explica uma grande parte do texto estar relacionado ao histórico do PT em relação às lutas democráticas e à exposição do sentido de democracia. O encontro, corretamente, identifica um processo que geralmente é ignorado pelos que utilizam a expressão “socialismo real”. O termo, como afirma o partido, era explorado no sentido de afirmar que a materialização do projeto socialista, independentemente das possíveis e diferentes propostas, redundaria em “totalitarismo” e ineficiência econômica. Outra dimensão que nos parece importante é que, apesar de o PT historicamente sustentar críticas aos modelos do Leste Europeu, de ter apresentado a solidariedade aos trabalhadores poloneses durante a década de 1980, de afirmar, desde muito cedo que a democracia era parte inerente do socialismo ou não seria socialismo – expressão mais uma vez reiterada –, há um incômodo latente no texto com os processos do Leste Europeu. Como se afirmasse: *Nós nunca defendemos aquele modelo, não nos identificamos com ele, mas, depois de tudo, precisamos rever e reelaborar nosso projeto estratégico, os contornos do nosso socialismo. Assim, formula uma série de questões: “Mas qual socialismo? Qual sociedade, por qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada a sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará? Como serão conjurados (...) os fantasmas ardilosos do autoritarismo?”*⁴⁴⁰

Não há, do ponto de vista das formulações anteriores, nenhuma mudança substantiva nas formulações do VII Encontro Nacional. Como de costume, as teses

⁴³⁸ Idem, *ibidem*, p. 433.

⁴³⁹ Idem, *ibidem*, p. 435.

⁴⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 433.

apresentadas foram submetidas à votação e a defendida pela Articulação foi vitoriosa.⁴⁴¹ Coelho acrescenta que os 56% dos votos obtidos, no entanto, não determinaram uma política de imposição da maioria numérica do grupo sobre o congresso. Havia um clima de distensão, provocada pela recente campanha eleitoral em torno da candidatura Lula, e a tendência majoritária incorporou várias emendas apresentadas pelas correntes de esquerda do partido. Segundo o autor, seria perceptível, nas teses da Articulação, a ênfase na democracia como valor permanente.⁴⁴² Esta característica é mantida na resolução do encontro.

Não obstante, conforme Coelho, a Articulação, como os demais segmentos de esquerda, precisava responder à sucessão vertiginosa dos acontecimentos do Leste Europeu e, entre a tensão da propaganda tornada espetáculo pelas agências de comunicação do capital e a análise histórica do processo real, a forma como o grupo majoritário do PT processou essa tensão começaria a abrir tendências que provocariam deslocamentos e uma “crise real entre os socialistas do PT”.⁴⁴³

Como em diversos outros aspectos da vida, geralmente as posições tornam-se mais cristalinas quando tratam das tarefas e dos desafios práticos. Assim, a relação explícita da necessidade de reformulação do projeto socialista do PT, diante dos processos do Leste Europeu, é assinalada na resolução “Construção partidária”:

“As alterações na estrutura socioeconômica brasileira (com o surgimento, o rearranjo e a acomodação de classes e grupos sociais), as reformulações do capitalismo internacional e as profundas mudanças nos países socialistas (principalmente nos países do Leste Europeu), por outro lado, obrigam o Partido dos Trabalhadores a um profundo reexame da teoria e da prática que até então vinham presidindo a luta histórica por uma humanidade livre, justa e fraterna, de modo a obter maior nitidez em sua concepção de socialismo e dos caminhos capazes de levar à transformação socialista da sociedade brasileira.”⁴⁴⁴

O exame é, não só da teoria, mas também da prática, e é indicada a articulação de três processos: mudanças na estrutura sócio-econômica brasileira, reformulação do capitalismo internacional e as profundas mudanças nos países socialistas.

O documento informa o descompasso entre o crescimento e a importância do PT e sua estrutura orgânica. Identifica críticas sobre o funcionamento da democracia no interior do partido. Igualmente se refere que “*muitos*” se “*queixam*” do afastamento do

⁴⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 428.

⁴⁴² Coelho, Eurelino. *Op. cit.*, p. 205.

⁴⁴³ Idem, *Ibidem*, p. 202.

⁴⁴⁴ “Construção Partidária”. *Resoluções de encontros e congressos...* *Op. cit.*, p. 436.

partido das origens, e que o partido se fechou para a massa de trabalhadores, correndo o risco de “*elitizar-se e burocratizar-se*”. “*Outros*” acusariam o partido de desvios eleitorais. Na sequência, a resolução afirma que:

“Há dificuldades na aplicação de uma política de frente e de alianças, de acordos e coligações, na conquista de novos setores sociais em busca da hegemonia. Nas suas relações com os setores populares e os trabalhadores, a militância petista oscila entre a atração e a repulsão. Quadros e militantes também hesitam nas suas relações com o poder. Há os que se impacientam com o ritmo lento de uma política de acumulação de forças; há os que se atemorizam diante da necessidade de saltos históricos. E, em vários aspectos das atividades dos petistas, há contradições nítidas entre o discurso e a prática.”⁴⁴⁵

Isso exigiria um reexame profundo da concepção de partido, seria necessário romper com fórmulas consagradas, dissolver formas cristalizadas, ousar o inusitado. O texto é categórico ao afirmar que não se trataria “meramente” de mudanças de regimento ou estatuto. A situação exigiria maiores arrojos, “*uma profundidade serena mas inexorável*”.⁴⁴⁶

Abordamos esses elementos para indicar que a essência da resolução, embora reafirme a defesa do socialismo e as táticas e estratégias para a construção de um governo “democrático-popular”, voltados para o acúmulo de forças e para a conquista da hegemonia, conforme definidas no V Encontro, também registra, de maneira emblemática, na sua maior parte os pontos de tensão existentes no interior do partido, sugerindo através das indefinições e também do enunciado dos problemas, um momento de transição que exigiria solução. A forma apresentada também era um mecanismo de construção de consenso: indicar as linhas de tensão e apresentar os problemas satisfazia aos críticos da prática partidária que acusavam as mudanças no partido e também agradava aos que desejavam a solução dos impasses com o aprofundamento das mudanças. Em outros termos, reconhecer o impasse era reconhecer a disputa de projetos e programas de forma explícita em torno das questões gerais e práticas e isso, essa forma *média*, era a forma do consenso, em que esquerda e direita podiam fundamentar a disputa de projetos no interior do partido.

O impacto dos processos do Leste Europeu sobre as perspectivas de transformação social do PT começa a ganhar maior definição nas resoluções aprovadas

⁴⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 436.

⁴⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 347.

no I Congresso do partido, e as mudanças serão melhor observadas ao se realizar um exame das proposições aprovadas naquele momento.⁴⁴⁷

A resolução sobre o socialismo parte da grave crise que enfrentava o Brasil e aponta o momento como privilegiado para que o partido formule um projeto para reconstruir o País. Esse projeto deveria ser construído com as demais forças democráticas e socialistas. Ou seja, o projeto agora abarcava não apenas as forças socialistas, mas, também, as forças consideradas democráticas. Essa expressão ganha dimensão uma vez que se trata, segundo a resolução, de atualizar o projeto histórico do partido.⁴⁴⁸

Em relação a Collor, o documento afirma a necessidade de combater o seu governo e as elites, que se beneficiariam do quadro econômico brasileiro marcado pelas privatizações, desregulamentações, Estado mínimo etc. No movimento sindical, a recessão, o desemprego e a disputa ideológica travada contra o governo exigiriam que a CUT se capacitasse para o enfrentamento: “*O movimento sindical combativo está diante de um grande desafio: superar os limites do corporativismo, lutando para que os trabalhadores se reconheçam também como cidadãos, que participam e intervêm em todos os temas nacionais.*”⁴⁴⁹ Destaquemos que apesar de um discurso aparentemente progressista e politizado, que conceberia a necessidade de o movimento sindical superar o corporativismo, é introduzida a despolitização em relação à identidade de classe. O papel do movimento não seria identificar os interesses antagônicos de classes sociais em disputa na sociedade para além das distintas categorias, ramos, isto é, das corporações, para a constituição de uma identidade de classe, ou “classe para si”, nos termos de Marx. Trata-se, ao contrário, de superar o corporativismo em direção a uma “des-identidade” classista, quando, acima da condição de classe, o centro de interesses giraria em torno da cidadania, objetivo mais elevado, superação do corporativismo. Ou seja, a cidadania apaga a distinção política e social entre trabalhadores, empresários e banqueiros. Trata-se do reconhecimento do direito de ser assimilado pela ordem social como um igual diante do Estado e suas instituições. Assim, a velha formulação de Marx, de que as classes dominantes apresentam seu projeto como universal, seus

⁴⁴⁷ O I Congresso do partido foi realizado em São Bernardo do Campo (SP), de 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991. Reuniu 1.196 delegados, 406 observadores e 300 convidados. Foram apresentadas 14 teses, que abordaram dois temas centrais: a questão do socialismo, sua concepção e caminhos de sua construção; e sobre concepção e prática de construção e atuação partidária. “I Congresso do Partido dos Trabalhadores”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 480.

⁴⁴⁸ “Socialismo”, em: *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 481.

⁴⁴⁹ Idem, ibidem, p. 482.

interesses particulares como sendo os interesses de toda a sociedade, independente de sua classe social, aparece com nitidez através desse termo que é assimilado pelo Partido dos Trabalhadores e projetado por ele como objetivo superior.

O desenvolvimento do documento parte de uma apreciação sobre as mudanças no cenário internacional, *“onde a crise do socialismo real se desenrola num contexto de reestruturação global da economia, da política e da sociedade. Destacamos de maneira sintética, nossa visão sobre o socialismo petista (nem socialismo real, nem social-democracia) e sobre a estratégia para alcançá-lo, com ênfase na disputa de hegemonia”*.⁴⁵⁰ O sentido da resolução é vincular uma possível derrota do governo Collor ao avanço das lutas, mas por meio de uma vitória eleitoral a ser obtida nas eleições de 1992 que abriria campo para que o partido assumisse o governo do Brasil em 1994. Ou seja, o sentido da disputa pela hegemonia e da luta contra o governo, embora se referisse ao avanço das lutas, subordinava esse processo ao calendário eleitoral.

Ao desenvolver a análise sobre a nova situação internacional, o texto afirma que o desmoronamento dos regimes do Leste Europeu e a crise da URSS abririam espaço para que os Estados Unidos mantivessem sua hegemonia, baseada na preponderância militar estratégica. Contudo, o documento é esclarecedor sobre as concepções gestadas acerca do socialismo:

“O colapso dos regimes do Leste Europeu, a crise da URSS e dos demais países que compunham o bloco do chamado campo socialista não se constitui apenas no crepúsculo do stalinismo, da burocracia e do totalitarismo travestido de socialista. Num certo sentido, o que se está vendo é o desmantelamento de grande parte daquilo que o movimento socialista mundial construiu desde a Revolução Russa de outubro de 1917.

Se os ideais que moveram os movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso partido, temos que reconhecer que estamos assistindo ao esgotamento do ciclo de revoluções socialistas, iniciado com a Revolução Russa de 1917, e do modelo de sociedade por elas gerado. Se aquelas revoluções – bem como as mobilizações anticapitalistas e de libertação nacional que nelas se referenciaram – tiveram sucesso em expropriar o capital em vários países do globo, proporcionando direta ou indiretamente, avanços políticos e sociais, por outro lado não conseguiram dar respostas a questões como a liberdade individual, a democratização nas relações Estado-indivíduo, desenvolvimento com

⁴⁵⁰ Idem, ibidem, p. 482-483.

preservação da natureza, hoje não se constituindo mais em ponto de partida ou caminho para o desenvolvimento do socialismo.”⁴⁵¹

Os processos do Leste significavam mais do que a queda do stalinismo. A resolução ignora a crítica do processo histórico que conduziu a constituição e a queda daqueles regimes para colocar no centro do debate o dismantelamento das referências socialistas construídas desde a Revolução Russa. A expropriação do capitalismo, operada pelas revoluções, apesar de avanços políticos e sociais, não teria sido suficiente para solucionar as questões relacionadas à liberdade e à democracia e não seria mais ponto de referência para o desenvolvimento do socialismo. Cabe indicar que este trecho inverte completamente a relação que o partido vinha estabelecendo entre a realização da democracia – e, neste sentido também da liberdade – como indissociavelmente ligada à superação do capitalismo e à afirmação do socialismo. Há nesse ponto uma inversão de objetivos, não se trata de superar o capitalismo, de expropriá-lo para obter democracia e liberdade, e sim de colocar como centro do projeto a democracia e a liberdade, negando que a sua realização só possa ser alcançada quando da expropriação do capital. O desenvolvimento do socialismo é desvinculado das transformações da estrutura econômica e identificado com a democracia e a liberdade, apresentadas como formas ideais.

“O que desabou no Leste?”

A descrição anterior, com seu diagnóstico e prognóstico, ganha contornos mais dramáticos e maior densidade quando observamos que a seção que trata sobre o colapso do “socialismo real” – termo anteriormente criticado no VII Encontro, mas amplamente utilizado na redação das resoluções do I Congresso – busca uma caracterização histórica e sociológica do desenvolvimento dos regimes do Leste Europeu a partir da Revolução de Outubro e identifica rupturas históricas com o projeto de 1917, afirmando, inclusive, a existência de uma contrarrevolução. A base do texto é claramente inspirada pela análise e conceitos elaborados por Trotsky sobre a natureza e o caráter do Estado soviético.

⁴⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 483-484.

Ou seja, a viragem é muito mais brusca e acentuada porque, ao assumir os termos de crítica aos regimes, o que a resolução coloca em questão não são os modelos de sociedade que resultaram desse processo de contrarrevolução. Assumindo que houve um processo contrarrevolucionário que criou impasses para o desenvolvimento dessas sociedades, a resolução trata de repudiar a experiência revolucionária de 1917 e não a contrarrevolução que conduziu ao poder uma burocracia que privou a sociedade de participação no poder político e abriu caminho para a restauração capitalista. O questionamento é da própria revolução. Assim, numa engenhosidade formal, ao mesmo tempo em que absorve a crítica revolucionária aos regimes do Leste, utiliza essa crítica contra a própria originalidade da Revolução Russa e seus paradigmas.⁴⁵²

Desta forma, o partido reconhece em sua resolução que a contrarrevolução teria alijado os trabalhadores das decisões políticas e concentrado o poder nas mãos de uma burocracia. A pressão material, política e ideológica que esse modelo exercia teria sido decisiva nos processos revolucionários posteriores e teria convertido seus pressupostos em dogma, ignorando a experiência histórica posterior. Assim, o documento afirma que houve um processo de vulgarização do marxismo e assume que, “*em verdade*”, se tratava de sua negação.⁴⁵³ Contudo – e por falar de “vulgarização” –, a resolução proclama:

“A prática e a teoria do PT sempre rejeitaram como modelo para o Brasil, os sistemas políticos organizados sobre a base de partido único, dos sindicatos como engrenagens do Estado, da estatização forçada e irrestrita da atividade econômica, do alijamento do povo do exercício do poder, da eliminação dos opositores e do predomínio do Estado/Partido sobre a sociedade e sobre os indivíduos, tudo, enfim, que ficou conhecido como a *ditadura do proletariado*.”⁴⁵⁴

O termo “ditadura do proletariado” é deslocado de seu sentido original, conforme atribuído por Marx, como expressão real e de conteúdo de classe do exercício político do poder de Estado no processo de luta pela construção do socialismo. O texto vincula a expressão aos regimes do Leste Europeu que, contraditoriamente, teriam expropriado o “proletariado” do exercício do poder. Os termos que aparecem na resolução do I Congresso constam na tese da Articulação e, nesse sentido, a reflexão de Coelho ao analisar a lógica argumentativa presente na tese da corrente e reproduzida na

⁴⁵² Idem, ibidem, p. 492-494. Particularmente sobre a contrarrevolução, ver p. 494.

⁴⁵³ Idem, ibidem, p. 494.

⁴⁵⁴ Idem, ibidem (destaques no original).

resolução do congresso é precisa: *“É um curioso ditador este que estaria alijado do poder, sob a tirania de um partido estranho e ainda sofrendo perseguições políticas.”*⁴⁵⁵

Na sequência, o texto diferencia os elementos de crítica e de reivindicação destes regimes pelo partido, associando os aspectos econômicos e políticos. Assim, a crítica aos modelos burocráticos de administração do Estado estava vinculada ao reconhecimento de avanços e superação de dificuldades que o Brasil ainda não havia superado. Desta forma, argumenta a resolução.

“Nossa crítica apontava para sua essência antidemocrática, mas incorporávamos suas experiências por aquilo que, supostamente, haviam resolvido historicamente. Essa contradição entre nossa vocação democrática originária e a complacência em relação aos regimes burocráticos impediu que nos antecipssemos criticamente, com todas as consequências decorrentes, em relação às tendências de mudanças que hoje se verificam.”⁴⁵⁶

Ou seja, apresenta, embora não o diga abertamente, em termos de análise autocrítica, que era preciso negar, naquelas experiências, inclusive a expropriação da burguesia que era o que teria permitido, apesar da burocracia, superar impasses que ainda persistiam no Brasil. Ao mesmo tempo, explicita a superficialidade da crítica que era exercida sobre esses regimes que se manifestaria na complacência. Desta forma, apesar de reconhecer que os processos do Leste reconduziam ao retorno do capitalismo e encaminhavam vários países à condição do “Terceiro Mundo”, o partido saudou as transformações ocorridas na Europa do Leste, uma vez que significavam o *“renascimento histórico de vários povos contra regimes que pretenderam (em nome do socialismo e da liberdade) apagar a vida social, decidir pelo povo e controlar seu destino”*.⁴⁵⁷ Apenas a experiência prática e a organização em sindicatos e partidos poderiam ajudar na superação das ilusões no capitalismo.

O documento delineia os traços gerais que teriam levado ao desmoronamento dos países do Leste Europeu. Ao mesmo tempo, reitera a finalidade de superação do capitalismo e apresenta a necessidade da reconstituição teórica e prática de diretrizes para o socialismo. Retoma a rejeição tanto do “socialismo real” quanto da social-democracia e afirma que *“para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia”*. Sustenta a necessidade da prática democrática em todas as esferas de

⁴⁵⁵ Coelho, Eurelino. Op. cit., p. 212.

⁴⁵⁶ *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 494.

⁴⁵⁷ Idem, ibidem, p. 496.

atuação do partido e observa que “*democracia, para nós, é simplesmente meio e fim*’. *Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores*”.⁴⁵⁸ A luta por uma sociedade plural seria um motivo para enfrentar o capitalismo, mas também para rechaçar a “*pluralidade para os partidos operários*”, ou seja, “*para quem pensa como nós*’, *que historicamente, só pode levar a formas de ditadura*”.⁴⁵⁹

Em relação à economia, o projeto de socialismo do PT sustenta a combinação entre planejamento estatal e um “*mercado orientado socialmente*”, sendo necessário que o Estado exerça uma ação reguladora.⁴⁶⁰ Assim, afirma que “*o mercado, sob controle do planejamento democrático e estratégico e orientado socialmente, é compatível com nossa concepção de socialismo*”.⁴⁶¹

Em toda a linha argumentativa a mudança na orientação do partido é bastante clara: a democracia passa a ser o objeto pelo qual se realizará o socialismo, mais que isso, o socialismo é declarado como a própria democracia radicalizada. Contudo, esta radicalização da democracia, que antes só era concebida com a superação do mercado, agora convive perfeitamente com as formas de um mercado acompanhado por medidas reguladoras do Estado. Nada mais explícito: a democracia é meio e fim. Estas formulações ganham centralidade no partido principalmente a partir da análise operada sobre o Leste Europeu, refletindo o impacto daqueles processos históricos, como eles foram absorvidos do ponto de vista histórico e teórico e, ao mesmo tempo, como reorientaram e serviram para reorientar a formulação teórica do partido. Evidentemente, esse processo estava alicerçado na prática desenvolvida, nas múltiplas relações que o partido exercia na sociedade e através dos vínculos e meios pelos quais atuava e priorizava a sua atuação. Afinal, a conquista cada vez maior de espaço na institucionalidade parecia, justamente, permitir um processo de mudança; era a própria mudança sendo operada, senão para a maioria da população, pelo menos para os que ocupavam ou assessoravam a intervenção nestes espaços.

Com base nas conclusões e análises históricas dos processos do Leste Europeu, quais as consequências programáticas e práticas destas reelaborações teóricas?

⁴⁵⁸ Idem, ibidem, p. 499-500.

⁴⁵⁹ Idem, ibidem, p. 500.

⁴⁶⁰ Idem, ibidem, p. 501.

⁴⁶¹ Idem, ibidem, p. 502.

À luz dessas discussões, a resolução aborda os temas nacionais, e a conquista do socialismo é reafirmada por meio da disputa de hegemonia. O conteúdo que pretendemos destacar da apresentação de uma nova teoria de etapas para o processo de transformação social explicita-se na reivindicação das resoluções do V Encontro Nacional do PT que, segundo o Congresso, *“formou a convicção de que, na caminhada rumo às mudanças democrático-populares e ao socialismo, a classe trabalhadora precisa desenvolver uma política de acúmulo de forças de longa duração, o que significa disputar a hegemonia”*. Está claro que, ao separar o socialismo das mudanças democrático-populares, o conteúdo de transformação não tem a mesma significação. A questão é que o acúmulo de forças, agora, é apresentado como um processo de longa duração e, se não podemos afirmar que se trata de uma teoria de etapas, no mínimo os ritmos do processo de mudança estão sendo revistos.

Quando vincula a disputa de hegemonia à intervenção nos movimentos sindical e popular, a resolução destaca que estes vivem um momento de superar as características corporativistas, isoladas ou meramente reivindicativas e sua ação ampliaria o conceito de democracia e cidadania que revelariam as desigualdades do sistema capitalista.⁴⁶²

O texto descarta a crença numa evolução linear de crescimento das forças e da hegemonia socialista dentro da sociedade sem que ocorram choques e confrontos intensos e, assim, as transformações necessárias no Brasil suporiam uma revolução social.⁴⁶³ Estabelece dois períodos distintos da luta pela hegemonia. O primeiro foi até 1987, quando seria constituído basicamente de acúmulo de forças, uma vez que não estava na ordem do dia a tomada do poder. Depois de 1989, afirma, a disputa de hegemonia passa “necessariamente” pela concorrência do governo federal nas eleições que ocorreriam em 1994, pelas administrações municipais, pela democratização do Estado e por reformas sociais e pela organização e crescimento dos movimentos sociais.⁴⁶⁴

O movimento sindical e popular precisaria superar o corporativismo, cuja luta estaria estrangulada pela recessão e o desemprego e isso exigiria combinar as lutas pelas reivindicações setoriais *“com uma atuação mais ampla que envolva a negociação e a ação na frente institucional, e uma política de alianças que inclua os setores*

⁴⁶² Idem, p. 504.

⁴⁶³ Idem, ibidem, p. 504.

⁴⁶⁴ Idem, ibidem, p. 505.

marginalizados da sociedade”. A CUT, além das reivindicações salariais, deveria se apresentar como interlocutora da classe trabalhadora “*no debate e na disputa de alternativas para o país, desde a política de saúde e educação até a política tecnológica e as saídas para a crise brasileira*”.⁴⁶⁵ Observe-se que a central sindical deve apresentar-se como interlocutora de alternativas, inclusive sobre políticas tecnológicas, e não como portadora de um projeto de independência de classe. Tal perspectiva conduziu vários sindicatos, inclusive os ligados à CUT, a negociar e a pactuar com os termos da reestruturação produtiva que levou centenas de milhares de trabalhadores a perderem o emprego em todo o país.

A ação prática fundamentada na proposta e no projeto de independência de classe é categoricamente deslocada e assume segundo plano:

“O movimento sindical tem que considerar o trabalhador não só como assalariado, mas também como produtor, contribuinte e, principalmente, eleitor e cidadão, assumindo plenamente a luta política pelo alargamento da cidadania.”⁴⁶⁶

A resolução reforça a importância de estender a ação para os marginalizados da sociedade. Todas essas formulações visavam integrar o movimento sindical em sua estratégia democrática e popular. Tais medidas, propostas para o movimento sindical, agora integrado na “*estratégia democrática e popular*”, permitem vislumbrar, afinal, a tal “*estratégia*”. Trata-se de instrumentalizar o Estado, através de uma rede de serviços, para mediar e absorver as contradições geradas pela persistência de uma ampla parcela de marginalizados e de permitir, nos limites do sistema, a participação dos trabalhadores, ou de seus intermediários, nas ações do Estado. Não se trata mais, evidentemente, de substituir o Estado, de questionar o seu caráter de classe. Pelo contrário, é preciso que os trabalhadores se vejam não como classe antagônica mas, “*principalmente, como eleitores e cidadãos*”.

A resolução aponta, ao mesmo tempo, para a necessidade de “*radicalizar*” e ampliar a política de alianças que vinha sendo construída desde 1987 para, segundo o documento, enfrentar a nova realidade internacional e o bloco político neoliberal no Brasil. Após descrever as tarefas necessárias para contraposição ao projeto neoliberal, afirma:

⁴⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 506.

⁴⁶⁶ Idem, *ibidem*.

“Em resumo, disputar hegemonia, hoje, significa construir um enorme movimento social por reformas em nosso país, essencial para viabilizar um caminho alternativo de desenvolvimento, que tenha entre suas principais características a incorporação à cidadania e ao trabalho de milhões de marginalizados e deserdados sociais existentes no Brasil.”⁴⁶⁷

Prosseguindo, o partido afirma que o centro tático é a luta pela hegemonia que, no curto prazo, é a disputa eleitoral pelo governo em 1994.⁴⁶⁸ Proclama que o projeto alternativo do PT está centrado na ampliação do mercado interno, na democratização da renda, da terra e da comunicação, na retomada do crescimento e na defesa e ampliação das conquistas democráticas.⁴⁶⁹ A reorientação é evidente, não se trata mais de questionar a estrutura econômica, mas de desenvolver meios que a “democratizem”. O centro é crescimento com distribuição de renda.⁴⁷⁰ Apostar no mercado interno como saída da crise e não mais superar o próprio mercado. O conteúdo de classe do Estado desaparece, e o contorno de uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo é evidenciado na proposta de governo democrático e popular:

“Modernizar o País é distribuir renda e alargar o espaço de cidadania para as grandes massas populares. Um projeto democrático e popular de desenvolvimento, como o nosso, confere ao Estado democrático o papel de atuar direta e indiretamente no processo de produção e distribuição de renda e de riqueza. Nossa proposta é recuperar o papel de planejamento econômico, estratégico e democrático do Estado, criando novos mecanismos de regulamentação e orientação social do mercado.”⁴⁷¹

A resolução sobre o partido afirma que a luta política e ideológica atual é diferente do momento de sua fundação e enumera os traços desta mudança: desmanche do Leste Europeu, a crise do socialismo, a ofensiva neoliberal.

Dissemos que o VII Encontro expressou em suas resoluções um momento de transição, de reconhecimento das principais contradições que o partido vivenciava. Contudo, há um enorme simbolismo no fato de que ao VII Encontro tenha sucedido não o VIII Encontro, mas o I Congresso do PT e, em amplo sentido, era o I Congresso de um novo PT, talvez da fundação de um novo partido, dada a vertigem de mudanças programáticas de enorme envergadura e sobre os principais temas que nortearam, pelo

⁴⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 512.

⁴⁶⁸ Idem.

⁴⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 513.

⁴⁷⁰ Idem, p. 514.

⁴⁷¹ Idem, *ibidem*.

menos em teoria, a prática do partido até aquele momento. Por outro lado, se o VII Encontro assume explicitamente que havia contradições entre os dois termos – teoria e prática – indica que, também, a prática do partido já se diferenciava dos antigos preceitos teóricos e programáticos e, para superar a polaridade que tomara a densidade de crise, era necessário colocar os termos da equação em conformidade: reorientar a prática com referência nos antigos preceitos ou, inversamente, adequar a teoria à prática corrente. Que as mudanças operadas no I Congresso estivessem imbricadas e indissolúvelmente ligadas às análises históricas dos processos do Leste Europeu indica, por si, sua importância e dimensão sobre o partido.

Dentre as mudanças que acompanhamos, podemos elencar: o deslocamento do conceito de classe para o de cidadania, submergindo a independência de classe; o Estado passa a ser concebido como uma generalidade e é esvaziado de seu conteúdo de classe em cada momento histórico específico; a rejeição da *ditadura do proletariado*; a ruptura com uma compreensão de democracia vinculada à estrutura econômica e social e a adoção de uma genérica e estratégica “democracia”; a centralidade do processo de disputa eleitoral para o acúmulo de forças e para obter a hegemonia; a manutenção do mercado, cabendo ao Estado (desprovido de conteúdo classista) um papel regulador; a mudança no programa econômico que passa a ter como eixo o “desenvolvimento do mercado interno com distribuição de renda”; a redefinição do papel dos sindicatos e dos movimentos sociais para intermediar e promover a cidadania em detrimento da independência e da luta de classes. Por fim, o que restaria do conceito de socialismo nestas formulações senão ser identificado com a “radicalização da democracia”?⁴⁷²

Democracia, ética, cidadania

Os termos gerais dessas mudanças ganharam dimensão em torno de alguns eixos centrais que nortearam a prática e o discurso do partido: a democracia, a cidadania, a

⁴⁷² Vale dizer que Daniel Aarão Reis, (op. cit., p. 517), ao analisar o I Congresso, não identifica qualquer mudança substancial nas formulações do partido sobre o tema do socialismo. Em suas palavras: “Manteve vagos compromissos com o socialismo, que eram os seus desde a fundação, mas derrotou todos os que desejavam definições mais precisas, seja na defesa do *socialismo realmente existente* que, literalmente, estava deixando de existir, seja na condenação de aspectos considerados negativos da experiência do socialismo do século XX: inexistência de liberdades políticas, críticas à burocratização do sistema, ausência de compromissos internacionalistas, ou/e de auxílio ao processo das revoluções sociais em escala mundial, e outros.” (p. 517)

ética e, para sair de termos muito “etéreos”, o desenvolvimento com distribuição de renda.

Democracia, que democracia?

O I Congresso, que rejeitou a “*ditadura do proletariado*”, afirmou a “*democracia como meio e fim*” e proclamou que “*o socialismo é a radicalização da democracia*”, foi o mesmo que adotou medidas draconianas contra o direito e a organização de tendências internas no PT.⁴⁷³ Reis indica que, durante a realização do próprio Congresso, nos debates sobre o socialismo, várias propostas de crítica aos regimes stalinistas, “*inclusive criticando a ditadura política em Cuba*” foram derrubadas, ou sequer chegaram à votação, por uma série de manobras.⁴⁷⁴ Mas, sobretudo, esse foi o congresso que, a despeito de reconhecer em sua resolução de conjuntura o crescimento da oposição ao governo Collor, o amplo processo de queda de popularidade, a intensificação da angústia e descontentamento do povo e as fartas denúncias de corrupção, rejeitou a proposição que defendia uma ampla campanha pela derrubada do governo a partir da palavra de ordem “Fora Collor” e submeteu a ação política do partido aos mecanismos institucionais, como a Justiça e o Congresso Nacional.⁴⁷⁵

Ao assumir o conceito de democracia em termos abstratos, a-históricos, sem considerar as formas específicas que toma em cada sociedade, ignorando as desigualdades e as classes sociais, o partido submete e concebe sua instrumentalização no Estado e na sociedade presente, isto é, burguesa. Desgarrada de uma avaliação sobre a divisão da sociedade em classes, ela só pode adotar essa forma. Não se trata da afirmação da democracia como a manifestação da soberania, do desejo e da vontade popular: ela é institucional. No extremo, se o desejo e a vontade do povo se chocam contra essas instituições, são consideradas manifestações antidemocráticas.

Neste sentido, um dos aspectos que parecem mais relevantes com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e com a dissolução da URSS, em 1991, é que os setores

⁴⁷³ “Partido”, em *Resolução de encontros e congressos...* Op. cit., p. 524-525. Entre outras proibições, ficava vedado o direito de publicar “folheto, jornal, revista ou qualquer outro meio para orientar e organizar a intervenção política das tendências no movimento social”. Idem, p. 525.

⁴⁷⁴ Reis, Daniel Aarão. Op. cit., nota 25, p. 534.

⁴⁷⁵ “Conjuntura”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 539-542.

majoritários no PT produzem uma revalorização da “democracia como valor universal” e passam a reivindicar cada vez mais a institucionalidade da democracia burguesa como via de transformação social.⁴⁷⁶ Ao mesmo tempo, para impor essa posição, limita a democracia no interior da organização. Essa perspectiva talvez fique mais clara ao recordarmos que o PT definiu que não atuaria pela desestabilização do governo em respeito ao calendário eleitoral e, na sequência, expulsou as correntes e militantes que promoveram o movimento pelo “Fora Collor”.

Quando as ações de rua embalaram milhares de brasileiros na luta contra o governo, e a maioria dos analistas políticos já apresentava a queda do presidente como irresistível, o PT, finalmente, aderiu ao movimento. Não obstante, quando se iniciou no interior do partido uma discussão sobre qual posição política o PT adotaria, foram delineadas e confrontadas pelo menos duas propostas: a posição de defesa da posse do vice-presidente, Itamar Franco, sustentada pela direção majoritária do partido; e a proposta, defendida por setores de esquerda, de lutar pela realização de “eleições gerais”.

O PT, ao se recusar a lutar pela realização de “eleições gerais”, uma medida essencialmente de ordem democrática e que de maneira alguma se contrapunha às instituições da República, tornava evidente e potencializava os contornos e limites do que o partido apreendia como “valor universal da democracia”. Vislumbra-se uma compreensão da democracia profundamente vinculada às instituições burguesas, seus partidos e à sua agenda política e que não admitia sequer a “tosca ousadia” de questionar o calendário eleitoral e empunhar uma bandeira “democrática”, inscrita nos marcos do Estado e do regime burguês. Desta feita, diante da crise política aberta pelo movimento que exigia a saída do presidente, o PT, via setores majoritários, defendeu a posse do vice-presidente Itamar Franco, alentando a palavra de ordem “Feliz 94!”, que remetia às expectativas e desejos de transformações do povo brasileiro para as eleições presidenciais que se realizariam naquele ano. Finalmente, Itamar Franco assume a presidência, e dentre as várias medidas adotadas no seu governo, nomeia Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, lança o “Plano Real”, baixando substancialmente os índices inflacionários e permitindo que os setores mais conservadores articulassem a candidatura do próprio Fernando Henrique Cardoso para

⁴⁷⁶ A redação desse e dos próximos parágrafos, com ligeiras modificações, é parte do artigo “A esquerda brasileira em face da restauração do capitalismo no Leste Europeu”, de minha autoria, apresentado na IV Semana de História Política da UERJ, 2009.

Presidência da República em 1994, que governaria o país pelos próximos oito anos, aprofundando os projetos neoliberais.

Ética?!

Para efeito de contraste, resgatemos o tema da ética,⁴⁷⁷ ou mais precisamente da moral, conforme abordado na campanha eleitoral de 1989.⁴⁷⁸ A discussão é apresentada de maneira bastante singular e precisa no debate sobre as características da candidatura do PT naquele momento. Ao identificar que tanto Collor quanto Ulysses elegeram como tema central a questão da moralização, a resolução afirma:

“O PT e os partidos da Frente, por seu turno, embora sejam os que têm as reais condições para sustentar a bandeira da moralidade, por sua coerência de combate à corrupção e aos privilégios, sabem que o que há de mais imoral em nosso país é a miséria das grandes massas da população. A moralidade administrativa é um importante ponto de nossa plataforma política e deve ter o destaque que merece, mas subordinada à nossa proposta e disposição de realizar uma profunda redistribuição de renda e liquidar a miséria, por um lado, e concentração de riqueza, por outro.

Nessas condições, a característica principal de nossa campanha deve ser social, de denúncia do contraste entre a miséria e a opulência, a pobreza e a riqueza.”⁴⁷⁹

Ou seja, a questão da corrupção, apesar de importante, não é desvinculada da estrutura social que permite a sua prática e existência. O programa de ação do partido é a distribuição da riqueza socialmente produzida e a concentração de riqueza, nas condições de miséria da maioria do povo, essa sim, é travestida em questão moral. A moralidade é compreendida, neste sentido, como uma relação e uma reação à distribuição de renda numa sociedade dividida em classes. Não se trata de um problema ou de uma questão genérica de ética ou moral, mas das disposições sociais que

⁴⁷⁷ Definimos Moral como um conjunto de normas que regulamentam a vida do homem em sociedade e Ética como um conjunto de valores que orientam a relação do homem com outros homens na perspectiva do bem estar social. A Ética explica as normas morais, surgidas e transmitidas como valor pelas sociedades em diversos contextos. Segundo Vazques, a Ética é teórica e reflexiva enquanto a moral é, fundamentalmente prática, existindo uma inter-relação entre elas, uma vez que a ação e o conhecimento humanos são indissociáveis. Vásquez, Adolfo Sánchez. *Ética*. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

⁴⁷⁸ Trata-se do documento “As Eleições Presidenciais e a Candidatura Lula”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 376 e ss.

⁴⁷⁹ Idem, *Ibidem*, p. 390.

permitem a exploração e a miséria da maioria, num lado, e a concentração da riqueza e do poder em outro. Uma atitude moral está subordinada e tem primazia na solução da apropriação e da divisão da riqueza socialmente produzida e implica negar esta relação ou inverter essa polaridade, que envolve uma ação e um programa político de transformação da realidade.

Nós já apresentamos a posição que o partido adotou diante da crise e das denúncias de corrupção que atingiram o governo Collor. Contudo, podemos vislumbrar a ação concreta do partido naqueles episódios e a mudança de perspectiva em relação ao tema da moral e da ética a partir da autocrítica apresentada pelo próprio partido ao identificar que não explorou todas as possibilidades abertas pela crise:

“Só para ficar nos casos mais exemplares: demoramos para perceber o grau de corrosão a que chegara o Governo Collor e, no movimento *Fora Collor*, relegamos a segundo plano nossa oposição ao neoliberalismo, nos mantendo, muitas vezes, nos marcos estritos do Movimento pela Ética na Política.”⁴⁸⁰

Antes de o partido realizar o seu VIII Encontro, em 1993, do qual extraímos a passagem supracitada, o tema da ética já havia sido deslocado de considerações estruturais, econômicas e sociais concretas. É o que nos informa Francisco Carlos Palomanes Martinho, ao descrever a atitude de Lula, no I Congresso, diante do debate sobre o socialismo:

“Um dos debates mais acalorados do congresso foi a respeito do socialismo e da tradição socialista. Enquanto as diversas correntes do PT apresentavam suas propostas, mais ou menos críticas em relação à história da esquerda e suas matrizes, Lula se manteve distante do grande debate. Próximo da realização do Congresso, distribuiu um texto com ampla circulação em que as questões referentes à ética e à moral tinham predominância sobre a política. Evitando o debate sobre o papel da esquerda na última década do século, pós-queda do Muro de Berlim e da própria União Soviética, fortalecia a ideia de um partido descompromissado com o legado construtor da própria esquerda. E condenava o PT à condição de um partido de interesses federados sempre em busca de um equilíbrio possível. Ao fim do encontro, como magma a unificar suas diversas federações, predominou a ideia de que a tarefa dos petistas era a defesa de uma ‘nova ética na política’. A ‘nova ética’ estava à frente da própria política. Esta, em larga medida, permanecia indefinida.”⁴⁸¹

⁴⁸⁰ “O Momento Político”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 571 (destaques no original).

⁴⁸¹ Martinho, Francisco Carlos Palomanes. “A Armadilha do Novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma Esquerda que se Imaginou Diferente”, em *Revolução e democracia*. Op. cit., p. 553-554.

Martinho indica o alheamento de Lula do debate teórico e, mais uma vez, o tema da ruptura histórica com o legado da esquerda ressurgiu e, posteriormente, retomaremos esta questão. Cabe questionar, no entanto, que a ‘nova ética’ na política não cimentou as relações em torno do PT, ao contrário, a mesma corrente que adotou esse *slogan*, recusou-se a dar a batalha política pelo afastamento do governo corrupto de Collor e recebeu críticas de vários setores que acusavam o abandono da perspectiva de classe do partido e, por fim, cabe destacar que militantes e correntes foram expulsos ou afastaram-se do partido em razão dos rumos consolidados nesse Congresso. Para o autor do fragmento que reproduzimos, a crise do governo Collor teria consolidado a centralidade da ética como elemento condutor da política petista.⁴⁸² O que talvez ele tenha ignorado é que, em essência, essa era uma política e uma forma de intervir programaticamente. Era parte das consequências da constatação de que o socialismo havia saído do horizonte ou, nos termos das resoluções do congresso, se identificado com a “radicalização da democracia”. Mas também esse deslocamento permitia, em torno da ética, esvaziar o conteúdo da constituição da consciência e da independência de classe que norteava a ação do partido durante boa parte do seu trajeto. Não parece ser secundário e insignificante que as primeiras denúncias de corrupção envolvendo o PT apareçam precisamente no período em que o partido busca construir o seu diferencial político não na identidade e nos interesses de classe, mas numa generalidade “ética e moral”. Assim, em meados da década de 1990, o ex-guerrilheiro, e na época militante do PT, Paulo de Tarso Venceslau, ligado à administração petista da cidade de São José dos Campos, denunciou a cúpula do PT por pressioná-lo para favorecer uma empresa pertencente ao irmão de um compadre de Lula. Uma sindicância foi montada e apontou irregularidades na relação do PT com a administração pública, mas os responsáveis não foram punidos. O denunciante, Venceslau, foi, ao contrário, expulso do partido.

Desnecessário tocar nos processos de corrupção do primeiro mandato do presidente Lula, que imolou todo o primeiro escalão de seu ministério. Preferimos, neste caso, abordar a opção de governar atendendo aos interesses dos grandes grupos econômicos e do capital financeiro que obteve lucratividade recorde sob o seu governo. Quanto à corrupção, ela é inerente à opção feita pelo PT.

⁴⁸² Martinho, Francisco Carlos Palomanes. Op. cit., p. 555.

Cidadania

O discurso de Cidadania, segundo José Welmowicki, alcançou grande difusão nas duas últimas décadas do século XX, influenciando diversas correntes políticas, desde setores reacionários da burguesia, passando pela classe média de diversos países, pela social-democracia, sindicatos em várias regiões do globo, incluindo o PT no Brasil, e atingindo setores do “marxismo revolucionário”. De acordo com o discurso político utilizado, a cidadania seria definida como:

“A conquista dos direitos civis e sociais mínimos por parte dos *cidadãos*. Ao mesmo tempo, a concepção da *cidadania* implica que os *cidadãos*, além de direitos, têm deveres. A *cidadania* exige um compromisso com as leis vigentes, como a contrapartida desses direitos na ordem legal. Exige em nome da defesa da extensão desses direitos aos excluídos, uma defesa da ordem na qual se quer garantir a inclusão desses *cidadãos*”.⁴⁸³

O autor apresenta a evolução histórica do conceito, desde sua origem na Grécia Antiga até sua versão moderna, que defende a possibilidade da ampliação de direitos a partir da “parceria” e na ação conjunta de *toda a sociedade* e que não seria nada mais que uma nova roupagem para a velha política de colaboração de classes, justamente num período em que o neoliberalismo e a burguesia avançavam contra os direitos e conquistas da classe trabalhadora.⁴⁸⁴

Apresentamos, anteriormente, a adoção do termo como um mecanismo que permite transitar de uma identidade que percebe a sociedade apartada em grupos e classes sociais com interesses antagônicos para uma definição difusa de participação e acesso às instituições e serviços do Estado, por meio da promoção do conceito de cidadania que busca apagar aquelas distinções. A adoção, a publicização e a palavra tomada como emblema de campanha e de solução para os problemas do povo brasileiro são, contudo, recentes. Até 1989, o termo - e correlatos como cidadão - não têm qualquer expressão nas resoluções dos encontros e, quando aparece, ou guarda um caráter pejorativo, “cidadão que rouba”, ou não tem qualquer densidade programática. Aparece algumas vezes nos documentos do VI Encontro quando trata da campanha

⁴⁸³ Welmowicki, José. “O discurso da cidadania e a luta de classes”. Em: *Marxismo vivo*. Revista do Koorkom. Publicada pelo *Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado*. Junho/setembro de 2000. p. 66, 67. (destaques no original).

⁴⁸⁴ Idem. *ibidem*.

eleitoral presidencial, mas também de maneira marginal e sem a pretensão de substituir o conteúdo de classe, que vigora nos textos. Contudo, a partir do I Congresso e nos encontros subsequentes, será quase um mantra, uma espécie de limiar da realização dos projetos do PT: “*a promoção da cidadania*”. Ela possui tanta importância para o presente e o futuro do partido, que chega mesmo a querer alterar o seu passado. É desta forma que José Dirceu, então presidente nacional do PT, no prefácio das *Resoluções de encontros e congressos*”, afirma que a leitura do manifesto e da plataforma do PT:

“revela um partido novo, democrático, construído a partir das bases, pluralista, socialista, profundamente comprometido com a democracia, porque lutava contra uma ditadura militar e já trazia em si a crítica ao socialismo burocrático e totalitário, e porque queria que o Brasil respeitasse o direito e a cidadania dos seus trabalhadores.”⁴⁸⁵

Difícilmente se identifica nos documentos dos dez primeiros anos de existência do partido e, principalmente, nas fontes indicadas por Dirceu, qualquer propósito de lutar por cidadania.

O desenvolvimento sustentável com distribuição de renda

Evidentemente, a questão da promoção da cidadania precisa considerar a inclusão das pessoas que são privadas deste estatuto. Como a perspectiva de transformação social do partido integrou a manutenção do mercado, é aí que devem ser buscadas as soluções. As questões que viemos apresentando não ficam estagnadas nas resoluções dos encontros seguintes, elas se expandem e se complexificam.

O VIII Encontro Nacional, realizado junho de 1993,⁴⁸⁶ aprovou um documento denominado “Carta de Brasília”. Nele encontramos uma análise sobre o aprofundamento da crise e da política de privatizações no governo de Itamar Franco – o vice de Collor que assumiu a presidência após as mobilizações e o processo de *impeachment*. A carta aponta para a necessidade de revigorar as lutas e resgatar o Movimento pela Ética na Política, impedir a continuidade do arrocho salarial, o processo inflacionário e o agravamento da crise econômico e social.

⁴⁸⁵ Dirceu, José. “Prefácio”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 9.

⁴⁸⁶ “VIII Encontro Nacional”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 544.

O documento intitulado “Por um Governo Democrático-Popular” reafirma a conquista do governo central como elemento-chave da disputa de hegemonia dos trabalhadores na sociedade brasileira e faz questão de esclarecer que não confunde o governo com o poder, e o programa do governo Lula com o projeto estratégico do partido.⁴⁸⁷ Assim, apesar de falar em perspectiva socialista, o documento gira em torno de conquistar uma “*verdadeira democracia substantiva*” e “*porque lutamos por reformas e por democratização no Estado e na sociedade, acreditamos que o sucesso dessa luta depende da ação popular e do governo no sentido de tencionar e esgarçar os limites da ordem existente*”.⁴⁸⁸ O projeto de transformação social do partido só teria resultado se, além de amplo apoio político-institucional, fosse sustentado em uma forte auto-organização dos setores explorados e oprimidos, por intermédio de conselhos populares e formas de consulta à população.

Para enfrentar as desilusões provocadas pelos sucessivos governos e planos econômicos, o partido defende uma plataforma programática que “*unifique as grandes maiorias nacionais, um instrumento de afirmação da superioridade social e moral dos valores da democracia radical, do humanismo, da solidariedade, da ética, do socialismo*”.⁴⁸⁹

O programa se desdobraria em reformas *antimonopolistas, antilatifundiárias e anti-imperialistas*. A novidade, observemos, é que agora estaria voltado para os setores que constituiriam a maioria da população, e o público ao qual o partido se dirigia com seu programa é significativamente alterado: “*os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias, os pequenos e médios empresários*”.⁴⁹⁰ O problema central vivido pelo país, ao mesmo tempo seria político e ético.

No plano econômico, a perspectiva apontada pelo “governo democrático e popular” é centrada na retomada do crescimento interno com distribuição de renda. Ao Estado caberia a capacidade de retomar um papel de planejador e regulador do mercado. Não se trata de forma alguma da supressão do mercado, mas ao contrário, de sua ampliação, senão vejamos:

“O modelo econômico a ser perseguido resulta na constituição de um vigoroso mercado de 150 milhões de brasileiros, multiplicando por 5 sua dimensão atual, no esquema da exclusão. Para tanto o Estado será chamado a exercer importante

⁴⁸⁷ “Por Um Governo Democrático-Popular”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 547.

⁴⁸⁸ Idem, ibidem, p. 548.

⁴⁸⁹ Idem, ibidem, p. 550-551.

⁴⁹⁰ Idem, ibidem, p. 551.

papel na regulação econômica, seja normatizando os investimentos produtivos, seja intervindo diretamente em determinadas áreas estratégicas.”⁴⁹¹

O VIII Encontro não deixa dúvidas quanto aos propósitos do partido. Ao se referir à construção do programa democrático-popular, afirma que: “*A síntese do Programa de Governo Democrático-popular é incorporar à cidadania plena os 70 milhões de brasileiros hoje marginalizados do processo econômico e político.*”⁴⁹² Em relação ao *anti-imperialismo*, o programa afirma a necessidade da suspensão do pagamento da dívida externa, e o partido desenvolveria uma política de integração soberana do Brasil no cenário mundial, manteria amplas relações políticas e econômicas, “*permitindo, inclusive, a presença do capital estrangeiro no Brasil.*”⁴⁹³

Além de propor alianças com os partidos que se declaram de esquerda – PSB, PPS, PCdoB, PCB e PSTU –, propõe que sejam analisadas as possibilidades de alianças com os partidos considerados, então, de centro-esquerda, como o PDT e o PSDB que, apesar da “política ambígua” poderiam interferir decisivamente na disputa de hegemonia. Sustenta que o PSDB é um campo em disputa e propõe empenhar o máximo de forças para uma aliança com esse partido. Bem, nunca é tarde lembrar que se trata do partido do então ministro da Fazenda do governo Itamar, Fernando Henrique Cardoso.⁴⁹⁴

No IX Encontro Nacional – 29 de abril a 1º de maio de 1994 –, a orientação da relação entre a campanha eleitoral em torno da candidatura Lula e o processo de mobilização social é diametralmente oposta aos termos apresentados em 1989, em que apresentava esta última como parte constituinte e fortalecedora da campanha. Agora encontramos que: “*Mobilizar a militância em torno da campanha de Lula e de seu programa, mesmo com um objetivo eleitoral, é algo mais significativo, politicamente, do que uma luta econômica ou parcial, ainda que sob formas mais radicalizadas.*”⁴⁹⁵ O “móvel mobilizador” em 1994 é a candidatura e a tentativa de eleger Lula e conquistar o governo nas eleições.

Assim, a disputa eleitoral e a vitória de Lula permitiriam mudanças estratégicas, cujo alvo central seria a erradicação da miséria e a conquista da cidadania para milhões de brasileiros: “*lançaremos as bases*”, afirma a resolução, “*para a construção, em*

⁴⁹¹ Idem, *Ibidem*, p. 553.

⁴⁹² Idem, *ibidem*, p. 556.

⁴⁹³ Idem, *ibidem*, p. 559.

⁴⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 569.

⁴⁹⁵ “A Conjuntura e a Campanha”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 577.

horizonte de largo prazo, de uma sociedade inteiramente nova, livre da exploração ou da dominação de qualquer tipo; uma sociedade socialista e democrática".⁴⁹⁶ Fica evidente que o governo democrático e popular relega para um distante horizonte a possibilidade de construção de uma sociedade socialista. Em relação à dívida externa, o termo "suspensão", constante das últimas resoluções, é alterado por "dureza" no seu tratamento.⁴⁹⁷ E será mudado para "renegociação" no X Encontro.⁴⁹⁸

Esboçando os principais argumentos que os opositores procurariam articular contra a candidatura Lula, que aparecia com destaque em primeiro lugar nas pesquisas eleitorais, a resolução afirma que os adversários mobilizariam, dentre outros elementos, a falta de governabilidade de um governo Lula que se manifestaria na fuga de capitais e na falta de sustentação no Congresso. Buscando apresentar contra-argumentos para os vários possíveis ataques, o partido afirma:

"Quanto aos capitais, em primeiro lugar, nossa campanha deve mostrar aos empresários que a retomada do crescimento e a construção de um poderoso mercado consumidor de alimentos e de bens populares – potencialmente duas vezes maior que o atual – representarão atrativos mais compensadores do que as taxas de juro dos bancos suíços. Deve mostrar que a duplicação da escala produtiva compensará, em muito, a queda relativa da taxa de lucros, que a recuperação salarial necessariamente induzirá."⁴⁹⁹

Por trás do argumento há um cálculo econômico e um compromisso, podemos dizer, com a manutenção da taxa de lucro. Mais do que isso, a resposta oferece vantagens de lucratividade maiores que as ofertadas pelo capital financeiro – trata-se de ampliar em escala a exploração do trabalho. E temos motivos para crer que não se tratava apenas de um "argumento" eleitoral em busca de votos.

Votos! Ah, os votos! O X Encontro Nacional – 18 a 20 de agosto de 1995 – vai refletir a ausência deles. A resolução sobre conjuntura nacional acusa o golpe da derrota eleitoral sofrida em 1994⁵⁰⁰ e analisa o fortalecimento e a continuidade do projeto neoliberal a partir da posse de Fernando Henrique Cardoso. Destaquemos que, diante do agravamento da situação econômica, o partido sai em defesa das câmaras setoriais,

⁴⁹⁶ Idem, ibidem, p. 584.

⁴⁹⁷ Idem, ibidem, p. 587.

⁴⁹⁸ "Conjuntura Nacional", em *Resoluções de encontros e congressos*. Op. cit., p. 621.

⁴⁹⁹ Idem, ibidem, p. 594.

⁵⁰⁰ "Conjuntura Nacional", em *Resoluções de encontros e congressos*. Op. cit. p. 615.

envolvendo a participação do governo, empresários e trabalhadores, numa perspectiva de desenvolver uma política de renda nacional negociada.⁵⁰¹

Aprofundando o movimento de adaptação ao Estado, declara que “*a maioria dos problemas enfrentados pela população brasileira tem solução, mesmo sem uma reforma constitucional*”⁵⁰². Se a concepção de Estado de classe e a possibilidade de transformá-lo já haviam saído de cena, agora, os limites das propostas apresentadas pelo partido para a solução da maioria dos problemas do povo brasileiro sequer precisariam se chocar com a Constituição e suas leis. E não é que o Estado e a Constituição tenham expandido sua capacidade de atender aos interesses populares. Pelo contrário, o programa de mudanças do PT é que havia encolhido ao tamanho da insignificância permitida pela própria Constituição e que, após anos de governos Collor, Itamar e o mandato de FHC que se iniciava, era marcada precisamente por ataques e supressão de direitos e conquistas obtidos pelas lutas de várias gerações. Assim, o limiar é incluir o maior número de pessoas nas disposições legais apresentadas e permitidas pela burguesia e seu Estado brasileiro.

Ao se referir à batalha das ideias e à disputa de hegemonia, a resolução aprovada permite entrever a crise gerada pela derrota eleitoral. Desta forma, o PT deveria colocar em primeiro plano o debate sobre os grandes temas nacionais, em vez de priorizar, internamente, os temas doutrinários.⁵⁰³ A derrota de 1994, sentida como um duro golpe:

“entre outras lições, convida a uma reflexão mais crua sobre a nossa imagem na sociedade, sobre o efeito exterior de nossas lutas internas, sobre as ambiguidades políticas e ideológicas que temos, sobre nossas dificuldades em realizar um ajuste de contas mais severo com as duas heranças socialistas deste século: o comunismo e a social-democracia”.⁵⁰⁴

Ou seja, tratava-se da necessidade de expurgar as últimas referências ou resquícios da trajetória socialista do século XX. Esse processo, evidentemente, ainda encontrava resistência no interior do partido e, não por acaso, a expressão combina a imagem do partido perante a sociedade, as diferenças internas e o severo “ajustes de contas” que propõe.

Assim, podemos compreender porque a resolução sobre construção partidária fala sobre uma crise de direção. Os mecanismos para sua superação, entre outras

⁵⁰¹ Idem, ibidem, p. 620.

⁵⁰² Idem, ibidem, p. 621

⁵⁰³ Idem, ibidem, p. 628.

⁵⁰⁴ Idem, ibidem, p. 629.

medidas, deveriam conferir governabilidade ao partido por meio de um processo democrático de tomada de decisões que ultrapasse as tendências e que permitisse a consulta “*ao coletivo, setores do movimento social, lideranças da juventude, intelectuais, empresários petistas, dando legitimidade e eficácia às decisões do partido*”.⁵⁰⁵ Desta forma, o Partido dos Trabalhadores já reconhecia, em seu interior, não apenas uma mudança programática que permitia a aliança com setores da burguesia em choque com sua fração dominante. Agora a composição interna do partido comportava a própria burguesia e reconhecia a necessidade de consultá-la para legitimar a própria direção do partido.

Mudanças estruturais

As transformações mundiais provocadas pela restauração capitalista nos países do Leste Europeu convergiram com mudanças estruturais do capitalismo que vinham se gestando ao longo das décadas de 1970 e 1980, mas que tiveram seu ápice na realidade brasileira a partir do final da década de 1980 e, principalmente, nos anos 1990. Conhecidas como “reestruturação produtiva”, essas mudanças comportam diferentes elementos no processo produtivo, desde mudança de padrões tecnológicos com a introdução da informática, da robótica e da telemática na produção; novas formas de organização e gerenciamento do trabalho; um novo desenho da produção e divisão internacional do trabalho; incluindo a introdução de um “novo” discurso empresarial. Em linhas gerais, essas transformações correspondem às mudanças no padrão de produção e acumulação capitalista, transitando de sua base fordista para o modelo que se convencionou chamar de acumulação flexível, representado, mormente, pelas mudanças operadas pelas empresas Toyota, um dos principais expoentes deste novo modelo.

A introdução e aplicação das novas tecnologias e novas formas de gerenciamento na produção, sob a lógica da maximização de lucros, implicam um amplo processo de descentralização produtiva, na terceirização de atividades laborais e na precarização do trabalho, resultando no aumento do desemprego, em jornadas de trabalho tanto mais extensivas quanto intensivas. Ao aumento da produtividade e

⁵⁰⁵ “Construção Partidária”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 634.

riqueza, assim obtidas, há um agigantamento proporcional da exploração do trabalho e pobreza em todo o mundo.

No Brasil, esses novos “instrumentos” de submissão do trabalho serão introduzidos gradativamente, resultando – muitas vezes na mesma planta industrial – numa mescla do padrão de acumulação anterior com as novas tecnologias, modelos gerenciais e de divisão do trabalho. Conforme Antunes, as alterações no processo produtivo brasileiro podem ser observadas desde a segunda metade dos anos 1980. Contudo, o grande choque será produzido nos anos 1990.⁵⁰⁶ Não por acaso. Em 1990, depois da realização das primeiras eleições diretas para presidente, Fernando Collor de Melo assume a Presidência da República. Depois de galvanizar a maioria do eleitorado com um discurso que se pretendia representar como “moderno” e “novo”, contrário aos “privilégios” do setor público, numa campanha emblemática que o intitulava como “caçador de marajás” e defensor dos “descamisados”, adota como uma de suas primeiras medidas “a abertura econômica” do país, permitindo um fluxo ainda maior de capitais. Além de comprometer seriamente a economia brasileira, essa medida facilitará a importação e a introdução de máquinas e novas tecnologias, fundamentais para o novo padrão de acumulação.

Neste sentido, surge agora um terceiro elemento fundamental para a compreensão do processo histórico em sua dimensão econômica, política e social, que permite apreender os discursos produzidos nesse contexto: trata-se do avanço do neoliberalismo. Seus defensores apregoam um “Estado mínimo” e a ausência de interferência estatal na economia. Segundo eles, o mercado levaria ao desenvolvimento e regularia “naturalmente”, por meio da concorrência, os possíveis “desvios” econômicos. Contudo, a despeito do discurso neoliberal, o que se observa é o Estado atuando de maneira efetiva para favorecer e atender aos interesses dos grandes grupos econômicos e para subtrair os poucos direitos e conquistas da classe trabalhadora e do povo brasileiro. Vislumbramos assim, um Estado “máximo”, ao lado do capital.⁵⁰⁷

⁵⁰⁶ Antunes, Ricardo. “A Era da Informatização e a Época da Informalização: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil”, em *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. Antunes, Ricardo. (org.). São Paulo, Boitempo, 2006, p. 18-19.

⁵⁰⁷ Mészáros desenvolve um estudo crítico sobre a explosão do desemprego e das distintas formas de precarização do trabalho à luz da dinâmica do sistema capitalista a partir dos anos 1970 e, ao analisar suas contradições, afirma: “Na realidade, só pode haver um caminho para tentar alargar as margens contraídas da acumulação de capital: às expensas do trabalho. Isso é uma estratégia promovida ativamente pelo Estado – na verdade, devido a essa necessidade, o papel intervencionista do Estado nunca foi tão grande como neste nosso tempo, apesar de toda a mitologia neoliberal em contrário – e a estratégia é objetivamente apoiada na atualidade pela tendência à equalização declinante da taxa de exploração

Queremos enfatizar, portanto, que no final da década de 1980 e durante a década de 1990 convergem e impactam na realidade brasileira profundas mudanças suscitadas por diferentes processos históricos, políticos, econômicos e sociais de magnitude mundial, que compõem uma unidade e universalidade dialética, com uma importante e complexa interação de seus elementos constituintes e que abstraímos apenas para efeito de análise e exposição. Anteriormente nos referimos ao impacto dos chamados processos de restauração capitalista no Leste Europeu. A maior expressão deste impacto, em termos discursivos, é a representação do “fim da história” por Fukuyama. Não obstante, essas mudanças tiveram profundo impacto na subjetividade da esquerda brasileira, da classe trabalhadora e também na própria academia, com o avanço de posições autodenominadas de “pós-modernas”.

A exploração discursiva, midiática e simbólica da queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética foi acompanhada de mudanças importantes na configuração e densidade da própria classe trabalhadora. Assim, aos discursos e propagandas avassaladoras sobre a superioridade do mercado, correspondia um processo real de ataques ao nível de emprego, aos direitos conquistados e à perspectiva de futuro dos trabalhadores. Contraditoriamente, quanto mais se afirma a superioridade e as realizações do capitalismo em relação ao socialismo, mais a humanidade é vitimada por suas mazelas. E não deixa de ser emblemático que fossem reverberadas as qualidades do sistema do capital num momento em que, para recuperar as taxas de lucro, este lançava contingentes significativos da humanidade na mais absoluta miséria. Neste sentido, as consequências das medidas adotadas nos territórios da extinta União Soviética são reveladoras para contraposição do discurso veiculado pelos grandes meios de comunicação e, mesmo, para uma boa parte dos trabalhos acadêmicos que abordam a questão do chamado “fim do socialismo real”.

Ora, o século XX foi polarizado pela perspectiva real de superação do capitalismo, no qual foi reservada à classe trabalhadora o papel de protagonismo nesta superação. Esse protagonismo nunca foi teórico, apenas. Ele sempre se manifestou substancialmente por meio de ações de classe, desde a Revolução Francesa, no século XVIII, nas barricadas da Comuna de Paris às expressões do cartismo na Inglaterra, ainda no século XIX; passando pela Revolução Russa em 1917, manifestando-se na Guerra Civil Espanhola, na participação – antes e durante a Segunda Guerra – da luta

diferencial.” Mészáros, István. “Desemprego e Precarização: Um Grande Desafio para a Esquerda”. Tradução: Claudete Pagotto. Em: *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. Op. cit., p. 38-39.

contra o nazi-fascismo na Itália e na França e, para citar exemplo forâneo, nas grandes greves do final da década de 1970 no Brasil, que questionaram abertamente o regime militar.

O discurso da suposta “superioridade”, “universalidade”, “inexorabilidade” e “naturalização” do mercado fincou raízes na conversão do Leste Europeu ao capitalismo e, também, nos processos de reestruturação produtiva do próprio capital. Desta forma, pretendemos explorar duas dimensões deste processo: uma de ordem material e objetiva, relacionada à redução efetiva do contingente de trabalhadores, e outra, intrinsecamente relacionada à primeira, que diz respeito ao processo de construção de consenso de uma lógica de mercado, por intermédio do discurso, que procura mobilizar valores éticos e universais.

Com efeito, essas mudanças atingem e influenciam todas as partes do globo, na medida em que, como afirma Marx, o modo de produção capitalista é um éter que colore e modifica todas as luzes. István Mészáros avalia o sócio-metabolismo do capital em termos globais e apresenta dados sobre o desemprego e a precarização do trabalho a partir dos países centrais desde a crise dos anos 1970. A introdução de novas técnicas, gerenciamento e controle do trabalho redundam, sob o imperativo da busca por lucros para equalizar a queda da taxa de exploração, numa queda efetiva do número de postos de trabalho que se converte, para os que conseguem ocupação, no aumento da jornada e na precarização dos contratos de trabalho. Segundo Mészáros, o capitalismo nesta fase de desemprego estrutural converte o desenvolvimento econômico, com sua base técnica e tecnológica, em um fundo pesado de subdesenvolvimento mesmo para os países tidos como “desenvolvidos”. De acordo com seus estudos, atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua principal característica, e que numa economia globalmente integrada, as contradições ocorridas em uma parte do sistema implicam o agravamento de situações em outras partes e esferas. Assim, o aumento da produtividade, sob a base da estruturação do desemprego num ponto, implica a redução do mercado consumidor no outro, e o mesmo sistema que produz e reproduz homens “supérfluos” para produção, necessita, cada vez mais, de homens “substanciais” para o consumo, num mercado globalmente integrado.⁵⁰⁸

No Brasil, estas novas mazelas se integram com outras, antigas, travestidas como sinônimo de “dinâmicas e modernas”. Aqui não há espaço para uma análise

⁵⁰⁸ Mészáros, István. Op. cit.

efetiva dos discursos produzidos pelos representantes do capital e do Estado brasileiro entre os anos 1980 e 1990, vamos privilegiar, portanto, uma análise mais estrutural que ajude a compreender e a fundamentar as ideias e discursos que, ainda hoje, seguem em voga.

Se, conforme Mészáros, a dinâmica do capital nesta fase de mundialização transforma o desenvolvimento da produção em fardo pesado de subdesenvolvimento para os povos dos países considerado desenvolvidos, quais os efeitos para países tidos como “periféricos”? Se o fim da URSS, de distintas e por diferentes interpretações, colocou em questão um projeto alternativo ao capitalismo, vocacionado por um sujeito social específico – a classe trabalhadora – por outro, a reestruturação produtiva, de alguma forma, parecia questionar a própria substância e existência deste agente e sujeito social.

O Brasil ingressou nos anos 1980 sob os auspícios das grandes greves metalúrgicas do ABC Paulista dos finais da década de 1970. As contradições do “milagre econômico” romperam em seu pólo mais dinâmico e desenvolvido: as grandes montadoras e indústrias do setor metal-mecânico, instaladas e desenvolvidas sob a tutela da ditadura militar, que assegurou a exploração de uma mão de obra “feita” barata, “silenciando” dissidentes e garantindo um mercado interno de proporções razoáveis.

O protagonismo dos trabalhadores brasileiros terá expressão durante toda a década de 1980 e a sua centralidade na ação política e histórica ganha densidade organizativa na fundação do PT, ainda em 1980, e na fundação da CUT, em 1983. Processos lastreados por uma onda de movimentos grevistas que se estende por toda a década, culminando na segunda metade dos anos 1980 com a organização de três greves gerais.⁵⁰⁹ A grande expressão política e organizativa deste movimento e protagonismo é, sem dúvida, a organização do PT que, em 1989, lança o ex- metalúrgico, sindicalista e líder das greves do ABC, Luiz Inácio Lula da Silva, como candidato à presidência da república.⁵¹⁰ Queremos com isso observar que os movimentos dos trabalhadores, de caráter econômico, de defesa dos salários, por melhores condições de trabalho, pela

⁵⁰⁹ Na primeira metade da década, em 1983, houve a primeira tentativa de greve geral, que, somada às realizadas em 1986, 1987 e 1989, resultam em quatro greves gerais numa década.

⁵¹⁰ Daniel Aarão Reis identifica a classe trabalhadora brasileira como uma das mais combativas do mundo na década de 1980, comparável apenas aos trabalhadores poloneses que, em torno do Solidariedade, organizaram lutas de resistência contra o governo soviético na Polônia. Aarão Reis, Daniel. *O Partido dos Trabalhadores*. Op. cit.. Caberia indicar que os trabalhadores negros sul-africanos também foram protagonistas de uma das mais heroicas e generosas lutas contra o regime do *Apartheid* na África sub-saariana.

reforma agrária e urbana e por serviços públicos de qualidade, ganham expressão política no fortalecimento do PT e na candidatura de Lula para presidente. A ação direta dos trabalhadores desenhava as margens de flexibilização programática do partido e sua direção.

Contudo, as eleições de 1989, como já indicado, resultam na vitória de Collor, que inicia um programa de reformas do Estado, pautado por privatizações de empresas estatais e na maior abertura da economia nacional ao capital externo.⁵¹¹ Ao simbolismo da derrota da candidatura que expressava os anseios da classe trabalhadora foi agregado o impacto do fim da URSS e uma onda de desemprego, vergando sob os trabalhadores o discurso sobre a inexorabilidade do capital, da importância da concorrência, do individualismo e a invasão de produtos importados de baixo custo – produzidos ou com tecnologia superior, ou através da maximização da exploração de trabalho, como na China.

As consequências das medidas adotadas tanto pelo capital quanto pelo Estado brasileiro foram brutais sobre o nível de vida dos trabalhadores e do povo brasileiro, que numa conjuntura econômica marcada pela ausência de desenvolvimento econômico sustentável produziu o que Pochmann avaliou como a mais grave crise do emprego em toda a história brasileira.⁵¹² O desemprego no Brasil, segundo as estatísticas oficiais, era relativamente baixo até o final da década de 1980. Contudo, a quantidade de pessoas desempregadas nos anos 1990 não tem precedente, e o país alcança o ano de 2002 atingindo a quarta posição no *ranking* mundial do desemprego, ficando atrás apenas de países como Índia, Indonésia e Rússia. Este último, cabe observar, passou por graves

⁵¹¹ No primeiro turno, Lula recebeu 11.622.673 votos, ou 17,1%, superou o terceiro colocado, Leonel Brizola e foi para a disputa em segundo turno contra Fernando Collor de Melo. No segundo turno, Lula obteve 31 milhões de votos, ou 47% dos votos válidos. Dados extraídos das notas bibliográficas de Daniel Aarão Reis. Op. cit., p. 534.

⁵¹² Pochmann, Márcio. “Desempregados do Brasil”, em *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. Op. cit., p. 59 e ss. “Nem a transição do trabalho escravo para o assalariamento, ao final do século XIX, nem a depressão econômica de 1929, nem mesmo as graves recessões nas atividades produtivas nos períodos 1981-1983 e 1990-1992 foram capazes de proporcionar tão expressiva quantidade de desempregados e generalizada transformação na absorção de mão de obra nacional quanto a que pode ser identificada nos dias de hoje.” (p.59) Os dados utilizados sobre a atividade econômica no Brasil neste parágrafo são extraídos do referido trabalho. Acrescentamos que a metodologia oficial para aferir os níveis de desemprego no Brasil mascaram a própria realidade. A pesquisa realizada pelo IBGE abrange, desde 1984, seis regiões metropolitanas e procura medir apenas o desemprego aberto (incluindo “bicos”), para a população considerada em idade ativa (PIA), acima de quinze anos, que procurou emprego durante a semana que precede a visita do pesquisador. Fonte: Lourenço, Gilmar Mendes; Romero, Mário. *Indicadores Econômicos*. Em: <http://www.korzenowski.com/stat/curiosidades/indicadoreseconomicos.pdf>

crises políticas e econômicas, resultado da maior onda de privatizações que se tem registro.⁵¹³

Entre os anos de 1990 e 1999, o ABC paulista – berço das grandes greves do final da década de 1970 – registrou uma explosão na taxa de desemprego da População Economicamente Ativa (PEA), saltando de 9,3% para 19,9% o percentual de desempregados. O próprio Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista (SM-ABC) registrou 40,6% de redução de sua base de representação, tendo o número de trabalhadores empregados caído de 203.111 para 120.618 entre 1987 e 1996.⁵¹⁴ Essa redução acompanha uma dinâmica nacional do setor de autopeças brasileiro. Neste setor, há estudos que registram queda de 309,7 mil para 223,9 mil trabalhadores entre os anos de 1989 e 1995 e, para o quinquênio 1995-1999, uma diminuição de 214,2 mil para 167 mil trabalhadores.⁵¹⁵

Infelizmente, essa realidade atinge outros segmentos econômicos e ramos produtivos. O setor financeiro, um dos mais favorecidos com a política econômica dos sucessivos governos que mantém os juros em patamares elevadíssimos, reduziu o número de aproximadamente 800 mil bancários em todo o país ao final dos anos 1980, para algo em torno de 400 mil em 2005.⁵¹⁶ Este é, com certeza, um dos setores onde mais foi aplicada a introdução de novas tecnologias que, aliada à política econômica, obteve taxas de lucro enormes, inversamente proporcionais ao número de bancários que só fez decrescer.

O setor têxtil foi um dos mais afetados pela política de abertura econômica que, aliada ao processo de reestruturação produtiva, teve um enorme impacto não apenas sobre os níveis, mas também sobre a qualidade do emprego. Antunes identifica que, apenas na primeira metade dos anos 1990, as indústrias têxteis tiveram uma diminuição de 50% de seu nível de emprego. E embora indique que na região pesquisada tenha havido um incremento do número de empresas durante a década de 1990, isso apenas reflete o processo de reestruturação das grandes empresas do setor, que transferiram espaços produtivos para pequenas e microempresas. Esse processo, agregado à sofisticação tecnológica, às novas formas de gerenciamento e organização da produção

⁵¹³ Cabe indicar que em julho de 1994, 70% das empresas industriais da Rússia tinham sido privatizadas. Sobre o processo de privatizações da Rússia, ver: Segrillo, Angelo. *O fim da URSS e a nova Rússia*. Op. cit., p. 74-78.

⁵¹⁴ Dados extraídos de: Pinto, Geraldo Augusto. “Uma Introdução à Indústria Automotiva no Brasil”, em *Riqueza e miséria...* Op. cit., p. 85-86.

⁵¹⁵ Pinto, Geraldo Augusto. Op. cit., p. 83.

⁵¹⁶ Dados extraídos de Ricardo Antunes. Op. cit., p. 21.

e aliado à ampliação de terceirizações, redundou no aumento do desemprego e do subemprego.⁵¹⁷ Tudo isso objetivou reduzir custos, aumentar a produtividade, buscando ganhos de capital.

Poderíamos estender esse relato com números e cifras ainda mais dramáticos.⁵¹⁸ A ameaça do desemprego e a insegurança quanto ao futuro passaram a fazer parte constante da vida dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se exigia dos que conseguiam preservar seu emprego uma enorme adaptação, tanto em relação às novas tecnologias, quanto à organização e divisão do trabalho no interior das empresas. Marcelino, num estudo sobre o processo de terceirização e precarização do trabalho na Honda, empresa que adota os princípios da Toyota, indica que, apesar das contradições do trabalho sob o capitalismo, “*estar fora dele, mesmo levando-se em conta todos os seus aspectos negativos, significa não estar integrado a todo um conjunto da vida social. E o desemprego [...] é um importante fator na busca do consentimento.*”⁵¹⁹

É desta pressão objetiva, que pesa sobre a própria possibilidade de existência dos trabalhadores e suas famílias, que emerge um “novo” discurso empresarial que busca raízes não apenas no consentimento, mas também na construção de um “consenso”.

Eurenice Lima, a partir da implantação de uma nova unidade de produção da empresa Toyota Motor Co. na cidade de Indaiatuba, São Paulo, analisa a forma de gestão denominada toyotismo. Seus estudos identificam as especificidades deste sistema e as estratégias construídas para o controle e a disciplina do trabalho, buscando quebrar a resistência dos trabalhadores e impor um modelo de trabalhador “colaborador”, em que a empresa se apresenta como espaço de socialização e consenso social.⁵²⁰ A autora observa a importância dos pressupostos do próprio desenvolvimento do Sistema Toyota de Produção desenvolvidos em seu país de origem, o Japão. Esse sistema só pode desenvolver-se após a derrota do sindicalismo classista na década de 1950 e a adoção do sindicato por empresa. Em segundo lugar, é um sistema que trabalha com o sistema *just-in-time*, voltado para produzir de acordo com as demanda de um mercado

⁵¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 23.

⁵¹⁸ Mattos oferece uma tabela com os níveis de desemprego de uma década para o Brasil e o Estado de São Paulo. Para o Brasil, o ano de 1989 apresenta taxa de desemprego de 3,4% e, para o Estado de São Paulo, de 8,7%. Os números crescem quase ininterruptamente até chegar ao ano de 1999 com o Brasil registrando 7,8% e São Paulo 19,5% de desempregados. Fonte: Mattoso, J. *O Brasil desempregado*, p. 12. *Apud* Mattos, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Op. cit., p. 141.

⁵¹⁹ Marcelino, Paula Regina Pereira. “Honda: Terceirização e Precarização: A Outra Face do Toyotismo”, em *Riqueza e miséria...*, op. cit., p. 108.

⁵²⁰ Lima, Eurenice. “Toyota: A Inspiração Japonesa e os Caminhos do Consentimento”, em *Riqueza e miséria...* Op. cit., p. 115. Conforme esclarece a autora, a empresa estudada adota a expressão STP (Sistema Toyota de Produção) que é, geralmente, denominado de toyotismo ou ohnismo. Idem, *ibidem*.

contraído. Isto é, a produção é ajustada à baixa demanda, adaptada ao crescimento lento, de recessão econômica e necessita de uma situação de derrota dos trabalhadores, com ausência de inserção da força de trabalho. Ou seja, os trabalhadores não são integrados ao sistema para fazer parte da “família Toyota”, como apregoam seus idealizadores, mas devido à ausência de opções no mercado de trabalho. Esse sistema, no entanto, apesar dos mecanismos de cooptação da força de trabalho, não apresenta a “flexibilidade” apregoada por seus ideólogos: ele não resiste, no próprio Japão, ao aumento da demanda e ao aquecimento do mercado. Assim, no início dos anos 1990, a economia japonesa tem um aquecimento da demanda que, agregado a outros elementos demográficos, econômicos e culturais, produz sérios problemas para absorção de mão de obra, fazendo com que 25% dos trabalhadores que ingressavam na Toyota abandonassem a empresa apenas no primeiro ano de trabalho.⁵²¹

Para contornar a repulsa dos próprios japoneses, a empresa passou a contratar imigrantes. Contudo, devido à resistência no Japão ao contrato de “outras etnias”, vislumbrou-se a transnacionalização de montadoras, mundializando o processo de terceirização na busca de países que permitissem o rebaixamento do custo da força de trabalho. Neste sentido, a inauguração da planta de Indaiatuba busca a extração intensificada do trabalho por meio das novas tecnologias, da combinação do trabalho em equipe, dos mecanismos de controle de envolvimento e do controle sindical. Como sustenta a autora, a empresa busca “*a captura da subjetividade operária e a inserção subordinada do país no concerto das nações, enquanto base para a renovação da relação de subordinação capital-trabalho.*” Evidentemente, tudo isso sem oferecer as pequenas “contrapartidas” recebidas pelos trabalhadores japoneses, como o emprego vitalício, salário-antiguidade, estabilidade etc.⁵²²

Bastante ilustrativo sobre o discurso que busca o consenso, é o “Guia de Princípios” oferecido pela Toyota Motor Company para o processo de integração à empresa, no qual detalha os princípios de “cooperação e competição” para suas atividades no exterior:

“Guia de Princípios:

1- Honrar a língua e o espírito da lei em cada nação e efetuar atividades corporativas francas e justas para ser um bom cidadão corporativo do mundo.

⁵²¹ Idem, ibidem, p. 120.

⁵²² Idem.

2- Respeitar a cultura e os costumes de cada nação e contribuir para o desenvolvimento econômico e social através das atividades corporativas, nas respectivas comunidades.

3- Devemos nos dedicar a oferecer produtos limpos e seguros e a elevar a qualidade de vida em todas as partes, através de nossas atividades.

4- Criar e desenvolver tecnologias avançadas e oferecer produtos e serviços excelentes que satisfaçam as necessidades dos clientes no mundo inteiro.

5- Incentivar uma cultura corporativa que ponha em relevo a criatividade do indivíduo e o valor do trabalho em equipe e, ao mesmo tempo, honrar a confiança e o respeito mútuos entre os trabalhadores e a gerência.

6- Buscar o crescimento harmônico junto à comunidade global através do gerenciamento inovador.

7- Trabalhar com parceiros comerciais na investigação e criação, para poder obter um crescimento e benefícios mútuos estáveis a longo prazo e, ao mesmo tempo, estar sempre dispostos a estabelecer novas parcerias.⁵²³

Como afirma a autora, esses são verdadeiros enunciados éticos, que parecem respeitar a diversidade e os próprios sujeitos da produção. Contudo, a tradução destes termos em níveis práticos e operacionais resulta num aviltamento das condições de trabalho e do próprio trabalhador. Vamos citar apenas um dos vários exemplos em que esses “princípios éticos” são mobilizados com um caso singular, o “tempo do cafezinho”:

Buscando, aparentemente, respeitar os costumes e a cultura local, a unidade da Toyota em Indaiatuba assegura a interrupção do trabalho por dez minutos para o cafezinho no primeiro e no segundo intervalo da jornada:

“O tempo do cafezinho não é descontado do salário, mesmo porque nenhuma empresa faz isso no Brasil. Só que a Toyota, instalada em Indaiatuba, desconta esse tempo. Mas não do salário. Findo o horário de trabalho normal, a jornada é prolongada por mais vinte minutos, diariamente, para compensar o tempo do cafezinho.”⁵²⁴

Segundo cálculos da autora, ao final de quatro semanas, os vinte minutos diários correspondem a uma jornada quase inteira de trabalho não pago, restando uma diferença de apenas vinte minutos para completá-la; totalizando ao final de um ano – segundo os padrões da época – na produção de 504 carros do modelo *Corolla*, de padrão internacional, apenas com o tempo do chamado “cafezinho participativo”. Tempo de

⁵²³ Fonte: Toyota, [s.d.], p. 26. *Apud* Lima, Eurenice. “Toyota: A Inspiração Japonesa e os Caminhos do Consentimento”, op. cit., p. 124.

⁵²⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 124-125.

trabalho não pago pela empresa, sob o pretexto de respeito ao hábito arraigado do povo brasileiro pelo “cafezinho”.⁵²⁵

Há que observar, ainda, que esse “tempo”, na verdade, é dedicado ao processo de interação, integração e identidade do trabalhador com a empresa, atuando de forma objetiva para o aumento da produtividade e exploração intensiva da força de trabalho.

Essa lógica da suposta integração e respeito à participação dos trabalhadores no processo produtivo, na busca do consentimento e do consenso, extrapolou as unidades de produção e ganhou adeptos no próprio movimento sindical. Inclusive no que havia se constituído como um dos mais combativos na década de 1980, como o caso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, filiado à CUT. Sob a lógica da “participação” e sob o discurso da necessidade de um movimento sindical “propositivo”, ou seja, implementando a mudança indicada pelo I Congresso do Partido dos Trabalhadores que redefinia o papel dos sindicatos e da central em relação ao Estado e às empresas, como apontamos em outro momento, a direção do sindicato atuou como parceira na implementação da reestruturação produtiva, travestindo sua atuação como ampliação da participação e da cidadania dos trabalhadores. Quando, de fato, privava uma parte substantiva dos trabalhadores do acesso ao seu próprio meio de vida.

Neste sentido, Luci Praun, em sua pesquisa para dissertação de mestrado, analisa os efeitos desta “nova” lógica e discurso sindical, à luz do processo de reestruturação produtiva na Volkswagen de São Bernardo do Campo, conhecida como Planta Anchieta.⁵²⁶ Em seu trabalho, evidencia que a direção do Sindicato, considerando como inevitável o processo de reestruturação produtiva, passou a negociar os termos desta reestruturação, criando situações esdrúxulas em que a Comissão de Fábrica e o próprio sindicato se comprometeram com o aumento da produtividade em troca de uma suposta manutenção e garantia de empregos. Desta forma, enquanto o sindicato atuava para garantir um aumento de produtividade sob a base de uma reestruturação produtiva que conduziria inevitavelmente à produção de força de trabalho supérflua e num excedente relativo de trabalhadores, dizia que buscava a manutenção de empregos que, de forma direta e indireta, corroborava para extinguir.

Na verdade, o que houve foi uma adesão do sindicato – que deveria representar e defender os direitos e reivindicações dos trabalhadores – ao discurso concorrencial da

⁵²⁵ Idem, p. 125.

⁵²⁶ Praun, Luci. “A Reestruturação Negociada na Volkswagen São Bernardo do Campo”, em *Riqueza e miséria...* Op. cit., p. 155 e ss.

empresa. Guardando as devidas proporções e dimensões históricas, podemos estabelecer um paralelo com a posição dos partidos social-democratas que, diante da concorrência por mercados das respectivas burguesias nacionais, elevada à questão de defesa de interesses “pátrios”, votaram os créditos de guerra e apoiaram o extermínio e a carnificina produzidos na Primeira Guerra Mundial. Isto é, o sindicato atuou como linha auxiliar no processo de reestruturação da empresa, inclusive buscando subsídios e negociando junto ao governo, para capacitá-la diante da concorrência do mercado nacional e internacional. Em última instância, isso significou operar para aumentar a produtividade, produzir mais em menos tempo, ou seja, atuou para intensificar o processo de exploração da força de trabalho – que deveria defender – e tornou-a, em algum nível, redundante. Foi o que ocorreu. O discurso do “sindicato participativo, propositivo, que busca o consenso” redundou nos termos de um consenso imposto pela lógica do capital: Em 1997, a Planta Anchieta contava 23.500 trabalhadores, em 1998 o número foi reduzido para 19.500 e chegou em 2004 com apenas 12.430.⁵²⁷ Em apenas sete anos foram extintos 11.070 postos de trabalho numa única empresa. Mattos indica a lógica por trás destes números. Em 1999, os líderes sindicais do ABC apontavam como saída para a defesa dos empregos a preservação da lucratividade das empresas e, para compensar a queda na demanda por automóveis novos, advogavam a necessidade de redução de impostos cobrados das empresas, recursos que deixariam de ser arrecadados pelo governo e que poderiam beneficiar a maioria da população com a prestação de serviços públicos. Conforme o autor, “*a isso chamaram ‘sindicato cidadão’, pois diziam que agora as entidades eram capazes de discutir as políticas públicas, econômicas nesse caso, e ‘propositivamente’ apresentar alternativas*”.⁵²⁸

Contudo, os trabalhadores não assistiram passivos a essa situação. Houve esboço de greves e manifestações de descontentamento com a direção do sindicato que, cada vez mais questionado, viu surgir uma forte oposição a essa orientação política.⁵²⁹ Mas, se somando as já difíceis condições de luta impostas pelo capital, os trabalhadores viram surgir outros obstáculos que trafegavam em seu próprio meio travestidos como “representantes de seu interesses”. Esse processo não ficou restrito a categorias isoladas. Conforme Mattos, essa nova proposição de buscar a “negociação” já havia levado

⁵²⁷ Dados extraídos de: Praun, Luci. Op cit., p. 177.

⁵²⁸ Mattos, Marcelo Badaró. Op. cit., p. 140.

⁵²⁹ Em abril de 1999 houve eleições para o Comitê Sindical da Empresa e, apesar da pressão exercida pela empresa, a Chapa 2 (“Chega de Parcerias, Sindicato é pra Lutar!”), chapa de oposição à diretoria do sindicato, que questionava os acordos de flexibilização, obteve 42,55% dos votos e elegeu 10 dos 23 membros do comitê. Idem, ibidem, p. 168-169.

Vicentinho, o presidente da CUT em 1996, a buscar um acordo com os poderes Executivo e Legislativo do Brasil em torno da contrarreforma da Previdência, que pretendia reduzir benefícios, aumentar a contribuição dos trabalhadores e dificultar o acesso à aposentadoria, aumentando o tempo de trabalho. Assim, o presidente da Central referendou o fim da aposentadoria integral para o funcionalismo público e subscreveu a importante mudança que passou a conceber a concessão de aposentadoria por “tempo de contribuição” e não mais por “tempo de serviço”, num país com elevado índice de trabalho precarizado e sem qualquer tipo de registro. Conforme o autor, a mudança de postura política da direção da CUT aprofundou-se nos anos 1990, quando, justamente, os efeitos da reestruturação produtiva sobre os trabalhadores e suas organizações eram mais perversos e agudos.⁵³⁰

Um esboço de conclusão

O ano de 1989 comporta inúmeros fatos e acontecimentos, mas para o nosso objetivo é o ano da realização da maior greve geral da história do país, da queda do Muro de Berlim e, também, da derrota de Lula nas primeiras eleições presidenciais. Podemos estabelecer relações entre estes dois últimos eventos nas decisões e escolhas políticas que foram sendo construídas e ganhando força nos rumos do partido. O PT e seu candidato chegaram ao segundo turno das eleições como expressão de mais de uma década protagonizada pelas greves e lutas dos trabalhadores. Essa era, efetivamente, sua base social e política. Contudo, a burguesia – que, ao que parece, levou muito mais a sério a candidatura de Lula e suas possibilidades do que alguns historiadores – jogou todo o peso econômico que dispunha no imprevisto e na “aventura Collor”. Qual o motivo da vitória de Collor? Subtraindo a base social do PT e considerando que o candidato dos conservadores recebeu apoio dos setores e extratos de classe média, além da burguesia, de onde Collor retirou os votos que asseguraram a sua vitória? De um público que ele dizia ser representante e protetor: “os descamisados”. O núcleo dirigente do PT faz esses cálculos. Walter Pomar o diz explicitamente ao apontar que o VI Encontro reafirma as possibilidades eleitorais da vitória de Lula, vislumbradas no

⁵³⁰ Mattos, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Op. cit., p. 143-144.

encontro precedente, mas que haveria superestimado a inserção da militância do PT entre os “marginalizados”. Para Pomar,

“só nos meses seguintes iríamos descobrir que os marginalizados, chamados por Collor de “descamisados”, constituíam uma vasta camada social, com características tão próprias e específicas, que deveriam ser encarados praticamente como uma classe social. Embora até hoje isso não seja consensual no PT, uma nova análise em profundidade das classes sociais no Brasil terá que dirimir esta controvérsia, mais não seja, pelo simples fato de que quem, hoje, decide as eleições no País é o voto desse setor social”.⁵³¹

A densidade da questão ganha o contorno de um debate sobre o possível peso de uma classe social ou, o que não é pouca coisa, o poder decisório nos processos eleitorais. A partir de 1989 há uma preocupação constante em identificar, classificar, descrever e, principalmente, interagir com essa “massa de descamisados”, ou, nos termos do PT, de “marginalizados”.

André Singer, ao analisar o resultado eleitoral de 2006, evidencia o processo de crescente deslocamento dos votos obtidos por Lula para o setor que define como “subproletariado”, a parcela da população com “baixíssima renda” que recebe até dois salários mínimos mensais por família. Ao mesmo tempo, indica que setores médios, após a experiência com o primeiro mandato do presidente petista, iniciado em 2002, teriam migrado para a “oposição”, votando no candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, em proporção direta com os rendimentos mais elevados. O autor observa que em 2002 não havia uma polarização entre os extratos sociais brasileiros e os votos obtidos por Lula na campanha presidencial foram dispersos pelas distintas faixas salariais, o que é compreensível ao considerarmos o processo de desgaste do presidente Fernando Henrique Cardoso, por um lado, e os acordos do candidato do PT com a burguesia e o setor financeiro, por outro. O autor sustenta, à luz das pesquisas realizadas, que o único processo eleitoral que guarda paralelo de polarização por faixa de renda seria precisamente o segundo turno das eleições de 1989. Entretanto, cabe observar, que a relação foi inversa ao processo observado em 2006: enquanto em 1989 Collor de Mello obtinha vantagem de dez pontos percentuais entre os eleitores de até dois salários

⁵³¹ Pomar, Walter. “Introdução”, em *Resoluções de encontros e congressos...* Op. cit., p. 22.

mínimos de renda familiar mensal, nos extratos mais elevados quem alcançava essa vantagem era Lula.⁵³²

A análise dos dados também indica o forte componente da luta de classes por trás dos resultados eleitorais. Evidentemente, os setores mais organizados e combativos do proletariado, tendencialmente, conservavam seus rendimentos ou impediam sua queda e, na década de 1980, houve um grande movimento grevista. Neste sentido, é da maior importância a observação de André Singer, baseado em pesquisa, de que existe no início dos anos 1990:

“um aumento linear da concordância com o uso de tropas para acabar com as greves conforme declinava a renda do entrevistado, indo de um mínimo de 8,6%, entre os que tinham renda familiar acima de vinte salários mínimos, a um máximo de 41,6% entre os que pertenciam a famílias cujo ingresso era de apenas dois salários mínimos. Em outras palavras, ao contrário do esperado, os mais pobres eram mais hostis às greves do que os mais ricos. Em parte, é essa inversão que faz a nova hegemonia parecer “às avessas”.⁵³³

Para Singer, o fenômeno pode ser compreendido a partir da apreensão de como os setores de renda mais baixos concebiam o processo de redução da desigualdade social. A opção pela *esquerda* ou pela *direita* no espectro político residiria em como obtê-la. A esquerda seria preterida em favor de uma "solução pelo auto", optando, esses setores, pela preservação da "estabilidade", através da "autoridade constituída" que protegeria os interesses dos mais pobres a partir da intervenção do Estado.

A perspectiva de atingir esse setor da população brasileira, perseguida por Lula e pelo PT desde a derrota em segundo turno nas eleições de 1989, só seria consolidada com o primeiro mandato do PT na presidência da República, em 2002, por meio do Programa Bolsa Família que recebeu, nos anos subsequentes, somas crescentes do orçamento federal. Não obstante, para além do impacto e desenvolvimento econômico em determinadas regiões provocados pela política assistencialista do governo, haveria, segundo o autor, um processo de identificação dessa fração de classe - denominada subproletariado - com o próprio Lula que se converteu, ao longo dos anos, em

⁵³² Singer, André. *Raízes sociais e ideológicas do Lulismo*. Em: Novos Estudos 85, p. 86. Novembro de 2009. Conforme a proposição de Paul Singer, o subproletariado seria uma fração de classe proletária que não encontra no mercado de trabalho o correspondente em valor para a própria reprodução de sua força de trabalho em “condições normais”. Fonte: <http://pt.scribd.com/doc/31416114/Andre-Singer-Lulismo> (Consulta em 11/12/2010.)

⁵³³ Idem. p. 6.

representante de uma parcela da sociedade que, pelas suas condições objetivas de existência não podia, a partir de sua própria organização, se fazer representar.

O ano de 1989 é também o da queda do Muro de Berlim, da divulgação ininterrupta do fracasso do socialismo, da inevitabilidade do capitalismo... Ora, os projetos socialistas e comunistas sustentaram, desde *O manifesto comunista*, a classe trabalhadora como o sujeito social destas transformações. Muitos, refletindo o desenvolvimento capitalista do pós-Segunda Guerra ou os processos de derrotas políticas dos trabalhadores, muito antes do queda do Muro, já colocavam em questão essa centralidade transformadora. Mas agora, suspeitas e sussurros ganhariam a projeção de um enorme estrondo. E ele foi ouvido. Luis Gushiken, nos debates preparatórios do I Congresso do PT não nos deixa dúvidas. Ele argumenta, francamente, que o partido deve deixar de defender o anti-imperialismo e, de maneira explícita, relaciona que a defesa desta bandeira referenciava-se no “socialismo real” e, agora, depois da *débâcle*, tal perspectiva deve sair de cena.

“Os textos nossos têm um tripé, que é a ação concentrada da política do partido: a ação anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiária. Se a gente assume a ação anti-imperialista, como um dos elementos pilares, eu acho que é um desastre total para quem vai ser governo daqui a três anos. O que vamos dizer para a sociedade? Nós somos contra as empresas estrangeiras, nós somos contra vir capital externo aqui no Brasil? Isso é um suicídio. Um dos primeiros pilares que temos que demover – e aí tem divergência – é a questão do imperialismo. Por que qual é a ideia de imperialismo que tem o PT? É a empresa estrangeira? Uma coisa concreta. Nós podemos nos relacionar com o capital estrangeiro tal como nós tínhamos formulado, na relação com o imperialismo. Acho que mudou. Mudou. Mudou o quadro. Significa dizer o seguinte: se forem perguntar para o Lula se o seu governo interessa atrair capitais de monopólios, de trustes, o Lula não pode titubear. Ele tem que dizer: nós queremos sim. Agora, qual é a contrapartida, para efeito de política, não só para a sociedade, até para justificar nosso projeto socialista? Nós queremos, mas que não tenha abuso na determinação do preço, que não tenha abuso na determinação do investimento, abuso no pagamento dos operários. Mas aí há uma inversão global da linha política com relação ao capital. Coisa que antigamente não tinha tanto, porque de uma forma ou de outra, a gente tinha inconscientemente que um processo revolucionário no Brasil teria como ponto de apoio, material-financeiro-político, o socialismo real. Mas, desagregou. E, durante longo tempo, ele era referência para nós, nesse aspecto. Com a mudança, que foi de fundo, de fundo, eu quero saber, se nos mesmos moldes uma revolução socialista hoje, no quadro

da economia basicamente capitalista, nós temos condições de argumentar na linha de ação anti-imperialista como centro.”⁵³⁴

O discurso é de autoria do 1º “vice-presidente” e secretário sindical da Comissão Executiva do partido, em escala, o cargo superior era ocupado por Luiz Inácio Lula da Silva, que figurava como presidente da organização política. Citamos o longo extrato por conter elementos que nos parecem importantes. Em primeiro lugar, para além da relação com o imperialismo e sua materialidade, os monopólios e os trustes, surge uma concepção de socialismo que deve, doravante, conviver com ele, negociar com ele, isto é, coexistir com ele. Um socialismo que deve aceitar essa realidade imposta, cujo limite é a própria sociedade capitalista em seu período imperialista, com todas as mazelas impostas pelos monopólios e oligopólios, cuja única perspectiva é negociar os termos desta relação para, conforme Gushiken, “*justificar nosso projeto socialista*”. O horizonte não é apenas o capitalismo, sequer a independência em relação ao capital estrangeiro, mas a subordinação a ele, conferindo ao Estado um papel regulador. Ou seja, o orador preserva o termo “socialismo”, mas empregado com o sentido de uma tentativa de negociar e amenizar os termos de acumulação capitalista em sua fase imperialista. Contudo, não deixa de ser interessante que Gushiken afirme que de maneira “inconsciente” estes regimes, dos quais o PT buscava se diferenciar, significavam uma retaguarda “*material, financeira e econômica*”. A conclusão é decisiva, não há perspectiva de revolução socialista no quadro de uma economia “*basicamente capitalista*” com a desagregação do chamado “*socialismo real*”. Mas o autor passa da linha de contraposição entre capitalismo e socialismo para afirmar que a mudança no quadro foi tão brutal que não é de uma revolução socialista que se deve renegar a perspectiva, ele trata de *questionar a validade argumentativa* de uma política anti-imperialista.

Não se pode fazer da necessidade, virtude por longo tempo e sair impune. As indefinições e os termos vagos e genéricos sobre o tema do socialismo refletiam, é certo, uma profusão de projetos e programas diferentes, cuja raiz encontramos na própria diversidade de setores que compuseram o PT. Eram, ao mesmo tempo, uma forma, como reconheceu José Dirceu, de evitar maiores fraturas. Mas não eram apenas isso. Recordemos que, ao analisar os impasses do partido sobre as questões estratégicas,

⁵³⁴ Desgravação de debate preparatório ao I Congresso do PT, 1991. CSBH. Mimeo. *Apud* Garcia, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UFF, 2008, mimeo., p. 153-154.

Francisco de Oliveira identificou, nos diferentes setores, uma ausência de cultura socialista e comunista, e o próprio Lula – e parte do grupo que se reunia em torno dele – seria expressão da ruptura com o conhecimento histórico, mas também com essa cultura no setor que ele representava, a classe trabalhadora. Oliveira afirma que os intelectuais que militam no PT com experiência política anterior e cultura socialista,

“rejeitam a história política anterior do movimento operário brasileiro por uma razão muito dramática: (...) salvo contadas exceções, intelectuais e ‘intelectuais orgânicos’ do PT rejeitam a história anterior simplesmente porque acham que o próprio PCB nunca foi suficientemente obreirista, sectário, stalinista e revolucionário para merecer os lauréis de partido da classe operaria brasileira”.⁵³⁵

O terceiro setor que comporia o PT, os movimentos sociais, careceria,

“também ao seu modo, de uma cultura política socialista, a qual se traduz de certo modo na ojeriza à política, no basismo, e termina por desembocar naquilo que Eunice Duham chamou a ‘construção da cidadania’: isto é, a politização dos movimentos populares começa pela reivindicação da cidadania, da qual estão excluídos por não possuírem sequer a Carteira de Trabalho, que mais que o título de eleitor é o único reconhecido numa sociedade em que a força de trabalho não é nada, nem se quer chega a ser mercadoria”.⁵³⁶

Ou seja, a se considerar a avaliação de Oliveira, a maior parte dos intelectuais tinha vínculos profundos com o stalinismo, e o setor dos movimentos sociais, pela ausência de cultura socialista, mas também por sua constituição e pela natureza de suas demandas, convergiriam para as novas elaborações. Tudo isso tornou o PT extremamente permeável, principalmente a partir da orientação de seu grupo dirigente, ao volume e densidade da campanha ideológica operada depois da queda do Muro de Berlim e que terminariam, em última instância, reconhecendo os limites do capitalismo como limite da própria história e o terreno onde esta poderia ser feita.

Isso, porém, não explica tudo, outros elementos confluíram para esse processo. A enorme “mobilidade social” dos quadros e dirigentes do partido, provocada pelas vitórias eleitorais, ocupação de cargos nos poderes Executivo e Legislativo, cargos técnicos e de assessoria, as administrações etc. exigiram e impuseram ao partido a constituição de um exército de burocratas. Coelho demonstrou – a partir do conceito de transformismo, elaborado por Gramsci, e reelaborado pelo autor para apreender as

⁵³⁵ Oliveira, Francisco de. Op. cit., p. 13.

⁵³⁶ Idem, ibidem, p. 15-16.

mudanças operadas no núcleo dirigente do partido – como esses cargos, principalmente as prefeituras conquistadas a partir de 1988, influíram na recomposição social do partido e na reorientação da visão de mundo informada pelo marxismo para posições pós-modernas. Cyro Garcia converge com as conclusões de Coelho sobre as mudanças decisivas operadas pela ocupação dos cargos a partir de 1988, inclusive apresenta a evolução da composição social dos delegados aos respectivos encontros do partido que evidenciam a prosperidade dos rendimentos. Acrescenta, ainda, a incorporação de muitos petistas, antigos dirigentes do movimento sindical, aos fundos de pensão, que tiveram participação ativa nos processos de privatização. Essa participação também provocava deslocamentos significativos não só nos rendimentos, mas também na posição em relação ao conflito capital-trabalho, pois de “representantes dos trabalhadores” esses quadros se convertem em “gestores do capital”. Nós poderíamos acrescentar o processo de deslocamento também produzido no movimento sindical por meio da parceria entre empresas e governo, num período de desemprego aberto e refluxo das lutas. Esses são elementos que compõem e ajudam a compreender o processo de transformação do partido, ou de transformismo, nos termos de Coelho. Mas a mudança dos termos, a vasta mudança ideológica, a alteração na centralidade de conceitos, desvalorizando uns e a revalorizando outros, são elementos que guardam íntima relação com as mudanças no Leste Europeu. Ou seja, a mudança operada nos fundamentos teóricos, conceituais, programáticos e políticos foi efetuada sobre a base do impacto da queda do Muro de Berlim e da reeleitura histórica do projeto de emancipação humana a partir daqueles acontecimentos. A compreensão do fenômeno implica a análise do impacto dos processos do Leste e das próprias transformações do capitalismo e dos processos de reestruturação produtiva. O discurso de fim do socialismo e de perda da centralidade da classe trabalhadora confluiu com um processo real, no qual parecia que a classe trabalhadora perdia a centralidade e se dissolvia no desemprego provocado pelas mudanças do próprio capitalismo, ao mesmo tempo em que o próprio PT, por meio dos cargos, deslocava a sua centralidade social dos movimentos, sindicatos e fábricas, para os gabinetes de prefeituras, parlamentos, para a parceria no movimento sindical e a gestão do capital via fundos de pensão.

Ou seja, como esperamos ter comprovado, o projeto transformador saiu de cena e, com ele, o discurso para o sujeito social que ele comportava: a classe trabalhadora. Se não há perspectiva de mudança na estrutura social, econômica e política, trata-se, evidentemente, de assegurar a preservação do Estado, buscando amenizar as

contradições mais flagrantes através de medidas paliativas desenvolvidas a partir do próprio Estado. Nesse sentido, tráfegar o discurso fundamentado na independência de classe para o de acesso à cidadania fazia todo o sentido para os que estavam de olho “nos descamisados que decidiam eleições”. Consolidada a posição na classe trabalhadora, o partido se lança na conquista deste exército de votos e o programa para tal conquista é a “inclusão”, a promoção da cidadania.⁵³⁷ A expressão permite, ao mesmo tempo, dialogar com a própria burguesia, uma vez que suprime o discurso classista. O partido é incorporado à ordem instituída e passa a ser instrumento de sua reprodução, que implica, evidentemente, a perpetuação da própria exclusão e miséria. Mas um instrumento diferente, uma vez que, por suas origens e posições conquistadas nos movimentos sociais, empresta e confere a ordem à capilaridade que ela não tinha, potencializando sua existência e reprodução sobre novas bases.

⁵³⁷ Basta lembrar que o partido organizou, com a presença de Lula, a Caravana da Cidadania que percorreu milhares de quilômetros pelo Brasil.

Apêndice: Encontros e Congressos do PT

Ato de lançamento do PT

10 de fevereiro de 1980 – Colégio Sion – São Paulo/SP.

Reunião Nacional de fundação do PT

1º de junho de 1980 – Instituto sedes Sapientiae – São Paulo/SP.

1º Encontro Nacional

8 e 9 de agosto de 1981 – Assembléia Legislativa – São Paulo – SP.

2º Encontro Nacional

27 e 28 de março de 1982 - - Instituto sedes Sapientiae – São Paulo/SP.

3º Encontro Nacional

6 a 8 de abril de 1984 – Pampas Palace Hotel – S. B. do Campo /SP.

Encontro Nacional Extraordinário

12 e 13 de janeiro de 1985 – Diadema/SP.

4º Encontro Nacional

30 de maio a 1º de Junho de 1986 – Hotel Danúbio – São Paulo/SP.

5º Encontro Nacional

4 a 6 de dezembro de 1987 – Senado Federal – Brasília/DF.

6º Encontro Nacional

16 a 18 de junho de 1989 – Col. Caetano de Campos – São Paulo/SP.

7º Encontro Nacional

31 de maio a 3 de junho de 1990 – Anhembi – São Paulo/SP.

I Congresso

27 de novembro a 1º de dezembro de 1991 – Pavilhão Vera Cruz – São Bernardo do Campo/SP.

8º Encontro Nacional

11 a 13 de junho de 1993 – Centro de Convenções – Brasília/DF.

9º Encontro Nacional

29 de abril a 1º de maio de 1994 – Congresso Nacional – Brasília/DF.

10º Encontro Nacional

18 a 20 de agosto de 1985 – Sesc/Guarapari – ES.

11º Encontro Nacional

29 a 31 de agosto de 1997 – Hotel Glória – Rio de Janeiro/RJ.

Encontro Nacional Extraordinário

23 e 24 de maio de 1998 – Quadra dos Bancários – São Paulo/SP.

Capítulo VI

O LEGADO DE TROTSKY NUM EXEMPLO DA ESQUERDA BRASILEIRA

*Então, então você acha
Que consegue distinguir
O céu do inferno
Céus azuis da dor
Você consegue distinguir
Um campo verde
De um frio trilho de aço?
Um sorriso de um véu?
Você acha que consegue distinguir?
Fizeram você negociar
Seus heróis por fantasmas?
Cinzas quentes por árvores?
(...)
Ano após ano
Correndo sobre este mesmo velho chão
O que encontramos?⁵³⁸*

(David Gilmour/Roger Waters)

Neste capítulo procederemos à investigação do impacto dos processos do Leste Europeu sobre o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Contudo, antes de iniciarmos nosso estudo, alguns esclarecimentos são necessários. O congresso de fundação do PSTU foi realizado nos dias 3, 4 e 5 de junho de 1994, em São Paulo,

⁵³⁸ Letra original: *Wish You Were Here* (Waters, Gilmour): Pink Floyd, 1975

So, so you think you can tell / Heaven from Hell, / Blue skies from pain. / Can you tell a green field / From a cold steel rail? / A smile from a veil? / Do you think you can tell? / And did they get you to trade / Your heroes for ghosts? / Hot ashes for trees? / Hot air for a cool breeze? / Cold comfort for change? / And did you exchange / A walk on part in the war / For a lead role in a cage? / How I wish, how I wish you were here. / We're just two lost souls / Swimming in a fish bowl, / Year after year, / Running over the same old ground. / What have we found? / The same old fears. / Wish you were here. Tradução em: <http://whiplash.net/materias/traducoes/004722-pinkfloyd.html>

por uma série de organizações e militantes com origem no Partido dos Trabalhadores (PT) e também de fora dele. Uma das principais organizações que originou o PSTU foi a Convergência Socialista, uma das correntes internas do Partido dos Trabalhadores, expulsa de suas fileiras em 1992 por defender publicamente a campanha do “Fora Collor”, que havia sido rejeitada pelo I Congresso do partido realizado no ano anterior. Uma vez fora do PT, a Convergência Socialista, junto com outras organizações e militantes de esquerda, constituiu a “Frente Revolucionária”, que evoluiu para um “Movimento pró-PST-Unificado” e que resultaria, dois anos mais tarde, na fundação do PSTU. Cabe indicar, portanto, que o PSTU se constituiu enquanto partido alguns anos depois dos processos do Leste Europeu. Sendo assim, em relação ao período anterior a 1994 nos referenciaremos nas pesquisas sobre as posições da Convergência Socialista (CS) e, fundamentalmente, as da organização à qual se vinculava internacionalmente, a Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT – QI), que reivindica as formulações de Trotsky e com a qual o PSTU, na atualidade, mantém relações fraternas, na medida em que a legislação proíbe as organizações partidárias brasileiras de estabelecerem vínculos internacionais.

Por fim, tomando por referência as proposições elaboradas por Trotsky sobre o caráter da ex-URSS e desenvolvidas no segundo capítulo, pretendemos desdobrar o impacto das transformações do Leste Europeu sobre uma organização brasileira que reivindica o legado metodológico e teórico do revolucionário russo. Tal perspectiva nos parece interessante para aferição do impacto daqueles acontecimentos num setor da esquerda brasileira que adota os pressupostos teóricos que desenvolvemos neste trabalho.

A Convergência Socialista em face dos processos do Leste Europeu

Para apreendermos a leitura dos acontecimentos do Leste Europeu pela Convergência Socialista no final da década de 1980 e início de 1990 tomamos por base alguns exemplares do periódico *Convergência Socialista*, editado pela organização de mesmo nome, sua revista *Correio Internacional*, além de outros documentos, com as principais posições desta organização sobre os processos do Leste Europeu.

Em 1988, por ocasião do 50º ano da fundação da IV Internacional, a *Convergência Socialista* publicou um número especial da sua revista *Correio*

Internacional. O texto de abertura refere-se à importância da construção de um “partido mundial da revolução” num momento em que existiam grandes mobilizações de trabalhadores em praticamente todos os continentes. O Secretariado da LIT-QI destaca que, na Europa, os trabalhadores dos Estados operários da Polônia, Iugoslávia, Romênia e União Soviética se encontravam na vanguarda das mobilizações e que estariam “protagonizando uma formidável mobilização revolucionária contra a burocracia que os domina”.⁵³⁹ A publicação apresenta dados sobre o processo de crise econômica e social que convertia setores crescentes da população mundial à condição de miséria, inclusive, nos Estados Unidos. Retorna, contudo, ao tema dos Estados operários, nominando a União Soviética, China, Cuba e Polônia, como países que expropriaram os meios de produção da burguesia e estabeleceram economias planificadas, possibilitando enormes conquistas como o fim da fome, da inflação, do desemprego e do analfabetismo. Não obstante, concebendo a economia mundial como única e sob o domínio do imperialismo, sustenta que esses países não puderam escapar da crise produzida pela dominação imperialista mundial e enfrentavam, naquele momento, os seus efeitos. Os governos destes países estariam nas mãos de uma “casta burocrática” que, para defender seus privilégios “*se negou a aprofundar a revolução contra o imperialismo até destruí-lo*”, sustentando a construção do socialismo de maneira isolada e que poderiam superar os países mais avançados sem, antes, destruir o capitalismo em escala mundial.⁵⁴⁰ O imperialismo deteria a “*mola propulsora*” do desenvolvimento técnico, da prosperidade e da riqueza. Os Estados operários estariam sendo afetados pela crise mundial, e muitas conquistas da classe trabalhadora estariam ameaçadas pela “agressão imperialista”. Conforme o documento:

“Depois da expulsão dos imperialistas, os burocratas estão permitindo que eles façam investimentos nos estados operários: na China, cidades inteiras estão sendo entregues sem misericórdia à exploração do capital; na União Soviética centenas de empresas estrangeiras estão abrindo suas portas enquanto os letreiros luminosos da Coca Cola brilham em Moscou. A Polônia, Iugoslávia e Hungria estão atrelados ao FMI como qualquer país latino americano e seus governos aplicam brutais planos de austeridade sobre os trabalhadores para pagar a dívida externa.”⁵⁴¹

⁵³⁹ “50 anos da Quarta Internacional”, em *Correio Internacional*, edição especial. ACS Editora, 1988, p. 3-8.

⁵⁴⁰ Secretariado Internacional da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional. “É hora da Quarta Internacional”. *Correio Internacional*., op. cit., p. 9-10.

⁵⁴¹ Idem, ibidem, p.10.

O texto faz referência ao anúncio de economistas soviéticos prevendo que o número de desempregados na URSS alcançaria dezesseis milhões até o final do século XX, como resultado da *Perestroika* sob a batuta de Gorbachev. A inflação, extinta na Polônia, alcançava índices de 39% num ritmo ascendente. A mortalidade infantil teria crescido três vezes mais na URSS em comparação aos Estados Unidos, e a expectativa de vida começava a diminuir.

A “casta burocrática” desses países teria instaurado verdadeiras “ditaduras totalitárias” nos Estados operários, impedindo o exercício da democracia pelos trabalhadores. Afirma que durante décadas os burocratas disseram que essas “ditaduras totalitárias eram o socialismo real” e que a IV Internacional, liderada por Trotsky, “*se constituiu na luta contra essa degeneração burocrática dos estados operários e essa mentira, afirmando que o verdadeiro socialismo é sinônimo de democracia operária e não de ditadura*”.⁵⁴² Diante da crise e dos abalos despertados pelas primeiras mobilizações populares no Leste Europeu, o Secretariado Internacional da LIT-QI, rejubila-se pela perspectiva de luta defendida ao longo de cinquenta anos e apresenta, na sequência, um programa para superação do impasse histórico:

“A Quarta Internacional se sente orgulhosa de ser a única corrente mundial que há cinquenta anos levanta a bandeira que responde às mais sentidas necessidades desse um terço da humanidade que habita os estados operários e dos milhões de trabalhadores que lutam contra a burocracia em todos os países do mundo.

É necessário fazer uma revolução política contra a burocracia totalitária, tomando controle do aparato estatal, impondo uma verdadeira democracia na qual os trabalhadores controlem a produção e o Estado, garantindo a mais ampla liberdade de expressão, inclusive o direito de organizar partidos políticos e sindicatos independentes do Estado!”⁵⁴³

As consequências da luta nos países do Leste Europeu contra a casta dirigente deveriam ser estendidas aos demais países do mundo a partir da luta contra a burocracia existente nos sindicatos e em todas as organizações operárias. Na sequência, o documento discorre sobre o processo crescente de lutas em diversos países, lastreados pelo aumento da miséria imposto pela crise capitalista. Esses processos de mobilizações, de revoluções, inclusive, estariam colocando em cheque os partidos e organizações tradicionais do movimento operário, evidenciando suas limitações e

⁵⁴² Idem, p. 11-13.

⁵⁴³ Idem, p. 13.

expondo o seu caráter de traição. Os dias de glória dos partidos comunistas pertenceriam ao passado, e a social-democracia, convertida em agente direta do imperialismo, perdia influência no movimento dos trabalhadores. As massas em luta estariam objetivamente enfrentando o imperialismo e o capitalismo em nível mundial e, mesmo sem o saber, estariam realizando o programa “trotskista”, abrindo espaço para o surgimento de uma nova camada de lutadores que, “*na busca da direção que necessitam para triunfar, ao lado desses lutadores somente está o trotskismo. Por isso suas lutas estão colocando o trotskismo em primeiro plano*”.⁵⁴⁴

Após essa exposição podemos, em linhas gerais, estabelecer que a Convergência Socialista, seguindo os passos da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional, concebia o processo de mobilizações existentes em vários países capitalistas, junto com o despertar do movimento contra a burocracia dos Estados operários na década de 1980, flexionados para um processo mundial que, como reação dos trabalhadores à crise econômica, questionava os planos econômicos dos governos e provocava rupturas com a estrutura sindical e com organizações políticas tradicionais da classe trabalhadora. Isso permitia a emergência de uma nova direção para o movimento dos trabalhadores em todo o mundo, que seria consubstanciada na IV Internacional, única organização que teria um programa adequado para atender as expectativas dos trabalhadores do Leste Europeu, ser consequente com as mobilizações no Ocidente e possibilitar a vitória sobre o capitalismo em todo o mundo.

Sobre os processos dos países do Leste Europeu, é importante observar que a crise de suas economias é apreendida como inerente ao processo de sua inserção e subordinação à economia mundial sob o domínio imperialista. Neste sentido, é bastante relevante que a LIT-QI tenha identificado nos governos da URSS e Polônia, estendendo à China, na Ásia, os responsáveis por medidas que iniciavam a introdução da economia de mercado, intensificando a subordinação desses países ao mercado mundial e agravando a crise econômica interna. Assim, em depoimento publicado na mesma edição do *Correio Internacional* sobre a Convergência Socialista, Maria José Lourenço (Zezé), ao fazer referência aos processos de mobilizações em vários países da América Latina, deflagrados pela miséria e pela subtração de recursos econômicos para pagamento da dívida externa; às lutas na Coreia do Sul; à luta dos palestinos no Oriente Médio e dos trabalhadores negros contra o *Apartheid* na África do Sul, conclui que:

⁵⁴⁴ Idem, p. 13-16.

“Essa colossal onda de lutas explode também no próprio coração do imperialismo em crise, com a multiplicação das greves e mobilizações da classe operária na Europa Ocidental e nos Estados Unidos.

E chega aos Estados Operários, com a força das greves e enfrentamentos dos trabalhadores poloneses e iugoslavos, com a luta do povo armênio. É que aí a dominação da burocracia contrarrevolucionária leva à estagnação e à crise econômica, fazendo com que também esses Estados se subordinem à economia imperialista mundial, fazendo crescer o peso da dívida externa em todos os países do Leste Europeu e impondo-lhes planos de arrocho brutais, a partir mesmo da União Soviética”.⁵⁴⁵

A análise do semanário da Convergência Socialista permite uma aproximação do processo de conversão do próprio PT à lógica de adaptação ao Estado brasileiro, sua estrutura de poder e sua rendição ao “regime democrático”, com a ruptura de sua independência de classe, que abordamos no quinto capítulo, ao mesmo tempo em que possibilita apreciar as posições defendidas pela organização em relação aos processos do Leste Europeu. Assim, o periódico *Convergência Socialista* apresenta em sua edição nº 292, de 30 de maio a 2 de junho de 1991, uma polêmica com o então deputado Aloísio Mercadante, vice-líder do PT na Câmara. O deputado petista, em entrevista à revista *Exame*, de 15 de maio de 1991, defendeu a importância do lucro e da iniciativa privada para o avanço e desenvolvimento de toda sociedade, ao mesmo tempo em que condenava a tentativa de superação do mercado através do Estado, uma vez que a ideia de planejamento centralizado haveria fracassado no Leste Europeu. O articulista do jornal, contrapondo-se aos argumentos expostos por Mercadante, apresenta a posição da CS e defende a economia planificada como condição para atender as necessidades da classe trabalhadora e do povo. Afirma que a planificação estatal dos países do Leste fracassou porque aqueles Estados eram “*parasitados por uma casta burocrática, que tinha privilégios materiais sobre o conjunto dos trabalhadores.*” Em razão disso, afirma, “*a planificação era e é burocrática, imposta por essa casta e não de acordo com a vontade dos trabalhadores*”. Ou seja, surge aqui a perspectiva de que ainda persistia uma planificação econômica, ainda que “burocrática”. O outro motivo do fracasso da planificação dos países do Leste residiria na política da burocracia de “*congelar a revolução em seus próprios países e não estendê-la a todo o mundo*”, deixando suas economias vulneráveis frente ao “*mercado mundial dominado pelo*

⁵⁴⁵ Lourenço, Maria José. “A Luta da Convergência Socialista”. (Um depoimento da companheira Maria José Lourenço – Zezé – sobre a Convergência Socialista.) *Correio Internacional.*, op. cit., p. 27.

imperialismo”. Definindo os países do Leste como “*Estados operários*”, sustenta que o vínculo ao mercado mundial fez surgir naqueles países fenômenos típicos da economia de mercado como a inflação, dívida externa, controle do FMI e desemprego. Na sequência, defende que a “*economia planificada pelo Estado com gestão democrática dos trabalhadores, banindo todas as burocracias, é uma forma muito superior à economia capitalista de mercado*”.⁵⁴⁶

Em sua edição de 13 a 19 de junho de 1991, o periódico anuncia, na capa, a realização do IV CONCURT (Congresso Nacional da CUT), em setembro, e o I Congresso do PT, agendado para novembro do mesmo ano. Evidencia sua posição política para ambos, propondo a “*defesa da CUT e do PT das origens: classistas, democráticos e instrumentos da luta pelo socialismo*”.⁵⁴⁷ Em seu “Editorial”, a organização defende que o PT e a CUT foram duas grandes conquistas da classe trabalhadora brasileira. O partido seria o primeiro a se apresentar com um “*perfil próprio, independente, contra todos os partidos burgueses*”. A CUT seria a primeira central de expressão baseada na luta contra os “*pelegos e na defesa dos direitos da classe trabalhadora*”. A realização dos congressos aproximava as duas organizações de momentos decisivos da sua existência. A Articulação, corrente majoritária que dirigia as duas entidades, estaria imprimindo um giro à direita, marcado pela adaptação ao regime democrático-parlamentar, pela priorização da ação institucional em detrimento da luta direta e pelo apoio da conciliação de classes em torno de um “entendimento nacional” e da participação no “pacto social”. Para assegurar a vitória de suas propostas, a Articulação estaria recorrendo a métodos burocráticos, como a regulamentação “*burocrática do partido, com restrições e ameaças de não reconhecimento das tendências*”. Na CUT, o estatuto teria sofrido mudanças antidemocráticas, estabelecendo “filtro” dos congressos estaduais para o congresso nacional. A política e os métodos dessa corrente teriam por objetivo colocar as duas organizações sob “*orientação reformista, defensora da economia de mercado e da restauração capitalista no Leste Europeu*”.⁵⁴⁸

Vislumbramos, assim, que a situação política do país e os processos do Leste Europeu convergiam na disputa interna do PT. O partido, que fora objeto da influência dos processos do Leste Europeu, figura, agora, como sujeito que repercute uma

⁵⁴⁶ *Convergência Socialista*, nº 292, de 30/5 a 2/6/1991, p. 5. O artigo é subscrito por Daniel Guerra. (grifos do original).

⁵⁴⁷ *Convergência Socialista*, nº 294, de 13 a 19/6/1991. Capa.

⁵⁴⁸ “Editorial”. *Convergência Socialista*. Op. cit., p. 3.

determinada dinâmica daqueles processos, tendo alguns de seus quadros e figuras de expressão passado a defender a economia de mercado e a própria restauração do capitalismo no Leste Europeu. O mesmo número do periódico, sob o título “PT deve se Definir pelo Socialismo com Democracia”, apresenta um resumo das teses da Convergência Socialista para o I Congresso do PT. Identificando que este ocorreria num momento histórico do movimento dos trabalhadores em todo o mundo, marcado pela queda dos “regimes burocráticos do Leste Europeu”, que haviam destruído a ideia de que seus governos eram revolucionários. O artigo, ao mesmo tempo, indica que muitos ativistas do movimento operário e popular colocavam em questão a validade do socialismo diante daqueles eventos. Identifica que a burguesia soube aproveitar esses questionamentos e lançou uma campanha que “*alardeava o fim do socialismo e a vitória histórica do capitalismo*”. Na sequência, alerta: “*Militantes importantes do nosso partido [PT] têm concordado com essas afirmações e dão declarações frequentes à imprensa defendendo a economia de mercado e a propriedade privada.*”⁵⁴⁹ Ao criticar essas posições, a Convergência Socialista sustenta que a “*queda das ditaduras totalitárias do Leste Europeu não significou uma derrota do socialismo. Ela representou o fim dos regimes burocráticos que massacraram trabalhadores durante décadas*”. Segundo a organização, se estes regimes não significavam uma alternativa, tampouco o capitalismo constituiria alternativa, uma vez que viveria, em sua fase imperialista, uma crise crônica, arrastando consigo a humanidade para situações de fome e miséria crescentes. Indicando dados sobre a economia mundial e a situação de recessão de países como EUA, Canadá e Inglaterra, além da diminuição do crescimento econômico da França, Alemanha e Japão, defende como alternativa o “socialismo com democracia”, que seria viabilizado com a expropriação das fábricas, bancos e terras pelos trabalhadores.⁵⁵⁰

Diferenciando-se dos Estados operários e dos eventos do Leste Europeu, persiste na defesa de que, para alcançar o socialismo, é preciso incentivar a organização e mobilização dos trabalhadores de forma permanente. A tomada do poder é concebida como fruto da ação dos trabalhadores e suas organizações independentes, como sindicatos e conselhos. O partido – adverte – não se confunde com o novo Estado operário. Neste novo Estado os trabalhadores teriam a mais ampla democracia, uma vez que dirigiriam diretamente o Estado. Esse regime, segundo o jornal, teria existido nos

⁵⁴⁹ “O PT deve se Definir pelo Socialismo com Democracia” *Convergência Socialista*. Op. cit., p. 7.

⁵⁵⁰ Idem, p. 7.

primeiros anos da Rússia soviética, quando Lenin e Trotsky estavam à sua frente. Este deveria ser o regime que o PT deveria defender, sem burocratas e patrões, em que existiria democracia e os trabalhadores governariam.⁵⁵¹

A contracapa do semanário é dedicada à queda do governo da Albânia. Os trabalhadores, por meio de uma greve geral que conquistou 50% de aumento salarial, derrubaram o primeiro-ministro Fatos Nano. Após descrever que a Albânia havia passado por eleições recentes e que o novo governo do Partido do Trabalho da Albânia (PTA) não conseguia estabilidade, avalia que a realização de uma greve geral, iniciada no dia 17 de maio com reivindicações salariais, foi o início de um processo de mobilizações que terminou por exigir a renúncia do governo. É interessante destacar que o periódico aponta que o novo governo de “salvação nacional”, formado pelo PTA e pelo Partido Democrático (PD), o maior partido oposicionista e pró-capitalista, não apresentaria solução para os problemas dos trabalhadores e afirma que os burocratas do PTA também estão se “*convertendo às medidas de restauração do mercado*”. Desta forma, sustenta que, para melhorar as condições de vida das pessoas, a liberdade conquistada deveria ser usada para que as entidades sindicais e as organizações operárias defendessem “*a propriedade estatal, passando a administrá-las diretamente*”. A revolução na Albânia precisaria ser completada com a “*derrubada total dos burocratas*” que ainda permaneceriam no governo e na administração pública. Na sequência, o artigo faz referência ao processo de “confusão ideológica” que possivelmente existiria nas massas albanesas, seguindo “todo o Leste Europeu” e que residiria na “*identificação do socialismo com a ditadura burocrática que as oprimiu*”. A expectativa apresentada é que a mobilização da classe operária trazia a esperança de que os trabalhadores e o povo albaneses avançariam na sua “*revolução política*”, “*defendendo as conquistas de sua revolução socialista*”.⁵⁵²

A tese apresentada pela *Convergência Socialista* para o debate preparatório que antecedeu o I Congresso do PT, intitulada “Socialismo ou Barbárie”, parte da necessidade de resgatar a atualidade do socialismo, uma vez que, conforme identifica, com a “*derrocada dos regimes burocráticos do Leste Europeu*”, havia ganhado força a campanha mundial proclamando a “*vitória histórica do capitalismo*”, que estaria sendo acompanhada por “porta-vozes” importantes do PT. A lógica do documento é

⁵⁵¹ “Um Estado onde os Trabalhadores Decidam”. *Convergência Socialista*. Op. cit., p. 7.

⁵⁵² “Greve Derrubou o Governo da Albânia”. *Convergência Socialista*, nº 294, de 13 a 19/6/1991, p. 12. Artigo subscrito por Henrique Carneiro.

demonstrar que, se por um lado os regimes do Leste Europeu não significaram uma alternativa, tampouco o seria o capitalismo, que em sua fase imperialista, conduzia a humanidade à barbárie. A crise do Leste e a crítica às deformações do stalinismo não deveriam obscurecer a necessária crítica ao capitalismo. A queda dos regimes do Leste Europeu não demonstraria a falência do socialismo, mas as de sua deformação, o stalinismo. Conforme caracteriza a tese:

“O monstruoso Estado burocrático erigido pelos PCs acabou levando esses países à estagnação e a crise. As massas, com ações revolucionárias, derrubaram os regimes burocráticos e conquistaram a democracia. Mas a confusão provocada por décadas de stalinismo facilitaram a contraofensiva do imperialismo, apoiado nos novos governos da região, que aplicam planos pró-capitalistas e tentam fazer imperar a ideologia das vantagens da economia de mercado.”⁵⁵³

Segundo a tese, a entrada do capitalismo no Leste não traria prosperidades, como apregoado pela burguesia e pelo imperialismo, mas o contrário, provocaria um rebaixamento no nível de vida de suas populações, convertendo-os ao nível de submissão dos países latino-americanos “semicolonizados”.

Bastante significativa para compreender a posição da Convergência Socialista, e também da LIT-QI, sobre os processos do Leste Europeu é a análise apresentada sobre o golpe de Estado liderado por setores da burocracia no dia 19 de agosto de 1991. Na edição que veio à luz no dia 22 do mesmo mês, o periódico estampa em sua capa uma enorme manifestação em Leningrado com a manchete: “União Soviética: Massas se Levantam contra o Golpe”.⁵⁵⁴ A matéria, nas páginas centrais do jornal, relata o desenvolvimento do golpe e registra a declaração feita por seu líder Gennadi Ianaiev, vice de Gorbachev, de que daria continuidade à política de abertura ao capitalismo. Sendo assim, não teriam diferenças estratégicas com o programa de Gorbachev. Segundo o jornal, os golpistas pretendiam pôr fim às greves e manifestações que estariam questionando o poder da burocracia e teriam por objetivo acabar com “o processo de auto-organização operária e popular que vinha gerando partidos, comitês de ação e sindicatos independentes”. Desta forma, objetivavam acabar com a instabilidade política e estabelecer um rígido controle para aplicar os planos de restauração capitalista. A matéria termina com dados sobre as grandes mobilizações que

⁵⁵³ Coordenação Política Geral do Congresso do PT. “Socialismo ou Barbárie”. *Jornal do Congresso*, nº 2, junho de 1991, p. 61-62.

⁵⁵⁴ *Convergência Socialista*, nº 304, de 22 a 28/8/1991. Capa.

reuniam centenas de milhares de pessoas contra o golpe e convoca o apoio e a solidariedade dos trabalhadores de todo o mundo aos processos de mobilização.⁵⁵⁵ Uma parte da matéria é destacada do texto em um quadro dedicado a esclarecer as divergências entre os “*golpistas, Ieltsin e Gorbachev*”. O processo de luta entre eles representaria os interesses dos diferentes setores da burocracia na restauração do mercado, uma vez que uns saíram ganhando e outros perdendo e, além de diferenças no ritmo do processo, também se dividiriam quanto à política a ser aplicada para restaurar o capitalismo em face das grandes manifestações populares que abalavam toda a região.⁵⁵⁶

A contracapa da mesma edição publica os “trechos principais” da declaração da LIT-QI, produzida no dia 20 de agosto, sobre os acontecimentos da URSS, com a qual a organização se “solidariza”. A declaração reafirma que os golpistas pretendiam acabar com as liberdades democráticas para aplicar os mesmos planos de restauração capitalista, mas sem as greves e manifestações populares. Após tecer considerações sobre a aliança de todos os setores da burocracia com o imperialismo e que o golpe não melhoraria a situação de penúria da população, apresenta um chamado bastante interessante que reproduzimos, uma vez que permite acompanhar qual a percepção que a LIT-QI e a CS tinham do processo neste período e que avaliamos ser importante para a análise que apresentaremos posteriormente.

“Os trabalhadores e povos soviéticos não podem depositar nenhuma confiança em Bóris Ieltsin, por mais que ele hoje lidere a oposição ao golpe. Foi Ieltisin quem freou os mineiros em sua última onda de greves, levando-os ao pântano das eleições. Foi ele que se uniu a Gorbachev para aplicar os mesmos planos de fome e capitalismo. (...) A verdadeira solução só pode vir dos próprios trabalhadores e do povo. São eles que têm que governar a URSS, controlar e planificar democraticamente a economia e assegurar um regime de liberdades políticas, nacionais e sindicais baseado na democracia operária. Um regime que será o oposto do que a ditadura deste pretende impor (sic); e também o oposto da falsa ‘democracia’ de Gorbachev e Ieltsin”.⁵⁵⁷

⁵⁵⁵ “Burocratas Lançam Tanques contra a Revolução Política”. *Convergência Socialista*, op. cit., p. 6-7. Na página 6, há um destaque que remete para a declaração de João Amazonas, presidente do PCdoB, que, em declaração à *Folha de S.Paulo* de 20/8/1991, emprestou seu apoio aos golpistas, que representariam, segundo Amazonas, a tentativa de pôr “ordem na casa” e uma tentativa de buscar “uma solução que não seria uma aliança descarada com o imperialismo”.

⁵⁵⁶ “Golpistas, Ieltsin e Gorbachev. Quem são eles?”, em *Convergência Socialista*, op. cit., p. 7.

⁵⁵⁷ “Contra o Golpe Totalitário: Todo Apoio à Luta dos Povos e Trabalhadores Soviéticos!”. Declaração da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), p.12.

O número seguinte do jornal *Convergência Socialista* estampa em sua capa nova foto de manifestantes soviéticos com o título: “Revolução Derruba Ditadura Stalinista”. Mais uma vez, as páginas centrais do periódico são dedicadas à análise do processo de mobilizações que, em 72 horas, derrotou os golpistas da “cúpula militar, da KGB e do Partido Comunista”. A corrente interna do PT apresenta um programa para a situação despertada pela vitória contra os golpistas, convocando os trabalhadores a tomar os destinos em suas próprias mãos e convoca a rejeição da restauração capitalista que “*Ieltsin e outros burocratas convertidos querem impor*”.⁵⁵⁸ Na contracapa da mesma edição, a CS afirma que Gorbachev e Ieltsin foram obrigados a adotar medidas democráticas, pressionados pelo processo de mobilização dos trabalhadores e de todo o povo. Os processos de luta teriam destruído os regimes stalinistas, uma vez que as instituições sobre as quais se sustentavam, como o PC, a KGB e as Forças Armadas, teriam sido deslocadas para segundo plano. Contudo, adverte o semanário, Ieltsin e Gorbachev estariam unidos para canalizar o ascenso revolucionário para o terreno das eleições.⁵⁵⁹

Uma semana depois, o jornal também dedicou grande espaço para os acontecimentos da União Soviética, desencadeados após o golpe. Na capa da edição 306, de 5 a 11 de setembro de 1991, anuncia um “Encarte Especial sobre a União Soviética”. Sobre o fundo de uma foto com uma enorme manifestação popular, na parte superior encontramos a manchete: “Abaixo os planos de restauração capitalista de Ieltsin”, seguida na parte inferior da frase: “Os desafios e perigos da Revolução Soviética”. O referido encarte apresenta uma análise histórica do processo de degeneração da Revolução Russa e o significado das mobilizações que infringiram a derrota do golpe. Contudo, a dinâmica que o processo adquiria é visível na análise dedicada ao governo de Ieltsin. Vejamos como a CS analisou a projeção de Ieltsin a partir do processo de resistência ao golpe do dia 19 de agosto:

“Ieltsin aproveita a colossal confusão que causou o desastre da economia planificada stalinista na cabeça dos trabalhadores e do povo soviético em geral e também o fracasso total do socialismo num só país, para iludi-los com a ‘economia de mercado’

As grandes massas vivem a bebedeira da vitória e hoje acreditam em Ieltsin, pelo papel que teve na resistência ao golpe. Os trabalhadores o veem como seu dirigente.

⁵⁵⁸ “Por um Governo dos Trabalhadores e do Povo, sem Burocratas nem Novos Ricos”, em *Convergência Socialista*, nº 305, de 29/8 a 3/9/1991, p. 7.

⁵⁵⁹ “Soviéticos liquidam regime totalitário”, em *Convergência Socialista*, op. cit., p. 12.

Esse é o maior perigo para a revolução soviética. Por sua política restauracionista e pró-imperialista *Ieltsin é o inimigo número um dos trabalhadores soviéticos*, mesmo que estes ainda não tenham consciência disto.⁵⁶⁰

As contradições e a dinâmica do processo, expressas de maneira emblemática nesta passagem, conduzem a tendência interna do PT a apresentar um programa para a “revolução política na União Soviética”, expresso na consigna “Por um governo dos trabalhadores, sem burocratas e novos ricos”, sustentando que os soviéticos precisariam de um Partido dos Trabalhadores que deveria nascer das organizações dos trabalhadores, independente do Estado, surgido das lutas contra a fome e os planos de restauração, lutando pelo controle da produção e distribuição.

A pesquisa realizada nos periódicos da época permite identificar que a corrente interna do PT buscou fundamentar suas interpretações nos escritos de Trotsky, especialmente em *A revolução traída*. Assim, é recorrente em sua imprensa a caracterização destes regimes como “Estados operários burocratizados”. É possível verificar que a CS atribuía as crises econômicas pelas quais passavam os países do Leste Europeu ao fracasso da teoria do socialismo num só país, que condicionou o desenvolvimento daquelas economias aos marcos de fronteiras nacionais, limitando o desenvolvimento das forças produtivas e impondo a sua subordinação ao mercado mundial. As medidas de abertura política adotadas por Gorbachev, tidas como muito limitadas, foram apresentadas nos periódicos da CS como produto da pressão das massas e do movimento grevista no interior da URSS. Por outro lado, os planos econômicos do governo figuram como uma tentativa de restaurar a propriedade privada, o que se chocava diretamente com os anseios dos trabalhadores que lutavam por melhores salários e condições de trabalho.

A Convergência Socialista identificou as manifestações contra os regimes do PCUS como parte do processo de revolução política, conforme concebida por Trotsky. Não obstante, partindo de reflexões posteriores de Nahuel Moreno, um dos fundadores e principal dirigente da LIT-QI, agregou que esta revolução teria muito provavelmente duas etapas, analogamente ao processo revolucionário russo de 1917: a etapa de Fevereiro, caracterizada pela luta de todos pelo estabelecimento da democracia e a fase do Outubro, caracterizada pela ascensão da consciência de classe por meio de um

⁵⁶⁰ Encarte especial do jornal *Convergência Socialista*, nº 306, p. 3. (Destaques em negrito no original.)

partido revolucionário e pela necessidade dos trabalhadores tomarem o poder. Por outro lado, caracterizou a remoção dos regimes de partido único como uma importante vitória dos trabalhadores, na medida em que derrotava o stalinismo – concebido como um aparato contrarrevolucionário em escala mundial –, alterando os termos da ordem estabelecida entre o imperialismo e o regime stalinista no pós-Segunda Guerra. Assim, apesar da confusão e da ausência de consciência em muitos dos processos de mobilização do Leste, traço que demarcaria a ênfase da etapa de “Fevereiro”, esses processos abririam a possibilidade da constituição de fortes partidos revolucionários que conduziram à etapa de “Outubro”, caracterizado pela conquista do socialismo “com democracia”.⁵⁶¹

Essa identidade com as fases da Revolução Russa deve, contudo, ser problematizada. É verdade que as mobilizações do Leste libertaram forças de enorme potencialidade e, como é comum nesses processos, ampliaram as possibilidades de surgimento e desenvolvimento de organizações revolucionárias, conforme o primeiro Fevereiro russo. Mas, no decurso dos anos, houve alterações significativas na estrutura econômica, política e social da Rússia/URSS. A articulação de contradições internas e externas que possibilitaram a acentuação da crise na Rússia em 1917, expondo os principais interesses em jogo, também foi bastante original, para não falar do surgimento dos organismos de duplo poder, os sovietes. Todos esses elementos confluíram para uma aceleração da crise e conduziram à revolução. Outro elemento decisivo para a transição do “Fevereiro” para o “Outubro” foi a intervenção do partido bolchevique, uma organização revolucionária que, apesar de minoritária, vinha construindo ao longo de anos uma referência de ruptura. E mesmo os bolcheviques, como observamos no primeiro capítulo, em determinados momentos tiveram posições dúbias sobre o desenvolvimento da revolução e a própria decisão sobre a insurreição foi objeto de contradições e luta interna. A questão é que os processos de crise revolucionária e de grande instabilidade política não se arrastam indefinidamente no tempo, aguardando a materialização da consciência política e dos interesses de classe em partido ou organização capaz de influir decisivamente nos acontecimentos e superar positivamente os impasses entre revolução e contrarrevolução. Analogias são

⁵⁶¹ França, Teones Pimenta de. *Para aonde foi o novo sindicalismo*. Tese de doutoramento em História, Universidade Federal Fluminense, 2005. Redação a partir das citações de documentos e do texto de Teones Pimenta de França (op. cit., p. 317-328).

importantes para compreensão e “pedagogia” dos processos históricos, mas precisam respeitar e preservar, para além de possíveis identidades, a diversidade de contextos.

Conforme Teones Pimenta de França:

“Para [a Convergência Socialista], o trotskismo estaria em franca ascensão após o que esses militantes consideravam como o início da ‘revolução política’, já que era a única concepção ideológica no mundo a profetizar aquilo que ocorria até então. Viam a contra-revolução – que atrasava a consciência dos trabalhadores e dificultava a sua chegada ao poder – sustentada por dois pilares: a burocracia stalinista e o imperialismo capitalista. Assim, se um desses pilares desmoronou, o caminho da revolução teria ficado muito mais facilitado.

[...] Por fim, é possível considerarmos que a história foi implacável também com a análise realizada pela CS a partir dos acontecimentos que ocasionaram o fim do socialismo real, pois a débâcle deste não significou a ‘hora do trotskismo’. Assim, mesmo esse grupo, que reivindicava as manifestações na China e nos países da Europa oriental como sendo o início da revolução política prognosticada por Trotsky, sofreu as consequências negativas desse processo e não pode dizer que caracterizou com acuidade o que acontecia naquele momento.”⁵⁶²

Nesta exposição, a partir da análise dos jornais da Convergência Socialista e do estudo realizado por França, podemos observar que mesmo uma organização referenciada no legado de Trotsky não passou incólume pelo impacto dos chamados processos do Leste Europeu. Se considerarmos que a CS sempre referenciou sua política em análises e caracterizações a partir de um marco internacional, podemos inferir que as conclusões imediatas dos processos do Leste tiveram consequências diretas na organização. Basta dizer que o choque entre uma caracterização internacional fundamentada numa perspectiva de que chegou a “hora do trotskismo” contrastada com a dura realidade subsequente de avanço do neoliberalismo, constituem uma contradição de termos de uma equação de difícil solução. Em suas “Tesis Sobre la Situación Mundial”, aprovada no seu VIII Congresso Mundial, em 2005, a LIT-QI, ao referir-se às significativas mudanças dos últimos anos do século XX, com a globalização, a restauração do capitalismo no Leste Europeu e a contra ofensiva ideológica que questionava o papel da classe trabalhadora, da manutenção da perspectiva socialista, do partido revolucionário etc., identifica que havia, até 1994, passado pelo pior momento

⁵⁶² França, Teones Pimenta de. Op. cit., p. 325-326.

de sua crise.⁵⁶³ Apesar disso, cabe indicar que a referência teórica nas posições de Trotsky permitiu à CS distinguir o movimento que realizava Gorbachev e demais lideranças dos PC's da ação dos trabalhadores do Leste Europeu, apreendendo, como pudemos analisar, a partir das matérias dedicadas aos fatos concretos, elementos contraditórios do processo em curso.

PSTU: novas interpretações dos processos do Leste Europeu

Para avançarmos em nossa investigação sobre o processo de restauração capitalista no Leste Europeu e o seu impacto na esquerda brasileira, examinaremos mais detidamente, a partir de agora, as posições de Martín Hernández, editor da revista *Marxismo Vivo* – publicada no Brasil pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), desenvolvidas na introdução do livro *A revolução traída: o que é e para onde vai a URSS*, de Leon Trotsky.⁵⁶⁴ Este exame nos parece pertinente na medida em que o autor, neste seu texto mais recente (2005), faz uma espécie de balanço histórico sobre como as organizações que se reivindicam trotskistas, incluindo a LIT-QI, interpretaram aqueles acontecimentos, ao mesmo tempo em que propõe um modelo explicativo que passaremos a analisar. A importância do texto reside em que identificamos nele a origem da posição adotada pela LIT-QI em seu VIII Congresso Mundial, realizado no Brasil, de 25 a 30 de julho de 2005, sobre o significado dos processos do Leste Europeu, exposta em suas “Tesis sobre la situación mundial”.⁵⁶⁵ Consciente do caráter controverso e da complexidade de elementos que envolvem uma análise sobre os processos de restauração capitalista, não temos a pretensão, muito menos condições, de esgotar o debate. Feitas essas ressalvas – por mais que a forma não

⁵⁶³ VIII Congresso Mundial de la Liga Internacional de los Trabajadores – LIT-CI, Brasil, 25 a 30 de julio, 2005. “Resoluciones y Documentos”. San Pablo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann/Ediciones Deeksha, 2005, p. 23.

⁵⁶⁴ Hernández, Martín. “Introdução”, em: Trotsky, Leon. *A revolução traída: o que é e para onde vai a URSS*. São Paulo: Editora José Luiz e Rosa Sundermann, 2005.

⁵⁶⁵ VIII Congresso Mundial de la Liga Internacional de los Trabajadores – LIT-CI, Brasil, 25 a 30 de julio, 2005. “Resoluciones y Documentos”. Op. cit. A revista *Marxismo Vivo*, nº 12, no final de 2005, publica as “Teses sobre a Situação Mundial”, aprovadas no VIII Congresso Mundial da LIT-QI, seguida do mesmo texto apresentado por Martín Hernández, sob o título “Leste Europeu: Restauração e Revolução”. A parte das “Teses sobre a Situação Mundial” do VIII Congresso da LIT-QI, dedicadas à análise daqueles processos apresenta como subtítulo os mesmos termos. Para além de outras referências, indicamos que a essência dos argumentos de Hernández e da LIT-QI, neste momento, é expressa pela organização dos fatos no tempo, isto é, a restauração do capitalismo teria sido anterior ao processo de mobilizações – “revolução” – que derrubaram os PC's, em vários países. *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, nº 12, ano 2005. Instituto José Luis e Rosa Sundermann, p. 6-39.

nos agrade – apresentaremos as principais proposições apresentadas por Hernández, seguidas de comentários e questões que nos parecem relevantes. Muitas vezes esses comentários não passam de questionamentos – o que pode ser angustiante para o nosso leitor – sem nenhuma formulação alternativa e, na maioria das vezes, indicaremos referências para pesquisas futuras e mesmo para aferição de proposições. Feitos esses esclarecimentos, analisaremos as considerações do referido autor sobre o processo de restauração capitalista na ex-URSS:

Hernández resgata a importância da obra de Trotsky para a compreensão dos chamados processos de Leste Europeu e faz distinção entre “*dois grandes fatos contraditórios entre si*”, referindo-se à restauração capitalista e às mobilizações de massas que derrotaram os regimes stalinistas.

Ao apresentar a obra de Trotsky, Hernández evidencia a incapacidade da maioria do movimento trotskista de identificar o processo de restauração capitalista em curso no Leste Europeu. Na sequência, indica duas possibilidades para essa incapacidade: as elaborações de Trotsky não teriam resistido ao desenvolvimento histórico ou suas formulações foram interpretadas parcial e equivocadamente pelo movimento trotskista. O autor aponta para a última hipótese. Com efeito, demonstra como um setor do trotskismo, encabeçado por Pierre Frank e Ernest Mandel, apreendeu de maneira estática o papel da burocracia, conferindo-lhe um caráter social parcial e progressista, na medida em que nas formulações de Trotsky a burocracia preservaria, à sua maneira, as conquistas da Revolução Russa.⁵⁶⁶ Contudo, Trotsky relativiza este papel e, como vimos, aponta para a possibilidade de supressão das conquistas do Outubro russo, caso a burocracia se mantivesse à frente do poder de Estado.

Não obstante, Hernández identifica um setor que qualifica como “trotskistas principistas”, os que, seguindo as formulações de Trotsky, apontaram o caráter restaurador da burocracia, mas que não identificaram “*de que forma e em que momento a burguesia recuperou o poder*”, constituindo a origem de “*vários erros e falsos debates*”.⁵⁶⁷ Na sequência, o autor formula os princípios do que chamaremos de uma lógica estrutural do processo de restauração capitalista. Prossigamos com suas formulações:

“A restauração do capitalismo é, em certo sentido, um acontecimento de signo oposto à expropriação da burguesia e à construção dos Estados operários.

⁵⁶⁶ Hernández, Martín. “Introdução”, em: Trotsky, Leon. *A revolução traída...* Op. cit. p. 10-12.

⁵⁶⁷ Idem, p. 13.

A expropriação da burguesia e a construção de um Estado operário significa uma revolução na estrutura econômica, mas essa revolução não começa na estrutura, e sim na superestrutura. O mesmo ocorre com a restauração do capitalismo, só que ao contrário. A restauração significa uma contrarrevolução na estrutura, que começa na superestrutura.

Não pode haver expropriação da burguesia e construção de um Estado operário se primeiro a classe operária não tomar o poder. Da mesma forma, não pode haver, em um Estado operário, restauração do capitalismo sem que primeiro a burguesia tenha recuperado o poder.”⁵⁶⁸

Assim, o autor estabelece uma analogia entre a restauração capitalista com o processo de “signo oposto” representado pelo Outubro de 1917, marco da tomada do poder pelos bolcheviques, seguido da posterior estatização e planificação econômica. Ao estabelecer esta analogia resta, contudo, identificar uma diferença, nem um pouco secundária, entre a estratificação e composição social de um “Estado burguês” e um “Estado operário”. Indicamos também que, ao condicionar a restauração à recuperação do poder pela burguesia, há uma ruptura com a posição sustentada por Trotsky, que analisa a possibilidade da restauração capitalista partir da própria burocracia, conforme expôs em sua obra *A revolução traída* e também no *Programa de transição*, que citamos na introdução desta dissertação. Desta forma, nos parece relevante resgatar uma apreciação de Marx que, examinando a possibilidade de uma revolução e analisando a configuração de classes na Alemanha em meados do século XIX, aponta a perspectiva da emancipação alemã na seguinte condição:

“Na formação de uma classe que tenha *cadeias radicais*, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma *reparação particular* porque o mal que lhe é feito não é um *mal particular*, mas o *mal em geral*, que já não possa exigir um título *histórico*, mas apenas o título *humano*; de uma esfera que não se oponha a consequências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; por fim, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem emancipar-se de todas as outras esferas da sociedade sem emancipá-las a todas – o que é, em suma, a *perda total* da humanidade, portanto, só pode redimir-se a si mesma por uma *redenção total* do homem. A dissolução da sociedade como classe particular, é o *proletariado*.”⁵⁶⁹

⁵⁶⁸ Idem, p. 13.

⁵⁶⁹ Marx, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. “Introdução”. Tradução Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 155-156. (Destaques no original.)

A singularidade da configuração histórica do proletariado enquanto classe converte-o em “*redentor total do homem*”. Essa particularidade constitui uma diferenciação fundamental do proletariado em relação às demais classes revolucionárias na história. Essa importante diferença apontada por Marx ao avaliar a possibilidade “conjuntural” da emancipação da Alemanha, tomando por analogia o processo revolucionário francês, é significativa. Desta forma, aproximemo-nos das considerações sobre o processo revolucionário francês contraposto ao alemão, conforme abordado por Marx:

“O sonho utópico da Alemanha não é a revolução *radical*, a emancipação *humana universal*, mas a revolução parcial, *meramente* política, que deixa de pé os pilares do edifício. Qual a base de uma revolução parcial, meramente política? Apenas esta: uma *seção da sociedade civil* emancipa-se e alcança o domínio universal: uma determinada classe empreende, a partir de sua *situação particular*, uma emancipação geral da situação. Tal classe emancipa a sociedade como um todo, mas só no caso de a totalidade da sociedade se encontrar na mesma situação que esta classe; por exemplo, se possuir ou facilmente puder adquirir dinheiro ou cultura.

Nenhuma classe da sociedade civil consegue desempenhar este papel a não ser que possa despertar, em si e nas massas, um momento de entusiasmo em que se associe e misture com a sociedade em liberdade, se identifique com ela e seja sentida e reconhecida como a *representante geral* da referida sociedade. Os seus objetivos e interesses devem verdadeiramente ser os objetivos e os interesses da própria sociedade, da qual se torna de fato a cabeça e o coração social. Só em nome dos interesses gerais da sociedade é que uma classe particular pode reivindicar a supremacia geral. Para alcançar esta posição libertadora e a direção política de todas as esferas da sociedade, não bastam a energia e a consciência revolucionárias. Para que a *revolução de um povo* e a *emancipação de uma classe particular* da sociedade civil coincidam, para que um estamento seja reconhecido como o estamento de toda a sociedade, outra classe tem que concentrar em si todos os males da sociedade, um estamento particular tem de ser o estamento do repúdio geral, a incorporação dos limites gerais. Uma esfera social particular terá de olhar-se como o *crime notório* de toda a sociedade, a fim de que a libertação de semelhante esfera surja como uma autolibertação geral. Para que *um* estamento seja estamento libertador *par excellence*, é necessário que outro estamento se revele abertamente como o estamento da opressão. O significado negativo e universal da nobreza e do clero

francês produziu o significado positivo e geral da *burguesia*, a classe que junto deles se encontrava e que a eles se opôs.”⁵⁷⁰

Posteriormente retomaremos algumas destas reflexões. No presente momento cabe ressaltar que Marx estabelece uma analogia para inferir diferenças e apreender um processo geral que configura como a “*emancipação humana*”. Assim, destacamos o método utilizado que, partindo do conceito de classe revolucionária, confronta-o com os processos e conjunturas históricas e não suprime as diferenças ao analisá-los através de comparações o que, justamente, permite abstrair e formular conceitos gerais. Em outras palavras, ao estabelecer paralelo entre a classe burguesa e a proletária, Marx identifica historicamente as suas respectivas características revolucionárias para, novamente, diferenciá-las em seu alcance histórico. Essa acuidade metodológica fica mesmo evidente ao analisar a conjuntura histórica alemã em relação ao processo revolucionário francês. Uma segunda reflexão parece oportuna e evidente nas duas referências, tanto o proletariado como a burguesia constituem antíteses de determinado modo de produção. Em outros termos, sua existência particular e específica precedente configura seu alcance histórico revolucionário. Assim, a burguesia é “*a classe que junto deles (da nobreza e do clero) se encontrava e que a eles se opôs*”. E o proletariado na sociedade civil é “*uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem emancipar-se de todas as outras esferas da sociedade sem emancipá-las a todas*”.

Abordamos estas referências em Marx para explicitar que o processo revolucionário russo de 1917, como o francês de 1789, conta com uma classe ou sujeito social revolucionário endógeno. Assim, em relação aos termos apresentados por Hernández, cabe questionar a validade metodológica de uma analogia entre processos históricos diametralmente opostos, que envolvem situações distintas de estratificação social, apenas com uma inversão de sinal. Ainda que consideremos que a Revolução Russa, por uma série de contradições apresentadas nos capítulos precedentes, não possa ser concebida como “*a redenção do homem*”, as configurações econômicas, políticas e sociais deste Estado operário burocratizado são muito distintas das que possibilitaram o poder soviético em outubro de 1917. Cabe indicar também que o autor parece abstrair a terceira hipótese formulada por Trotsky – que apresentamos no segundo capítulo – e que parte da premissa de que se nem a burguesia, nem o proletariado derrubassem a burocracia, esta, numa espécie de “*evolução orgânica*”, não sem conflitos e

⁵⁷⁰ Idem, p. 145. (Destques no original.)

contradições, buscaria apoio na propriedade privada para perpetuar sua condição privilegiada. Contudo, acompanhem os passos de Hernández:

“Com a restauração do capitalismo, ocorreu o mesmo, só que no sentido contrário. Houve um momento em que a burguesia tomou o poder (ou melhor, recuperou o poder) e a partir daí iniciou o desmonte dos restos do Estado operário. Acabou com o monopólio do comércio exterior, com a planificação econômica e com a propriedade estatal das empresas e das terras. Tudo isso foi ocorrendo durante muitos anos, e mesmo continua até hoje, mas há um momento que é qualitativo, que também divide águas, e esse momento é fevereiro-março de 1986.”⁵⁷¹

Consciente dos problemas internos que sua formulação apresenta, o dirigente da LIT-QI recorre ao caráter internacional da burguesia, ao fato de esta classe dirigir o Estado através de elementos da pequena burguesia e ao fato de a burocracia, do ponto de vista dos privilégios, aproximar-se da burguesia.⁵⁷² Contudo, esses elementos não são autoexplicativos e existem muito antes de 1986; identificá-los na realidade não permite explicar como uma burguesia, inexistente no interior da URSS, tomou o poder de Estado. Na concepção de Hernández, o processo de restauração capitalista, na medida em que consideramos que a burguesia foi expropriada e a burocracia não constitui uma classe social, necessita de uma classe – a burguesia – exógena ao sistema. No texto em análise não dispomos de uma exposição mais detalhada da articulação entre o capital internacional e a burocracia que teria permitido que em 1986 a “burguesia” tomasse o “poder de Estado”. Não obstante, a forma como o autor apresenta a burguesia como “*uma classe internacional*” potencialmente acima das especificidades nacionais – e, no presente caso, não se tratam de quaisquer especificidades – permite alguns questionamentos.

Evidentemente, o capital opera em escala internacional, contudo, a burguesia enquanto classe não prescinde dos Estados nacionais para, justamente, exercer seu poder de classe dominante, por mais que consideremos as “associações internacionais” imperialistas. Retomando a clássica concepção de Lenin sobre o imperialismo, identificamos que essa “fase superior do capitalismo” consiste numa exacerbação das contradições entre o caráter social da produção e do desenvolvimento das forças produtivas por um lado e a apropriação privada por outro. Assim, a formação de

⁵⁷¹ Hernández, Martín. “Introdução”, em: Trotsky, Leon. *A revolução traída...* Op. cit. p. 13. A referência a fevereiro-março de 1986 remete à celebração do XXVII Congresso do PCUS.

⁵⁷² Idem, p. 15-16.

monopólios em associação potencializa o processo de concorrência capitalista projetando-o ao nível dos Estados nacionais. A relação entre o caráter contraditório do desenvolvimento das forças produtivas e a propriedade privada, expressa nos limites dos Estados nacionais, assumiu contornos dramáticos nas duas grandes guerras do século XX. Teria a burguesia, enquanto “classe internacional”, superado esses limites, a ponto de possibilitar uma conversibilidade que lhe permite tomar o poder mesmo numa fração de território onde não existia propriedade privada? Como explicar que a dissolução da URSS resultou no surgimento de vários Estados nacionais e que, em muitos deles, *pari passu*, desenvolveram-se conflitos cruentos? Evidenciando, mais uma vez, o domínio burguês sob a constituição de Estados nacionais. Do nosso ponto de vista, há um esforço importante do autor ao identificar uma alteração qualitativa na direção política e econômica na União Soviética a partir de 1986.

Na nossa perspectiva, o processo começou ainda em 1985, conforme expusemos no terceiro capítulo ao fazermos referência ao próprio Gorbachev, que indica que planos de mudanças da envergadura da *Perestroika* não seriam possíveis de serem realizados após um mês, apenas, de sua posse como secretário-geral, se não fossem estudados, preparados e arquitetados com antecedência. Contudo, independente do calendário, essas mudanças significariam a tomada do poder pela burguesia ou, inversamente, significaram uma mudança qualitativa da burocracia que, em associação com o capital internacional, inicia sua conversão em burguesia a partir de medidas que objetivam a introdução da propriedade privada, com as consequências econômicas e políticas inerentes a esta medida? Sustentamos a última formulação.

Como pretendemos evidenciar, esta perspectiva adotada por Hernández – a de que a burguesia tomou o poder de Estado em 1986 na URSS – constitui a fonte de inúmeros problemas e contradições internas ao seu modelo explicativo. Não obstante, prossigamos com os enunciados do autor retomando alguns de seus argumentos. Parece oportuno destacar que ele indica que a *Perestroika* e a *Glasnost* são “lançadas” a partir da ascensão de Gorbachev em 1985 e que – não menos importante – são consideradas “*a resultante quase pura, no âmbito da URSS, da ofensiva econômica com formas democráticas lançada pelo imperialismo norte-americano que denominamos reação democrática*”.⁵⁷³ Resta questionar quais os alcances e limites das “formas

⁵⁷³ Idem, p. 14. (Destques meus.) A política de reação democrática na América Latina significou a adoção por parte da burguesia de regimes de “democracia burguesa”, que através de seus mecanismos eleitorais objetivam desviar para a luta institucional e eleitoral a ação direta das massas.

democráticas” no âmbito da URSS. No texto não encontraremos nenhuma referência e, infelizmente, como veremos, o desenvolvimento das “formas democráticas” da ofensiva econômica não será mais retomado pelo autor. Avancemos, todavia, com a argumentação de Hernández ao avaliar a confusão gerada com o processo de restauração do capitalismo e a ação das massas contra o “stalinismo”:

“A partir desses acontecimentos, uma enorme confusão, que se mantém até hoje, atingiu o conjunto da esquerda mundial. Por um lado, a restauração do capitalismo e, por outro, a brutal campanha ideológica do imperialismo, tratando de mostrar a superioridade do capitalismo sobre o socialismo, provocaram um profundo impacto em toda a esquerda e em toda a vanguarda mundial. Uma boa parte da esquerda chegou à conclusão de que o capitalismo havia demonstrado sua superioridade. Outra parte, possivelmente a maioria, de que o socialismo não passava de uma bela utopia. Entre eles, germinou com muita força a ideia de que o leninismo havia dado origem ao stalinismo, que os partidos revolucionários eram coisa do passado, assim como a revolução socialista e a tomada do poder pelos trabalhadores.”⁵⁷⁴

Ressaltamos apenas que a ideia de que “*o leninismo havia dado origem ao stalinismo*” – ou, em termos mais precisos, de que o stalinismo era a consequência exata e, também, expressão do leninismo – é anterior ao processo de restauração capitalista, pelo menos no movimento comunista que agregou a maioria da classe trabalhadora no século XX. É essa antecendência que permitiu ao imperialismo fazer com sucesso as associações posteriores que relata Hernández. Em última instância, a “força” dos PC’s no movimento operário – antes do fim da URSS – decorre destas associações, a de que os regimes stalinistas são os herdeiros de Lenin, os preservadores das conquistas de Outubro e a expressão política de uma outra ordem social. Assim, a força da campanha ideológica do imperialismo baseava-se nesse nexo entre o stalinismo e a estrutura material conquistada através da Revolução Russa, a expropriação da burguesia e a planificação econômica, apreendidas como senso comum. Portanto, essa associação é anterior à queda dos regimes do Leste Europeu. Não obstante, acompanhemos o desenvolvimento dos argumentos do autor sobre o novo caráter de classe do Estado na URSS:

“Em nossa opinião, a partir de fevereiro-março [de 1986], a URSS (e a Rússia a partir da dissolução desta) não é mais um Estado Operário burocratizado, e sim um Estado Burguês. No entanto, especificamente em seus dez primeiros anos,

⁵⁷⁴ Idem, p. 16.

seria mais preciso definir a Rússia como um ‘Estado Burguês atípico’, já que nesse novo Estado, nesses primeiros anos, era muito diferente dos outros Estados burgueses. A propriedade estatal tinha um grande peso, a burguesia estava surgindo em uma luta desenfreada para acumular capital, as instituições da democracia burguesa eram incipientes, todo o arcabouço jurídico estava sendo construído e a relação das pessoas com o Estado conservava muitos elementos do Estado anterior.

Além disso, nos dois primeiros anos (ou pelo menos, no primeiro ano) poderíamos dizer que estávamos diante de *um Estado burguês sem burguesia*. Essa definição pode gerar confusão, porque Lenin usou essa mesma formulação para mostrar as limitações do Estado Operário. De qualquer forma, ela expressa muito bem o caráter atípico desse novo Estado burguês em sua fase inicial e, por isso, nos parece correto usá-la.⁵⁷⁵

Uma observação inicial importante sobre esta passagem é a identificação e a relação de elementos estruturais, do nosso ponto de vista corretos, que constituem as características atípicas do que o autor denomina de “novo Estado burguês”. Ele faz referência, também, “às instituições incipientes da democracia burguesa”. Contudo, não precisa qual a expressão institucional do grau de “incipiência” da democracia burguesa e a qual o período (nos dez anos) se refere. Como veremos, a questão da periodização assumirá contornos capitais – com a licença do mau termo! – na exposição de Hernández. Uma dificuldade adjacente, reconhecida pelo próprio autor, reside na analogia feita tomando por referência a formulação de Lenin para expressar os limites do Estado operário após a Revolução Russa de que “*estávamos diante de um Estado burguês sem burguesia*”. Contudo, a referência que Lenin utiliza parte de um processo oposto, isto é, os trabalhadores que compunham um dos polos da totalidade capitalista da Rússia atrasada haviam tomado o poder. Como expressamos no capítulo II, a referência de Lenin, utilizada por Trotsky, refere-se à preservação e utilização dos métodos de remuneração burguesa, que fariam com que “*o Estado burguês subsistisse sem burguesia*” no interior do Estado operário. No caso da URSS, a burocracia apenas aspira a sua conversão em burguesia, por mais que se apoie e seja inspirada, inspire e seja apoiada pela burguesia e o imperialismo internacional. Assim, ao assumir anteriormente que a burguesia “tomou o poder de Estado em 1986”, isto se converte em fonte de inúmeras dificuldades a serem “dribladas”. Desta forma, Hernández afirma que

⁵⁷⁵ Idem, p. 18. (Destques no original.)

a URSS é um “*Estado burguês sem burguesia*” e recorre a uma analogia entre períodos históricos marcados por diferenças diametrais do ponto de vista da estrutura social e das formas de poder. Ora, se o Estado na URSS é concebido como um Estado sem burguesia, como pode a burguesia tomar o poder em 1986? Ou, mais uma vez, há um salto qualitativo a partir de 1986 (na nossa perspectiva desde 1985) e a burocracia começa a converter-se em burguesia em associação com o capital internacional? Do nosso ponto de vista, o que a análise empírica, em conformidade com a proposição de Trotsky em *A revolução traída*, parecem indicar é uma evolução orgânica da burocracia que, num momento crítico, apoiando-se no capital internacional, iniciaria sua conversão em nova classe dominante. Aproximemo-nos, mais uma vez, da argumentação de Hernández:

“Essa definição da URSS (e da Rússia, depois) a partir de 1986, como um Estado Burguês, não parte da estrutura econômica do país, mas da superestrutura política. Para fazer isso, estamos usando o mesmo critério de Lenin e Trotsky para definir a URSS como um Estado Operário a partir de 1917, apesar de que a burguesia, nesse momento, não havia sido expropriada.”⁵⁷⁶

Contraditoriamente, agora, o autor afirma que “Lenin e Trotsky” definiam a “URSS” (leia-se Rússia) como Estado operário ainda em 1917. Antes, porém, selecionou uma outra versão, fora de contexto, para afirmar que os dois revolucionários russos teriam definido que estariam num “Estado burguês sem burguesia”. Acrescentemos que a definição da URSS como Estado burguês pelo autor, reconhecido que não parte da estrutura econômica, também não pode partir de sua estrutura social, afinal, o estrato dominante é tratado ainda como uma burocracia. Podemos objetar aos argumentos de Hernández que a formulação de Lenin e Trotsky partia de um pressuposto: havia um Estado, com todas as suas instituições, que representava os interesses dos industriais e latifundiários capitalistas e que, em outubro de 1917, foi suplantado pelas massas organizadas nos sovietes, conforme expusemos no primeiro capítulo. Portanto, Lenin e Trotsky não fazem referência ao “Estado” como uma generalidade aberta e pronta para qualquer classe que ascenda ao poder, como uma instituição que troca seu caráter de classe, de sujeito social, como alguém troca de camisa. Essa perspectiva é ainda mais complexa ao considerarmos que tal processo é deslocado da constituição e da ausência de uma classe social inerente à estratificação

⁵⁷⁶ Idem, p. 18-19.

social dos países do Leste Europeu. Prossigamos nossa investigação seguindo os passos do dirigente da LIT-QI:

“Logo depois da tomada do poder pela burguesia, aparentemente, estávamos diante de um Estado Operário burocratizado, porque, nesse momento, a economia continuava tendo uma planificação centralizada, as empresas eram estatais e o comércio exterior continuava sendo monopólio do Estado. Por tudo isso, as relações de propriedade e de produção não eram preponderantemente capitalistas, já que não existia a burguesia como uma classe nacional. No entanto, é necessário entender que o conjunto das instituições desse estado estavam a serviço da restauração do capitalismo, ou seja, do restabelecimento das relações de propriedade e de produção capitalistas e isso é o que determinava, já a partir de fevereiro-março de 1986, o caráter desse Estado.”⁵⁷⁷

Inicialmente cabe questionar: num Estado com essas características seria necessário uma “revolução socialista triunfante” para deter o processo de restauração capitalista, como expressa o autor? Ou, para ser mais preciso, seria necessário uma revolução social? – como Hernández afirma nos seguintes termos: “isso (a interrupção do processo de restauração) só seria possível por meio de uma revolução social triunfante”⁵⁷⁸ Ou ainda a perspectiva de uma revolução política, conforme elaborada por Trotsky, ainda mantinha sua validade? Admitindo que imediatamente a partir de fevereiro-março de 1986 as instituições do Estado passaram a operar com a perspectiva da restauração capitalista, acreditamos que a proposta de Trotsky de uma revolução política como tarefa do proletariado na ex-URSS mantinha sua validade: ainda não havia uma burguesia a ser expropriada, mas um regime político a ser revolucionado. Não obstante, mais uma vez, cabe indagar: como a burguesia que não existia como uma “classe nacional” tomou o poder, aparentemente sem muito alarde, numa vasta porção do território do globo, cuja forma “sorradeira” imprimiu a sua não percepção por mais de uma década nas análises da organização política? Temos uma exposição sumária: “o conjunto das instituições desse estado estavam a serviço da restauração do capitalismo, ou seja, do restabelecimento das relações de propriedade e de produção capitalistas e isso é o que determinava, já a partir de fevereiro-março de 1986, o caráter desse Estado”. O fato de as instituições do Estado estarem voltadas para a restauração do capitalismo, isto é, para a conversão da burocracia em burguesia, segundo o autor, é sinônimo de que a burguesia “tomou o poder”. Podemos questionar se é possível, do

⁵⁷⁷ Idem, p. 19.

⁵⁷⁸ Idem, p. 18.

ponto de vista do marxismo, após as experiências da Comuna de Paris e da Revolução Russa, determinar a mudança do caráter de classe de um Estado pela alteração das perspectivas políticas, uma vez que o Outubro russo significou a emergência de instituição de poder paralelo ao Estado monarquista/burguês. Nesse sentido, a pesquisa que realizamos indica que a burocracia iniciou, de maneira decidida, a partir não de 1986, mas de 1985, a constituição de relações de propriedade que permitiram a formação de uma burguesia nacional (em se tratando da ex-URSS, de burguesias nacionais) associada(s) ao capital internacional.

Uma primeira aproximação dos acontecimentos na ex-URSS nos leva a considerar, como hipótese para aferição posterior, que há um processo de relações recíprocas entre as transformações econômicas e as mudanças no Estado e suas instituições. Isto é, os traços de um novo Estado se desenvolvem para atender à nova realidade e suas necessidades. A questão da territorialidade, da delimitação das fronteiras nacionais, uma das bases fundamentais sobre as quais se estruturam o Estado, nos parece o exemplo mais eloquente deste processo de (trans)formação dos Estados na Ex-URSS.⁵⁷⁹ É verdade que o novo desenho geográfico do mapa da região e a fragmentação do território emergiu a partir da legítima luta das nacionalidades oprimidas contra o poder central. Isto é, a decadência econômica e a luta pela sobrevivência ganharam expressão por meio da tentativa de reconquistar a autonomia e libertar-se de um poder despótico que agravava a miséria do povo na velocidade da reintrodução do capitalismo. Nas novas condições, a opressão grã russa, para citar exemplo, tornou-se crítica. Porém, não esqueçamos que muitos setores da burocracia que pretendiam restaurar o capitalismo vincularam-se ao programa da independência das nacionalidades para assegurar sua sobrevivência em tempos de anarquia e reserva de mercado. O expoente desse processo é a fundação do PC da Rússia, a que faremos referência um pouco adiante.

Com a perspectiva de dirimir a confusão gerada com o processo de restauração e a ação das massas, conforme expresso no início desta exposição, Hernández apresenta uma periodização do processo de restauração capitalista:

⁵⁷⁹ Baseamos nossa compreensão do Estado conforme definido por Friedrich Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Op. cit. É certo que a origem de vários Estados nacionais e a própria dissolução da URSS foi resultado da luta das nacionalidades e povos oprimidos contra um arranjo geográfico que ficou conhecido como “prisão dos povos”. Contudo, nos parece que uma análise sobre a restituição da propriedade privada e o processo de fragmentação do território em vários Estados guarda alguma relação também de causalidade.

“Os fatos indicam que existiram quatro grandes acontecimentos separados no tempo. Em primeiro lugar, a burguesia, por meio de seus agentes burocráticos, tomou o poder, em segundo lugar, uma vez no poder, iniciou o desmonte dos restos do Estado Operário, em terceiro lugar, as massas, iniciaram suas grandes mobilizações contra esses novos Estados burgueses e seus governos; e, em quarto lugar, na maioria dos mais importantes países, os regimes stalinistas foram derrubados e surgiram em seu lugar novos regimes democrático-burgueses”.⁵⁸⁰

Num esforço de exposição e por concessão, ainda que concordássemos com esta periodização, restam algumas questões a serem respondidas: se a burguesia tomou o poder (1º momento), do ponto de vista teórico e conceitual seria correto falar da permanência de “regimes stalinistas” na maioria dos mais importantes países, preservados ainda em um longínquo quarto lugar? Ainda que considerássemos que “em primeiro lugar” a burguesia não tenha tomado o poder, e que a burocracia, como concebemos, tenha acelerado o processo de acumulação primitiva de capital privado para a detenção e conversão da propriedade estatal em propriedade privada, qual o peso das afirmações anteriores de que a “reação democrática” foi a forma adotada para conduzir a restauração do capitalismo e, mais uma vez, qual a localização temporal e o peso dos “incipientes” órgãos da democracia burguesa? Indicamos apenas que as proporções destas “formas” e medidas “incipientes” merecem análise para responder se, afinal, trata-se ainda de regimes com as características clássicas do stalinismo conforme definido por Trotsky. Prossigamos nossa análise a partir da exposição do autor:

“A falta de clareza sobre os diferentes momentos dos chamados ‘processos do Leste’ foi e continua sendo fonte de enorme confusão. Normalmente se organizam intermináveis debates sobre o significado dos acontecimentos. Então surge inevitavelmente a pergunta: do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, o que ocorreu no Leste europeu foi positivo ou negativo? Esse tipo de pergunta normalmente leva implícita uma confusão. Se crê que foram as mobilizações que, em sua luta contra a burocracia [não seria a burguesia?] acabaram derrubando o que restava dos Estados Operários [não seriam estados burgueses?]. Algo assim como *jogaram a criança junto com a água suja da bacia*. Mais isso não foi assim, essa possibilidade existiu na Polônia no início dos anos 1980, mas no último processo não foi assim.”⁵⁸¹

⁵⁸⁰ Hernández, Martín. “Introdução”, em: Trotsky, Leon. *A revolução traída: o que é e para onde vai a URSS*. Op. cit., p. 19.

⁵⁸¹ Idem, p. 19-20.

Nas páginas seguintes o autor reconhece que se a história houvesse parado na “restauração capitalista (...) estaríamos diante de uma das maiores derrotas da história do proletariado mundial”. Contudo, a história prosseguiu e as massas derrubaram os agentes da burguesia que tomou o poder e “junto com eles os regimes ditatoriais, stalinistas, de partido único, e isso é claramente positivo”.⁵⁸² Mais uma vez questionamos a pertinência de – admitindo-se o fato de que a burguesia tenha assumido o poder – continuar afirmando a existência de um regime stalinista. Por outro lado, há uma clara e flagrante imprecisão factual na afirmação de que as massas derrubaram os agentes da burguesia. Isto é evidente ao analisarmos o caso da União Soviética, mais particularmente da Rússia que, do ponto de vista histórico e geopolítico, não é nem um pouco secundária. Ora, Ieltsin assume a direção das massas, contra a tentativa de endurecimento do regime por parte de um setor da burocracia para que ninguém menos que Gorbachev seguisse à frente do processo de restauração. Uma aproximação dos acontecimentos entre 1989 e 1991 parece relevante para demonstrarmos o equívoco desta proposição de Hernández. Uma questão parece clara: as mobilizações foram motivadas contra os efeitos das medidas econômicas adotadas pelo PCUS e, portanto, objetivamente, se enfrentavam com a restauração e seus agentes, mas isso não significou que os tenham derrotado.

As reformas iniciadas por Gorbachev aprofundaram a crise da combalida economia soviética. A insatisfação da maioria da população com as medidas econômicas adotadas podem ser identificadas em vários momentos. Alguns extratos dos relatos de José Arbex Jr., que chegou à URSS em 1988 como correspondente da *Folha de S.Paulo*, permitem apreender essa insatisfação e a própria situação a que os planos da *Perestroika* condenaram a maioria da população. Assim, em setembro de 1990, data próxima de sua partida da URSS, referindo-se à generalização da prostituição, Arbex Jr. relata:

“O salário médio na URSS era de 200 Rublos – isso valia, em geral, para professoras, médicas, psicólogas, arquitetas, etc. Em setembro de 1990, data em que deixei a URSS, 200 Rublos eram equivalentes a dez dólares no mercado negro (e a 320 dólares no oficial). Isto é, se uma jovem médica se prostituísse uma vez por mês, por cem dólares (preço médio de um programa à época), ganhava o equivalente a dez salários mensais. E nem era só o problema de ganhar mais dinheiro. Na maioria das vezes, as moças queriam comprar coisas que não eram compráveis em rublos – artigos de lingerie, perfumes, roupas de

⁵⁸² Idem, p. 20.

melhor qualidade, discos e bens de consumo em geral. Tudo isso só havia no mercado negro, e mercado negro era sinônimo de dólar.

O afluxo de estrangeiros, aliás, criou uma série de distorções humilhantes. Por exemplo, o fato de que tínhamos acesso a supermercados estrangeiros (onde se pagava com cartão de crédito internacional) enquanto os soviéticos tinham que esperar horas na fila para comprar qualquer coisa. Às vésperas da minha partida, vi filas de quatro horas para comprar pão. Os soviéticos eram tratados como cidadãos de segunda classe em seu próprio país, porque não tinham acesso aos dólares e eram submetidos às leis da burocracia. Havia uma espécie de apartheid, em que as vítimas eram a maioria dos cidadãos do país que nos acolhia. Era uma mentalidade mais colonizada que a brasileira.⁵⁸³

Em outro momento, referindo-se ao difícil equilíbrio de Gorbachev entre os distintos interesses da burocracia soviética, registra:

“A política de Gorbachev também lhe custou a perda de popularidade e prestígio. Em 1º de maio de 1990, durante as comemorações do Dia do Trabalho, na Praça Vermelha, Gorbachev foi tão intensamente vaiado que teve que deixar a tribuna de honra. Por poupar burocratas e conservadores, por hesitar em desenvolver as reformas, Gorbachev era cada vez mais identificado como causa da crise crescente.”⁵⁸⁴

O autor destes relatos não é nenhum crítico das reformas implementadas por Gorbachev. Ao contrário, como fica evidente no último extrato, contabiliza a razão da crise às hesitações do dirigente soviético em promover as reformas, a quem considera “o porta-voz da modernidade” e que “ninguém pode, seriamente, contestar o seu lugar como um dos principais – talvez o principal – estadista do século”.⁵⁸⁵

As análises realizadas por Boris Kagarlitsky sobre esse período permitem compreender a dinâmica que movia o repúdio generalizado a Gorbachev. Assim, na primavera de 1990 foi introduzido o “Plano Petrakov” – intitulado assim em homenagem ao novo conselheiro do presidente –, interpretado pelos comentaristas da imprensa soviética como “uma transição brusca para o mercado”.⁵⁸⁶ Kagarlitsky apreende os processos de reforma nos países satélites do “império stalinista” como um

⁵⁸³ Arbex Jr., José. *A segunda morte de Lenin: o colapso do império vermelho*. São Paulo: Folha de São Paulo, novembro de 1991, p. 59-61.

⁵⁸⁴ Idem, p. 32.

⁵⁸⁵ Idem, p. 70.

⁵⁸⁶ Kagarlitsky, Boris. *A desintegração do monolito*. Tradução de Flávia Villas-Boas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 126.

imenso laboratório no qual a Hungria e a Polônia representaram os experimentos mais “avançados”. A referência do sociólogo russo é significativa como expressão do processo de conversão da burocracia em classe social burguesa. Após descrever as características do plano econômico ditado pelo Fundo Monetário Internacional na Polônia, que incluía fim dos subsídios do pão e congelamento de salários numa situação de inflação galopante, Kagarlitsky indica que essas medidas provocaram uma depressão da economia com desemprego em massa e fechamento de inúmeras unidades produtivas, o que permitiu sua aquisição por baixos preços. Assim:

“Previsivelmente, os novos proprietários eram, sobretudo, pessoas que tinham ocupado posições privilegiadas sob o antigo regime. Isto provocou um descontentamento difundido no meio da população, mas a *nomenklatura* encontrou numerosos defensores entre os ‘democratas’. Jacek Kuron, que, pouco tempo antes, havia sido um social-democrata, argumentou, ao se tornar ministro do Trabalho no governo de Mazowiecki, que as circunstâncias decorrentes do Plano fariam com que os antigos círculos dominantes abandonassem mais facilmente o poder.”

A recepção destas “experiências” na União Soviética foi assimilada de forma bastante peculiar. Conforme registro de Kagarlitsky:

“O comentarista soviético Eduard Gonzalez argumentou em *Izvestiya* que não havia nada de alarmante no confisco da propriedade pela burocracia por todo o Leste Europeu. As pessoas estavam reclamando do sequestro da propriedade pela máfia e pelos burocratas corruptos, escreveu ele, somente porque temiam que elas próprias não fossem ganhar nada. Enquanto isso, declarou, o processo vinha criando um grupo de cidadãos que não só coletiva como também individualmente estava, de maneira vital, interessado no mercado. ‘Deste grupo’, escreveu, ‘vão emergir os comerciantes e empresários; simplesmente não existe outro setor onde eles possam ser encontrados. O fato de que uma tal maneira de preparar os agentes das relações de mercado dificilmente se provará agradável a outros indivíduos é um assunto bem diferente’.”⁵⁸⁷

A apropriação privada dos bens do Estado pelos antigos burocratas em associação subordinada ao capital internacional, em meio a uma situação de deterioração econômica e desemprego, provocou uma onda de indignação, protestos e

⁵⁸⁷ Idem, p. 129. A referência da edição para a matéria de Eduard Gonzalez é: 4. *Izvestiya*, 12 de outubro de 1990. (Destques no original.)

greves que estavam “*minando o programam econômico negociado pelo novo regime com os credores ocidentais*”.⁵⁸⁸

Com base nestas referências, vejamos como esses fenômenos se expressaram no caso específico da União Soviética. A apreensão deste processo na URSS pode ser observada em torno de pelo menos quatro marcos que permitem evidenciar a atuação política das forças sociais em disputa e possibilitam uma aproximação da posição que estamos sustentando: O início da *Perestroika* em 1985, com a posse de Gorbachev no cargo de secretário-geral, a XIX Conferência do PCUS; o seu XXVIII Congresso e o desfecho do golpe de agosto de 1991.

A *Perestroika*, como sustentou Gorbachev, foi iniciada um mês depois de sua posse como secretário-geral do PCUS, a partir da reunião plenária do Comitê Central em abril de 1985. A XIX Conferência do PCUS ocorreu em junho-julho de 1988 e, segundo Arbex Jr., ela concretizou as linhas mestras da *Perestroika* que haviam sido definidas no XXVII Congresso do partido em 1986. O discurso proferido por Gorbachev na conferência é marcado por uma crítica sem precedentes ao stalinismo e à burocracia e pela defesa da separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Em seu relato, apesar de se ater ao conteúdo do discurso de Gorbachev, o enviado da *Folha* registra duas alterações importantes na legislação que precederam a conferência:

“É verdade que Gorbachev não falava, ainda em pluralismo político irrestrito. Limitava-se a defender o ‘pluralismo socialista’, isto é, a liberdade de manifestação no interior do ‘campo socialista’. Nem sonhava, ainda, com economia de mercado, embora a lei sobre Empresa Estatal, aprovada em junho de 1987, e a Lei sobre cooperativa, aprovada um mês antes da Conferência, enfatizassem estímulos à iniciativa privada e a legitimidade do lucro.”⁵⁸⁹

No capítulo II vimos que, segundo Kagarlitsky, os setores médios ligados à burocracia tiveram acesso às cooperativas, o que permitiu uma maior homogeneidade e identidade de interesses com os setores dirigentes. Ressaltamos apenas que a ambiguidade entre o discurso relatado e as medidas práticas de restauração da propriedade privada parece evidente neste último depoimento de Arbex Jr., corroborando com a mesma lógica apresentada por Segrillo de subordinar a análise do processo aos discursos da camada dirigente, conforme expusemos criticamente no terceiro capítulo. Contudo, a decisão mais importante da Conferência foi a criação do

⁵⁸⁸ Idem, p. 131-132.

⁵⁸⁹ Arbex Jr., José. Op. cit., p. 55.

Congresso dos Deputados do Povo. Segundo Arbex Jr., a estrutura do novo parlamento permitiu acabar com o controle do Comitê Central do PCUS sobre os deputados. Conforme o correspondente da *Folha*:

“O novo parlamento era tricameral, cada câmara composta por 750 deputados. Apenas 100 dos 2.250 eram indicados pelo Comitê Central do PCUS. Todas as outras cadeiras eram abertas para disputas, e as candidaturas eram livres, embora ainda não existissem outros partidos. Para alguém ser candidato tinha que conseguir o apoio de 500 pessoas no bairro, ou dos associados de alguma organização ou sindicato. Não havia restrição ideológica. As eleições foram realizadas em 26 de março de 1989, sua preparação foi uma loucura. Havia discussões por todas as partes. Em alguns casos, 24 candidatos disputaram uma vaga”.⁵⁹⁰

Ainda que possamos questionar a afirmação da “perda de controle” do Comitê Central do PCUS sobre o parlamento, já que era a única organização partidária reconhecida, cabe destacar que uma série de dissidentes tiveram acesso ao novo parlamento. Em fevereiro de 1990 o Comitê Central do PCUS aprovou a revogação do artigo VI da Constituição segundo o qual o PCUS era reconhecido como a única força dirigente da sociedade e, em março, o parlamento revogaria definitivamente este artigo. Segundo Arbex Jr.:

“Imediatamente, surgiram à luz do dia 200 mil organizações em todo país, 2 mil das quais com pretensões partidárias. Toda essa atividade política estava, até aquela data represada, mantida na clandestinidade. Isso dá uma ideia do clima de democratização que impregnava a atividade política no país.”⁵⁹¹

Apesar da adoção do multipartidarismo, Kagarlitsky afirma que, neste período, já havia entrado em declínio o processo de organização da sociedade civil. A maioria das organizações, clubes e grupos passou a sofrer processos de cooptação e integração ao aparato de governo ou estavam sendo submetidas ao controle vertical das pretensões partidárias.⁵⁹²

⁵⁹⁰ Idem, p. 57.

⁵⁹¹ Idem, p. 62.

⁵⁹² “Os meados da década de 1980 testemunharam o rápido crescimento da sociedade civil, que emergira através da formação, com origem popular, de milhares de clubes, grupos e associações, muitas vezes transformados em movimentos de massa. Infelizmente, por volta de 1990, o quadro havia mudado radicalmente. Muitos dos clubes tinham se desintegrado, ou estavam levando, com dificuldades, uma existência mesquinha, ou tinham se transformado nas estruturas do nível mais baixo de grandes entidades ligadas às autoridades e organizadas em tradicionais linhas ‘verticais’, envolvendo relações hierárquicas rígidas e centralizadas. Em outras palavras, a sociedade civil que havia começado a surgir na Rússia tinha

A realização do XXVIII Congresso do PCUS, de 20 de junho a 3 de julho de 1990, é um outro marco que permite compreender a dinâmica política na União Soviética. Segundo Arbex Jr., muitas declarações ameaçadoras foram pronunciadas pela alta cúpula das Forças Armadas precedendo a realização do congresso. A articulação dos “conservadores” redundou na fundação, na semana anterior ao início do congresso, do PC da Rússia, no qual agrupavam-se forças para o combate ao PCUS. Segundo o jornalista da Folha, “*Foi um verdadeiro ‘golpe de Estado’ dentro do PCUS. Seu objetivo era concentrar forças no PCR e usá-lo como base para atacar a direção do PCUS*”.⁵⁹³

Por outro lado, o XXVIII Congresso marcaria a ruptura de Boris Ieltsin com o PCUS. Ieltsin liderava o grupo Plataforma Democrática, que exigia aceleração nas reformas “com ênfase na abertura para a economia de mercado”.⁵⁹⁴ Desta forma, segundo o articulista da *Folha*:

“As resoluções do 28º Congresso ficaram ‘em cima do muro’. Foram o puro reflexo da política de compromissos de Gorbachev com as diversas alas do partido. Se por um lado ratificavam o fim da ditadura do PCUS, decidida em março no Parlamento soviético, de outro deixavam vagas as posições do partido sobre problemas cruciais como economia de mercado e democratização. (...) Restou no PCUS um ‘centro’, autodenominado ‘pragmático’, com tendências nitidamente conservadoras, do qual sairia a maioria dos golpistas de agosto de 1991.”⁵⁹⁵

No encerramento do congresso, como sintoma da crise econômica e dos impasses políticos, dezenas de milhares saíram às ruas exigindo a renúncia de Gorbachev. Ao mesmo tempo, junto com Ieltsin, Grivil Popov e Anatoli Sobtchak, membros da Plataforma Democrática e prefeitos recém-eleitos das duas mais importantes cidades da URSS – Moscou e Leningrado, respectivamente – abandonaram o PCUS.

Portanto, após o início das reformas, vislumbramos um chefe de governo desmoralizado perante as massas, equilibrando-se num partido que se desintegrava e que dava origem a agrupamentos de “oposição” nascidos de suas próprias entranhas. O grupo de Ieltsin se fortalecia com a incerteza dos rumos econômicos e no movimento de

sido sufocada. Isso aconteceu entre 1989 e 1991, quando o mundo inteiro estava falando sobre a criação da democracia na URSS.” Kagarlitsky, Boris. Op. cit., p. 167-168.

⁵⁹³ Idem, p. 32. Parágrafo redigido a partir de informações extraídas de José Arbex Jr. (Op. cit.)

⁵⁹⁴ Idem, p. 33.

⁵⁹⁵ Idem, ibidem.

massas com um discurso em favor da “democracia” e prometendo a superação da crise por meio da intensificação das reformas em direção ao mercado.

A tentativa de golpe, em 19 de agosto de 1991, por um expressivo setor que estava sob o comando de Gorbachev desde o XXVIII Congresso e o fracasso do golpe, em 21 de agosto de 1991, quando o parlamento soviético restituiu formalmente o poder a Gorbachev, alterariam definitivamente a correlação de forças a favor de Ieltsin, de quem Gorbachev se aproximaria, intensificando as medidas para a introdução do mercado e que levariam à desintegração da URSS.⁵⁹⁶ Boris Kagarlitsky acredita o sucesso posterior alcançado por Ieltsin ao descontentamento generalizado com Gorbachev provocado pela política econômica. Ao mesmo tempo, o sociólogo russo sugere, através de inúmeros fatos e dados, que o setor “golpista” pretendia, na verdade, estabelecer um acordo com Gorbachev e Ieltsin em torno de um governo de “unidade nacional”, onde teriam sua posição fortalecida. Ieltsin saberia dos “objetivos limitados” dos golpistas mas, aproveitando-se do ensejo, reforçou a resistência para fortalecer sua própria posição.

Esta dinâmica de lutas e tensões guarda uma proximidade enorme com a identificação das “fases” definidas por Segrillo, que apresentamos no terceiro capítulo e que, na ocasião, remetemos à crítica pela limitação de sua definição a partir do discurso oficial. Contudo, consideramos oportuno resgatá-la porque ela guarda íntima relação com o processo político em tela. Enfim, como afirmamos, Angelo Segrillo, divide a *Perestroika* em quatro etapas, refletindo o discurso político oficial, mas apresenta as medidas econômicas que definiriam cada fase: 1985-1987: fase da descentralização socialista; 1988: fase de transição; 1989-início de 1990: fase da economia de mercado; final de 1990 e 1991: fase da desintegração e restauração capitalista.⁵⁹⁷

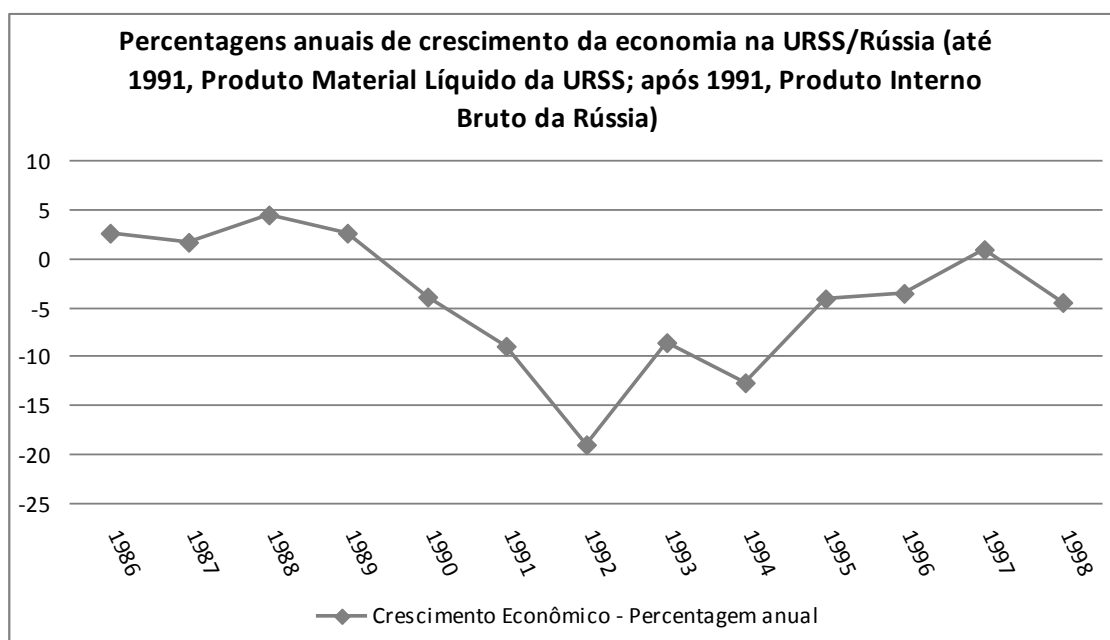
A versão corrente é que a adoção da economia de mercado teria sido motivada pela estagnação e ineficiência econômica do modelo “socialista”.⁵⁹⁸ Contudo, o mergulho na economia de mercado produziu efeito diverso do sustentado pelos meios

⁵⁹⁶ Arbex Jr., José. Op. cit. p. 33.

⁵⁹⁷ Segrillo, Angelo. Op. cit., p. 17.

⁵⁹⁸ Angelo Segrillo aponta como móvel central para as medidas adotadas por Gorbachev, através da *Perestroika* e da *Glasnost*, a queda do crescimento econômico e a defasagem econômica em relação aos países capitalistas com os quais “concorria”, motivada pelo que define como Terceira Revolução Industrial (TRI), que permitiu a mudança do padrão fordista, de produção de escala, para o modelo de produção flexível, “toyotista”. Essa perspectiva ignora que o “toyotismo”, ou a produção “flexível”, foi uma resposta do próprio capital, que incorporou tecnologias e novas formas de gerenciamento, para adaptar a produção ao processo de crise econômica, gestada pelas contradições intrínsecas à economia de mercado. Ver Segrillo, Angelo. *O fim da URSS e a nova Rússia*. Op. cit., p. 9-11.

de difusão do capital. Se é verdade que a URSS verificava níveis de decréscimo na expansão econômica, as medidas para conversão ao mercado acentuaram essa tendência de maneira vertiginosa. Os índices de crescimento da URSS (abstraindo, evidentemente, os aspectos de como foram alcançados) registram, respectivamente, para o período 1928-1950, 10,8%; 1951-1960, 10,3%; 1961-1970, 7,2%; 1971-1980, 4,3%; 1981-1985, 3,2%.⁵⁹⁹ A partir de 1985, ano em que Gorbachev foi eleito secretário-geral, o PCUS (Partido Comunista da União Soviética) e o Conselho de Ministros adotam novas medidas de administração econômica e para o fortalecimento e aceleração do “desenvolvimento científico-técnico”,⁶⁰⁰ investindo contra os mecanismos de planejamento e adotando elementos de mercado, os índices econômicos despencam drasticamente. As percentagens de crescimento anual, conforme o gráfico abaixo, indicam a dimensão da crise:⁶⁰¹



A inflação, desconhecida dos soviéticos, alcança em 1992 a astronômica cifra de 2.580%.⁶⁰² O coeficiente de Gini variou, nos países do Leste Europeu, de índices mais

⁵⁹⁹ Fontes: *Narodnoe Khozyaistvo SSSR*, diversos anos, e *Bol'shaya Sovetskaya Entsiklopediya*, 2. Ed., v. 29, p. 302. *Apud* Segrillo, Angelo. *Idem*, *ibidem*, p. 10.

⁶⁰⁰ Segrillo, Angelo. *Idem*, p. 21.

⁶⁰¹ Fonte: *Narodnoe Khozyaistvo SSSR* e *Economist Intelligence Unit Country Report*, diferentes anos. *Apud* Segrillo, Angelo. *Idem*, apêndice B, p. 145. Dados extraídos de “Percentagens anuais de crescimento da economia e da inflação ao consumidor na URSS/Rússia (até 1991, Produto Material Líquido e inflação da URSS; após 1991, Produto Interno Bruto e inflação da Rússia).” Gráfico elaborado a partir dos dados.

⁶⁰² *Idem*, *ibidem*.

igualitários no mundo para padrões de países com a pior distribuição de renda, como a Guatemala e o Brasil. O coeficiente de Gini da Rússia saltou de 0,26, em 1987-90, para 0,47 em 1996-98.⁶⁰³ O que se verifica é que, apesar da queda drástica da produção, o nível de desigualdade social, de apropriação e concentração da riqueza, quase que duplica, isto é, em plena crise e depressão econômica, os “novos proprietários” alcançam índices superiores de aquisição da renda nacional, apesar dos indicadores negativos, o que indica o agravamento da situação da maioria do povo para além dos indicadores. Há, por trás dos números, uma realidade mais dramática para as famílias russas do que expressam a frieza dos próprios cálculos apresentados.⁶⁰⁴

Se, do ponto de vista econômico e social, os números contradizem os termos de propaganda, qual seria a contrapartida política dessas mudanças? A ausência de liberdades democráticas era uma das pedras de toque da crítica sustentada pelo capital aos regimes “comunistas”. Contudo, conforme Mattos, que destaca o fenômeno do *marketing* político nas eleições brasileiras como a mercantilização de um aspecto da vida política, o capitalismo não surge como uma organização político-social pautada pela democracia e tem dificuldades para incorporá-la.⁶⁰⁵ Neste sentido, podemos aferir que, mesmo operando com critérios estritamente institucionalistas que abstraem as importantes esferas econômicas e sociais, os “indicadores” de democracia (trata-se evidentemente da “democracia liberal”) nos países da extinta União Soviética não são nada alentadores: segundo a Freedom House, a classificação de direitos políticos e liberdades civis da Rússia no ano de 1992 foi de 3;3 pontos, sendo considerada como país “parcialmente livre” e nos anos subsequentes sua pontuação cresce, alcançando no ano de 2004, 6;5 pontos, que caracterizaria um país “não livre”. Igualmente, a Transparency International, que afere o Índice de Percepção da Corrupção, pontuou a Rússia com 2,8, sendo considerado, para efeito de exemplo, um país mais corrupto que o Brasil (3,9 pontos).⁶⁰⁶

⁶⁰³ Segrillo, Angelo. *Rússia e Brasil em transformação*. Op. cit., p. 148. Lembrando que, como esclarece o autor, o coeficiente de Gini varia de zero a um, indicando *zero* – igualdade absoluta – até *um*, ou desigualdade absoluta, ou seja, quando uma única pessoa detém toda a renda do país.

⁶⁰⁴ Do nosso ponto de vista, apesar da burocracia, o sistema soviético não permitia uma apropriação privada do produto social nas proporções ofertadas pela propriedade privada dos meios de produção conforme o capitalismo.

⁶⁰⁵ Mattos, Marcelo Badaró. Entrevista. Em *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*. Demier, Felipe (coord.) Rio de Janeiro, Bom Texto, 2003. Entrevistas com: Babá, César Benjamin, Luciana Genro, Marcelo Badaró Mattos, Valério Arcary, Virgínia Fontes, Zé Maria. p. 27.

⁶⁰⁶ Dados extraídos de: Segrillo, Angelo. *Rússia e Brasil em transformação*. Op. cit., apêndice I, Tabela 2.9: “Países do Leste europeu e da antiga URSS: classificação dos direitos políticos e liberdades civis, segundo a Freedom House (F.H.), e pontuação do Índice de Percepção da Corrupção, da Transparency

Desta forma, referenciados nestes elementos, podemos sustentar que a estagnação econômica dos anos 1970 e a crise manifestada nos anos 1980 apresentaram limites claros para a perpetuação dos privilégios da burocracia ao mesmo tempo em que a insatisfação popular questionava cada vez mais o regime como responsável pela crise. Nesta situação de impasse econômico, e baseando-se numa camada média desenvolvida com a complexificação econômica e social a partir dos anos 1950, Gorbatchev emergiu como representante dos setores que vislumbraram transformar os privilégios em propriedade privada.

O novo secretário-geral e o PCUS adotam as medidas necessárias para essa conversão partindo das estruturas do antigo regime e apoiando-se num setor social com origem precedente. Contudo, a reversão da URSS ao capitalismo, a necessária associação com o capital internacional e a participação mais efetiva na divisão internacional do trabalho não favoreceria, evidentemente, a todos os setores que se beneficiavam dos privilégios e, inclusive, dos próprios dividendos de um “mercado negro” que permitia maximizar lucros – embora uma acumulação primitiva de capital possa ter se originado precisamente aí, já que os setores ligados ao comércio eram os mais odiados pela população porque especulavam com as suas necessidades.⁶⁰⁷ Contudo, para além dos setores burocráticos que pudessem, eventualmente, diminuir ou perder possibilidades de ganhos, era a maioria da população, num programa massivo de privatizações que seria a mais afetada.

International (T.I.) em anos selecionados”, p. 229. Índice de percepção da corrupção no Brasil extraído da página 178. Op. cit. Conforme o autor, os caracteres apresentados pela Freedom House, da esquerda para a direita, representam os direitos políticos, as liberdades civis e a classificação geral. A escala de avaliação varia de 1 a 7, com 1 representando a melhor posição e 7 a pior colocação. Os países que obtêm média aritmética entre os escores direitos políticos e liberdades civis entre 1,0 e 2,5 são considerados “livres”; os de média entre 3,0 e 5,5 “parcialmente livres” e os de média entre 5,5 e 7,0 são designados “não livres”. Já os países pesquisados pela Transparency International são classificados com notas que variam de 0, considerado altamente corrupto, a 10, considerado altamente “limpo”. Em 2004, dos 146 países pesquisados, o Brasil ficou em 59º lugar, com 3,9 pontos, e a Rússia em 92º, com 2,8. p. 178, 229-230. Cabe dizer, que muitas dessas avaliações subtraem da análise questões relevantes e se prendem a dados institucionalistas. Por essa perspectiva, para citar exemplo, o Brasil teria passado pelo teste de consolidação democrática nas eleições de 2002, quando um partido de “oposição”, o PT, chegou ao poder e o “jogo democrático” continuou “normal”. O que se perde de vista é que o PT se comprometeu, durante o processo eleitoral, através de vários mecanismos, a seguir a política econômica do “partido da situação”, onde podemos encontrar uma de suas expressões na “Carta ao Povo Brasileiro”, em que Lula e o PT se comprometiam com os acordos e políticas que favoreciam o capital. Sobre o conteúdo da “Carta” e os limites do processo eleitoral brasileiro nas eleições de 2002 consultar várias entrevistas em: Demier, Felipe. (coord.). *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*. Op. cit.

⁶⁰⁷ Kagarlitsky aponta que: “Na Rússia, ao contrário do Ocidente, trabalhadores da esfera de serviços e do comércio varejista tornaram-se o setor mais privilegiado entre os níveis médios. A constante escassez de bens e serviços, que surgiu do fraco desenvolvimento na esfera de consumo colocou essas pessoas numa posição especial. Para nós, comércio e corrupção viraram sinônimos. O ódio pelos que trabalham na esfera do comércio tornou-se um traço característico da ideologia das massas.” Kagarlitsky, Boris. Op. cit., p. 84.

A crise econômica e os impasses dela decorrentes, numa situação de disputa aberta pelos espólios do Estado, abriram fraturas expostas no PCUS. Os interesses se polarizam entre um setor que, por um lado, a despeito da crise, vislumbra a manutenção de seus ganhos na preservação do regime e da configuração do Estado para transição do modelo econômico e, por outro lado, um amplo setor, encabeçado por Ieltsin, que perseguia a aceleração das reformas em direção à propriedade privada como saída para a crise. Gorbachev equilibra-se sobre esses dois setores e, ao mesmo tempo, mantém o discurso das mudanças no marco da “preservação do socialismo” na busca por angariar apoio dos setores que mantinha sua referência no Estado operário. Esta é a razão da ambiguidade dos seus discursos referenciando-se na Revolução Russa e no socialismo, enquanto adotava medidas práticas para a supressão dos últimos vestígios do Outubro russo.

Não obstante, a crise econômica e a crise na cúpula do PCUS foram acompanhadas pela ação independente da classe trabalhadora e dos povos e nacionalidades oprimidas, que passaram a reivindicar abertamente melhores salários, condições de trabalho e independência política. A questão da liberdade de expressão e manifestação passou a ser vital para a sua própria sobrevivência e preservação numa conjuntura marcada por desemprego, perda de direitos e conquistas.

Por outro lado, a luta aberta na cúpula dirigente abriu margem para a configuração multipartidária, ao mesmo tempo em que as disputas entre os diversos setores levaram a que estes buscassem sustentação em outras bases sociais e, para assegurar sua adesão, incorporaram, parcialmente, as reivindicações democráticas para a defesa de seus próprios interesses. Esse parece que foi o movimento feito por Ieltsin que, após sua ruptura com o PCUS, buscou apoio por toda a URSS, chegando a estabelecer acordos que nunca seriam cumpridos, como o feito com os mineiros que haviam protagonizado e desferido os primeiros golpes na estrutura do PCUS.⁶⁰⁸

Assim, após essa longa exposição, acreditamos que, pelo menos no caso da Rússia, o prosseguimento da história não permita afirmar, conforme Hernández, que as massas derrubaram os agentes da burguesia que tomou o poder e “*junto com eles os regimes ditatoriais, stalinistas, de partido único*”. Nesta perspectiva, parece também equivocado o equilíbrio implícito, na formulação anterior desse autor, através do

⁶⁰⁸ Boris Kagaritsky apresenta em seu livro *A desintegração do monolito* uma análise bastante interessante sobre o alcance e os limites da ação independente dos trabalhadores e da população nestes anos decisivos.

estabelecimento de uma equivalência entre a derrota que significa a restauração capitalista e a vitória que representa a conquista da... democracia burguesa. Por mais que defendamos e sustentemos a necessidade de liberdades democráticas, é preciso não esquecer os limites desta forma peculiar de “ditadura do capital”. Há, neste sentido, uma ausência categórica de proporção histórica ao equiparar uma derrota e uma vitória. A ausência desta proporção histórica é o que conduz à afirmação de que “*a derrota do aparato stalinista é uma imensa vitória da classe operária mundial, tão ou maior que a derrota do fascismo durante a segunda guerra mundial*”.⁶⁰⁹ Voltamos a insistir na incongruência de se referir aos regimes existentes nos ex-Estados do Leste – admitindo-se o seu caráter de Estado burguês, como sustenta Hernández – como regimes stalinistas, na medida em que esta “flexibilidade” implica ignorar os parâmetros históricos, econômicos, políticos e sociais que configuram o regime stalinista, conferindo uma elasticidade e extrapolação do conceito que impede, justamente, a compreensão do processo histórico original: a expressão de uma totalidade contraditória que inclui elementos nada secundários como ausência de propriedade privada, a planificação e centralização econômicas, além do monopólio do comércio exterior. Elementos materiais que permitiram ao stalinismo, enquanto aparato mundial, influenciar hegemonicamente a maioria do movimento operário internacional. Em face das mudanças observadas tanto no Estado quanto no regime, admitimos a hipótese de trabalhar com um regime híbrido para este período, que nos abstenhamos de nomear, marcado por permanências e rupturas, quando o poder político apoia-se ainda em antigas estruturas do stalinismo, mas adota outros mecanismos de manutenção e exercício do poder, introduzindo aspectos da democracia burguesa e apartando as instituições do Estado do próprio PCUS. Com efeito, pode-se observar um período de maior liberalidade a partir de 1985, que culmina com mudanças drásticas nas instituições do poder a partir da introdução do multipartidarismo e da divisão de poderes em 1990 na União Soviética.

Por outro lado, nos parece que, quando Trotsky refere-se à vitória que significaria a remoção deste “entrave” à revolução mundial – referindo-se ao stalinismo –, adota a perspectiva de uma vitória do proletariado sobre a burocracia e não na conversão da burocracia em burguesia e a instalação de uma... “democracia burguesa”! Ora, ainda que a estrutura de partido único fosse mantida após o processo de restauração

⁶⁰⁹ Hernández, Martín. “Introdução”, em: Trotsky, Leon. *A revolução traída...* Op. cit. p. 20.

capitalista, o que, evidentemente, seria uma derrota muito superior, a aceção do stalinismo como aparato contrarrevolucionário no seio do movimento operário não se sustentaria mais, porque careceria precisamente das bases materiais, das conquistas da Revolução Russa que teriam sido perdidas. Para citar exemplo, reivindicar o PC Chinês não confere nenhuma autoridade a nenhum partido comunista. O apoio à China implica uma boa dose de propaganda de caráter e resultados muito duvidosos.

Retornemos, mais uma vez ao problema das proporções históricas: a vitória sobre o fascismo, apesar da burocracia, significou a expropriação da burguesia em uma série de países. Todavia, mais do que isso, é preciso atentar para o caráter da base material, a estrutura econômico-social sobre a qual se fundamentavam ambos os regimes. Ora, Trotsky estabelece a analogia entre fascismo e stalinismo para demarcar a diferença entre um regime e outro, no que fundamenta sua defesa do Estado operário, apesar do regime stalinista.

Igualmente, nos parece equivocado igualar termos como stalinismo, ditaduras burguesas e fascismo. Mais do que possíveis semelhanças, é preciso identificar a que processos sociais, a quais condições econômicas, sociais e políticas cada um desses conceitos são aplicados. Do contrário, caso possam expressar tão elasticamente diferentes processos, qual a utilidade e validade destes conceitos? Para tornar clara a questão: por mais odioso que fosse o regime stalinista, a posição de Trotsky frente à agressão da mais democrática das repúblicas burguesas era a de unidade em defesa das conquistas de Outubro, apesar da burocracia. Inversamente, frente ao fascismo, propunha a unidade de ação pela preservação das liberdades democráticas. Sempre, evidentemente, defendendo a independência política dos trabalhadores e das organizações revolucionárias.⁶¹⁰

Assim, o problema não parece ser o de que a confusão parte da falsa ideia de que as massas derrubaram uma ditadura burocrática do proletariado e colocaram em seu lugar um regime democrático burguês.⁶¹¹ Ainda que esta perspectiva exista, o problema central, do nosso ponto de vista, é que a burocracia, associada ao capital internacional, restaurou o capitalismo, apesar da ação das massas, que conquistaram a “democracia burguesa” que é, nesses Estados, como em muitos outros, muito relativa e limitada.

⁶¹⁰ Sobre essas questões, ver: Trotsky, Leon. *Em defesa do marxismo*. Tradução Luís Carlos Leiria e Elisabeth Marie. [s.l.], Proposta Editorial, [s.d.].

⁶¹¹ Hernández, Martín. “Introdução”, em: Trotsky, Leon. *A revolução traída...* Idem.

Na sequência, o autor revela como a burocracia “restauracionista” travestiu seus discursos de formas ideológicas de fidelidade ao socialismo enquanto avançava nas medidas de introdução da propriedade privada. Após referir-se às diferenças da NEP do período de Lenin em contraste com as medidas adotadas na URSS após 1986, aponta Hernández:

“As ‘concessões’ feitas pelos Estados dirigidos por uma burocracia restauracionista não têm nada a ver com isso [a NEP de 1921]. Foram ‘concessões’ feitas com o objetivo de desmontar o Estado Operário, por isso, rapidamente liquidaram com o monopólio do comércio exterior, com a economia planificada e as empresas estatais. Daí que o argumento de todos os restauracionistas de que estariam fazendo o mesmo que Lenin com a NEP, não passa de uma enorme mentira, dirigida a uma população que queria superar as penúrias econômicas, mas não queria a volta do capitalismo.”⁶¹²

Os termos da forma discursiva adotada pela burocracia correspondem à análise do processo histórico. Mas aqui explicita-se, mais uma vez, a contradição e dificuldades para trabalhar com a formulação de que “a burguesia tomou o poder de Estado a partir do XXVII Congresso do PCUS”. Ora, se o caráter do Estado já havia mudado não se pode falar de ‘concessões’ com o objetivo de desmontar um “Estado Operário” que, do ponto de vista de Hernández, já não existe precisamente desde o XXVII Congresso. Mais uma vez, destacamos que Lenin e Trotsky quando determinam a Rússia como um Estado operário, não se referem ao Estado como uma forma vazia que abriga qualquer conteúdo. Partem de um pressuposto anterior, da concepção de que os soviets configuram um poder alternativo – um duplo poder - e de classe definida. Após remeter para as tentativas do capital mundial de tentar, ao longo da história, restaurar o capitalismo na URSS, o autor resgata uma dimensão importante para compreensão do processo de restauração ao mesmo tempo em que indica a apreensão que os militantes da LIT – QI tiveram do processo. Após esboçar as referências teóricas e os prognósticos apresentados por Trotsky e pelo trotskista argentino Nahuel Moreno sobre as possibilidades e meios através dos quais as relações sociais fundamentadas na propriedade privada dos meios de produção pudessem retornar à URSS,⁶¹³ afirma que: “*Trotsky levantou a hipótese de que a burocracia restauraria o capitalismo ‘sem resistência’ dos trabalhadores, que foi o que ocorreu*”.⁶¹⁴ Na sequência, Hernández

⁶¹² Idem, p. 24.

⁶¹³ Idem, p. 25-26.

⁶¹⁴ Idem, p. 26-27.

afirma que o revolucionário russo abandonou esse prognóstico. Nos detivemos largamente nestas referências e, sob pena de sermos cansativos, tomaremos uma nova citação, na medida em que consideramos que as posições do autor se expressam de maneira condensada nestas passagens. Assim:

“Trotsky, em várias oportunidades, disse que, apesar das diferenças do ponto de vista de classe, havia uma similaridade muito grande entre o fascismo e o stalinismo. A diferença estava em que a burocracia fascista e a burocracia stalinista estavam à frente de Estados que tinham uma origem completamente diferente. Os Estados fascistas (Alemanha e Itália) eram produto do triunfo da contra-revolução. Mas nessas duas experiências, fascismo e stalinismo, havia uma importante similitude: à frente de ambas estava uma burocracia que se elevava por cima da sociedade e tinha um poder ditatorial sobre o conjunto das instituições e as massas. Em outras palavras, os estados fascistas e stalinistas sendo diferentes do ponto de vista de classe, tinham regimes similares. Trotsky deu muita importância a essa comparação. Polemizando com os que achavam que a URSS não era mais um Estado Operário, dizia que eles não entendiam que a URSS, despojada do seu caráter de classe, não passava de Estado Fascista”.⁶¹⁵

Ora, Trotsky, no debate com os não defensores,⁶¹⁶ na analogia que estabeleceu, deu muita importância não à “similitude” entre fascismo e stalinismo, mas, ao contrário, no que os diferenciava. Isto é, ao caráter operário de classe desses Estados, que, a despeito do regime stalinista, deveriam ser defendidos pelos revolucionários.

Para compreensão do processo de restauração capitalista na ex-URSS, o que nos parece relevante nas analogias feitas por Trotsky entre a burocracia nazista e a stalinista são, precisamente, as diferenças destacadas pelo revolucionário russo.

No segundo capítulo, ao sustentarmos a polêmica com Fernandes sobre qual conteúdo Trotsky atribuía ao termo “burocracia” citamos precisamente uma diferenciação que nos parece pertinente para compreendermos o processo que descrevemos. Naquele momento destacamos um trecho em que o autor sustenta o maior grau de autonomia da burocracia soviética, em comparação com a nazista, baseada na origem e nas características diferentes das classes das quais ambas se originavam. No livro *A revolução traída* encontramos outra distinção:

“Uma outra diferença não menos importante [em relação à burocracia nazista]: a burocracia soviética expropriou politicamente o proletariado para defender,

⁶¹⁵ Idem, p. 27.

⁶¹⁶ Denominava-se “não defensores” os que eram contrários à defesa do Estado soviético. Ver Trotsky, Leon. *Em defesa do Marxismo*.

pelos seus próprios métodos, as conquistas sociais do proletariado. Mas o próprio fato de ter se apropriado do poder político em um país em que os meios de produção mais importantes pertenciam ao Estado, criou entre ela e as riquezas da nação relações inteiramente novas. Os meios de produção pertencem ao Estado. O Estado ‘pertence’ de algum modo à burocracia. Se essas novas relações se tornassem norma e fossem legalizadas, com ou sem resistência dos trabalhadores, acabariam levando à liquidação completa das conquistas sociais da revolução proletária”.⁶¹⁷

É interessante observar que Hernández, ao resgatar o último trecho desta mesma citação para validar as posições de Trotsky, “abstrai” que esta formulação refere-se a uma diferença que o autor estabelece entre a burocracia soviética e a nazista. Como vimos, Hernández “despojou” a URSS, em 1986, do seu caráter operário, concebendo, a partir de então, o Estado como burguês. Na sequência questiona: “*Quanto tempo durou o Regime stalinista (ou seja fascista) na URSS?*” O termo apresentado entre parênteses pelo autor, surge como a consequência lógica e necessária das formulações anteriores. Contudo, para responder a questão, adota a perspectiva, do nosso ponto de vista correta, de que o stalinismo, por se tratar de um regime e não apenas de um governo, não termina, como concebem os “*marxistas da ex-URSS com a morte de Stalin e o XX Congresso do PCUS*”. Ao mesmo tempo adota a concepção dos marxistas ocidentais que se referem ao stalinismo como o “*regime que se inaugura com Stalin e culmina com a queda do PCUS no início dos anos 1990*”.⁶¹⁸ O autor não questiona que o regime stalinista, conforme os marxistas ocidentais, tenha existido até o início de 1990, contudo, na medida em que em 1986 a burguesia tomou o poder e, adotando os pressupostos do autor, só poderíamos nos referir a um Estado fascista e, nestes termos, há uma conversibilidade espantosa do ponto de vista histórico entre o caráter do Estado e do regime, por meio de decretos, de um único e mesmo sujeito social. O Estado que era operário torna-se burguês e Gorbachev, de burocrata, converte-se em chefe de um Estado fascista, por meio de medidas administrativas e a inferência do próprio autor de que a restauração capitalista avançou sobre formas democráticas é sepultada definitivamente. Prossigamos com a exposição de Hernández:

“Esse debate é importante para determinar o caráter do regime que existia na URSS quando se restaura o capitalismo. Baseado nessa elaboração de Trotsky, fica mais fácil entender porque se fez a restauração de forma ‘pacífica’ na ex

⁶¹⁷ Trotsky, Leon. *A revolução traída*. Op. cit., p. 224.

⁶¹⁸ Idem, p. 27.

URSS. A burocracia, para fazer a restauração, não precisou dar um golpe como o de Videla na Argentina, porque tinha nas mãos algo muito melhor: um regime similar ao fascista, que esmagou a classe operária por décadas.”⁶¹⁹

Após referir-se à magnitude dos processos revolucionários que derrotaram o stalinismo, fazendo paralelo histórico com a derrota do fascismo, aponta:

“No início, dissemos que a restauração era um fato inédito e, por isso, precisa ser estudada. Ela trouxe novos problemas teóricos e programáticos. Um deles é o que acabamos de desenvolver. A realidade mostrou-se, contra todas as nossas previsões, que foi mais fácil mudar o caráter de um Estado (de operário para capitalista) que o de um regime (de fascista ou semifascista para democrático-burguês).”⁶²⁰

Uma questão imediata interpõe-se aos argumentos do autor na medida em que no início identifica o movimento de restauração capitalista na *Perestroika* e na *Glasnost* que constituiriam “*a resultante quase pura, no âmbito da URSS, da ofensiva econômica com formas democráticas lançada pelo imperialismo norte-americano que denominamos reação democrática*”. Assim, poderíamos falar de um fascismo com “formas democráticas”? Uma aproximação deste período histórico na URSS indica pouca similitude com o império de um regime fascista, ainda que as estruturas do regime stalinista, sofrendo modificações, persistissem. Evidentemente que o regime precedente facilitou o processo de restauração, contudo é preciso uma investigação histórica de maior fôlego, tomando, inclusive, exemplos históricos de outros períodos onde foram constituídas propriedades privadas a partir de elementos endógenos e exógenos.⁶²¹

Na sequência, Hernández aborda porque os trotskistas recusaram-se a ver o processo de restauração. Afirma que era difícil, do ponto de vista subjetivo, admiti-la. Podemos dizer que o autor cai no mesmo erro subjetivo: a dificuldade de admitir que a restauração significou a derrota da primeira Revolução que expropriou a burguesia e que, apesar dos percalços e contradições, manteve-se como referência para a emancipação da classe trabalhadora por sete décadas, ainda que os trabalhadores do

⁶¹⁹ Idem, p. 28.

⁶²⁰ Idem. Ibidem.

⁶²¹ Algumas referências para análises comparativas que possibilitem iluminar este processo incluiriam um programa de estudos sobre a transição do feudalismo para capitalismo. Uma outra referência sobre a desarticulação da propriedade comunal e sua absorção pelo feudalismo pode ser encontrada em: Pastor, Reyna. *Resistências e lutas camponesas na época do crescimento e consolidação da formação feudal. Castela e Leon, séculos X-XIII*. Madrid, Siglo XXI de Espana Editores, 1993.

Leste tenham conquistado a limitada... democracia burguesa. Essa é uma hipótese para compreender o malabarismo na exposição de Hernández que concebe a possibilidade da burguesia tomar o poder e constituir um Estado burguês sem burguesia, além de conceber um regime fascista com formas de “reação democrática” – se, afinal, confirmar-se que esta foi a forma adotada para conduzir a restauração capitalista. Contudo, o autor destaca algo pertinente: sendo a restauração algo inédito, exige pesquisa, investigação, além de apresentar novos desafios e problemas teóricos e programáticos. De certa forma, esses elementos e contradições que viemos apontando não constituiriam precisamente a incapacidade dos velhos conceitos e expressões explicarem um acontecimento histórico “inédito”?

Abstraindo as contradições do modelo apresentado, o mecanismo utilizado por Hernández é simples: o Estado operário converte-se em Estado burguês antes das mobilizações das massas. Essas mobilizações, contra “Estados burgueses” e ditatoriais se constituem, então, em uma revolução política vitoriosa, alteram o regime político, mas não o caráter do Estado, que já era antes, e que preserva depois, seu conteúdo de classe burguês. Essa operação, realizada em termos abstratos precisa abstrair a análise empírica do processo. Neste sentido, resgatamos a apreensão da *Convergência Socialista* e da LIT-QI, no início deste capítulo dos finais dos anos 1980 e início dos anos 1990, para evidenciar que as análises contemporâneas aos acontecimentos são muito mais ricas e apontam muito mais as contradições do processo, os agentes e sujeitos sociais e os riscos inerentes ao seu desenvolvimento - sem a vantagem do olhar e da análise retrospectiva - do que estas formulações apresentadas em 2005.

Esse mecanismo é expresso de forma emblemática na cronologia do título do mesmo texto, publicado em artigo na revista *Marxismo Vivo* ao indicar: *Leste Europeu: Restauração e Revolução*.⁶²² Esse método, contudo, exige que o autor aponte que o processo de restauração capitalista não teve resistência dos trabalhadores. Isto é, as grandes mobilizações do Leste europeu não se constituíram como luta contra as medidas de restauração capitalista que estavam sendo efetuadas naquele momento e são concebidas apenas como lutas contra o Estado burguês “fascista”, “stalinista”, perdendo a própria perspectiva da luta de classes durante o processo de conversão da burocracia em burguesia, através do processo de privatização dos meios de produção. Colocar o processo de mobilização contra o Estado burguês e não contra a burocracia

⁶²² Hernández, Martín. “Leste Europeu: Restauração e Revolução”, em *Marxismo Vivo*. Op. cit. p. 26.

restauracionista, permite dizer que a revolução política para os Estados Operários, conforme a elaboração de Trotsky, já havia sido derrotada antes e que, agora, havia uma vitória contra o Estado burguês.

A análise do processo, como esperamos ter demonstrado, indica que o que houve nestes anos foi o início de uma revolução política contra a burocracia, quando esta iniciou o processo de sua conversão em classe burguesa. Ou seja, era o início de uma revolução em meio a uma nova fase da contrarrevolução. A revolução assumiu a forma de luta democrática, mas, contraditoriamente, a partir do golpe de 19 de agosto de 1991, ela convergiu, por seu caráter democrático, com os setores que mais queriam apressar a introdução da restauração capitalista representada pelo grupo de Ieltsin. As massas, desorientadas, sem um partido ou organizações revolucionárias que pudessem influir de maneira decisiva na disputa contra os golpistas e contra a restauração, confluíram para a direção de Ieltsin, onde parecia residir uma identidade de interesses imediatos. A derrota desses movimentos em sua essência (impedir a instauração da propriedade privada) toma a aparência de vitória da luta “democrática” contra a burocracia, enquanto a própria burocracia, por novos e antigos meios, mantinha-se no poder. Que a restauração da propriedade privada – objetivo estratégico - tenha assumido formas inusitadas, onde os paladinos do neoliberalismo apareciam como “democratas” empedernidos, ou que a fragmentação do território, no influxo das justas reivindicações das nacionalidades, tenha tomado a dimensão de revoltas populares, não alteraram a estratégia da burocracia de restaurar o capitalismo.⁶²³ Na perspectiva do burocrata que quer converter-se em burguês, preservar o poder no PCUS ou, se necessário, fora dele, é indiferente. Nessa perspectiva estratégica, os descontentamentos populares que as medidas suscitavam ingressavam como novas necessidades de readaptação. Para esse objetivo, não importa se ela será viabilizada com ou sem o PCUS, se adotará regimes autoritários ou formas “democráticas”.

O impacto das medidas de restauração capitalista na atmosfera asfíxica dos regimes stalinistas determinou que a forma de resistência tomasse, para além das greves por melhores salários e condições de vida, a aparência de luta democrática e contra a

⁶²³ Conforme Angelo Segrillo: “É importante notar que, por trás dos conflitos étnicos [...] descritos, frequentemente havia motivações econômicas [...]. Num país como a URSS cuja população bem ou mal, após mais de meio século, já estava impregnada de valores ideológicos do socialismo, era mais fácil, para alguns líderes, dar uma ‘roupagem’ de *lutas nacionais* à batalha pela destruição do sistema soviético do que assumi-la abertamente como uma ‘restauração do capitalismo’. Isto era especialmente importante no ano de 1989 e início de 1990, quando ainda não se utilizava, aberta e publicamente, o termo ‘capitalismo’ e sim, no máximo, o eufemismo ‘economia de mercado’ para descrever as reformas desejadas”. Segrillo, Angelo. *O fim da URSS e a nova Rússia*. Op. cit., p. 63-64.

opressão das nacionalidades. Estes elementos da sociedade soviética floresceram como os motivos da insatisfação popular e, diante dela, os planos da burocracia tiveram que ser reorientados. Que uma parte dos próprios burocratas, aspirantes à burgueses, tivessem que ser alijados do poder ou que fossem prejudicados pelo fracionamento do território, fazia parte da “concorrência e das leis de mercado”. Ao burocrata que quer “conquistar” a propriedade privada e preservar, daí em diante, sua condição de burguês, é relativamente indiferente as formas a serem adotadas pelo regime político que lhe permitirá isso. Se as mobilizações populares e as disputas internas já haviam “esquartejado” o PCUS, eles passam a operar com essa realidade da luta de classes e, muitas vezes, assumiram as vestes de “democratas” e opositores do partido. A luta contra a introdução dos mecanismos de mercado, nas circunstâncias políticas e sociais, tomou a forma de luta contra o regime que promovia as mudanças e foi capaz de remover do poder homens e partidos, de redesenhar mapas e reconfigurar espaços, mas, sem comprometer a essência do processo.

Em essência, a contrarrevolução vitoriosa tomou a aparência da revolução derrotada. A aparência preservada – o protesto de amplas massas contra os regimes que agravavam a situação de penúria do povo – foi apropriada pela essência da contrarrevolução vitoriosa, isto é, do capitalismo restaurado. Em essência, o capitalismo foi restaurado sob a aparência de grandes mobilizações de massas. Por isso a conversão à propriedade privada nos países do Leste europeu, para além do significado material, ganhou tanta força e repercussão ideológica. A contrarrevolução tomou a forma da sua negação – a revolução política – mantendo o seu conteúdo – a restauração capitalista. Esse processo não é inédito na história. Recordemos que a primeira fase da contrarrevolução stalinista também adotou os símbolos, as formas, os termos, conceitos e, inclusive, as organizações da revolução russa, destituindo-os de todo o seu conteúdo revolucionário.

CONCLUSÃO EM PERSPECTIVA COMPARADA

Devemos um esclarecimento prévio a respeito das fontes, uma vez que no projeto original pretendíamos utilizar as teses e resoluções congressuais das organizações como material que nortearia nossa pesquisa. Contudo, no caso da CS e do PSTU, nos pareceu oportuno acompanhar as posições da LIT-QI e, principalmente de um de seus dirigentes, para identificar as linhas de continuidade e ruptura sobre as análises dos processos do Leste Europeu. Sobre o PCB, no final da década de 1980, também privilegamos a análise dos documentos produzidos pelo secretariado de sua Direção Nacional. Isto se deveu ao fato de que consideramos interessante evidenciar como as formulações políticas partiram do núcleo dirigente do partido que, em linhas gerais, foram referendadas posteriormente pelos congressos. Ademais, a distância entre os congressos exigiu apreender a dinâmica das elaborações teóricas e políticas em momentos decisivos como, para citar exemplo, antes e depois da queda do Muro de Berlim.

Ao fim desta exposição, esperamos ter demonstrado como o processo de restauração do capitalismo no Leste Europeu foi apreendido de maneira diversificada – a partir dos diferentes referenciais teóricos – pelas organizações da esquerda brasileira, objeto da nossa pesquisa. Esperamos também ter evidenciado como aqueles processos foram fundamentais para a mudança em suas perspectivas de transformação da realidade brasileira, provocando alterações importantes em seus fundamentos teóricos e programáticos. Tais mudanças foram realizadas numa relação dialética e intrínseca aos próprios desafios, dilemas e necessidades impostas pela situação econômica, política e social brasileira. Isto é, ingressaram como elementos importantes da luta de classes em nosso país e interagiram sobre ela.

Nesta altura, é evidente que tocamos apenas superficialmente em muitas questões que são da maior relevância para a compreensão deste processo. A realização do presente trabalho produziu, podemos dizer, mais dúvidas que certezas conclusivas. Se podemos nos expressar em termos de uma primeira conclusão, é a de que a magnitude e a complexidade de elementos que envolvem nossa proposta de pesquisa exigem o aprofundamento de estudos em diversas áreas. Dentre as questões que nos parecem mais relevantes, destacamos a necessidade de uma pesquisa mais consistente

sobre o desenvolvimento econômico e o processo de estratificação social da URSS a partir do fim da Segunda Guerra Mundial até o período Gorbatchev. Um levantamento sobre a posição assumida pelos antigos dirigentes da indústria e do Estado nos anos subsequentes ao processo de restauração capitalista também nos forneceria bases mais sólidas para contrastarmos as diversas perspectivas teóricas e modelos explicativos adotados tanto pela intelectualidade quanto pelas organizações de esquerda. A investigação sobre as relações entre a economia soviética e a economia mundial também abriria novos horizontes para compreensão de nosso objeto. Um exame dos processos de mobilização e organização dos trabalhadores entre as décadas de 1980 e 1990 também nos parece necessário.

Uma segunda conclusão parcial é a da importância metodológica de contrastar o desenvolvimento histórico com as formulações teóricas para aferir a sua validade e possibilidade de apreensão do processo histórico, conforme esperamos ter desenvolvido ao longo desses capítulos. Esse procedimento permite indicar que os marcos teóricos apresentados por Trotsky constituem, *a priori*, uma importante referência para o desenvolvimento da pesquisa, ainda que possamos, eventualmente, à luz de novos elementos e de novas abordagens, rever esses pressupostos teóricos. Por outro lado, como parece indicar as inferências que realizamos em relação à Convergência Socialista e em relação às posições mais recentes de Hernández, a base teórica da qual partimos não nos exime de uma aferição e exame mais densos do processo histórico, inclusive para aferir a validade da própria teoria e mesmo de muitas formulações que apresentamos neste trabalho.

Acreditamos poder afirmar que a posição sustentada por Fernandes de quase “naturalização” da enorme autonomia do Estado soviético e a sua “solução” para compreensão do fenômeno, remetendo para a necessidade de alteração da teoria marxista, de certa forma reproduz, por outros meios, o processo que identificamos no primeiro capítulo. Assim, a Revolução Russa é apreendida como um bloco, parte-se do fim da URSS para chegar ao núcleo da teoria marxista sobre o Estado, “naturalizando” um processo que é, fundamentalmente histórico.

A Convergência Socialista e o PSTU, por outro lado, ao partir das referências de Trotsky, identificaram no processo histórico dois movimentos contraditórios, ressaltando o aspecto positivo do fim do stalinismo, apesar da restauração capitalista. Na introdução deste trabalho nos referimos às conclusões “superficiais” e “impressionistas” dos ideólogos do imperialismo que “decretaram” o fim da História

após a queda do Muro de Berlim. Nesta altura, acreditamos poder afirmar que também a CS e o PSTU, a partir de conclusões diametralmente opostas, não estão isentos de uma certa dose de “impressionismo” na análise apresentada.

Em relação às conclusões do exame histórico e ao contraste realizado, podemos dizer que, como Trotsky, acreditamos que a burocracia não constituía uma classe dirigente. Mas, diferente de Fernandes – que atribui esse fato à constatação de que nenhuma classe abdicaria tão facilmente do poder como nos processos do Leste Europeu –, sustentamos que a burocracia nunca abdicou do poder, tudo o que renegou entre as décadas de 1980 e 1990 foi sua condição transitória e instável de casta parasitária para assumir o papel de uma nova classe na sociedade russa: converteu-se em classe burguesa nos processos de restauração capitalista. Essa mesma reflexão é o que nos motiva a sustentar a afirmação, divergindo de Hernández, de que, infelizmente, os movimentos dos trabalhadores na União Soviética não foram capazes de derrotar a burocracia que, conforme descrito e previsto como hipótese por Trotsky, converteu-se em uma nova classe dominante.

Em relação ao PT, a restauração do capitalismo no Leste Europeu, seguida da campanha ideológica afirmando a superioridade do capitalismo e as “vantagens” intrínsecas ao “mercado”, impactando a sociedade brasileira, seus quadros e militantes, assentou as bases para a construção de uma espécie de “senso comum”, que foi manejado e instrumentalizado na luta interna do partido. Foi a partir da releitura do processo histórico, fundamentada nos acontecimentos do Leste Europeu, que a sua direção majoritária buscou superar a contradição cada vez mais evidente entre, por um lado as bases teóricas e o programa do partido – fundamentalmente, a referência na independência de classe – e, por outro, a realidade do próprio partido que, assumindo diversos postos executivos e legislativos, sofrendo um processo de autonomização no movimento sindical, sofria uma grande adaptação ao Estado e ao regime democrático burguês. Os processos do Leste foram a senha para equalizar a contradição e romper definitivamente com a política de independência de classe, cuja lógica só poderia conduzir ao questionamento do capitalismo. Desta forma, o PT aderiu à lógica do mercado, exaltando o Estado e a “democracia” como os meios para alcançar o socialismo. O “socialismo” nada mais seria que a “radicalização da democracia”.

A posição adotada pelo PT convergia, depois de uma década, com a política de conciliação de classes que conferiu esterilidade ao PCB, enquanto organização revolucionária ou ponto de apoio importante da classe trabalhadora nos momentos de

grandes rupturas e ascenso da classe que pretendia representar. Desta forma, há um enorme paralelo entre a defesa que a direção majoritária do PT e os setores dirigentes do PCB passaram a fazer da economia de mercado, do Estado desprovido de conteúdo de classes e da “democracia” (burguesa, claro) como valor universal, instrumento e meio para alcançar um “socialismo” que, embora mantido nos discursos e nos programas de ambas as organizações, é desprovido de qualquer sentido de superação da barbárie capitalista e destituído de qualquer conteúdo emancipatório da classe trabalhadora e da humanidade. A maioria do PCB seguiu o caminho da defesa da restauração capitalista na URSS a partir da *Perestroika* e da *Glasnost*, acompanhando seus passos, passou a defender as relações sociais fundamentadas na propriedade privada e, ele próprio, converteu-se ao mercado. A tentativa de ruptura com as antigas referências, depois de décadas de conciliação de classes, exigia uma forma mais “radical” de adequação à “modernidade”, assim declarou-se a extinção do PCB, e a maioria de sua direção e militantes formaram o Partido Popular Socialista (PPS).

O PCdoB seguiu os fundamentos teóricos do PCB, que eram os mesmos ditados pelo VI Congresso da Comintern, perseguindo também a estratégia da etapa da “revolução democrático-burguesa” e de “independência” nacional. Adotando táticas diferenciadas, contudo, acompanhou a mesma política de conciliação de classes. Em sua trajetória de referências internacionais, inicialmente tentou representar no Brasil o legado da Revolução Russa, através do reconhecimento da URSS sob a direção de Krushev. Preterido em função do PCB, aproximou-se da China, por fim, na década de 1980, a Albânia e o PTA eram o farol a conduzir o barco em mares revoltos. Com esta última referência, afirmava que tanto na URSS como na China imperavam relações capitalistas. Quando os processos do Leste Europeu atingiram a Albânia, e as grandes mudanças evidenciaram que a densidade econômica e social da URSS era mais complexa, o PCdoB passou a admitir que nesses países existia o “socialismo real”. O significado da restauração capitalista na Albânia e na URSS teria sido um “duro golpe”. Os governos “comunistas” preservados na China, em Cuba e na Coreia do Norte são reabilitados. Os processos do Leste produzem outra modificação. A teoria do desenvolvimento histórico fundamentado em etapas entra em colapso, contudo, também o colapso do “comunismo” passa a justificar a velha prática de política de alianças com os mais diversos espectros de partidos burgueses brasileiros, sob a alegação do necessário “acúmulo de forças” nesta “nova” etapa da luta de classes.

Inversamente, no ano de 1989, a Convergência Socialista, em polêmica com o PCdoB, afirmava que a China era um Estado operário burocratizado, e não um Estado burguês, com “capitalismo de estado”, como defendia o partido naquele momento.⁶²⁴ Para a LIT-QI, em sua resolução de 2005, no entanto, a restauração do capitalismo na China teria início em 1978, onze anos antes das grandes manifestações da Praça Tianamen.⁶²⁵ Motivado pela CS e por outras organizações e militantes da esquerda, o PSTU surgirá das mudanças operadas pelo PT que, a partir do seu I Congresso, sacramenta seu distanciamento das lutas diretas e passa a privilegiar, definitivamente, a política institucional e a preservação da ordem. O “Anteprojeto de Programa do PSTU” apresenta a sua própria existência como refração do processo da uma “nova etapa” aberta pelos processos do Leste Europeu, marcada pela contraofensiva imperialista, pela ampliação da crise de direção revolucionária, com repercussão no Brasil via crise da “democracia burguesa”, apresentando mudanças na estrutura produtiva, recomposição do movimento de massas e “direitização” do PT. O mesmo documento, apesar de identificar a não correspondência entre a “derrubada do stalinismo” e o surgimento de alternativas revolucionárias, apresenta, contudo, como elemento dinâmico positivo do novo momento, a existência de melhores condições objetivas para a construção de partidos revolucionários, em razão da “recomposição do movimento de massas” e da “derrota do stalinismo”.⁶²⁶

A análise apresentada pela CS e pela LIT-QI em finais de 1980 e início de 1990 de que democracia burguesa era o meio pelo qual a burocracia levava a cabo o processo de restauração – parcialmente resgatada por Hernández para ser esquecida novamente – é finalmente convertida em vitória da luta dos trabalhadores contra um Estado burguês. Os processos de mobilização dos finais da década de 1980 e início dos anos 1990, considerados parte da revolução política contra a burocracia dos Estados operários burocratizados, metamorfoseiam-se, nas novas formulações, em lutas vitoriosas, de caráter democrático, contra regimes “stalinistas” de um Estado burguês. O processo de resistência dos trabalhadores contra as medidas de restauração capitalista nesse período passam a figurar como luta democrática, e a própria “burguesia” no momento da “tomada do poder na URSS” não teria enfrentado resistência e luta.

⁶²⁴ Ver: França, Teones Pimenta de. Op. cit., p. 320.

⁶²⁵ “VIII Congreso Mundial de la Liga Internacional de los Trabajadores”. Op. cit., p. 24.

⁶²⁶ Encarte preparatório do congresso de fundação do PSTU. “Contribuição para a Discussão do AnteProjeto de Programa do PSTU”. *Jornal do PSTU*, nº 12, de 29/4 a 5/5/1994, p. 2.

Observamos uma curiosa identidade entre a percepção da realidade que, quando descrita apreende suas contradições, e o encapsulamento desta realidade em esquemas e modelos teóricos apriorísticos, conforme o praticado por Astrojildo Pereira, que citamos no terceiro capítulo, ao descrever a conversibilidade do capital “agrário” e “industrial” e a manutenção da concepção da divisão da classe dominante numa burguesia progressista e uma aristocracia agrária semifeudal. Assim, as “revoluções do Leste Europeu” teriam removido o stalinismo – obstáculo à subjetividade revolucionária, percalço do movimento revolucionário para a construção de partidos revolucionários –, mas a descrição da mesma subjetividade, que teria mais espaço objetivo com o fim do stalinismo, passa a figurar, nas análises concretas, como motor de um “vendaval oportunista” que teria atingido as correntes de esquerda em escala mundial, incluindo a própria LIT-QI.⁶²⁷ Acompanhada da “confusão” que conduzia organizações e ativistas ao questionamento da validade do marxismo, do partido, da revolução, da classe operária e, por fim, da “etapa revolucionária” aberta por aqueles processos, segue uma “situação reacionária”, caracterizada pela “contraofensiva” ideológica, política e militar do imperialismo. Dezesesseis anos depois da queda do Muro de Berlim, a LIT-QI constata que a classe trabalhadora não superou seu “atraso na consciência” e que a crise de “direção revolucionária se mantém”.⁶²⁸ Apesar disso, fiel ao mecanismo de que a contrarrevolução mundial fundamentava-se em dois polos – o imperialismo e o stalinismo –, a supressão do último continua persistindo como um elemento da nova realidade que proporcionaria melhores condições objetivas para a superação da “crise de direção revolucionária”. Ou seja, presa ao esquema teórico, a organização nega na teoria o que reconhece na prática.

Independente da leitura que se faça dos processos do Leste Europeu, com ou sem stalinismo, com ou sem restauração capitalista, com ou sem “superação da crise de direção revolucionária”, não há porque acreditar que os processos de choques, as grandes mobilizações e mesmo as revoluções tenham fim, elas são inerentes ao capitalismo e às contradições por ele geradas e agravadas em sua fase imperialista. A sua superação definitiva, contudo, exige intervenção prática a partir de uma análise que apreenda a realidade em sua diversidade contraditória. A análise concreta de situações

⁶²⁷ *Correio Internacional*. Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI). “IX Congresso da LIT-QI”. Encarte no jornal *Opinião Socialista*, ano IX, edição 212, de 31/3 a 6/4/2005. Balanço da LIT-QI. “O ‘vendaval oportunista’ e a nossa crise”. Corresponderia à página 11 do periódico.

⁶²⁸ “VIII Congresso...” Op. cit., p. 27-28.

concretas, como definia Lenin. Nestes tempos de grandes transformações, de mudanças abruptas, em que muitos pretenderam, mais uma vez, enterrar o “marxismo”, ele ressurgiu como necessidade prática, e, mais do que nunca, constatamos como é vigente e imperioso resgatar os métodos de análise de Marx!

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Fontes

Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores. Organização: Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/Projeto Memória. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

“III Internacional Comunista: manifesto, teses e resoluções”, em *Cadernos de Formação Marxista*. Tradução de Cássia Corintha Pinto. São Paulo, Brasil Debates, 1989, 3 volumes.

“VIII Congresso Mundial de la Liga Internacional de los Trabajadores – LIT-CI”. Brasil, 25 a 30 de julio, 2005. Em *Resoluciones y documentos*. San Pablo, Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann/EdicionesDeeksha, 2005.

Revista Problemas, nº 1, agosto de 1947. Fonte: http://grabois.org.br/porta1/cdm/revista.int.php?id_sessao=35&id_publicacao=29&id_indice=101 (consultado em 9/1/2011.)

Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional, n. 12, ano 2005. Instituto José Luis e Rosa Sundermann.

Documentos aprovados pelo 8º congresso (extraordinários) do PCB. São Paulo, Novos Rumos, 1987.

PCB. “Sobre o trabalho de direção” 18/1/1990. AMORJ: Fundo PCB, parte 01 da Direção Nacional – Série 01.PGP da Política Geral do Partido. 1.1.1 Teses/Projetos/Propostas para discussão. 01.1.2 2 – Pasta 01 da DN/CC série 01 da PGP 01.01.1 TPPD 2.

PCB. “Pela Criação de Uma Nova Esquerda”. Brasília, 18 de novembro de 1989. AMORJ: Fundo PCB; Parte 01 – Da Direção Nacional/CC – Série 01 – PGP – Da Política Geral do Partido – 01.01. Teses/Projetos/Propostas para Discussão. 01.01 Teses; envelope A.

PCB. “Sobre o Trabalho de Direção”, 18/1/1990. AMORJ: Fundo PCB, parte 01 da Direção Nacional – Série 01.PGP da Política Geral do Partido. 1.1.1 Teses/Projetos/Propostas para discussão. 01.1.2 12 – Pasta 01 da DN/CC série 01 da PGP 01.01.1 TPPD 2.

PCB. “Novo Partido de Esquerda”. (S/L - S/D). AMORJ: Fundo PCB. Parte 01 da Direção Nacional – Série 01 da Direção Nacional / Série 01. PGP, Política Geral do Partido. 01.01.1 Teses/Projetos/propostas de discussão 1.1.3 – 3 Proposta

para discussão, envelope D – Pasta 01 da DN/CC Série 01 da PGP – 01.01 TPPD (3).

Grabóis, Maurício. IN: <http://vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1960.asp>
Em defesa do Partido: Carta dos Cem – 1961 Em:
<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1961.asp> (Consultado em 10/11/2006)

Manifesto-Programa ,Documento aprovado na Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, realizada em 18 de fevereiro de 1962 em São Paulo. In: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1962.asp> (em 10/11/2006)

O golpe de 1964 e seus ensinamentos (1964): Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil, agosto de 1964. Em:
<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1964.asp> (em 10/11/2006)

“Resoluções da 7ª Conferência 1979” - Documento aprovado na 7ª Conferência do PCdoB, realizada em 1979. Em:
<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1979.asp> (em 10/11/2006)

Documentos históricos do Partido Comunista do Brasil. Informe Político: O Brasil numa encruzilhada histórica 7º Congresso - 1987. Ao que parece, o documento foi escrito em 1987, contudo, ao fim do texto temos a indicação de que o Congresso foi realizado em 1988: “Aprovado no 7º Congresso do PCdoB, realizado em 1988 em São Paulo.” Em:
<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1988.asp> Consulta realizada em 10/11/2006.

Documentos históricos do Partido Comunista do Brasil. Informe político ao 8º Congresso, 1992.” Documento aprovado no 8º Congresso do PCdoB, realizado de 3 a 8 de fevereiro de 1992 em Brasília. In:
<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1992.asp> Consulta realizada em 10/11/2006.

Correio Internacional, edição especial. ACS Editora, 1988.

Correio Internacional. Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI). “IX Congresso da LIT-QI”. Encarte no jornal *Opinião Socialista*, ano IX, edição 212, de 31/3 a 6/4/2005.

Convergência Socialista, nº 292, de 30/5 a 2/6/1991.

Convergência Socialista, nº 294, de 13 a 19/6/1991.

Convergência Socialista, nº 304, de 22 a 28/8/1991.

Convergência Socialista, nº 305, de 29/8 a 3/9/1991.

Convergência Socialista, nº 306.

Coordenação Política Geral do Congresso do PT. “Socialismo ou Barbárie”. *Jornal do Congresso*, nº 2, junho de 1991.

Jornal do PSTU, nº 12, de 29/4 a 5/5/1994.

V.I. Lenin. “Cartas de Longe”, em *Às portas da revolução: escritos de Lenin de 1917*. Organização, introdução e posfácio. Tradução dos textos de Slavoj Zizek: Luiz Bernardo Pericás e Fabrício Rigout. Tradução dos textos de Lenin: Daniela Jinkings. 1. ed., São Paulo, Boitempo, março de 2005.

_____. “Teses de Abril”, em *Às portas da revolução*. Op. cit.

_____. “A Catástrofe que nos Ameaça e como Combatê-la”, em *Às portas da revolução*. Op. cit.

_____. “As Tarefas da Revolução”, em *Às portas da revolução*. Op. cit.

_____. “Marxismo e Insurreição”, em *Às portas da revolução*. Op. cit.

_____. “A Crise Amadureceu”, em *Às portas da revolução*. Op. cit.

_____. “Relatório sobre as Tarefas do Poder dos Sovietes: relato jornalístico – 2ª Resolução”, em *Às portas da revolução*. Op. cit.

Bibliografia

Almeida, Gelson Rozentino de. *História de uma década quase perdida (1979-1989)*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UFF. 2000. Mimeo.

Antunes, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. 2. ed. Campinas (SP), Autores Associados, 2005.

_____. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2005.

_____. “Os comunistas no Brasil: As Repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a Primeira Inflexão Stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB)”, em *Cadernos AEL*, nº 2, p. 13-14. Sem local e data. Fonte: http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/publicacoes/cadernos/cad-3/informa-p289.pdf consulta em 25/1/2011.

Arbex Jr., José. *A segunda morte de Lenin: o colapso do império vermelho*. São Paulo: Folha de São Paulo, novembro de 1991.

- Bottomore, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001
- Broué, Pierre. *El partido bolchevique*. Tradução: Ramón García Fernadés. [s.l.], Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, [s.d.], 2 volumes.
- _____. *História da Internacional Comunista*. Tradução de Fernando Ferrone. São Paulo, Sundermann, 2007, 2 tomos.
- Carone, Edgard. *O P.C.B.* São Paulo, Difel, 1982. 3 volumes.
- Carr, Edward Hallet. *A revolução bolchevique*. Porto, Afrontamiento, 1977. 2 volumes.
- Chilcote, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- Coelho, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do grau de doutor em História, sob orientação da Prof. Dra. Virgínia Fontes. Niterói, 2005. Mimeo.
- Costa, Ricardo da Gama Rosa. *Descaminhos da revolução brasileira: O PCB e a construção da estratégia nacional libertadora (1958-1964)*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos. Niterói, 2005. Mimeo.
- Demier, Felipe. (coord.) *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2003. Entrevistas com: Babá, César Benjamin, Luciana Genro, Marcelo Badaró Mattos, Valério Arcary, Virgínia Fontes, Zé Maria.
- Engels, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *Anti-Dühring*. São Paulo, Paz e Terra, 1990.
- _____. Prefácio de Engels para a terceira edição alemã de “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”, em: Marx, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Carlos Bruni *et. al.* 2. ed., São Paulo, Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.
- Fernandes, Luis. *O enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- França, Teones Pimenta de. *Para onde foi o novo sindicalismo*. Tese de doutoramento em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005. Mimeo.

- Garcia, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008. Mimeo.
- Gorbachev, Mikhail. *Outubro e a Perestroika: a revolução continua*. Rio de Janeiro: Renavan, 1987.
- _____. *Perestroika: novas ideias para o meu país e o mundo*. Tradução de J. Alexandre. 2. ed. São Paulo, Best Seller, 1987.
- _____. *Glasnost: a política da transparência*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- Gorender, Jacob. *Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987.
- _____. “O ciclo do PCB – 1922-1980”, em *História e perspectivas da esquerda*. Fortes, Alexandre (org.). São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.
- Gramsci, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Volumes 2 e 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- Hernández, Martín. “Introdução”, em *A revolução traída: o que é e para onde vai a União Soviética*. Traduzido do original russo e comparada com as versões em português e em inglês por: Henrique Canary, Rodrigo Ricupero e Paula Maffei. Tradução da introdução por: Maria Cecília Toledo. São Paulo, Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2005.
- _____. “Leste Europeu: Restauração e Revolução”, em *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 12, ano 2005. Instituto José Luis e Rosa Sundermann.
- _____. “O Veredicto da História. Rússia, China e Cuba: da revolução socialista à restauração capitalista. Traduzido por Cecília Toledo. Apresentação: Valério Arcary. São Paulo, Editora Sundermann, 2008.
- Hegedüs, András; Medvedev, Roi A., (et al.) *História do marxismo. O marxismo na época da Terceira Internacional: A URSS da construção do socialismo ao stalinismo*. vol. 7. Eric J. Hobsbawm... (et al.). Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. (Coleção Pensamento Crítico volume 61)
- Himmelweit, Susan. “Modo de produção”, em: Bottomore, Tom (org.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- Hobsbawm, Eric. *A era dos extremos: O breve século XX – 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

- _____. “Adeus a tudo aquilo”, em Blasckburn, Robin (org.). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- _____. “A crise atual das ideologias”, em: Sader, Emir (org.). *O mundo depois da queda.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- _____. “O Presente como História”, em Hobsbawm, Eric J. *Sobre História.* Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo, Cia. das Letras, 1998
- Johstone, Monty. “Partido”, em: Bottomore, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- Kagarlitsky, Boris. *A desintegração do monolito.* Tradução de Flávia Villas-Boas. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- Konder, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- Lenin, Vladimir Ilitch. *Que fazer?* São Paulo, Hucitec, 1988.
- _____. “A que herança renunciamos”, em *Cultura e revolução cultural.* Tradução de Lincoln Borges Jr. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- _____. “Duas táticas da social-democracia na revolução democrática”, em *Obras escolhidas*, 1977, Lisboa/Moscú: Edições Avante!/Progresso. Tradução Edições Avante! com base nas *Obras completas* de V. I. Lenin, 5. ed. em russo. Tomo 11, p. 1-131. Transcrição em HTML por Fernando A. S. Araújo, dezembro, 2006. Fonte: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/taticas/cap01.htm#i1> (Consultado em 25/1/2011.)
- _____. “A guerra e a social-democracia da Rússia”, em *Obras escolhidas.* Op. cit. Fonte: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/09/28.htm>
- _____. “O Estado e a Revolução”, em: Coggiola, Osvaldo (org.). *Escritos sobre a Comuna de Paris.* São Paulo, Xamã, 2003.
- Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846).* Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano CaviniMartorano. São Paulo, Boitempo, 2007.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista.* Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre, L&PM, 2001
- Marx, Karl. *Miséria de la filosofia: Respuesta a la filosofia de la miséria de P.-J. Proudhon.* 10. ed. México, SigloVeituno Editores, 1987.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel.* Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo, Boitempo, 2005.

- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barboca e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988. Coleção Os Economistas, vol. I, t. I.
- _____. *As lutas de classes*. Tradução de Luiz Carlos Machado. Rio de Janeiro, Editora Cátedra, 1986.
- _____. “O que foi a Comuna de Paris”, em Coggiola, Osvaldo. (org.) *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo, Xamã, 2003.
- _____. “Para a crítica da economia política”, em *Os pensadores*. São Paulo, Nova Cultural, 1996.
- Mattos, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.
- _____. (org.) *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro, Laboratório Dimensões da História, 1998.
- _____. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- Medvedev, Roí A. “O socialismo num só país”, em *História do marxismo. O marxismo na época da terceira internacional: a URSS da construção do socialismo ao Stalinismo*. Hegedüs, András. (et. al.) Coordenação de Eric. J. Hobsbawm. (et. al.); Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. *A reunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real*. 3. ed. São Paulo, Editora Unesp, 2009.
- Moraes, Dênis de; Viana, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. 2. ed. Petrópolis (RJ), Vozes, 1982.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. “O MDB e as esquerdas”, em *Revolução e democracia (1964...)*. Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis (orgs.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- Pinheiro, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.
- Pipes, Richard. *História concisa da Revolução Russa*. Tradução de T. Reis. Rio de Janeiro, Record, 1995.
- _____. *O comunismo*. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.

- Prado Jr., Caio. *A revolução brasileira*. Brasiliense, 6. ed., São Paulo, 1978. (1ª edição: 1966).
- Reis, Daniel Aarão. “O Partido dos Trabalhadores: Trajetória, Metamorfoses, Perspectivas”, em *Revolução e democracia (1964...)*. Ferreira, Jorge; Reis, Daniel Aarão. (orgs.) Coleção As Esquerdas no Brasil, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- Sader, Emir. (org.) *E agora, PT? Caráter e identidade*. Emir Sader (org.), Francisco de Oliveira, José Dirceu, Marilena Chaui, José Genoíno, Plínio de Arruda Sampaio, Luís Gushiken, José Álvaro Moisés. São Paulo, Brasiliense, [s. d.].
- Sader, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- Sagra, Alicia. *História das internacionais socialistas*. Traduzido por Paula Maffei. São Paulo, Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- Schnaiderman, Boris. *Os escombros e o mito: a cultura e o fim da União Soviética*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- Segatto, José Antônio. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte, Oficina dos Livros, 1989.
- Segrillo, Angelo. *Rússia e Brasil em transformação: uma breve história dos partidos russos e brasileiros na democratização política*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2005.
- _____. *O fim da URSS e a nova Rússia: de Gorbachev ao pós-Yeltsin*. Petrópolis (RJ), Vozes, 2000.
- _____. *Herdeiros de Lenin: a história dos partidos comunistas na Rússia pós-soviética*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.
- Singer, André. *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*, em *Novos Estudos*, nº 85, p. 86, novembro de 2009.
- Silva. Antônio Ozaída. “Contribuição à história do marxismo no Brasil (1987-1994)”. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 55, dezembro de 2005, em <http://www.espacoacademico.com.br/055/55pol.htm> (Consultado em 20/8/2010.)
- Silva, Fernando Teixeira da. “Breve história de erros e bodes expiatórios: PCB e trabalhadores (1945-1964)”, em *História e perspectivas da esquerda*. Fortes, Alexandre (org.). São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.
- Taffarello, Paulo Moraes. *A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do “socialismo real”*. Dissertação de Mestrado, apresentado no Programa de Pós-Graduação da UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Royo, 2009. Mimeo.

Trepper, Leopold. *O grande jogo*. Tradução de João de Almeida. [s.l.], Portugália Editora, [s.d.]

Trotsky, Leon. *História da Revolução Russa*. Tradução de Diogo de Siqueira. São Paulo, Sundermann, 2007. Dois tomos.

_____. *As lições de Outubro*. Global Editora, São Paulo.

_____. *A revolução permanente na Rússia*. Tradução de A. Campos e J. Cabral Fernandes. 15. ed. Coleção Clássicos Antídoto n. 2. Lisboa, Antídoto, 1977.

_____. *Como fizemos a revolução*. Traduzido do francês por Roberto Goldkorn. São Paulo, Global Editora, 1977.

_____. *Aonde vai a França?* Tradução de Isís Alves. Tradução dos apêndices por Ana Cristina Machado, Silvana Foá e Waldo Mermelstein. [s.l.], Editora Desafio, 1994.

_____. *A revolução traída: o que é e para onde vai a União Soviética*. Traduzido do original russo e comparada com as versões em português e em inglês por: Henrique Canary, Rodrigo Ricupero e Paula Maffei. Tradução da introdução por: Maria Cecília Toledo. São Paulo, Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2005.

_____. *Em defesa do marxismo*. Tradução de Luís Carlos Leiria e Elisabeth Marie. 1. ed. brasileira. [s.l.], Proposta Editorial, [s.d.].

_____. *Programa de transição: A agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional*. São Paulo, Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004

_____. *A Revolução Russa* (conferência, 1932). Versão brasileira: Cristina Portella. São Paulo, Informação Editora, 1989.

_____. “Está na Alemanha a Chave da Situação Internacional”, em *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Tradução de Mário Pedrosa, 1933. Fonte: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1931/11/26.htm> (Consultado em 25/1/2011.)

_____. “Classe, Partido e Direção”. Fonte: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/08/classe-partido-direc.htm> (Consultado em 18 de maio de 2006.)

Vásquez, Adolfo Sánchez. *Ética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

Vinhas, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1924-1974)*. São Paulo, Hucitec, 1982.

Williams, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1979.

Wilson, Edmund. *Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da História*. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

Zizek, Slavoj. *Às portas da revolução: escritos de Lenin de 1917*. Organização, introdução e posfácio de Slavoj Zizek. Tradução de Luiz Bernardo Pericás e Fabrício Rigout. Tradução dos textos de Lenin por Daniela Jinkings. São Paulo, Boitempo, 2005